



# Fronteiras Sangrentas Heróis do Amapá

*Silvio Meira*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

320

**ism**  
Instituto  
Silvio Meira

SENADO FEDERAL



## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

A disputa por este território exuberante, repleto de riquezas inigualáveis, desencadeou vários embates entre diversas potências europeias: espanhóis, ingleses, holandeses, franceses e portugueses. Todos ávidos por conquistar a região que sabiam ser dotada de verdadeira opulência, raramente vista em outros locais.

Esta obra-prima da história do Amapá revela a luta heroica sustentada por um grupo de brasileiros que enfrentou corajosamente invasores dessas grandes potências, defendendo a região que por direito pertencia ao Brasil. Aqui, estes acontecimentos são narrados com virtuosa erudição, destacando o papel vital desempenhado pelos homens e mulheres na forja do precioso patrimônio da nação brasileira que é o Amapá.

A narrativa da colonização, as contendas territoriais e a resistência contra invasões, conforme apresenta Silvio Meira, foram fatores determinantes na formação do Amapá, conferindo-lhe a singularidade de ser o único estado brasileiro cuja identidade foi forjada pela escolha e determinação de seus próprios habitantes. Brasileiros como Francisco Xavier da Veiga Cabral, carinhosamente conhecido como “Cabralzinho”, desempenharam um papel monumental ao protagonizar uma das mais fascinantes batalhas na extremidade Norte do país, um episódio sangrento de nossa história contado nesta obra.

*Fronteiras Sangrentas – Heróis do Amapá* é um presente genuíno para as atuais e futuras gerações, revelando com uma preciosidade ímpar a conquista e integração definitiva ao nosso país de uma das regiões mais ricas e encantadoras do planeta: o Amapá.

*Senador Randolfe Rodrigues (15/01/2024)*

As lutas cruentas, levadas ao acesso das armas e, afinal, à vitória, por patriotas brasileiros, em defesa da inviolabilidade do território nacional, têm em Silvio Meira o seu historiador conspícuo.

*Fronteiras Sangrentas*, este precioso e fascinante livro de Silvio Meira, tem o seu envolvente conteúdo histórico distribuído em dezenove capítulos.

Em todos esses sugestivos quadros, a epopeia amapaense vem descrita e interpretada com fundamento em irrefutável documentação histórica, e tem a aformoseá-la a pureza do estilo do autor, que nos encanta, ainda, com a graça e a elegância de sua expressão.

Há pouco mais de um mês, no salão magno da Academia Brasileira de Letras, quando, ao lado de Silvio Meira, recebíamos, um e outro, das mãos honradas de Osvaldo Orico, a Medalha Machado de Assis, pus-me a inferir, na agraciação ao eminente homem de letras paraense, o conhecimento aos méritos de quem tanto tem enriquecido as letras na Amazônia – as letras históricas, as letras jurídicas, as letras poéticas.

*Genesino Braga (Da Academia Amazonense de Letras, Jornal do Comércio de 08/02/1976)*

Silvio Meira é, hoje, uma de minhas admirações mais fervorosas. Admiro o jurista, o poeta, o tradutor de Goethe e de Schiller, o ensaísta, o romancista, o homem múltiplo que é Silvio Meira, membro do Conselho Federal de Cultura. Os trabalhos de tão ilustre humanista me chegam às mãos como régios presentes que o espírito brasileiro é capaz de proporcionar.

Do seu mais recente livro, *Fronteiras Sangrentas – Heróis do Amapá*, direi que é uma epopeia em estilo quase de romance, sem esquecer a idoneidade histórica do documento. A velha lenda do Contestado está neste volume com toda a força telúrica da nossa consciência, que despertou com Francisco Xavier da Veiga Cabral para os grandes embates da nossa personalidade cívica. Num dado momento, o livro de Silvio Meira chega a ser um drama wagneriano de lutas quase míticas – os brasileiros disputando aos franceses uma região que, desde o Tratado de Utrecht, era nossa e teria de nos pertencer pelo argumento decisivo do Barão do Rio Branco, no laudo famoso de Berna. Tudo isso, que cabe nessas breves palavras, é uma sinfonia guerreira. Silvio Meira imprime aos grandes lances dos combates decisivos a grandeza da nossa alma. Ouve-se o fragor das águas e o rumor trágico da floresta. Escreveu um poema.

*Nilo Pereira (Jornal do Comércio de Recife, de 28/01/1976)*



Fronteiras  
sangrentas

# SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

## SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

## CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

## CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de

Miranda

Silvio Meira

# Fronteiras sangrentas

Heróis do Amapá

Edições do Senado Federal  
vol. 320

Brasília, 2024



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
VOL. 320

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Anderson Gonçalves, Cristiano Ferreira e Raquel Soares

Capa: Thomas Gonçalves e Rodrigo Ribeiro

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Bruna Chaibe e Eduardo Franco

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

[cedit@senado.leg.br](mailto:cedit@senado.leg.br)

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Arquivos cedidos pelo Instituto Silvio Meira (ISM)

---

Meira, Silvio A. B., 1919-1995.

Fronteiras sangrentas : heróis do Amapá / Silvio Meira. — Brasília :  
Senado Federal, 2024.

251 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 320)

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

ISBN: 978-65-5676-517-4

1. Amapá (Estado), história. 2. Fronteiras, Brasil. 3. Brasil, história. I.  
Título. II. Série.

CDD 981.16

---



E as mãis que o som terribil escuitarão  
Aos peitos os filhinhos apertarão.  
*Camões – Lus. IV, 28*

Haverá Huma Paz perpétua, huma verdadeira amizade, & huma firme, & boa correspondencia entre S. Magestade Christianissima, seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros, Todos seus Estados, & vassalos de huma parte, & S. Magestade Portuguêsa, seus Descendentes Sucessores, & Herdeiros, & vassalos de outra, a qual se observará sincera, & inviolavelmente, sem permitir que de huma ou outra parte se cometa alguma hostilidade em qualquer lugar, & debaixo de qualquer pretexto que fôr. E succedendo ainda por caso não previsto, fazer-se a menor contravenção a êste Tratado, esta se reparará de huma, & outra parte de boa fé, sem dilação, nem dificuldade, & os aggressores serão castigados, ficando o presente Tratado em toda a sua força.  
*(Cláusula primeira do Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713, entre a França e Portugal, assinado por Luís XIV, Rei da França, e João V, Rei de Portugal)*

Possuir a margem esquerda do Amazonas, deste rio portentoso, inveja das nações do mundo, seria para a França um tesouro tamanho, que merece desculpa a perseverança com que nele tem tido a mira, ainda depois que o tratado de Utrecht lhe arredou dali as plantas.

*(Joaquim Caetano da Silva, in Memória lida na augusta presença de S. M. I. o senhor Dom Pedro Segundo, no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil de 26/9/1851).*



## SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Senador Randolfe Rodrigues, presidente do Conselho Editorial do Senado Federal</i>	
NOTA DO INSTITUTO SILVIO MEIRA	17
<i>André Augusto Malcher Meira</i>	
EXPLICAÇÃO PRELIMINAR	23
I O IGARAPÉ ESPERANÇA. UM SONHO QUE SE TORNOU REALIDADE.	25
II OURO NO CALÇOENE. A GARIMPAGEM. O RIO CALÇOENE E OUTROS RIOS. OS TRATADOS. A TOPONÍMIA.	31
A garimpagem	33
O Rio Calçoene e outros rios – os tratados	35
A toponímia	39
III O CONTESTADO. SUPERFÍCIE E NATUREZA.	41
IV ANTECEDENTES HISTÓRICOS. AS PRIMEIRAS ESCARAMUÇAS.	47
V O TRIUNVIRATO.	57
Quem era Francisco Xavier da Veiga Cabral	61
A organização exata do Triunvirato	63
VI AGITAÇÃO EM CAIENA. REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO. PREPARATIVOS PARA O ATAQUE.	67

VII	O EXÉRCITO DEFENSOR DO AMAPÁ. MEDIDAS DO TRIUNVIRATO.	77
VIII	PARTIDA DA EXPEDIÇÃO MILITAR DE CAIENA. DESEMBARQUE. O ATAQUE DE SURPRESA E SEU FRACASSO.	85
IX	O ATAQUE FRANCÊS E A REAÇÃO BRASILEIRA. MORTE DO CAPITÃO LUNIER. O MASSACRE.	95
X	DEPOIS DO MASSACRE. A EXPEDIÇÃO MACABRA. O TRANSPORTE DOS MORTOS.	103
XI	A VERSÃO FRANCESA NOS RELATÓRIOS DE DESTOUP E PEROZ. DETURPAÇÃO DOS FATOS. DIVERGÊNCIAS COM AS FONTES BRASILEIRAS.	111
XII	O RELATÓRIO FRANCÊS DO CAPITÃO E. PEROZ. VISÃO ESTREITA E PARCIAL DESSE OFICIAL E DE SEUS COMPANHEIROS DE AVENTURA GUERREIRA NO AMAPÁ. ANÁLISE DESSE RELATÓRIO.	137
	Comentário	172
XIII	AS CONSEQUÊNCIAS DA HECATOMBE. REAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL.	177
XIV	O CIENTISTA EMIL AUGUST GOELDI E O CONTESTADO. CORRESPONDÊNCIA COM O BARÃO DO RIO BRANCO.	189
XV	O CIENTISTA HENRI ANATOLE COUDREAU E A GUIANA BRASILEIRA.	207
	A Guiana Brasileira e os cientistas	210
XVI	JOAQUIM CAETANO DA SILVA E O CONTESTADO.	215

XVII	A HISTÓRIA DOS TRATADOS.	219
XVIII	A SOLUÇÃO DO LITÍGIO. O ARBITRAMENTO. O LAUDO DE BERNA.	231
XIX	A INCORPORAÇÃO DO TERRITÓRIO CONTESTADO AO BRASIL, INTEGRANDO O ESTADO DO PARÁ.	235
	BIBLIOGRAFIA GERAL	239
	ANEXOS	243
	Cronologia dos principais eventos relacionados com a história do Amapá	243
	Tratado de Utrecht	244
	Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817, para a restituição da Guiana Francesa ao governo de Luís XVIII	250



# PREFÁCIO

*Senador Randolfe Rodrigues*  
*Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal*

Com imensa satisfação o Conselho Editorial do Senado Federal se une ao Instituto Silvio Meira para apresentar a versão revisada e ampliada da notável obra *Fronteiras Sangrentas: Heróis do Amapá*, escrita por Silvio Augusto de Bastos Meira, por quem nutro profunda admiração.

A disputa por este território exuberante, repleto de riquezas inigualáveis, desencadeou vários embates entre diversas potências europeias: espanhóis, ingleses, holandeses, franceses e portugueses. Todos ávidos por conquistar a região que sabiam ser dotada de verdadeira opulência, raramente vista em outros locais.

Esta obra-prima da história do Amapá revela a luta heroica sustentada por um grupo de brasileiros que enfrentou corajosamente invasores dessas grandes potências, defendendo a região que por direito pertencia ao Brasil. Aqui, estes acontecimentos são narrados com virtuosa erudição, destacando-se o papel vital desempenhado por homens e mulheres na forja do precioso patrimônio da nação brasileira que é o Amapá.

Foi somente muito próximo do alvorecer do século XX que o Brasil, finalmente, resolveu a “Questão do Contestado do Amapá”, incorporando definitivamente a região ao território nacional por meio do Laudo Arbitral Suíço. Esse marco histórico só foi possível graças aos esforços de portugueses e brasileiros que, ao longo de mais de trezentos anos de batalhas, lutaram e defenderam a região, consolidando assim sua identidade brasileira.

A narrativa da colonização, as contendas territoriais e a resistência contra invasões, conforme apresenta Silvio Meira, foram fatores determinantes na formação do Amapá, conferindo-lhe a singularidade de ser o único estado brasileiro cuja identidade foi forjada pela escolha e determinação de seus próprios habitantes. Brasileiros como Francisco Xavier da Veiga Cabral, carinhosamente conhecido como “Cabralzinho”, desempenharam um papel monumental ao protagonizar uma das mais fascinantes batalhas na extremidade norte do país, um episódio sangrento de nossa história contado nesta obra.

Antes, em 1713, um marco significativo na história diplomática foi estabelecido através do Tratado de Utrecht, também conhecido como Paz de Utrecht. Nessa ocasião, foi formalmente reconhecida a soberania de Portugal sobre as vastas terras da América Portuguesa, abrangendo, inclusive, a região situada entre os rios Amazonas e Oiapoque.

O tratado desempenhou um papel crucial ao delinear as fronteiras e estabelecer parâmetros territoriais específicos. A linha demarcatória foi estabelecida pelo Rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón, configurando-se como a fronteira oficial entre o Brasil e a Guiana Francesa. Essa determinação geográfica visava trazer estabilidade e clareza às relações entre as potências coloniais da época.

No entanto, mesmo com a clareza estipulada pelo tratado, as reivindicações territoriais não cessaram completamente. A França persistiu em contestar a soberania portuguesa ao sul do Rio Oiapoque, dando origem a uma série de reivindicações que ecoaram ao longo de décadas. Essa controvérsia territorial continuou a moldar as relações entre as nações envolvidas, deixando uma marca duradoura na história das disputas fronteiriças na região.

A intensificação da disputa pela região ganha contornos mais imprevisíveis no início de 1894, quando alguns destemidos brasileiros fazem a descoberta de jazidas de ouro nas elevadas terras de Calçoene. Este achado desencadeia uma corrida pela exploração do metal, atraindo uma quantidade expressiva de aventureiros provenientes de diversas partes do mundo. O *boom* da exploração aurífera em Calçoene se desenvolve com celeridade, impulsionado pelo crescente influxo de pessoas ansiosas por explorar as riquezas recém-encontradas. A maior parte do ouro extraído



era destinada à exportação para a Europa, utilizando-se como ponto de partida a estratégica cidade de Caiena, capital da Guiana Francesa.

Essa dinâmica na exploração do ouro descoberto incrementa a competição pela posse e controle da região e desencadeia uma intrincada rede de interesses internacionais. O cenário revela a busca pelas riquezas naturais da região e a complexidade das relações comerciais e geopolíticas entre os envolvidos nesse contexto de disputas entre nações poderosas.

Silvio Meira, em sua obra, resgata a ávida busca das grandes potências por essa terra majestosa. Na reflexão sobre os acontecimentos da época, destaca uma edição do jornal *O Democrata*, de 1895, que veiculou um extenso artigo intitulado “A Questão do Amapá”. O artigo traz um trecho particularmente intrigante que chama a atenção, revelando as aspirações geopolíticas da época:

Um engenheiro militar francês escreveu as seguintes linhas que não podemos deixar de transcrever: dia virá em que o Amazonas representará na América do Sul o papel que desempenha o Mediterrâneo no antigo continente; portanto, a posse de um território, que confina com a foz de semelhante rio, tem importância capital.

Através dessas linhas, é possível vislumbrar, além da relevância estratégica atribuída à região, a visão prospectiva que antecipava o papel crucial do Amazonas no cenário mundial. Silvio Meira prossegue, relevando antigos e conhecidos desejos dos franceses...: “nessa foz possui encravado um arquipélago (o do Marajó), com quase sessenta mil quilômetros quadrados. Era o fascínio de Luís XIV, no passado”.

A descoberta das ricas jazidas de ouro em Calçoene torna-se o epicentro de uma crescente hostilidade entre brasileiros e franceses, desencadeando ações extremas por parte dos representantes das autoridades francesas. Em uma demonstração de extrema violência, esses agentes optam por interromper o acesso dos brasileiros às promissoras minas de ouro. A reação não se fez esperar: os brasileiros, que constituíam a esmagadora maioria da população na região disputada, levantaram-se em revolta contra tais medidas arbitrárias, dando voz à sua indignação diante das restrições impostas ao uso da terra que consideravam sua.

Com o objetivo de restabelecer a ordem na região, insurge-se para assumir o comando um triunvirato composto por Desidério Coelho, o cônego Domingos Maltez e Francisco da Veiga Cabral. Este grupo de líderes empreende esforços decisivos ao promulgar leis que almejam trazer organização política e judicial ao território. Essa iniciativa visava não apenas aplacar o caos vigente mas também estabelecer bases sólidas para a governança e a justiça na região, marcando um capítulo crucial na busca pela estabilidade e pela estruturação socioeconômica da região.

Posteriormente, visando restabelecer sua autoridade na região, a Guiana Francesa despacha uma expedição militar à Vila de Amapá, sede do novo governo. O contingente de infantaria naval, liderado pelo capitão Lunier, recebe a missão de abordar Francisco da Veiga Cabral, figura central do triunvirato amapaense. Esse encontro inevitavelmente ocorre em 15 de maio de 1895.

Ao tentar prender Cabral, irrompe um violento confronto entre o destacamento francês e as forças brasileiras, resultando na morte do capitão Lunier e de alguns de seus comandados. Os combatentes brasileiros resistem bravamente por algum tempo, sofrendo baixas, antes de optarem por se refugiar na densidade da floresta. Este cenário trágico desencadeia uma revanche inesperada por parte dos militares franceses, que atinge não apenas os combatentes mas também idosos, mulheres e crianças.

Conhecida como a “tragédia da Vila Amapá” ou a “Expedição Macabra”, a retirada dos soldados franceses ao entardecer daquele dia sangrento (15 de maio de 1895) marca o término de uma incursão macabra. A expedição deixou um rastro de destruição e morte, perpetrando um atentado chocante contra vítimas praticamente indefesas. Relatos detalham os horrores do ataque: idosos foram queimados vivos em suas casas incendiadas, crianças indefesas foram massacradas, famílias inteiras foram brutalmente eliminadas. Silvio Meira descreve:

Antes do cair da tarde os soldados franceses iniciaram a sua retirada da praça de guerra. Foi uma expedição macabra. Havia semeado a destruição e a morte, num atentado contra vítimas quase indefesas, o que muito depunha contra a dignidade dos atacantes. Velhos de mais de setenta anos foram queimados vivos em suas residências incendiadas! Crianças

de tenra idade massacradas! Algumas morreram nos braços maternos! A casa do comerciante Manoel Gomes Branco, onde tremulava uma bandeira brasileira, teve as suas portas arrombadas a machado, o mastro cortado, a bandeira estraçalhada. Mataram-lhe a esposa e quatro filhos! A canoa, com os cadáveres de brasileiros, foi amarrada na corveta Bengali, rebocada em direção a Caiena. Prisioneiros brasileiros, sobreviventes do massacre, foram postos a ferros nos porões!

Cabralzinho, em virtude de sua conduta heroica durante esse episódio sombrio, alcança grande reconhecimento nacional, sendo saudado calorosamente pela população em diversos centros urbanos, como Belém, Recife e Rio de Janeiro. Esse reconhecimento culmina em um momento de grande honra, quando o presidente da República, Prudente de Moraes, concede a Cabralzinho o prestigioso título de “general honorário” do Exército brasileiro. Essa distinção celebra a bravura singular demonstrada pelo líder durante os eventos traumáticos da invasão francesa e ressalta a admiração do nosso povo por sua postura resiliente diante da ferocidade do adversário.

Os desdobramentos desses eventos, documentados por uma variedade de periódicos brasileiros e franceses, que revelaram a brutalidade do conflito, exerceram uma pressão significativa sobre ambas as nações. Sob o escrutínio público e o clamor da sociedade em seus respectivos países, Brasil e França optaram por buscar uma resolução diplomática para a disputa.

Essa solução se materializou por meio do arbitramento pelo governo suíço, com o Barão do Rio Branco assumindo a defesa da causa brasileira. O desfecho, alcançado em 1900, consagrou uma vitória integral para o Brasil, estabelecendo a fronteira de maneira definitiva no Rio Oiapoque. Essa decisão, tomada nos salões da diplomacia, encerrou o conflito territorial e solidificou a habilidade do Brasil em conduzir questões delicadas de maneira diplomática, com a figura do Barão do Rio Branco destacando-se como um artífice magistral desse triunfo histórico, que só foi possível graças à luta heroica anteriormente travada por um grupo destemido de brasileiros, que não hesitaram em confrontar o invasor audacioso.

Esses são alguns dos eventos narrados com maestria nesta obra-prima, que compõe a rica história da nossa Guiana Brasileira. Ao iluminar episódios frequentemente esquecidos, a narrativa de Meira resgata a coragem e a determinação de nossos compatriotas na preservação do território nacional. Verdadeiro presente para as atuais e futuras gerações, que revela, com uma preciosidade ímpar, a conquista e a integração definitiva ao nosso país de uma das regiões mais ricas e encantadoras do planeta: o Amapá.

*Macapá, 16 de janeiro de 2024.*

# NOTA DO INSTITUTO SILVIO MEIRA

*André Augusto Malcher Meira*<sup>1</sup>

Apresentar esta magnífica obra *Fronteiras Sangrentas – Heróis do Amapá*, escrita pelo meu avô, Silvio Augusto de Bastos Meira, é, ao mesmo tempo, tarefa fácil, mas, também, tarefa difícil, pela ligação familiar e, ainda, profissional. Um agradecimento especial ao Conselho Editorial do Senado Federal, por ter abraçado este projeto e este sonho com tanto carinho.

Este livro representa o lado historiador do autor, amazônida, já consagrado jurista e romanista, pesquisador indelével, quando decidiu retratar, sobretudo, a história de Cabralzinho e a anexação do Amapá à Federação brasileira.

O autor desta obra, o saudoso professor Silvio Augusto de Bastos Meira: nome literário Silvio Meira, advogado, professor catedrático e emérito da Universidade Federal do Pará (UFPA), jurista, jurisconsulto, humanista, germanista, romancista, escritor. Homem de todas as letras. Filho do senador Augusto Meira com Anésia de Bastos Meira, nasceu em Belém do Pará, no dia 14 de maio de 1919. Em 1924, iniciou

---

1 Presidente do Instituto Silvio Meira (ISM). Titular da cadeira nº 2, ex-presidente e presidente honorário da Academia Brasileira de Direito (ABD). Titular da cadeira nº 27 da Academia Paraense de Letras Jurídicas (APLJ). Mestre e doutorando em direito. Membro do IAP. Professor adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA). Advogado no Brasil e em Portugal.

os estudos primários no Instituto Vieira, concluindo-os em 1929. No ano seguinte, aos 11 anos, ingressou no Gynásio Paraense (atual Colégio Paes de Carvalho), onde organizou um jornal intitulado *Nihil*, com seis exemplares. Em 1935, aos 16 anos, termina o curso ginásial e realiza o curso pré-jurídico, quando inicia os estudos na língua alemã com a professora Otília Müller Schumann. Aos 18 anos escreve seu primeiro livro, *A conquista do Rio Amazonas*, onde conta a história do navegador Pedro Teixeira e, aos 19, escreve seu primeiro romance – *Mato Grande* –, inédito até hoje, quando, também, teve publicado no importante *Journal do Commercio* um trabalho sobre Frederico Schiller, de sua autoria. Em 1937, ingressa na Faculdade de Direito do Pará. Em 1940, ainda acadêmico de direito, realiza concurso para o Ministério do Trabalho, conquistando o primeiro lugar entre 400 candidatos, assumindo como secretário do Tribunal Regional do Trabalho. Gradua-se em direito no ano de 1942, com o título de “laureado”, sendo o orador oficial da turma. Em 1943, desliga-se do Tribunal do Trabalho e é nomeado diretor da Junta Comercial do Estado do Pará. Inscrito na OAB-PA sob o nº 305, foi advogado militante por mais de 30 anos. Completou seus estudos humanísticos com bolsa de estudos na Alemanha, França e Itália, nos anos de 1957 a 1962. Em todas as missões ao exterior, manteve contato pessoal com eminentes romancistas, tendo várias de suas obras traduzidas para vários idiomas.

Projetou-se no Pará como legislador (Constituinte de 1946), presidente da Comissão que elaborou o projeto da Constituição Política do estado em 1947 e membro da que elaborou a de 1967. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, contribuiu para a redação do Código Civil de 2002. Também foi presidente do Instituto dos Advogados do Pará (IAP) e vice-presidente da OAB-PA na gestão de Daniel Coelho de Souza e Egydio Salles. Silvio Meira ainda foi deputado estadual (líder da maioria), consultor-geral da Prefeitura de Belém, consultor-geral do estado, membro do Conselho Estadual (desde a sua fundação em 1969) e do Conselho Federal de Cultura (1971 a 1977), bem como 1º suplente de deputado federal e de senador da República.

Além dos inúmeros cargos que exerceu, era membro de várias entidades culturais, nacionais e estrangeiras, tais como: Academia Brasileira

de Letras Jurídicas (fundador, na cadeira nº 5); Academia Brasileira de História; Instituto dos Advogados Brasileiros (de onde foi orador oficial por muitos anos); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (e de vários estados, como o do Pará); Academias de Letras (Carioca, Pará, Acre, Paraíba, Alagoas e outras); Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil; Sociedade Brasileira de Romanistas. Foi, ainda, presidente da Associação Interamericana de Direito Romano, bem como membro honorário da Academia Paraense de Letras Jurídicas. Com mais de cinquenta títulos e diplomas honoríficos, entre eles o Diploma *Al Mérito* da Universidade Autônoma e da Universidade Veracruzana do México; Palma de Ouro da UFPA; *Ami de Paris*, do Conselho Municipal de Paris; Medalha do Mérito da Universidade Federal de Pernambuco; Medalha Osvaldo Vergara da OAB-RS; Medalhas do Centenário de Rui Barbosa, do Centenário de Plácido de Castro; Cidadão Carioca, pela Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara; Medalha José Veríssimo da Academia Paraense de Letras; Medalha Cultural Augusto Meira, do Conselho Estadual de Cultura, Diploma de Cidadão Petropolitano e Prêmio Clio, da Academia Paulista de História (1991), dentre tantos outros. Recebeu quatro prêmios da Academia Brasileira de Letras (Odorico Mendes, Aníbal Freire, Alfredo Jurzikowsky e a mais alta comenda cultural brasileira, a Medalha Machado de Assis, pelo conjunto da obra). Nas Letras Jurídicas, é o único paraense a receber as três maiores comendas do país: o Prêmio Pontes de Miranda, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (1980), o Prêmio Teixeira de Freitas, do Instituto dos Advogados Brasileiros (1971, indicado por 36 juristas) e o 1º Prêmio Brasília de Letras Jurídicas, do Clube dos Advogados do Distrito Federal (1977). Nos anos 70, cursou a Escola Superior de Guerra, sendo orador da turma.

Como professor, em 1947 foi contratado para lecionar direito civil e, em 1955, começou a lecionar direito romano, conquistando a cátedra da disciplina em 1958 com a tese *A Lei das XII Tábuas – Fonte do Direito Público e Privado*. Em 1989, foi elevado a professor emérito da UFPA. Sílvio Meira, sobretudo, era um germanista. A convite do governo alemão estudou e visitou as universidades de Bonn, Hamburgo, Berlim, Munique, Bochum, Heidelberg, Constanz, Instituto Max Planck, entre outras. Traduziu, do original, a obra-prima *Fausto* de Goethe, em ver-

sos rimados (5 edições), merecendo por essa tradução os aplausos de eminentes homens de letras brasileiros. Traduziu, também, o drama *Guilherme Tell*, de Frederico Schiller (2 edições), sendo premiado pela Academia Brasileira de Letras. Sobre a cultura tedesca, ainda publicou a bela obra *Estudos Camonianos e Goethianos*. Pelas suas realizações no campo germanístico, recebeu a mais alta comenda cultural alemã, a medalha *Verdienstkreuz*, a Cruz do Mérito da antiga República Federal da Alemanha, em 1ª classe. Sobre a tradução do *Fausto* feita por Silvio Meira, escreveu o saudoso Carlos Drummond de Andrade: “Não preciso dizer-lhe do interesse que me despertou a recriação, em vernáculo, da obra-prima alemã, interpretada com tanto escrúpulo intelectual e conhecimento de particularidades literárias, que tornam esse trabalho realmente digno de admiração”.

Silvio Meira publicou inúmeras obras nas áreas do direito, literatura, poesia, ensaio, biografia, tradução e romance, mais de duzentas monografias, artigos e conferências por todo o mundo e mais de quinze mil pareceres jurídicos. Já tratamos, por exemplo, das obras germanistas, abordando a tradução do *Fausto* de Goethe e o drama *Guilherme Tell*, de Schiller, ambas premiadas como as melhores traduções para a língua portuguesa. Aliás, sobre o caráter germanista de Silvio Meira, assim pronunciou-se a saudosa escritora Rachel de Queiroz, a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras: “Silvio Meira é um goethiano, cultor e tradutor do Poeta. Isso se compreende, pois as afinidades entre ambos são evidentes, como a multiplicidade de facetas intelectuais, que no paraense descobrimos na cátedra, na ciência, na linguística, na poesia, no romance. E cada qual tão merecedora de aplausos quanto a obra”.

Mas, Silvio Meira era, também, um romancista. Sua famosa trilogia *Os Náufragos do Carnapijó*, *O Ouro do Jamanxim* e *Os Balateiros do Maicuru*, que retratam a vida na Amazônia, eram obras obrigatórias nas escolas públicas do país pelo Instituto Nacional do Livro (INL). Aliás, sobre *O Ouro do Jamanxim*, pronunciou-se o grande Carlos Drummond de Andrade: “[...] belo e vigoroso romance *O Ouro do Jamanxim*. Ele nos permite visualizar, de forma dramática, a terra e o homem amazônico, através de uma história que cativa o interesse do leitor. Ficção que reflete



a vida em movimento, e que por isso, a par do mérito literário, tem o valor de documento social e humano”.

No campo da história, Silvio Meira escreveu *A Conquista do Rio Amazonas*; *A Epopéia do Acre*; *Fronteiras Sententrionais: 3 séculos de lutas no Amapá*; *Fronteiras Sangrentas*; *Meditações sobre o Fausto de Goethe* (separata) e *Mato Grande* (inédito). Sobre a obra *Fronteiras Sangrentas*, assim comentou o saudoso intelectual Gilberto Freyre: “[...] o erudito admirável, cujo alto saber nunca se desprende das coisas mais nacionais do Brasil, que é o Prof. Silvio Meira”. No campo da poesia, publicou *Antologia Poética*, *Antologia de Poetas Alemães* (26 poetas), e os ensaios *Estudos Camonianos e Goethianos* – onde faz uma profunda análise comparativa entre o pensamento de Goethe e Camões –, *Andrés Bello e Teixeira de Freitas* e *A missão do orador*. Sobre as *Antologias Poéticas*, assim escreveu o saudoso escritor Octávio de Faria, imortal da Academia Brasileira de Letras: “Silvio Meira é um ser vivo e pulsante, ao mesmo tempo um romancista, e um poeta, um jurista e um ensaísta, um ser que vibra como todos ante tudo o que existe e se faz sentir no tremendo mundo em que vivemos. Apenas, e antes de mais nada, é um ser voltado para o que há de mais belo e de mais nobre, para o passado mais clássico em cujo culto foi educado – e, digamos assim, esplendidamente educado”.

Na área do direito, foi autor de inúmeras obras, artigos, conferências e trabalhos científicos ao longo da vida, especialmente na área romanista, os quais destacamos: *Curso de Direito Romano* (reeditado em 1996 pela LTr em edição comemorativa); *História e Fontes do Direito Romano*; *Instituições de Direito Romano* (um tratado, reeditado em 2017 pelo Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP); *Direito Tributário Romano* (reeditado em 2013 pela Ed. UFPA); *A Lei das XII Tábuas – Fonte do Direito Público e Privado* (sua tese de cátedra); *Novos e Velhos Temas de Direito*; *O Direito Vivo*; *Noções Gerais de Processo Civil Romano*; *Processo Civil Romano*; *Temas de Direito Civil e Agrário*; *A vocação dos séculos e o Direito Romano*; *Alguns Casos Forenses*; *Direitos de ontem e de hoje*; *Rui Barbosa na Constituição de 1988*; *O Brasil e o Direito Romano*; *O Tribunato da Plebe em face do Direito Romano*; entre tantos outros. Suas obras foram publicadas pelas melhores editoras do Brasil e do exterior. Notabilizou-se com o lançamento das biografias dos dois maiores juristas do Brasil: Clóvis

*Beviláqua – Sua Vida, Sua Obra e Teixeira de Freitas – O Jurisconsulto do Império*, ambas premiadas, deixando, ainda, a obra inacabada *Couto de Magalhães, o último bandeirante*. Sobre a biografia de Teixeira de Freitas, assim escreveu o saudoso Afonso Arinos de Melo Franco, titular da cadeira 25 da Academia Brasileira de Letras: “Agora, com este livro monumental sobre Teixeira de Freitas, o humanismo de Silvio Meira adquire nova dimensão, a de biografia, no seu sentido abrangente de ensaio jurídico, pesquisa histórica, reflexão social e compressão humana”. Silvio Meira compôs inúmeras bancas de mestrados, doutorados, cátedras e livre docências em diversas universidades da Europa e da América Latina, muitas delas na Universidade de São Paulo (USP). Em 2017, a Universidade da Amazônia batizou a biblioteca do curso de direito com o seu nome.

Silvio Meira casou-se com Maria José Martins Meira (*in memoriam*) e teve sete filhos: Aluisio, Maria Silvia, Arnaldo (*in memoriam*), Heloisa, Celso (*in memoriam*), Fernando (*in memoriam*) e Henrique. Dedicou-se também à arte, especializando-se em pintura na França. A música, que ele tão bem retratava no piano Essenfelder de cauda longa, também fazia parte dos seus *hobbies* desde a infância. Falava e escrevia fluentemente mais de oito idiomas, entre eles o latim, alemão, francês, espanhol, italiano, inglês e grego. Silvio Meira faleceu no dia 31 de dezembro de 1995, em Londres, Inglaterra, depois de retornar de uma conferência em Bruxelas. Foi toda uma vida dedicada à cultura, ao trabalho, à família e à pátria.

## EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

O autor pretende, por meio de livros como este, despertar a atenção do povo brasileiro, especialmente da juventude, para os fatos históricos, todos eles repletos de heroísmo, referentes à conquista e defesa da Amazônia, no passado.

O Amapá, uma das mais ricas regiões do país, no extremo norte, localizado entre a foz do Amazonas e o rio Oiapoque, atraía a atenção e a cobiça de outros povos, desejosos de alargar os seus domínios. Os franceses, por serem vizinhos, alimentaram controvérsia multissecular. Lutas sangrentas se travaram na região de fronteira, principalmente depois da descoberta do ouro, em vários locais. Tais fatos, pelo heroísmo de que se revestem, não podem ser esquecidos das gerações atuais.

Essa é a razão por que o autor procura reviver tantos episódios, em que o espírito de sacrifício e o amor à Pátria estão presentes.

Para a elaboração deste livro teve de recorrer aos arquivos da Biblioteca Pública e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a numerosas obras, sendo de referir, entre tantas: 1º) *O Amapá*, de Manoel Buarque, ed. da Papelaria Suíço, Belém, 1925; 2º) *História Diplomática do Brasil*, de Delgado de Carvalho, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1959; 3º) *L'Oyapock et l'Amazone*, de J. Caetano da Silva, imp. L. Martinet, Paris, 1861; 4º) *Verdadeiro Eldorado*, de Alfredo Gonçalves, Belém, 1932; 5º) *Crônica*, de Pe. João Felipe Bettendorf, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo CXXII, parte I, imp. Nacional, Rio, 1910; 6º) *Memória sobre a fixação dos limites das Guianas Francesa e Portuguesa*, pelo barão Alexandre de Humboldt, in: *Limites do Brasil com as Guianas Francesa e Inglesa*, de J. M. N. d'Azambuja, Rio, tip. *Jornal do Comércio*, 1892, p. 92; 7º) *Território do Amapá, Perfil Histórico*, de Arthur Cezar Ferreira Reis, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1949; 8º) *Limites do Brasil com as Guyanas, Franceza e Inglesa*, do conselheiro J. M. N. d'Azambuja, Rio de Janeiro, tip. do *Jornal do Comércio*, 1892; 9º) *Posse e Domínio de*

*Portugal, nas terras do Cabo do Norte*, Memória de Alexandre Rodrigues Ferreira, 1972; 10<sup>o</sup>) *História de Belém*, de Ernesto Cruz, ed. da Universidade Federal do Pará, 1973; 11<sup>o</sup>) *Formação Histórica do Pará*, de Manoel Barata, Col. Amazônica, UFPA, 1973; 12<sup>o</sup>) *Fronteiras e Fronteiros*, de Castilhos Goycochêa, ed. da Cia. Editora Nacional, S. Paulo, Rio, 1943; 13<sup>o</sup>) *Rio Branco*, de Álvaro Lins, Liv. José Olympio, Rio, 1945; 14<sup>o</sup>) *As Regiões Amazônicas*, do barão de Marajó, Lisboa, imp. Libânio da Silva, 1895; 15<sup>o</sup>) *História das Fronteiras do Brasil*, de Hélio Viana, G. Laemmert Ltda., Rio, 1948; 16<sup>o</sup>) *Ouro do Amapá e o linhito do Alto Solimões*, de Antonio Rodrigues Vieira Júnior, no Boletim n<sup>o</sup> 8 do Ministério da Agricultura, Rio, 1924; 17<sup>o</sup>) *Crepusculares*, poemas de Joaquim Francisco Mendonça Jr. (Múcio Javrot), s/ data; 18<sup>o</sup>) Relatório Geral da Administração apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. José Paes de Carvalho, Belém, 1900; 19<sup>o</sup>) *Memória sobre os limites com a Guiana Francesa*, por Joaquim Caetano da Silva, in Revista Trimensal de História e Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 4<sup>o</sup> trimestre de 1850, Rio; 20<sup>o</sup>) Coleção de jornais da época; 21<sup>o</sup>) Mapa do território do Amapá, elaborado pelo serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Amapá, baseado no *Aeronautical Chart Service*, de Washington D. C.; 22<sup>o</sup>) Artigo *Centenário de Nascimento do patriota Francisco Xavier da Veiga Cabral*, de Ernesto Cruz, publicado na Folha do Norte, 1973; 23<sup>o</sup>) *Obras do Barão do Rio Branco – Questões de Limites*, vols. III e IV, ed. do Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, Rio, 1945; 24<sup>o</sup>) Obras e correspondência do cientista Emil August Goeldi.

Entre os jornais da época, compulsados pelo autor, sobressaem *A República*, o *Diário de Notícias*, este de propriedade de Felipe José de Lima, amigo pessoal de Cabralzinho, *A Folha do Norte*, todos de Belém, e o *Monitor de la Guyane Française*, pesquisado pelo autor em Paris, na *Bibliothèque Nationale*.

Algumas fotografias foram doadas ao autor por descendentes de personagens do livro: sras. Waldomira Cabral Franco e Maria de Belém Cabral Franco de Oliveira, filha e neta de Cabralzinho; dr. João Lima Filho e Nelson Lima, neto e bisneto de Felipe José de Lima; dr. Egídio Machado Sales, neto de Egydio Leão de Salles. Outros resultaram de pesquisas em bibliotecas, arquivos e publicações da época

I  
O IGARAPÉ ESPERANÇA.  
UM SONHO QUE SE TORNOU  
REALIDADE.

Um igarapé que se chama Esperança haveria de representar papel importante na história brasileira do extremo norte. Antes não possuía denominação, era apenas um filete d'água perdido na floresta. Parece ter transmitido a todos que o procuravam, pela magia do nome, desejos de melhores dias, dias de trabalho e fartura, progresso e grandeza. Mas esse nome surgira precisamente da ânsia coletiva na procura do ouro, finalmente encontrado em seu leito a fulgir entre os cascalhos, os homens curvados sobre as bateias, a esperança a brilhar-lhe nos olhos.

Tudo era selva, resistência bruta, o emaranhado da mata, com mil tonalidades de verde, parecia uma muralha fantástica, em certos locais, quase intransponível. O riozinho descia suavemente, a marulhar sobre pedra e paus podres, com galhos ou troncos a obstruírem aqui e ali o seu curso. A mata, ora mais densa, ora mais rarefeita, a esconder os seus segredos, o silêncio cortado pelo ruído das folhas agitadas pelo vento, ou pelo estrondo dos vendavais, seguidos de chuvas violentas, a castigarem as copas maciças.

Depois de passada a refrega, voltava a solidão, apenas perturbada por um ou outro grito de aves selvagens, os estridentes periquitos a se acumularem sobre galhos e folhas, depois o bando, em nova revoada, em todas direções, despertando o torpor da floresta. Macacos agilíssimos agitavam também as copas, pondo em sobressalto os invasores tomados de surpresa, que logo, por ato instintivo, agarravam as espingardas carregadas e as apontavam em direção do ruído. Não era nada de assustar. Os símios buliçosos, soltando guinchos brutos, seguiam a marcha dos

homens como se participassem da expedição. O receio dos dois irmãos, Firmino e Germano, era fundado.

Havia também feras: onças e gatos-maracajás perigosos, traiçoeiros, que deveriam abater a tiros no primeiro encontro, antes que tivessem tempo de atacar. Só a extrema perícia, o hábito da caça, permitia-lhes defesa imediata. As serpentes constituíam outra ameaça permanente – de todos os tamanhos, venenosas muitas –, e os recursos escasseavam dentro daquela selva. Muita paisagem nova se descortinava aos olhos dos dois irmãos, que resolveram embrenhar-se à procura do ouro, vadeando cursos d'água, vencendo corredeiras ou obstáculos maiores. O ouro, *la couleur*, como o chamavam os crioulos da Guiana, estava escondido em algum lugar, nas entranhas da terra, levado aqui e ali pela correnteza, de mistura com seixos e cascalhos.

A imensa região banhada pelo Amazonas sempre fora objeto da cobiça de muitos povos. Alguns lhe arranhavam o litoral, no início, como os holandeses e ingleses, que depois penetravam pela foz, pondo em sobressalto os colonizadores portugueses. Muito dentro foram os ingleses, até Gurupá, na garganta do grande rio e ali fundaram um forte.

Os espanhóis, desde Vicente Pinzón, no século 15, rondavam-na, devassando-a por vezes, como o fizera Orellana. Outros adversários, porém, visavam mais de perto o Amapá: os franceses, afoitos nas investidas, sô-fregos de ouro, tendo a alimentá-los a esperança que lhes dera Luís XIV, desejoso de estender seus domínios até a foz do rio-mar. Holandeses, ingleses e franceses foram rechaçados, lançados para longe, empurrados pelo litoral, fixando-se ao norte, nas três Guianas, ponto de apoio das três raças.

Mas as pretensões francesas permaneciam. Eram vizinhos, separados por um rio: o Oiapoque. O Amapá, como ponta extrema do norte do Brasil, voltado para o mar, atraía atenção francesa, principalmente depois que começaram a surgir aflorações de ouro nos cursos de rios, em muitas direções.

Os portugueses, para garantirem a posse da terra, construíram a Fortaleza de Macapá, no século 17, imensa massa de pedra, com suas seteiras e torreões, dura barreira contra o invasor, numa ponta que avança para o mar.

No ano de 1893 começaria nova fase na vida da região. Os dois irmãos, Germano e Firmino, depois de longas penetrações pela selva, encontram ouro.

– Ouro! Ouro! – aquele grito ecoou pela mata despertando a natureza morta.

Germano, com a bateia na mão, sobe nervosamente pela margem íngreme do igarapé em direção do irmão, Firmino, que mais adiante se debruça sobre a terra a examinar o solo. Nenhum eco respondeu ao grito de alegria.

Raios finos de sol penetram pela folhagem das árvores e vêm se refletir nas pepitas douradas. Germano e Firmino, dois irmãos, haviam se aventurado pela mata adentro, a subir o rio Calçoene em direção ao sertão. Noites e dias de luta incansável. Firmino não acreditava em sonhos, mas a palavra do pai continuava a ecoar em seus ouvidos, como se fora uma ordem. Durante as noites costumavam acampar à margem do rio. Pela manhã, bem cedo, mal surgiam os primeiros sinais de luz no horizonte, recomeçavam a jornada, em pequeno barco, inicialmente, enquanto logravam vencer corredeiras ou pedregulhos, que afloravam aqui e ali. Quando podiam, transportavam nos braços a frágil embarcação. Conseguiram ultrapassar sete cachoeiras, penetrando fundo na região do Amapá. Um mundo de florestas, rios e montanhas.

Conhecedores das terras auríferas, não se cansavam de examinar os leitos dos rios, sempre e sempre a perseguir o ideal. Era um ideal que vinha de muito tempo.

– Eu bem disse, Firmino. O sonho se realizou!

Ah! O sonho! E que o pai de Germano e Firmino, antes de morrer, tivera uma visão estranha. Narrara ao filho que Santo Antônio lhe aparecera certa noite, nos devaneios de um sonho, e lhe dissera que seguisse o curso do Rio Calçoene e haveria de encontrar ouro. Dera-lhe o roteiro, sugerindo que, ao alcançar o igarapé que indicara, penetrasse na floresta, acompanhando o curso daquele afluente do Calçoene. Lembrava-se bem das palavras que ouvira:

– Meu filho, depois de passares por sete cachoeiras penetra na mata na direção do oeste. Encontrarás ouro no primeiro igarapé, ainda a oeste.<sup>1</sup>

---

1 Os livros sobre a região, em geral, fazem alusão a esse “sonho”, que a credence popular transmitiu de geração em geração.

O afluente do Calçoene mais tarde receberia dos franceses o nome de Rio Carnot. Sete dias de viagem por esse rio haviam apresentado aos dois expedicionários muitos obstáculos. As cachoeiras e corredeiras dificultavam o acesso. Arrastavam a embarcação para a margem e carregavam-na nos ombros ou empurravam-na sobre a terra até alcançarem novo trecho navegável. As mercadorias que conduziam – alguns gêneros alimentícios, armas de fogo, munição – transportavam-nas com dificuldades, através da floresta, sempre marginando o curso d'água. Depois de sete dias e sete noites tornou-se impraticável a navegação. Levantavam-se em frente cachoeiras de maiores proporções. Mais tarde essa localidade viria a receber o nome francês de *Grand Degrad*. O rio se estreitava consideravelmente. Sua largura ficou reduzida a pouco mais de dez metros. Repartia-se, todavia, em diversos trechos altamente encachoeirados, a água a desabar sobre pedras. Mesmo assim os dois irmãos não desanimaram. Abandonaram a embarcação à margem. Prepararam os seus alforjes, armas e mochilas e penetraram na mataria em direção do oeste.

Durante vinte dias viajaram pela mata, ora atravessando-a com relativa facilidade, nos trechos mais rarefeitos, ora usando os seus facões, a cortar galhos e cipós, e assim penetraram, a pouco e pouco, na selva. Floresta espessa. Um grande silêncio. Longe, muito longe da civilização. À noite deitavam-se ao chão, na barraca de campanha improvisada, em lugares que lhes pareciam bem protegidos, sob as árvores imensas.

Algumas caças lhes serviam de alimento. Protegiam-se dos carapanãs com fogueiras, que acendiam logo ao cair da noite. Venceram mais trinta e cinco quilômetros a partir de *Grand Degrad* em direção do ocidente.

Quase desesperançados, acamparam, à noite do vigésimo dia, à margem de estreito córrego. Começaram a admitir a hipótese de fracasso. O sonho paterno já parecia a Firmino algo ridículo e inaceitável. Pensavam em regressar. Mal clareava o dia, deixou Germano a pequena barraca de lona e se dirigiu ao leito do riacho. Firmino, mais adiante, acendeu pequena fogueira, a fim de preparar o café sobre um fogareiro improvisado, com pedras rústicas. Quebrara alguns galhos secos, que reunidos a folhas mortas, eram o seu combustível.



A leve névoa, dispersa sobre a mata, durante a noite, ia-se dissipando com a luz do sol, filtrada pela folhagem verdejante.

Germano é mais persistente. Não descre do sonho paterno. Haveria de encontrar ouro. Momentos depois o seu grito rompe o silêncio do deserto:

– Ouro! Firmino! Ouro!

Não era grande a percentagem colhida nesse trecho. Nas redondezas deveria haver maior filão. Perto do local erguia-se ameaçadoramente a montanha. Estava concretizada a esperança dos dois irmãos.

– Esperança...

Esse foi o nome que deram ao riozinho e à montanha.

No dia seguinte, de pesquisa em pesquisa, atingiram outro pequeno igarapé.

– Vê, Firmino – diz Germano – quanto ouro se encontra neste rio...

– Já conseguimos bateias de quase 150 gramas cada uma – responde Firmino.

– A menor que obtivemos foi de dez gramas.

A previsão se realizara.

Quem poderia explicar os segredos do sonho premonitório?

Essa era a história narrada oralmente em toda a região e registrada nos livros que passaram a tratar do assunto.

Findava o ano de 1893.

1894 seria ano de grandes surpresas para a região.

A descoberta do ouro atrairia em breve milhares de pessoas de todas as direções, cegas de ambição. Outros garimpos em vários rios já exauridos ficariam ao abandono. Os franceses e os crioulos da Guiana desceriam de seus domínios em direção do sul, penetrando em terras brasileiras, invocando direitos inexistentes. Todo um novo panorama histórico se descerraria e a região viria a ser teatro de lutas memoráveis.



II  
OURO NO CALÇOENE.  
A GARIMPAGEM. O RIO  
CALÇOENE E OUTROS RIOS.  
OS TRATADOS. A TOPONÍMIA.

A notícia correu célere como se fora levada pelo vento. Ouro do Calçoene!

Homens experientes, entre eles Clement Tamba, provindos da Guiana, se embrenham pela mata e se dedicam logo ao garimpo, extraíndo grandes quantidades de metal. Ouro que se escoia para Caiena, não só por serem mais fáceis as comunicações com a capital da Guiana, como, também, por serem guianenses muitos exploradores, altamente experientes.

Caiena é uma pequena e triste cidade, as casas de madeira, cobertas de zinco ou de palha, as ruas mal traçadas e poeirentas, mais parece um acampamento. A população, preponderantemente negra, dedica-se à extração de produtos da natureza ou à incipiente indústria de aguardente.

Como entreposto comercial, no entanto, apresentava regular importância, ponto de apoio da França na América do Sul.

Clement Tamba regressa a Caiena conduzindo doze quilos de ouro do Calçoene e os cérebros se incendeiam. Todos querem ver o produto da lendária região do Amapá, que os franceses denominam simplesmente *Le Mapa*. Organizam-se expedições de garimpeiros, surgem aventureiros de diversas nacionalidades. Fundam-se empresas. Bateias, com apenas uma grama, lançavam-nas fora. Só interessavam aquelas que apresentassem razoável produção, pelo menos 10 gramas. Era o ouro, *la couleur*, para os crioulos da Guiana Francesa. Depois de decorridos dois anos da descoberta dos irmãos Germano e Firmino, cerca de seis

mil pessoas habitam o curso do Rio Calçoene. Em 1895 as estatísticas acusam esse número.

As atenções gerais se voltam para a zona aurífera, cuja fama se dilata, atravessa os mares, e vai repercutir em Paris. O governo francês passa a olhar com maior atenção a sua possessão sul-americana. Caiena, até então, nada mais fora do que um local de degredo para os grandes criminosos. Um sinistro presídio enche de dramas a sua história. Ali esteve prisioneiro Alfred Dreyfus (oficial francês nascido em 1859), sob acusação de espionagem. Condenado em 1894, mereceu indulto em 1899. Depois de agitar campanha de revisão foi finalmente reabilitado em 1906.

E dessa forma se povoaram os rios. A pouco e pouco a mata ficou devassada por homens vindos de todas as nações: brasileiros nativos, portugueses, franceses, crioulos das Guianas, holandeses, ingleses, americanos, indianos, chineses, judeus e outros mais.

Depois surgiriam grandes empresas estrangeiras, como a *Société Française de l'Amérique Equatoriale*, a *The Carsewne and Developments Anglo French Gold Mining Company*, e outras. Em 1893 essa gleba concentra atenção geral.

Aspecto a reclamar profundo estudo e revisão é o referente à produção aurífera na área do Contestado e sua exportação. Há em torno do assunto magnífico relatório de autoria do geólogo Antonio Rodrigues Vieira Júnior, publicado no *Boletim do Ministério da Agricultura*, nº 8, de 1924, quando ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Também nesse setor não são acordes as fontes disponíveis, quanto à produção de ouro em cada rio e o volume da exportação. Rodrigues Vieira Júnior reproduz dados colhidos na obra de George Brousseau, *Les richesses de la Guyane Française et l'ancien contesté Franco-brésilien*, publicada em 1901, pág. 22:

Estimado em 250 (duzentos e cinquenta) quilos o ouro passado para o Pará, em 500 (quinhentos) quilos o enviado diretamente para Demerara, em 1.000 (mil) quilos o passado fraudulentamente em Caiena, e juntando a essas parcelas os dados oficiais da alfândega de Caiena até hoje, teremos a quantidade total de ouro nativo extraído das aluviões do Calçoene-Cassiporé.

Passado pela Alfândega provenientes de Calçoene:

Em 1894 .....	2.500.000	gramas
Em 1895 .....	1.921.313	gramas
Em 1896 .....	1.831.357	gramas
Em 1897 .....	1.015.990	gramas
	<hr/>	
	7.268.660	gramas

Seja um total de perto de 10.000 (dez mil) quilos extraídos até 1º de janeiro de 1898.

Foram, portanto, cerca de dez toneladas em apenas quatro anos de exploração.

Trata-se de belíssimo tema para investigação de outros estudiosos: a produção do ouro do Amapá em face do mercado mundial. É preciso consultar numerosas fontes de informação, obras nacionais e estrangeiras, jornais da época, arquivos, estatísticas etc., o que ultrapassa os limites deste livro.

O certo, no entanto, é que o ouro foi a grande mola propulsora do conflito de 1895, que trouxe como consequências o ataque francês, a reação de Cabralzinho e as medidas das duas nações para solucionar a multissecular controvérsia.

#### A GARIMPAGEM

Matéria atraente e que está a reclamar estudos mais pormenorizados é a referente ao sistema de garimpagem no Contestado.

A exploração do ouro na região, com resultados tão promissores, realizava-se, no entanto, de forma um tanto primitiva, com aparelhos rústicos chamados *long-tom* (que os caboclos denominavam *lontona*) e *chanquéés*, utilizados nas lavagens de aluviões.

O ouro aluvional se mostra em camadas, com espessura de 0,5 a 2,5 metros, que os garimpeiros costumam chamar *couches*.

Quando a *couche* se apresenta em sentido vertical, chamam-na *filon* (filão), o que raramente sucede.

A camada aluvional de ouro está acima de outra, de piçarra, argila de variadas cores, ora cinzenta, ora branca, ora amarela ou ferruginosa, que os faiscadores denominam *bed-rock* ou *glaise*.

As escavações cessavam ao atingirem essa *glaise*, porquanto, mais ao fundo, não haveria possibilidade de encontrar o metal.

Acima da massa de aluvião contendo ouro se estende a superfície do solo, com espessuras que variam de 1,5 a 6 metros, recoberta de vegetação.

O aparelho designado por *long-tom* constitui-se de um canal na parte superior para entrada da água, e logo abaixo uma calha trapezoide de três a quatro metros de comprimento. No fim dessa há uma placa de metal perfurada. Embaixo da calha vê-se outra de menores proporções, com sarrafos de madeira ao fundo, provocando ressaltos.

Os garimpeiros, usando uma pá, que denominam *criminelle*, lançam a terra aluvionária na calha maior, superior, onde penetra a água. Enquanto isso, outro garimpeiro, usando tipo diferente de pá, denominado *pelle*, desfaz os pedaços ou torrões, tentando separar a areia da argila. A mistura é levada pela água até a chapa, que chamam *plaque*, feita de metal, que retém pedras e pedaços de argila não desmanchados, que são retirados. Pelos orifícios da placa metálica passam então o ouro e a areia muito fina até atingirem a calha inferior, onde o ouro é contido pelos ressaltos, enquanto a areia é levada pela força da água.

Perde-se muito mineral, dada a precariedade do aparelho. Para obviar a perda usam mercúrio, que amalgama o ouro, colocado no aparelho em forma de M, antes de atingir os ressaltos, chamados *riffles*.

O outro aparelho, a *chanquée*, é uma adaptação do anterior, com um tamanho maior, três calhas (*dalles a, b, e c*), estreitadas nas extremidades, para que se encaixem umas nas outras. Cada calha apresenta um comprimento de cerca de quatro metros e largura de 28 a 45 centímetros, com bordas laterais de 0,25 a 0,3 metros.

Na calha B, do meio, há uma grade em D, feita de madeira; na calha C, em formato de R, se encontra um ressalto de madeira; e, em forma de C, uma chapa metálica com orifícios de 2 mm, mantida firme por dois ressaltos.

O complexo constituído pelas três calhas assenta sobre a camada a explorar, com pequenos dormentes, inclinado de forma a propiciar o deslizamento da água.

Para a colocação dessa aparelhagem há necessidade prévia de desviar o curso do rio para o local mais apropriado. A calha A recebe a água desviada; a calha B acolhe a terra aluvionária, remexida com uma enxada, chamada *rout*. A grade de madeira D retém as pedras e pedaços de argila não desfeitos. Na formação M colocam mercúrio, defendido por uma porção de areia.

Com tais processos, um tanto rudimentares, recolhiam os garimpeiros quantidades imensas de ouro, remetidas para todo o mundo, principalmente através de Caiena.

Antonio Rodrigues Vieira Júnior informa que:

Tendo sido o comércio da Guiana Francesa em 1894 de 26.500,00 francos, considerando esta média que achamos, que é inferior à quantidade de ouro citada por Brousseau como proveniente do Calçoene e passada pela alfândega de Caiena, vemos que ela representa mais de 35% do movimento comercial daquele ano.

## O RIO CALÇOENE E OUTROS RIOS – OS TRATADOS

O Rio Calçoene deságua no Oceano Atlântico com uma foz de grandes proporções, disfarçada por numerosos bancos de areia e lama.

Vários povoados surgiram à sua margem. Alguns floresceram momentaneamente. Continham população heterogênea e aventureira, vinda de várias direções, e que mal se fixava. Daí decrescer o índice populacional em outros lugares.

À distância de 22 quilômetros da foz, encontra-se o povoado que passou a ser Vila de Clçoene, próximo a quedas-d'água, denominadas Cachoeiras do Firmino.

Todo o rio é enfeitado de corredeiras, pedregulhos, quedas-d'água (algumas rasas e longas), atingindo por vezes a um quilômetro de exten-

são. A primeira cachoeira se encontra a 21 quilômetros da embocadura, pouco antes da Vila Calçoene.

Todo o curso do rio se apresenta marginado por savanas, baixios, alagados, com a influência da maré, que se faz sentir até a distância de 39 quilômetros do litoral, na cachoeira de Santa Cruz. Muitas vezes essas marés atingem alturas de seis metros, nas épocas invernosas. Normalmente alcançam de três e meio a quatro e meio metros.

A largura do Calçoene apresenta cerca de 130 metros. Mais distante, além das savanas, começavam as matas virgens. Ultrapassando o afluente *Carnot* se erguem então as primeiras montanhas, nas proximidades da cachoeira do Ananás, distante cerca de 70 quilômetros do mar.

Subindo o curso do Calçoene, a 134 quilômetros da embocadura, divisa-se a queda-d'água do *Grand Degrad* e, daí para dentro, numa distância de mais 16 quilômetros, encontra-se a localidade *Petit Degrad*. Mais 22 quilômetros se estendem cheios de colinas, algumas com 300 metros de altura, recobertas de vegetação virgem, até alcançar-se a localidade *Lourenço*.

Toda essa extensão percorreram, sozinhos, os irmãos Germano e Firmino, em busca das minas, quando só existia a selva.

Foram longos dias de penosa viagem, ora por água, em frágil canoa, ora contornando cachoeiras ou novamente por água rompendo algumas corredeiras mais acessíveis e, finalmente, só pela mata virgem, a subir e descer colinas, algumas com 150 a 200 metros de altitude, por vezes íngremes, dificultando o acesso e a descida.

Até então aquela gleba não despertara, no âmago das florestas, a atenção merecida por parte dos povos colonizadores. O ouro foi o pomo de discórdia a excitar a imaginação dos franceses, a ponto de quererem deslocar os limites para outro rio, mais meridional, em vez do verdadeiro Oiapoque.

Pelo ano de 1895 começaram a surgir as primeiras escaramuças. Franceses se julgavam senhores da região do Calçoene, do Cunani, do Carapaporis, levantando várias teses, ora de que os limites franco-brasileiros se traçavam pelo Rio Amazonas, ora indicavam o Rio Carapaporis, ora o Araguari ou o Cunani. Desejavam incorporar aos seus domínios toda a vasta porção do Amapá.



Assim pensavam, emprestando interpretação cavilosa ao Tratado de Utrecht de 11 de abril de 1713, cuja cláusula oitava prescrevia que: “A navegação do Amazonas, assim como a de seus afluentes, pertencerá a Portugal, e o Rio Oiapoque, ou Vicente Pinzón, servirá de limite às duas colônias.”

Qual seria o Rio Vicente Pinzón?

Diziam os franceses, com mais insistência, tratar-se do Araguari. Chegaram a denominar de Vicente Pinzón ao próprio Amazonas, em sua foz, tal o desejo de apossar-se de tão vasta e rica região. Vacilavam, inseguros, e distorciam os fatos.

Baseavam-se, talvez, os franceses, na afirmativa atribuída a La Condamine, de que o Oiapoque e o Vicente Pinzón não seriam o mesmo rio.

Cada denominação se aplicaria a um curso d’água.

Àquele tempo, Portugal e França disputavam a supremacia territorial, e muito embora o Tratado de Utrecht fosse claro, outros tratados posteriores trouxeram algumas confusões, como o de Paris, que firmava a fronteira no Calçoene; o de Badajós, que a fixava no Araguari, e o de Madrid, que dava preferência ao curso do Carapanatuba. O Tratado de Amiens fazia alusão ao Araguari.

Nenhum deles, no entanto, poderia apagar o de Utrecht, mais antigo, de 1713, cujas normas deveriam prevalecer, neste particular.

A política internacional haveria de refletir-se no setentrão brasileiro, com a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. Caiena ficou sob a dominação lusitana. A Corte portuguesa se abrigara no Brasil e, em represália, mandou ocupar Caiena (1808).

A invasão de Portugal por tropas napoleônicas comandadas pelo general Junot e a conseqüente transferência da Corte para o Brasil, em 1808, alteraram o panorama histórico. D. João, seguro em terras do Novo Mundo, onde haveria de fundar *um novo Império*, declara guerra à França e manda ocupar Caiena. Era capitão-general do Pará José Narciso de Magalhães e Menezes, que logo despacha tropa sob o comando do coronel Manuel Marques de Souza, em 12 de janeiro de 1809.

Os brasileiros dominaram o forte *Diamant* e deram cerco a Caiena, que se rendeu. Era comandante em Caiena Victor Hughes. Os oficiais franceses foram enviados para a França.

A dominação brasileira mostrou-se proveitosa. O governador Maciel da Costa, mais tarde Marquês de Queluz, empossado em janeiro de 1810, realizou excelente trabalho, desenvolvendo a Guiana sob todos os aspectos. Promoveu a importação de gado da Ilha de Marajó. Durante o período de ocupação, cogitou o governo real de incorporar aos domínios lusitanos áreas consideradas como prolongamento natural do Brasil colonial.

Muitos habitantes da Guiana Francesa, de origem indígena e africana, hostis à França (e mais tarde referidos depreciativamente pelo sábio francês Henri Coudreau), recebiam com simpatia a administração brasileira, eficiente e branda.

Durante oito anos a Guiana permaneceu sob o controle luso-brasileiro. No Tratado de paz de 1814 (30 de maio), ficou consignada no art. 10º a obrigação de sua devolução à França.

Só em 1817, com o Tratado de Paris, novamente o assunto voltou ao cenário, com a devolução de Caiena aos franceses e o restabelecimento dos limites tradicionais no Rio Oiapoque ou Vicente Pinzón.

Foram, portanto, os dois documentos históricos – o de Utrecht de 1713 e o de Viena de 1815 – que bem fixaram os limites no curso do Oiapoque, definitivamente.

O de Viena, de 9 de junho de 1815, em sua cláusula 107, prescrevia:

Sua Alteza Real o Príncipe regente do Reino de Portugal e do Brasil, para manifestar de maneira incontestável a sua consideração particular para com sua Majestade Cristianíssima, se obriga a restituir a sua dita Majestade a Guiana Francesa até o Rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o 4º e 5º graus de latitude setentrional, limite que Portugal considerou sempre como o que fora fixado pelo Tratado de Utrecht.

Essa é a realidade histórica. Tudo mais resultou de imaginação exacerbada ou desmedida ambição.

A fim de colocar um selo final nas seculares controvérsias, um outro tratado foi firmado em 28 de agosto de 1817, em Paris, para dar cumprimento aos anteriores e marcar a latitude e a longitude do Rio Oiapoque. Assim ficou previsto no art. 1º:

Sua Majestade Fidelíssima, animado do desejo de dar execução ao art. VJG do ato do Congresso de Viena, se obriga a entregar a Sua Majestade Cristianíssima, dentro de três meses, ou antes, se for possível, a Guiana Francesa até o Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o 4º e 5º grau de latitude setentrional e até 322 graus de longitude a leste da ilha de Terra, pelo paralelo de dois graus e vinte e quatro minutos de latitude setentrional.

Na primeira metade do século XIX, recrudescem as investidas dos franceses contra o Contestado, ora em notas ministeriais, ora em manifestações parlamentares, ora em atos de força, na região, na qual vez por outra penetram, agressivamente.

#### A TOPONÍMIA

Assunto merecedor de investigação especial e que, por si só, oferece substância para uma tese é o referente à toponímia, em face das cartas geográficas, das narrações e da tradição. Cada nação, em seus mapas, grafa de uma forma os topônimos, daí surgindo dúvidas e contestações.

Basta um exemplo: o Rio Oyapock (atual Oiapoque). Apresentamos várias denominações extraídas das *Memórias* de Rio Branco levadas ao governo suíço: Wiapoco, Ouayapoco, Iwaripoco, Oyapoch, Aiouaripoco. Há outras variantes: Wiapoca, Tapoco, Tapoca, Yapoco, Waripoco (*Memorandum* do visconde de Uruguay ao conde de Waleski, de 15 de junho de 1855, in *Limites do Brasil*, do conselheiro J. M. N. d’Azambuja, 1892, pág. 105, 106 e 107).

A grafia dos topônimos varia constantemente nos mapas e documentos, talvez devido à influência das línguas portuguesa, francesa e inglesa na região. Muitos são de origem indígena. Exemplo: Araguay, Arrowari; Cowaminy, Connawiny, Coanaini, Cunany; Wiapoco, Ouayapoco, Iwaripoco, Oyapoch, Aiouaripoco, Oiapoque; Coshebery, Carsewuwne, Calçoene; Cassaporough, Caiporough, Cassiporé etc.

Alguns nomes tipicamente franceses ainda perduram na região. É preciso substituí-los por topônimos brasileiros.



### III

## O CONTESTADO.

## SUPERFÍCIE E NATUREZA.

A região contestada pelos vizinhos do norte abrangeria imensa área que se estende do Oceano Atlântico ao Rio Branco, por toda a Guiana brasileira. Nos sonhos de Luiz XIV desceria, no oriente, até a foz do Amazonas. E nos desvarios dos aventureiros comandados por Jules Gros, a insustentável “República do Cunani” incorporaria as terras de setentrião, ultrapassando o Rio Jari para o ocidente, o Trombetas e demais áreas vizinhas, até atingir o Rio Branco. As fronteiras do norte seguiram o rumo das serras de Tumucumaque e Acaraí, em direção do poente. A ambição, portanto, não se circunscrevia no Amapá, mas a toda a Guiana brasileira. Variavam, todavia, os propósitos e os pleitos, de acordo com as condições do momento histórico. Não sabiam ao certo o que queriam; ou melhor, almejavam mais terras ricas, nem que para isso fosse mister rasgar o Tratado de Utrecht de 1713.

A região que os franceses denominavam *Le Mapa* merece descrição mais minuciosa, por ter sido teatro das lutas memoráveis.

O Amapá se estende desde a margem esquerda da embocadura do Rio Amazonas até o Rio Oiapoque no extremo norte, tendo a leste uma vasta e rasa costa banhada pelo Oceano Atlântico; a oeste o curso sinuoso e encachoeirado do Rio Jari; a nordeste as muralhas da Serra de Tumucumaque, com uma superfície atual de 137.419 quilômetros quadrados.<sup>1</sup> Tem a forma original que lembra um coração, onde os grandes rios parecem veias, e a protuberância, a leste, entre as Ilhas de Bailique e a de Maracá, avançando para o mar, oferece, com maior nitidez, a

---

1 A superfície da área contestada consta do Capítulo X.

imagem de um coração, que pulsasse. Cortado de cursos d'água que descem das montanhas, derramados em cachoeira, cercados de florestas, muitos deles, sobressaem, pela sua extensão: o Araguari, o Flechal, o Carapanatuba, o Carapaporis, o Amapá-Grande, o Calçoene, o Cunani, o Cassiporé, o Urucanã e, finalmente, o Oiapoque, todos no sentido oeste-leste, com desaguadouro no Oceano. Muitos outros cursos d'água de menores proporções se projetam na mesma direção, rendilhando a baixada costeira onde se veem muitos lagos. O litoral é quase todo de baixios, alagados, pântanos, que escondem do viajante pouco atento o âmago da região, cada vez mais firme e mais alta à proporção que se penetra nos sertões. Outros rios, grandes ou pequenos, se despencam de norte a sul, com desaguadouro no Rio Amazonas ou no Canal do Norte, garganta escancarada para o mar. Lançam-se no canal o Jupati; o Macacoan; o Pedreira; o Carapanatuba; e em plena goela do grande rio, engasgado de ilhas, entre furos e paranás, desaguam o Matapi; o Vilanova; o Mazagão; o Preto; o Ariramba; o Tambaqui; o Cajari e, finalmente, o Jari, o maior de todos a marcar o limite natural, de alto a baixo, no ocidente. Grandes e pequenos rios, entradas normais para as brenhas encachoeiradas e montanhosas, de passagem por pântanos, savanas, tesos, lagos, florestas, descampados, um complexo de acidentes naturais, que a pouco e pouco diversificam a paisagem. Paisagem soberba para o que tem olhos de ver. Quem caminha nas direções sul-noroeste e leste-oeste divisa sempre novos panoramas. Os rios se tornam encachoeirados, altera-se o terreno, até surgirem as altas montanhas. E em torno tudo é selva. Os pântanos marginais parecem uma defesa natural contra o invasor. Numerosos lagos enfeitam o cenário, nas proximidades da costa, como o Lago Novo, o Comprido, o dos Bagres, o Grande, o Piratuba, ligados por furos e paranás, ou sangrados por pequenos rios que se dirigem para o Atlântico. Quantidades imensas de marrecas povoam os labirintos de água, lama e vegetação rasteira do vasto litoral.

Lagos, rios, montanhas, florestas e campos para criação, constituem o complexo esplêndido de riquezas naturais à disposição do homem, criador de civilizações. Só a região do Amapá – maior que alguns países e a metade da superfície da Espanha –, protegida por serras, mas encarando o mar revolto, poderá abrigar uma população de muitos milhões e

transformar-se em poderosa unidade política dentro da nação. Campos para criatório, baixadas aluvionárias, para culturas próprias, terras altas propícias a outros tipos de vegetais são o seu patrimônio e, talvez, mais do que isso tudo, os seus minerais escondidos nas montanhas ou nos cursos sinuosos dos rios: o manganês, o estanho, o ferro, o alumínio, o ouro e o mais ainda não encontrado! Tudo ali, reunido a um só tempo, como se as mãos do criador houvessem disposto, qual dádiva generosa aos futuros habitantes dessa região. O clima, apesar de riscado o território pela linha imaginária do Equador, é amenizado pelos ventos constantes, que sopram do litoral e varrem a planície, indo beijar as cachoeiras distantes, muito distantes, em pleno *hinterland*. As vegetações exuberantes, aliadas ao vento e à influência dos rios e lagos, contribuem para que o homem não se aperceba de que está em clima equatorial, principalmente à noite, quando o termômetro baixa, e nas manhãs claras e varridas pela ventania. Nas montanhas, mais um fator – a altitude – concorre para que o ambiente se mostre acolhedor. Na planície, o clima, embora morno, do meio-dia às dezesseis horas, quando é maior o calor, se renova com as noites aprazíveis e até friorentas, em certas épocas do ano. Rios e oceano, no verão e no inverno, lutam permanentemente. No inverno, as águas, às vezes barrentas, deslizam para o mar, misturando-se até à distância de cem quilômetros, com o verde do Oceano, e inundando-o de detritos vegetais: limo, folhas, galhos, frutos podres trazidos de longe; no estio, diminuem as cordas fluviais que tendem a baixar de nível, e o mar penetra triunfante, tingindo de verde a paisagem e rebentando, vez por outra, nas margens, com o estrondo da pororoca.

No maciço das serras, muito existe a descobrir. Até lá não chegaram, em certas altitudes, as pegadas humanas. A de Tumucumaque, prolongamento para o oriente da Serra do Acaraí, é massa irregular, com altitudes que variam, ora 350, ora 568, ora 750 metros de altitude, tanto maior quanto mais se avança para o norte, para logo depois descer lentamente, do outro lado, em terras das Guianas francesa e holandesa. A serra e o rio são fronteiras naturais que contornam ao norte a bela região. O Oiapoque, avançando para nordeste, enriquecido de afluentes, que são rios de boas proporções, o Uassipein, o Mutaquere, o Tangarare, o Maturá, o Pिकासoca, o Iaué, o Marupi, o Cricu e muitos outros, cresce

de volume à medida que se aproxima da costa. As águas limpas, embora escuras à distância, e luminosas, se lançam na larga baía do Oiapoque, como se fora uma boca aberta, com as mandíbulas do Cabo do Orange à direita e a do Monte d'Argent, à esquerda.

Tumucumaque, maciça no ocidente, se estende e afila no sentido leste, perdendo-se em montículos de quatrocentos metros; logo depois, esparsas, seguem as elevações menores da Serra Lombarda, onde a maior altitude se aproxima de seiscentos metros. Parecem fibras, as serras, daquele coração imenso, em constante pulsação.

Não se veem logo, por estarem escondidos na selva, os pequenos rios, igarapés de água colorida pelas folhagens, onde chafurdam jacarés.

Em todos os cursos d'água há abundância de tartarugas e peixes, especialmente o pirarucu, que mais enriquecem a região, e dispersas, às vezes, confundidas com a folhagem, as aves de todos os matizes e tamanhos a revoarem vez por outra sobre a mata. Em alguns rios maiores e profundos a pesca do pirarucu atrai os homens e lhes assegura sustento.

Somando-se a tantas riquezas surge mais uma, em vários rios, que descem das zonas altas: as cachoeiras. Algumas se derramam com força, as águas cantando nas pedras; outras, chamadas "corredeiras", rápidas deslizam, e se insinuam pelo pedregulho, a superfície áspera e espumosa. São contadas às dezenas. Só no Rio Jari, que atravessa região rica em minérios, se vê, não muito longe da foz, a queda de Santo Antônio, e mais acima a do Tratapura.

Uma atrás da outra, a Itaperara; a Escalação; a Assaípe; a Cumaru; a Itace; a Veriverina; seis cachoeiras sucessivas, e mais além, a Aurora; depois a Massaranduba; a Caiuari; a Tapurema; a Atacomarapapa; a Guaribas; e depois três quedas em seguimento, as do Merucupatari; a Mucuru; mais acima as cachoeiras Rebojo; Carapapatari e Merepatati; e mais ao norte, além do rio Mapari e antes do Igarapé Icouara, a queda-d'água Macacoara, quando o Jari se estreita, descendo das regiões próximas à Serra de Tumucumaque, alimentado por numerosos riosinhos, que despenham das alturas: o Culari; o Curapi; o Xemimiximim; o Inipixinu.

Só no Jari se contam cerca de vinte cachoeiras. Nos afluentes do Oiapoque, como Marupi, Yaué, Maturá, as quedas e corredeiras são



frequentes. Por todos os lados a energia hidráulica se perde na selva, com o seu ruído a contrastar com o silêncio do deserto.

Bem no centro, na região cortada pelo Rio Tucumapi, além do Amapari, a Serra do Navio, reserva de manganês escondida por milênios em plena selva.

Do outro lado da Serra de Tumucumaque, já em terras estrangeiras das Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, descem as vertentes dos rios Arouague, Maroni, Surinam, Coretino, Berbice e Demerara. É um outro mundo, além das fronteiras.

E no curso do Oiapoque, entre os afluentes Maturá e o Piacasoca, dez cachoeiras se enfileiram, agitando as águas que descem para o rumo do mar.

Em todo esse conjunto de riquezas, abaixo do Oiapoque, difícil é dizer o que mais pode atrair e prender os homens à gleba, se a fecundidade das terras para lavoura, se as pastagens próprias ao criatório, se os lagos e rios piscosos, se as espécies vegetais variadas, a fauna original e heterogênea, ou os minerais, distribuídos em vários locais, alguns ainda não identificados.

Contrastando com todas as riquezas, um fator negativo se opunha à penetração e à fixação do homem: a malária. Quase deserta a região ao fim do século 19, apenas alguns nódulos populacionais revelavam a presença humana, teimosa, persistente.

As vias de penetração – o Calçoene, o Araguari, o Oiapoque e outros rios eram utilizadas pelos que buscavam ouro, localizado no interior, por vezes a mais de cem quilômetros do litoral. Serviam-se de pequenos vapores, barcos a motor ou canoas, conforme a distância a percorrer e os acidentes do terreno.

E em todo o flanco litôrrameo, banhado pelo oceano, sobressaem no extremo oriente o Cabo do Norte (que deu nome à Capitania) e no extremo setentrional, o Cabo de Orange, termo final da linha costeira. Ambos são acidentes geográficos a toda hora referidos nos relatórios, memoriais e tratados, que se sucederam através dos séculos.

A natureza apresenta as suas surpresas.

Em certas épocas do ano sopra um vento friorento, constante, vindo do lado do mar, agitando as águas na foz e perpassando sorrateiro pela

floresta. A natureza desperta de seu torpor. As aves se alvoroçam, intranquilas, a voar e revoar de um lado para outro. Algo de estranho parece estar para ocorrer. Os próprios caboclos, já experientes, se apressam em suas igarités, remando com rapidez em direção das margens, à procura de furos, onde penetram.

E os barcos maiores, por sua vez, mudam de rota, se aproximam também das margens, buscando abrigo seguro, em que possam ancorar e esperar.

E que a natureza anuncia o fenômeno extraordinário, que tanto amedronta: a pororoca. Todos pressentem, homens e animais, a sua chegada. O vento friorento e permanente, as águas inquietas, as copas das árvores agitadas, algo de diferente se estampa em todo o panorama, como a dar aviso do que vai acontecer.

Logo mais ouve-se ao longe um rumor incomum que a pouco e pouco cresce de intensidade. Começa como se fora um marulho longínquo, que depois se avoluma e se aproxima, atraindo todas as atenções. As águas se agitam mais. O rumor se transforma em estrondo. Torna-se visível ao longe a pororoca, a onda imensa, vários metros de altura, coroada de espuma. O ruído espanta as aves, os animais na floresta e os homens. Em sua corrida rápida, vinda do mar, a onda descomunal rebenta nos barrancos, vira e traga embarcações, tudo cobre em sua passagem! Galhos, troncos, canoas, o que estiver sobre as águas é logo submerso. O estrondo se prolonga, rio adentro, como se o mar, em luta com o rio, o tentasse subjugar, com fúria.

## IV

### ANTECEDENTES HISTÓRICOS. AS PRIMEIRAS ESCARAMUÇAS.

O governo lusitano e, mais tarde, o imperial brasileiro, compreendendo o papel histórico que a região poderia representar no extremo-norte, como baluarte contra as incursões estrangeiras em busca da foz do Amazonas, cuidaram, em várias épocas, de construir fortificações, apesar de enfrentarem dificuldades de toda ordem. Eram dificuldades naturais decorrentes das distâncias, da adversidade do meio ambiente, dos pântanos do litoral, da falta de mão de obra numerosa. Recorriam muitas vezes ao trabalho dos índios, quer para a lavoura, quer para as construções. Por essa razão, em 1687, o capitão Pedro de Azevedo Carneiro sugeria à Corte, referindo-se às fortificações:

He muito preciso que cada hua tenha hua aldeia proxima, como tem a do Gurupá, e Parú, porque é muito grande detrimento andar tirando Indios por varias aldeas para irem assistir àquellas fortalezas, com muito dis-comodo seu e das fortalezas, e dispendio, da fazenda de Sua Majestade, como até agora se tem feito, e será mui facil o descer as ditas aldeas dos certoens circunvizinhos.

Em vários locais, em épocas diferentes, levantavam-se fortalezas: a do Araguari, a antiga de Cumaú, depois a de Macapá. De todas, a maior, a mais imponente, capaz de atravessar os séculos, foi sem dúvida a de Macapá, concluída em 1º de março de 1782. Recebeu o nome de São José de Macapá. Organizou-se, posteriormente, mais abaixo, no Igarapé Curiaú, uma “vigia”, em permanente comunicação com a grande fortaleza, pronta para dar alarme ao menor sinal de entrada de embarcações suspeitas pelo canal do Norte em direção do Amazonas.

As fortificações portuguesas na foz visavam a defesa do rio-mar das incursões estrangeiras, que não foram poucas. Os holandeses penetraram o grande rio e foram estabelecer fortificações na banda ocidental do Xingu e na margem sul, em Gurupá, em 1616. Nesse mesmo ano, Francisco Caldeira de Castelo Branco fundava Belém, no Pará, em missão que lhe concedera Alexandre de Moura. Os ingleses, talvez mais afoitos, edificaram fortes vários em 1620, 1628 e 1629. A fixação dos portugueses na foz deu-lhes base suficiente para, em investidas felizes, destruírem uma a uma as fortificações holandesas em 1623 e 1625, e as inglesas em 1629, 1631 e 1632. Mesmo assim, durante vários anos, duas penetrações estrangeiras colocaram em sobressalto o poder lusitano, sempre ameaçado, mas afinal vencedor e dominador das duas margens do Rio Amazonas. Expulsos, jogados para o mar, os invasores se arrastaram para o extremo-norte, fixando-se nas Guianas.

As pretensões dos franceses levaram-nos a, no século 16, ocuparem a baía do Rio de Janeiro sob as ordens de Villegaignon e, logo depois, no começo do século 17, fixarem-se por cerca de dois anos, no Maranhão, sob o comando de Revardière (1612). Expulsos por Alexandre de Moura em 1614, percorreram sempre o nosso litoral, como autênticos aventureiros, e foram se distanciando cada vez mais, em direção do setentrão.

Em 1633 o Cardeal Richelieu criou a Companhia do Cabo Norte, visando a explorar as regiões dos Rios Amazonas e Orenoco. Seu sonho se estendia até à margem do rio-mar.

A 14 de junho de 1637, Felipe IV, rei da Espanha e Portugal, criou uma capitania, que concedeu por carta de doação a Bento Maciel Parente e a seus herdeiros, compreendendo as terras do Cabo do Norte – “com os rios que dentro delas existissem e ilhas que se encontrassem até o rio de Vicente Pinzon ou Oiapoque, como era geralmente conhecido pelos portugueses e espanhóis.”

Bento Maciel Parente fez construir o Forte do Desterro (Almeirim), até onde se prolongavam os limites de seus domínios.

A Companhia do Cabo do Norte não atingiu os objetivos visados em 1633. Outras tentativas semelhantes empreenderam os franceses em 1640 e 1651, quando sonhavam com uma nova França equinocial.

Caiena caiu sob o jugo holandês em 1664 e depois sob o domínio inglês em 1674. Os ingleses foram expulsos pelos holandeses, que a subjugaram até 1676.

Voltam os franceses, ao tempo de Luís XIV, sob as ordens do Conde d'Estrées. O capitão De Ferrolles põe fora os holandeses, em direção ao ocidente, além do Maroni.

O Tratado de Nimègue, de 10 de agosto de 1678, pôs fim às contendas entre holandeses e franceses, voltando estes as suas vistas para as ricas terras do sul, aquém do Oiapoque, nos domínios lusitanos e que de há muito integravam a Capitania de Bento Maciel. De Ferrolles invade a região pelo Rio Mayacari e intima o comandante do Forte do Araguari a entregar-se. Os devaneios de Luís XIV e seus emissários os arrastavam à louca pretensão de que o Oiapoque seria a própria foz do Amazonas, e a referência frequente à "ilha" os levou a fixarem a atenção na imensa Marajó.

Em consequência, invadem, em 1697, o território brasileiro, destroem os fortes, com exceção do de São José de Macapá, que ocupam. Mas o governo do Pará reagiu de imediato, desalojando os invasores da fortaleza de Macapá, a 28 de junho de 1697.

Numerosos episódios vinham se desenrolando, através dos tempos, desde o século 16, naquela região, quando em pleno século 19 renasce a contenda, com a possibilidade de invasão.

Em 29 de agosto de 1836, Laurens de Choisy, governador da Guiana Francesa, comunica ao presidente da Província do Pará, Soares de Andréa, que, nos termos do Tratado de Amiens, resolvera ocupar a região do Amapá, até o Rio Araguari.

Foi um ato de violência, sob pretexto fútil. Lavrava a Cabanagem no Pará.

O governo local via-se a braços com mil dificuldades. Andréa protesta. Surge a intervenção diplomática de Araújo Ribeiro, representante do Brasil em Paris. O governo francês de Luís Filipe procurava reavivar a velha questão de limites, muito embora os direitos do Brasil estivessem claramente firmados desde 1713, com o Tratado de Utrecht. Um pretexto apenas. Só com a desocupação da área pelos franceses poderia o Brasil aceitar qualquer solução pacífica. Finalmente, a 10 de julho de 1840,

concordou o governo da França com a nomeação de delegados, que demarcariam os limites, mediante prévia desocupação do trecho invadido. Os franceses já haviam fixado um forte denominado *Malonet* em terras brasileiras, aquém do Oiapoque. Em 1841 acerta-se a neutralização do território contestado. Representavam a França, nesses entendimentos, o barão Rouen e o barão Deffaudis. Em 1853 ressurgem as divergências, cabendo a representação do Brasil ao visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza, e a da França, ao barão His de Butenval.

Tais foram as controvérsias levantadas pela França, que os bons propósitos do Brasil não obtiveram qualquer resultado. Ora se discutia sobre a fronteira pelo Araguari, ora pelo Carapaporis, ora pela Cassiporé, ou pelo Cunani e Calçoene. A essa altura defendia a França a tese de que a fronteira deveria ser fixada pelo Araguari. Mais uma vez variava de opinião, indicando outro curso fluvial.

Em 1857, ressurgem os entendimentos sobre as águas territoriais, sendo representantes do Brasil o capitão-tenente José da Costa Azevedo e, da França, o tenente Carpentier.

Dificuldades para penetração no Araguari fizeram os franceses se desviarem para outro local, no Amapá, uma ilha a 2 graus e 10 minutos ( $2^{\circ} 10'$ ), 20 léguas distantes do Araguari e 58 do Oiapoque.

A essa época era José da Costa Azevedo capitão-tenente. Iniciava a sua grande trajetória. O ministro das Relações Exteriores solicitara a indicação de um oficial para os serviços a serem realizados no Amapá em conjunto com os franceses. O marechal Francisco José de Souza Soares André, respondendo ao ministro, indicou o capitão-tenente Azevedo, salientando: “Obedeci a ordem, aí vai o oficial que há de bem cumprir a comissão, mas amputaram-me o meu braço direito...”

Trabalho no Contestado de 1858 a 1861.

O delegado francês, Carpentier, não se apresentou.

Costa Azevedo realizou os seus trabalhos sozinho e, em 27 de outubro de 1859, apresentou relatório à Secretaria de Estado. Explorou os rios Oiapoque e Maçá; realizou estudos na costa do Amapá, desde a Baía do Oiapoque até a foz do Maracá ( $4^{\circ} 21'$  a  $2^{\circ} 10'$  do paralelo setentrional); explorou ainda os Rios Cassiporé ou Cachipour, o Cunani, o Calçoene ou Carsevene, o Maiacaré, sangradouro do Amapá e o Amapá Grande

ou D'or. Retificou as coordenadas de Belém e Caiena, que anteriormente haviam sido fixadas pelo geógrafo francês Peyron.

José da Costa Azevedo nasceu no Rio de Janeiro a 20 de novembro de 1825 e faleceu na mesma cidade a 24 de outubro de 1904. Figura eminente. Guarda-marinha em 1841. Participou da Marinha dos Estados Unidos como tenente. Lutou na Guerra do Paraguai. Serviu no Comando-Geral das Forças Navais do Paraguai e Mato Grosso e nas Comissões de Limites com o Paraguai, Peru e Guiana Francesa. Geógrafo. Deputado pelo Amazonas (1878-81). Conselheiro do Imperador. Ministro da Marinha. Ministro Plenipotenciário na China. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Barão de Ladário. Escreveu vários livros: *Trabalhos Hidrográficos do Norte do Brasil* (1860), *Investigação Astronômica, A Questão das Missões*.

José da Costa Azevedo levou a termo obra notável, que, somada a outras atividades suas nas fronteiras com o Uruguai e com o Peru e na vida pública brasileira, bem justificou o título que posteriormente lhe foi concedido pelo governo imperial (barão de Ladário).

Em 1885, franceses habitantes da região, orientados por um certo Jules Gros, lançam-se a uma aventura, recebida com ironia nos meios internacionais: fundam a “República de Cunani”, que idealizam na região entre o Oiapoque e o Araguari, com penetração pelo norte do Pará e do Amazonas, até o Rio Branco, ao sul das Guianas francesa, holandesa e inglesa. Dão-lhe o nome pomposo de *République de la Guyane Indépendante*. Criam um escudo: *Les armes de la République*, encimado pelos dizeres *Gouvernement de la Guyane Indépendante*, duas bandeiras laterais, dois ramos com uma estrela ao centro, e uma fita, na parte inferior, com a inscrição *Liberté et Justice*. Logo abaixo veem-se uma âncora, uma foice e um gadanho. É nomeado cônsul em Paris M. Boisset, intitulado *Consul général de la République de Counani*. Revistas e jornais da época reproduzem cartas geográficas da estranha república e fotografias de seus loucos idealizadores. Uma caricata república, de garimpeiros, em plena selva<sup>1</sup>.

---

1 A. C. F. Reis dá notícia de outra tentativa semelhante em 1903, por Adolphe Brezet (Vd. *Território do Amapá*. Perfil Histórico, p. 110, nota 1).

A região, outrora abandonada, passou a despertar a atenção do mundo. Foi o ouro a mola mágica desse movimento, em que homens de todas as raças se encontraram sob o sol equatorial. A Alfândega de Caiena refletia toda a pujança da produção aurífera, provinda em grande parte do Amapá. Em 1894, Caiena exportou 4.835 quilogramas de ouro. Só o Rio Calçoene concorreu com 2.500 quilogramas, que se conduziam para a Guiana Francesa e de lá para a Europa, através da França.

A velha Europa se abastecia assim com o ouro da América, que se espalhava pela Inglaterra, Portugal, Espanha, Alemanha, Áustria. Quantos adereços adornaram os braços e os bustos de damas francesas, feitos com ouro arrancado das entranhas das terras do Calçoene, a troco de sangue, suor e lágrimas?

Em 1896, o jornal *A Província do Pará*, em seu número 5917, publicava relação de toda a produção de ouro da chamada Guiana brasileira: no mês de janeiro, 165.549 gramas, em fevereiro 55.495 gramas, num total, nesses dois meses, de 221.044 gramas.

Com tais estatísticas, a média anual iria a mais de um milhão de gramas. Atingiria, ao preço da época, de três francos a grama, um total anual superior a três milhões de francos.

Segundo informe constante do Boletim nº 8 do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, de 1924, a produção em 1896 teria ascendido a 1.326.264 gramas, ou seja, 3.978.792 francos, o que representava 4% da produção mundial.

Esses dados estatísticos foram também divulgados na Áustria, em obra de autoria de Friederick Katzer.

Em 1894 a produção alcançaria maior nível: cerca de nove milhões de francos.

Na região de onde saíam tantas riquezas não lavrava a fartura.

Faltava produção de gêneros alimentícios. Não havia nenhuma cultura agrícola; os garimpeiros e suas famílias usavam como moeda o ouro nativo. Tudo se comprava por pepitas de ouro ou pelo ouro em pó. Era a “moeda” circulante. Chamavam *sucuijora* a esse ouro utilizado para pagamentos. Todos os gêneros e utilidades eram trocados por *sucuijora*: uma garrafa de aguardente custava quinze gramas de ouro; uma lata de



conserva, cinco gramas. Qualquer saco, pesando sessenta quilos, pagava de transporte cinquenta gramas.

Numerosas povoações surgiram nessa época, como a Daniel, localizada a doze milhas da embocadura do Rio Calçoene, com oitenta estabelecimentos comerciais. Do outro lado do rio via-se a povoação Firmino. O Calçoene, nesse trecho, apresenta largura de meia milha.

Nessas localidades predominavam todas as características das zonas auríferas, em que imperam a aventura e a ambição. O jogo se fazia também, a peso de ouro no Calçoene, ponto de reunião de garimpeiros e aventureiros de todas as nacionalidades.

Toda a zona contestada abrangia uma área de 260.000 quilômetros quadrados, cortada de rios auríferos: o Cunani, o Calçoene, o Araguari, o Carapaporis e outros, com respectivos afluentes. Povoados, vilas, cidades, nasciam aqui e ali. Surgiram construções rústicas. As casas cobertas de palha. Madeira da mata. Esteios e varas eram utilizados nessas precárias construções. À margem do Rio Amapazinho, nasceu a vila Espírito Santo do Amapá, na foz do Igarapé do Campo. Esse igarapé estabelece comunicação com o Lago Grande do Amapá. Era a Vila do Espírito Santo do Amapá (depois chamada Montenegro), uma das mais movimentadas, dada a sua situação geográfica, e ponto de convergência das figuras exponenciais do Contestado. Muitos brasileiros abastados, vindos de Belém do Pará e de outros pontos do território nacional, ali se estabeleciam com negócios rendosos.

Resolveram os governos da França e do Brasil neutralizar o Contestado, isso desde 1841.

Tal neutralização permitia a livre entrada de franceses, crioulos da Guiana e brasileiros, que viviam em comum, exploravam ouro, negociavam, escolhendo cada nação os seus representantes.

Os crimes eram punidos pelas justiças brasileira ou francesa, tornando-se de praxe enviar os delinquentes, súditos franceses, para Caiena, e os brasileiros para Belém. O estado precário, a falta de elementos humanos capazes, a desorganização dos setores administrativos e judiciários faziam depender de Belém e de Caiena toda a vida do imenso Contestado. Quando ainda não se encontrara ouro, as divergências franco-brasileiras não haviam recrudescido tanto. Os dois países em

litígio escolhiam um representante local. O emblema do Contestado era uma medalha com as efígies dos soberanos do Brasil e da França e um bastão com as armas imperiais brasileiras e francesas. Chamava-se “o principal” a esse representante: o “governador” da região.

De 1841 a 1893, as divergências políticas se aplainavam mediante entendimentos entre os governos dos dois países, ou, no local, por interferência dos governantes de Caiena e Belém.

Resolveu o governo brasileiro fundar a Colônia Militar Pedro II, à margem esquerda do Rio Araguari, em face da investida francesa em várias regiões do Contestado. A reação brasileira começava a se fazer sentir. Ao lado da ação militar, a ação civil. E liderando-as, surge a figura de um homem: Joaquim Francisco de Mendonça Júnior, que usava o pseudônimo Múcio Javrot. Fundou, mais tarde, pequeno jornal destinado à defesa da região, intitulado *A Pinzônia*. A sua palavra, em prosa e verso, era por todos ouvida e respeitada<sup>2</sup>.

A partir de 1894, as povoações Daniel e Firmino começam a unificar-se e a dar origem à futura Vila de Calçoene. Intensifica-se o comércio com as praças das Guianas Inglesa, Francesa e Holandesa e das Antilhas. Navios franceses ali aportam, em grande número: *Capy*, *Ville de Cayenne*, *Dauphin*, *Saint Pierre*, *Marine*, *Guyane*, *Belle de Martinique*, *Carsuène* e outros. Barcos ingleses, abarrotados de gêneros e prontos para transportar ouro, ali chegam também: *Gazelle*, *Meteor*, *Admiral*, *Evangelina*. Até um navio holandês procura as águas do Calçoene: o *Catupania*.

Em 1895, um inglês e um americano do norte, *Mr. Hargreaves* e *Mr. Cordenm*, aportam a Cunani, a bordo das escunas *Meteor* e *Cruya*, com sessenta homens. Alegam, como pretexto, que viriam estabelecer uma poderosa firma para exploração agrícola e pecuária.

Reage o governo de Caiena. Protestam os brasileiros.

---

2 *A Pinzônia*, órgão dos interesses brasileiros no extremo norte. 1895-1904. Macapá, Fol. peq. A4 col. Quinzenal. 1º número é de 15.11.1895, redigido por Joaquim Francisco de Mendonça Júnior. (Múcio Javrot). (*Formação Histórica do Pará*, de Manuel Barata, cit., p. 284).

Aquele mundo de terras quase abandonadas despertava assim a ambição de aventureiros vindos de todos os rincões. Queriam ouro. Ao lado da ambição impelia-os a proteção disfarçada dos respectivos governos, desejosos de aumentar os seus patrimônios com a conquista daquela gleba promissora e rica.

O ano de 1895 haveria de ficar na história como marco decisivo para novos destinos. Iria decidir-se, pela reação popular, pela bravura pessoal, o velho litígio entre o Brasil e a França. Acender-se-ia o estopim, cujas chamas se alastrariam céleres, forçando ação mais enérgica do governo brasileiro.

A essa época Múcio Javrot escreveria seu inspirado poema, intitulado *Pro Patria*, dedicado à libertação dos escravos, mas que bem se aplicava à dramática situação do Amapá, onde vivia:

Solene e grande é a era. De entusiasmo puro  
A multidão se ergue imensa, jubilosa...  
- Da Pátria a festa é a festa do Futuro Pátria!  
Venho saudar tua data gloriosa!

Venho também, oh Mãe, do fundo do meu nada  
Lançar sobre o teu seio as flores da poesia:  
Aquecer minha fronte ao sol desta alvorada,  
De orgulho me embriagar em face deste dia!



## V

### O TRIUNVIRATO.

O ouro continuava a ensandecer os homens.

Dizia-se que o brasileiro Firmino descera das minas do Cunani, em 1894, com o cano da espingarda recheado de ouro em pó. E assim a conduziu para Caiena...

Clemente Temba, crioulo de Caiena, conseguira obter duzentos quilos de ouro, no valor de 687.000 francos, das margens do Calçoene. Rico, viajara para a França e, em Paris, levava vida regalada durante algum tempo. Em seus arroubos de novo-rico, possuía caprichos estranhos. Ao regressar à Guiana, trouxera uma carruagem luxuosa, modelo Napoleão III, adquirida em Paris, em que se exhibia na triste e soturna cidade. A carruagem, tirada a quatro cavalos, sobre areia e pedras, contrastava com a miséria, a precariedade urbana da capital guianense.

De todas as partes do Amapá surgia ouro: da povoação Lourenço, cujo nome inicial era *Laurenz*, foram extraídas 2,5 toneladas; do Gurupi, 72 quilogramas; de *Tembat*, 850 quilogramas; de *Vitaló*, 440; de *Sanaugoon*, 630 quilos; de *Marsy*, 92 quilos.

Um garimpeiro chinês encontrara pepita com catorze quilos! Nunca se vira tão grande.

A pouco e pouco o Contestado se afrancesava. Nomes gauleses eram utilizados para designar os acidentes geográficos, as vilas, os rios, os objetos. O ouro era *la couleur*. Rios e povoados recebiam nomes estrangeiros: *Carnot*, *Maray*, *Salunfroy*, *Grand Degrad*, *Petit Degrad*, *Laurenz*, *Crevaux*, *Alby*, *Grand-Crique*. Era preciso reagir contra a pretensão, cada vez mais crescente, dos vizinhos do norte. A população brasileira, distribuída por todo o Contestado, dedicava-se às mesmas atividades e olhava já com desconfiança aquela invasão disfarçada pela fome do ouro. Os mineiros brasileiros passaram a ser perseguidos e humilhados

pelos estrangeiros. Reações surgiram isoladas. Depois foram tomando corpo. Era representante do governo francês no Contestado, Eugénio Voissien, que arbitrariamente proibiu aos brasileiros o acesso à região das minas. Só os franceses poderiam fazê-lo. Esse estado de coisas não poderia perdurar por muito tempo. Alguns homens ilustres, com interesses na região, começaram a reunir, trocar opiniões, traçar planos. Era preciso por cobro aos excessos de Voissien.

No dia 10 de dezembro de 1894, teve início a reação.

Chefiavam o movimento Francisco Xavier da Veiga Cabral, Manoel Antônio Gonçalves Tocantins e Desidério Antônio Coelho.

Eugénio Voissien foi deposto pelos revolucionários. É aclamado pelo povo, como chefe local, Desidério Antônio Coelho.

De 10 a 25 de dezembro, começam as primeiras providências para consolidar a nova situação política de Desidério. Convoca-se para o dia 26 a Assembleia Geral, que deveria ratificar a escolha. Reúne-se a população no prédio do governo local.

Desidério Antônio Coelho prefere desistir de sua investidura. E sugere, nobremente, que seja organizado um Triunvirato. Discute-se. Debate-se. Entre aclamações entusiásticas dos presentes é finalmente aprovada a organização do Triunvirato, constituído de Francisco Xavier da Veiga Cabral, Desidério Antônio Coelho e o Cônego Domingos Maltez. Na hipótese de falta ou impedimentos dos triúnviros, seriam substituídos por suplentes: João Lopes Pereira, Manoel Joaquim Ferreira e Raimundo Antônio Gomes.

Voissien não teve mais energias para reagir. A maioria da população brasileira exercia sobre o francês a grande força de sua autoridade moral. Os triúnviros eram homens de responsabilidade, e patriotas.

Dispunha o Triunvirato de poderes administrativos, financeiros e militares. Deveria organizar-se militarmente para defesa da região. Uma milícia se fazia necessária. Quanto à legislação, respeitar-se-ia a Constituição do estado do Pará, instituída no início da República. Os interesses locais ditariam as normas a seguir quanto às decisões do Triunvirato.

Entre as primeiras medidas, surgiram a proteção ao comércio dos brasileiros, a exploração das minas auríferas, a instituição de tributos, criação de um cartório de registro civil, abolição das penas infamantes.

Sobre as mercadorias providas de Caiena criou-se o imposto de 10%. Os gêneros brasileiros eram isentos.

Todas essas medidas, de cunho nacionalista, e visando à reintegração da área na vida brasileira, repercutiram logo em Caiena, levadas por emissários angustiados. Os franceses não poderiam receber com prazer tais notícias. Governava então a Guiana Francesa M. Charvein (alguns grafam Cherwein ou Chervin), que se apressa em tomar providências agressivas. Maquiavelicamente, nomeia seu representante no Contestado a um brasileiro: Trajano. Homem de condição humilde, negro, viera, segundo uns, de Cameté; segundo outros, da Vigia atraído pelo *rush* do ouro. Trajano há muito se aliara aos franceses, ora perseguindo os mineiros nacionais, ora prestigiando, por ações e palavras, aos estrangeiros. M. Charvein, nomeando-o seu representante, pretendia talvez neutralizar a região brasileira, por se tratar de um elemento não francês<sup>1</sup>.

Enganou-se, no entanto.

Mal chega Trajano no Cunani, começam as suas medidas antipatrióticas. Preferira estabelecer-se no Cunani. Veiga Cabral e os outros triúnviros se encontram na Vila do Amapá, também conhecida por Vila do Espírito Santo do Amapá, à margem direita do Rio Amapazinho e foz do Igarapé do Campo, nas proximidades do Lago Grande.

Trajano, com maus propósitos, insiste em restabelecer a situação anterior, desrespeitando a autoridade do Triunvirato.

Veiga Cabral convida-o a ir à Vila do Amapá. Foi encarregado da diligência o major Félix Antônio de Souza, que tudo faz no sentido de

---

1 Quanto à grafia de nomes próprios e papel desempenhado por algumas pessoas citadas, há também dúvidas a esclarecer. O governador de Caiena ora é dado como Charvein, ora Chervein, Chervin, Cherwein. A. C. Ferreira Reis grafa Charvein (ob. cit.). Mário da Veiga Cabral (*Folha do Norte, Amapá Episódio de Bravura da Nossa História*), citando Jorge Hurley, grafa Chervein. Outros escrevem Cherwein, Chervin. O certo é Charvein, como está nos documentos franceses.

O nome do engenheiro Tocantins às vezes está Manoel Antônio Gonçalves Tocantins, ora Manoel Antônio Gonsalves (com S) Tocantins. Engenheiro, homem notável, ajudou o movimento, deu-lhe o seu primeiro impulso ao lado de Veiga Cabral e Desidério Antônio Coelho, mas não integrou o triunvirato “de direito”. Realizou um inquérito final, cujo relatório é citado por Henri Coudreau.

demovê-lo de atos contra o Brasil. Trajano desatende. Os ânimos se exaltam. Estava em jogo o futuro de toda uma região. Era impossível controlar a explosão de revolta contra a situação do homem, que se punha a serviço da causa estrangeira. A reação local culminou com atos violentos. Trajano é castigado fisicamente por alguns revolucionários inconformados. A notícia voa rapidamente em direção de Caiena.

Trajano, o representante de M. Charvein, o delegado do governo de Caiena e, portanto, do governo francês, fora seviciado na Vila do Amapá!

Ultraje! – pensa o governador francês – Ofensa! A França fora ofendida! Era preciso reagir! – E, imediatamente, M. Charvein, sem muito refletir, expede ordens para a organização de uma expedição militar.

Apresta-se um barco de guerra: a canhoneira *Bengali*. Colocam-se tropas armadas sob o comando do capitão Lunier. Um outro oficial francês, Audibert, dirige a embarcação. Cento e trinta soldados armados estão à disposição de empresa temerária, que haveria de tingir de sangue o solo pátrio. São profissionais amestrados, lançados na aventureira campanha militar.

Ordens severas são transmitidas por Charvein a Lunier: aprisionar Veiga Cabral (mais conhecido como Cabralzinho) e levá-lo preso para Caiena. Libertar o delegado caienense Trajano, até então mantido em prisão.

Charvein não reconhecia a autoridade do Triunvirato. Insurgia-se contra a decisão da Assembleia Geral brasileira. Desejava manter o *status quo* anterior, em que os franceses controlavam, ou procuravam controlar, política e financeiramente, a grande região, canalizando, pelo porto de Caiena, muitas toneladas de ouro.

Moviam os brasileiros não apenas os interesses financeiros. A essa altura os ideais eram outros: acendia-se a chama do patriotismo em todas as almas. Cabralzinho passou a ser o símbolo desse sentimento, capaz de todos os sacrifícios. Já não se lutava por ouro, mas pela defesa da integridade territorial da nação e da sua soberania. Os chefes do movimento não eram desconhecidos nem aventureiros. Francisco Xavier da Veiga Cabral nasceu em Belém em 1861. Envolvendo-se na política integrou o Partido Liberal. Com a instituição da República, aderiu à revolta da Armada. Deslocou-se depois para o Amapá, onde



possuía interesses comerciais em sociedade com Felipe José de Lima. Tomara parte saliente nos primeiros acontecimentos políticos do estado do Pará, logo após a proclamação da República, tentando obstar a posse do capitão-tenente Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes no governo estadual. Pertencera ao Partido Democrata. Antes viajara pelos Estados Unidos da América, onde tivera oportunidade de conhecer de perto a civilização americana. Bravo e enérgico, Francisco Xavier da Veiga Cabral encarnava bem os ideais de todos os habitantes brasileiros da região contestada. Experiente e lúcido, servido por agilidade mental e física, pôs as suas energias a serviço da causa, que era mais da coletividade do que sua própria.

O dr. Manuel Gonsalves Tocantins era engenheiro, com larga experiência, conhecedor dos problemas econômicos da gleba que defendia. Estudioso da geografia, conhecia os segredos da terra e de seus acidentes geográficos, de seus rios e de suas montanhas.

O cônego Domingos Maltez trazia para o Triunvirato as qualidades de sacerdote e guia espiritual daquela gente. Era a Igreja presente à grande causa, que tanto agitava as almas e fazia vibrar os corações.

Um tal Triunvirato não poderia falhar em sua missão. Possuía a bravura de Veiga Cabral, aliada à cultura de Gonsalves Tocantins e à autoridade espiritual de Domingos Maltez.

#### QUEM ERA FRANCISCO XAVIER DA VEIGA CABRAL

Algumas fontes dão Veiga Cabral como nascido em Cametá. Em publicação estampada no jornal *Folha do Norte*, em longo noticiário remetido do Rio de Janeiro, por ocasião do seu centenário em 5 de maio de 1961, constam informações que teriam sido prestadas pelo professor Mário da Veiga Cabral:

Francisco Xavier da Veiga Cabral nasceu em Belém, capital do Estado do Pará, dali embarcando com destino a New York, no ano de 1891. Nos Estados Unidos, portanto, passou algum tempo, tornando ao Brasil im-

pregnado, naturalmente, dos mesmos ideais americanos que aqui tanto repercutiram na Independência.

Era homem de baixa estatura (daí chamarem-no Cabralzinho), agilíssimo e valente.

Faleceu em Belém a 18 de maio de 1905, às 5h30 min. da manhã, quarta-feira, contando apenas 44 (quarenta e quatro) anos de idade.

Os principais eventos de sua vida ocorreram em maio: seu nascimento, a luta com os franceses e a morte.

Quanto à árvore genealógica de Francisco Xavier da Veiga Cabral, iniciamos pesquisa interessantíssima, com resultados surpreendentes, embora incompletos.

Localizamos, no início do século 19 e fins do século 18, em Portugal, um general governador das Armas da província de Tras-os-Montes, chamado Francisco Xavier da Veiga Cabral da Câmara, pai de Joana Francisca da Veiga Cabral da Câmara Pimentel e filho do mestre de campo general governador das Armas da mesma província, Sebastião da Veiga Cabral da Câmara, fidalgos da casa de S. Alteza Real.

Em 28 de novembro de 1801, o governador do Rio Grande do Sul chamava-se Sebastião Xavier da Veiga Cabral. Nessa qualidade endereçava carta ao rei Fernando José de Portugal e Castro felicitando-o pela nomeação e conservação do lugar de vice-rei e relatando as vantagens conseguidas nas fronteiras da Capitania depois da declaração de guerra aos espanhóis, e sobre a nomeação do escrivão de intendência Simão Estelita Gomes da Fonseca, provedor da Fazenda Real.

Encontramos um outro Francisco Antonio da Veiga Cabral, general, encarregado do governo da Índia. Em 20 de abril de 1799, comunicava a D. Fernando, rei de Portugal, ter recebido, pela nau de viagem Conceição ou Goa, tabaco, soldados e paisanos degredados.

Localizamos um outro Francisco Antonio da Veiga Cabral, irmão de Francisco Xavier da Veiga Cabral da Câmara e cunhado de Joana Francisca da Veiga Cabral da Câmara Pimentel, acima referida, viscondessa de Mirandella. Encontramos original de requerimento firmado por D. Joana datado de 15 de março de 1817, em Portugal.

Existiu também um Luís Antônio da Veiga Cabral, no Brasil, magistrado. Achemos carta de sua autoria, em original, dirigida ao visconde de São Leopoldo a 21 de setembro de 1841.

Nota-se que os Veiga Cabral tiveram grande influência em Portugal no início do século 19, transferindo-se para o Brasil durante esse século.

Qual a vinculação de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o herói do Amapá, e esses outros ilustres vultos, com impressionante semelhança de nomes?

É campo aberto a outros pesquisadores.

#### A ORGANIZAÇÃO EXATA DO TRIUNVIRATO

Vários autores referem que o Triunvirato era constituído do cônego Domingos Maltez, Francisco Xavier da Veiga Cabral e Desidério Antônio Coelho, sendo suplentes João Lopes Pereira, Manoel Joaquim Ferreira e Raimundo Antônio Gomes.

Chegamos a algumas conclusões, que nos parecem verdadeiras: houve um triunvirato “de fato”, inicial, representado pelos chefes da reação brasileira, constituído de Antônio Manoel Gonsalves Tocantins, Francisco Xavier da Veiga Cabral e Desidério Antônio Coelho. Esses três homens chefiaram a reação que depôs o delegado da França no Contestado, Eugênio Voissien. Explodindo a reação, no dia 10 de dezembro de 1894, e, deposto Voissien, constituiu-se, então, um Triunvirato “de direito”, integrado pelo cônego Domingos Maltez, Francisco Xavier da Veiga Cabral e Desidério Antônio Coelho. A eleição por assembleia geral se deu no dia 26 do mesmo mês, sendo lavrada a ata que a seguir transcrevemos:

Ata da 1ª sessão que teve lugar na Sala da Capitania para tratar-se de nova forma de governo que deve de hoje em diante dirigir os destinos do Território do Amapá.

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de mil oitocentos e noventa e quatro pela sete horas na noite (o original grafa *noite* e não *noite*) na sala da Capitania do Amapá, achando-se reunidos grande número de

habitantes e muitas famílias o sr. Desidério Antonio Coelho que, achava-se no governo deste distrito, abriu a sessão e agradecendo a nomeação do Capm.<sup>2</sup> do lugar pediu a sua demissão; foi então por ele mesmo lembrado da criação de um novo Governo conforme o programa incluso a do Triunvirato e seus suplentes sendo eleitos por unanimidade para Presidente o reverendo Conego Maltez, Francisco X. da Veiga Cabral e Desidério Antonio Coelho. Suplentes: os Senrs. Raimundo Antonio Gomes, João Lopes Pereira, Manoel Joaquim Ferreira. Foi então nomeada uma Comissão para comunicar esta decisão ao Revmo. cônego Maltez, foi saudada por todos os presentes. Aceito o cargo, depois dos presentes terem prometido o seu apoio para que pudesse Governar (assim está) com segurança. O ex-Capitão Eugenio Voizen (assim está), declarou publicamente aceitar a nova forma de Governo, tendo sido nesta ocasião nomeado Cap. Honorário do Exército Amapaense. Tomaram a palavra os senrs. Franc<sup>o</sup> X. da Veiga Cabral e Desidério Antonio Coelho, agradecendo a confiança que o povo do Amapá neles deposita elegendo-os membros do Triunvirato prometeram envidar todos os esforços no exato cumprimento de seus deveres. Também falou o Senr. Marcilio Bevilacqua que foi bastante aplaudido. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão depois de terem assinado todos os presentes. O 1<sup>o</sup> Secretário ad hoc – Marcilio Bevilacqua.

NOTA: Encerrada a sessão o Senr. Dr. Tocantins que se achava presente ao ato tomou a palavra e em eloqüente discurso felicitou o povo amapaense por ter tido a feliz inspiração de querer entrar no caminho da ordem e progresso escolhendo três cidadãos distintos para governarem o Território do Amapá e convidou a manter-se unido ao seu Triunvirato e dar-lhe todo o apoio a fim de que ele pudesse trabalhar pelo progresso da localidade. Foram levantados vivas ao Triunvirato, ao Estado do Pará, ao dr. Lauro Sodré, etc. R<sup>o</sup> C<sup>o</sup> Maltez Presidente – 1<sup>o</sup> Vice-Presidente Francisco da V. Cabral 2<sup>o</sup> V. P. Desidério A. Coelho. Os seguintes Snrs. e Senras. que estavam presentes. (Seguem cerca de cem assinaturas).

---

2 Assim está. Mantemos a grafia do original.

É interessante ressaltar, nessa ata, dois aspectos dignos de meditação: o representante francês Voissien (que grafam Voizen) aderiu à Nova Ordem e recebeu o posto de capitão do Exército do Amapá; o dr. Tocantins (Antonio Manoel Gonsalves), que estava presente, só falou depois de encerrada a sessão, para congratular-se com o resultado. Não temos dúvida em afirmar que Tocantins deve ter sido o mentor intelectual dos amapaenses, recusando posições, sem dúvida, dada a sua qualidade de homem de ciência, ressaltado mais tarde pelo cientista Henri Coudreau.

O cônego Domingos Maltez seria o presidente.

No entanto, nas cartas-patentes que reproduzimos às páginas 57 e 59, consta Francisco Xavier da Veiga Cabral como presidente do Triunvirato. Teria havido modificação? Maltez se afastara ou não da Presidência? Por quê? Talvez a agitação do momento, a vibração natural em horas de revolução tenham gerado certa balbúrdia e conseqüente substituição de elementos no comando da luta. A verdade, porém, é que Veiga Cabral era chefe supremo de todos. O cônego Maltez, mais tarde, foi vigário de Igreja de Sant'Ana, em Belém.

O nome do engenheiro Tocantins às vezes está Manoel Antonio Gonçalves Tocantins, ora Manoel Antonio Gonsalves (com s) Tocantins, ora Antonio Manoel Gonsalves Tocantins. Engenheiro, homem notável, ajudou o movimento, deu-lhe o seu primeiro impulso ao lado de Veiga Cabral e Desidério Antonio Coelho, mas não integrou o triunvirato “de direito”. Realizou um inquérito final, cujo relatório é citado por Henri Coudreau.

Encontramos no *Dicionário*, de Sacramento Blake, notícia biográfica de Antônio Manoel Gonsalves Tocantins, que transcrevemos na íntegra:

ANTONIO MANOEL GONSALVES TOCANTINS – É natural de Cametá, província do Pará; engenheiro civil pela Universidade de Liège, d'onde regressando à Pátria, aqui foi empregado pelo governo provincial; dedica-se atualmente ao magistério, quer como lente da escola Normal, quer como diretor do Colégio MARQUEZ DE SANTA CRUZ, de Belém; é sócio do Instituto Histórico e Geográfico e escreveu:

– *Exploração do rio Tapajós*: relatório (escrito com J. H. Correia de Miranda).

Vem anexo ao relatório da província pelo dr. Abel Graça, Pará, 1872.

– *Relíquia*: de uma grande tribo extinta na ilha do Pacoval. Vem da Revista do Instituto Histórico, tomo 39, parte 2ª, 1876. É datada esta obra de 1872 e lhe serviu para a sua admissão no Instituto.

– *Estudos sobre a tribo mundurucu*: memória lida perante o mesmo Instituto. Na dita revista, tomo 4º, págs. 74 a 161. O autor apresenta um quadro comparativo com treze vozes, vindo a portuguesa em primeiro lugar e a mundurucu em último, a fim de facilitar a confrontação do dialeto desta língua com o das três principais línguas americanas: quychua, aimará e tupi.

Dizem os doutores Caetano Filgueiras, Moreira de Azevedo e Ribeiro de Almeida em seu parecer, como membros da Comissão de admissão de sócios, que Gonsalves Tocantins escrevera e publicara algumas – *Memórias geográficas*, concernentes ao vale do Amazonas. Não conheço, senão o que fica mencionado.

Seria o mesmo do Amapá? Tudo indica que sim. Coudreau, o eminente cientista francês, na carta reproduzida a fls. 80, a ele se refere com muito respeito: “Meu caro colega, ‘encarregado de missões científicas’”.

O estudo da personalidade de Tocantins e de seu relatório, com dissipação de dúvidas, fica aberto a outros pesquisadores.

VI  
AGITAÇÃO EM CAIENA.  
REUNIÃO DO CONSELHO  
CONSULTIVO. PREPARATIVOS  
PARA O ATAQUE.

Caiena, pequena cidade colonial francesa, quase toda construída de madeira, com coberturas de zinco, habitada na maioria por negros e crioulos, era a sede do governo. O titular do cargo, denominado pomposamente *Commissaire Général Charvein, Gouverneur de la Guyane*, era o representante da França na região.

Notícias vindas do Amapá, algumas deturpadas ou exageradas, davam aspectos trágicos à prisão de Trajano por brasileiros. Trajano era um pobre homem, sem instrução, a serviço de interesses comerciais dos franceses exploradores de ouro, intitulado, com certo exagero, *représentant des intérêts français à Counani*.

No dia 9 de maio de 1895, pelas 8 horas e 30 minutos da manhã, o governador reunia, em caráter de urgência, no seu gabinete, o chamado “Conselho Consultivo”, integrado pelo diretor do Interior (*Directeur de l’Interieur*), o comandante militar (*Commandant des troupes*), o chefe do Serviço Judiciário (*Chef du Service Judiciaire*), e o comandante do barco *Bengali*.

Relatório posterior, firmado pelo comandante E. Peroz, registra que, nessa ocasião, corriam ruídos, desde a véspera, de que os nacionais franceses haviam sido gravemente molestados e vítimas de pilhagem no território contestado (*gravement molestés e pillés sur le territoire contesté*). O capitão Trajano fora conduzido à força e transportado para o Amapá (*enlevé de vive force e conduit à Mapa sous escorte*), por pessoas que, naquele relatório, são chamadas de “bandidos brasileiros, armados e comandados pelo chamado Cabral, ex-chefe insurrecional da Provín-

cia do Pará (*par des bandits sujets brésiliens, armés et comandés par le nommé ex-chef insurrectionnel de la province du Pará*.)”

Trajano era denominado “capitão”. Não se sabe quem lhe dera tal honraria, porquanto do lado brasileiro, ao que consta, nenhum título lhe fora conferido.

As narrações aumentavam, sem dúvida, os fatos reais. Uma carta recebida pelo governador Charvein confirmava aquelas versões e as pintava com cores negras (*sous les couleurs les plus sombres*).

O governador, diante do Conselho, expôs os acontecimentos à sua maneira, salientando inicialmente que, desde 26 de outubro de 1893, informava o Departamento, em Paris, por meio de 28 cartas e 7 cabogramas, da situação cada vez mais comprometedora dos interesses franceses no território contestado e solicitava instruções firmes para salvaguarda daquilo que chamava “o direito da França (*le droit de la France*)”.

Aquelas cartas e cabogramas haviam sido respondidos pelo Departamento através de quatro despachos em que nenhuma linha de conduta firme era indicada (*aucune ligne de conduite ferme n’était indiquée*).

O governador Charvein indaga do Conselho se, diante das circunstâncias, não era chegado o momento de “fazer respeitar nossos concidadãos e nossos direitos” ou pelo menos capturar alguns dos *pillards* que perturbavam a paz da região e libertar o “capitão” Trajano, “*detenu illegalement à Mapa*”.

Durante a reunião, chegaram ao local M. Lalanne, presidente da Câmara de Comércio e E. Le Blond, vice-presidente da mesma Câmara, os quais, introduzidos no recinto, declararam que todos os fatos denunciados eram verdadeiros, que o pavilhão francês fora substituído pelo brasileiro, que os comerciantes franceses sentiam-se profundamente abalados e a população mostrava-se exasperada e, por isso, solicitavam reparação imediata e proteção “*pour nos nationaux e notre pavillon*”.

Os debates se prolongaram até as onze horas, todas as hipóteses foram discutidas, vias e meios, possibilidade de ação policial armada, sendo decidido, afinal, por unanimidade, o envio do aviso *Bengali* no Amapá a fim de libertar o representante Trajano e aprisionar, se possível, os autores de seu “rpto” e ainda colher informações melhores sobre as agitações locais.



Para melhor eficiência da tarefa foi deliberado também que o *Bengali* transportasse um destacamento militar, seguindo uma brigada da gendarmaria no navio comercial *Lifjeld*, diretamente a Calçoene. Os militares do *Bengali* tinham como missão libertar Trajano; os do *Lifjeld* protegeriam os nacionais e aprisionariam os “piratas” (*saisirait s’il Y lieu des pirates*).

Assim terminou a histórica sessão. Charvein prestigiado e fortalecido pela opinião geral. Ordenou então ao comandante militar que organizasse os destacamentos de tropa e de gendarmaria.

Baixou instruções ao comandante do *Bengali*, de nome Audibert, *Lieutenant de vaisseau*, investido também na perigosa missão de chefe da expedição. Nas instruções merecem relevo as seguintes expressões: “*Je ne saurais vous recommander trop combien il faut de tact et de prudence dans l’accomplissement de cette mission que est une mission de police et non de guerre. Aucun acte de répression matérielle qu’il vous aura été impossible de vaincre par la persuasion*”.

Até onde se pode confiar nessas palavras, escritas depois de passados os fatos, e, talvez, com o propósito de amenizar a responsabilidade do governador? De qualquer forma, se são verdadeiras, revelam que M. Charvein recomendava a Audibert toda a prudência e tato, fazendo-lhe ver que se tratava de uma especial tarefa, mais de polícia do que de guerra. Mas os instrumentos utilizados eram de guerra: o aviso *Bengali* e a tropa escolhida. Audibert recebia assim, sob os seus ombros, a pesada carga daquela missão no desconhecido. Providências policiais e não guerreiras, porquanto não havia declaração de guerra entre as duas nações. A prudência recomendada chegava ao extremo de só admitir repressão, havendo delito e resistência.

Além dessas instruções, o governador, no dia 10 à tarde, fez novas recomendações verbais ao comandante da expedição, das quais destacamos o seguinte trecho, constante do relatório de E. Peroz: “*Au cas où vous trouverez à Mapa des troupes régulières brésilliennes, vous vous aboucherez avec leur chef auquel vous demanderez copie de ses pouvoirs ou ordres de servisse*”.

Seria essa a providência ideal, se no Amapá existissem forças do exército brasileiro, normalmente instaladas. O governo de Caiena estava sempre com a preocupação de que, por trás de Veiga Cabral e seus

companheiros, houvesse tropa regular brasileira ou influência oficial. Esse engano sobressai em numerosos pontos do citado relatório e ainda de outros escritos franceses. Não compreendiam que se tratava de uma reação local, de habitantes dedicados ao garimpo e à lavoura, homens que se sentiam prejudicados pela invasão mercenária dos exploradores caienses. Prosseguindo em suas ordens verbais, dizia ainda Charvein a Audibert: “*Vous le prierez de vous remettre le capitaine Trajane, notre représentant à Counani, ainsi que les auteurs de son rapt*”. Trajano era sempre designado como representante da França, ou do governo da Guiana, no Cunani; a pretensão chegava ao ponto de imaginar que os brasileiros iriam entregar, mansa e pacificamente, não apenas o suposto “representante”, mas os próprios concidadãos envolvidos na luta. Disse mais: “*Vous établirez un procès verbal de constat: 1º de la présence à Mapa de troupes régulières brésiliennes; 2º de la volonté ou du refus du chef de cette troupe de déférer à votre réquisition relative à affaire Trajane; puis, vous rallierez Cayenne*”.

Havia sempre a idéia fixa de que, no Amapá, se encontravam tropas regulares do Brasil. Se assim fosse, a missão não seria cumprida com tanta ingenuidade e facilidade, como o julgava o governador. No caso de recusa ou impossibilidade de qualquer entendimento, deveriam os soldados franceses regressar a Caiena.

Para que, então, tanto aparato? Apenas uma verificação *in loco* era recomendada? E os soldados, e as armas modernas que portavam, e o plano de ataque tão bem elaborado, dentro dos rigores da técnica militar?

O relatório Peroz resume as instruções em algumas palavras: “Não utilizar força senão em caso de absoluta necessidade, e não empregá-la nunca em face de tropas regulares brasileiras”.

Foi esta última parte das instruções – “*ne l’employer dans aucun cas vis-a-vis de réguliers brésiliens*” – que encorajou os expedicionários a aplicarem a força armada contra indefesos civis, modestos habitantes da região.

O comandante das tropas, por seu lado, expediu também minuciosas instruções relativas à conduta da brigada de gendarmaria embarcada no *Liffeld*.

Para bem compreender, em todas as suas minúcias, a imprudência e total desconhecimento das condições locais, convém reproduzir, em versão portuguesa, o texto dessas instruções:

A brigada de gendarmeria ao chegar à queda do Firmino (*dégrad Firmine*), no rio Calçoene, se dissimulará a bordo do vapor até que os piratas estabelecidos à margem ou alguns desses piratas venham a bordo. Nesse momento, ela se lançará sobre esses homens, impedirá que deixem a embarcação e os amarrará.

Por esse trecho se verificam, com clareza, os propósitos da “brigada”, nada pacíficos. Os “piratas”, a que se referiam, nada mais eram do que habitantes da localidade, pobres embora, mas habitantes, com morada habitual e atividade agrícola, mineral ou pastoril. Preparavam, assim, os franceses uma cilada, mandando que *“la brigade de gendarmerie arrivés au dégrad Firmine, dans la rivière Carsewène, se dissimulera à bord du vapeur jusqu’à ce que les pirates établis sur la rivière ou quelquesuns de ces pirates soient montés à bord”*. Preparada a cilada, aguardariam que os curiosos caboclos, como é de hábito, subissem até a embarcação, momento em que *“elle se jettera sur ces hommes, les empêchera de quitter le bord e les garrotera”*. O verbo *garroter*, no futuro, *garrotera*, tanto pode ser entendido no sentido de amarrar, como no de garrotar ou garrotear, isto é, enforcar, estrangular.

Prossegue, porém, a instrução do comandante: o chefe da brigada usaria de toda força e energia disponível dos franceses presentes a bordo e se necessário ordenaria o uso das armas. Onde estava a “prudência” recomendada por Charvein? A intenção era violenta contra os pobres brasileiros, incautos, desprevenidos: *“il emploiera la force et ordonnera usage de leurs armes à tous gendarmes ou nationaux requis”*.

Não satisfeito com tal recomendação, o furibundo comandante foi mais longe: *“S’il voit la possibilité de descendre à terre pour, grâce au concours de nos nationaux armés, enlever ceuz des pirates restés sur la rive, il exécutera cette operation”*. Deveriam os gendarmes descer à terra, aprisionar indiscriminadamente os brasileiros que ali encontrassem, levando-os para bordo, como prisioneiros.

Recomendou mais que, à chegada do vapor *Liffeld* ao Rio Calçoene, e estando este fundado, se nenhum habitante local viesse a bordo, tentaria aprisioná-los na margem, como foi dito acima.

Mas se a empreitada parecesse perigosa ou não pudesse contar suficientemente com os nacionais armados a bordo do *Liffeld*, aguardariam

fundeados a chegada do aviso *Bengali*, cujo comandante (Audibert) daria novas instruções.

Insistia na necessidade de preparar-se emboscada: “*D’une façon générale, pour que l’opération prescrite réussisse, il faudra que le commandant du détachement de gendarmeria ne se montre et ne fasse paraître ses hommes qu’au moment précis où il pènera pouvoir agir avec succès*”.

O *Liffeld* era um navio comercial, enquanto o *Bengali*, um aviso de guerra. Essa a razão por que as instruções se referiam aos cidadãos franceses a bordo. Mineradores deviam viajar naquela linha, em busca de ouro. Daí a recomendação: “*Si, pour assurer la réussite de l’opération, il était nécessaire d’envoyer d’abord à terre quelques mineurs, il recommanderait à ceux-ci de garder le silence le plus absolu sur la présence de la gendarmerie à bord*”.

Tudo se revestia de mistério. Essas instruções prepararam o terreno para o desfecho macabro. No final, determinavam: “*- L’affaire terminée, il amènera à Cayenne les pirates prisonniers et les livrera à la justice civile*”.

Finalmente: Se fosse impossível aprisionar um ou muitos “piratas”, à chegada do aviso *Bengali*, os expedicionários do *Liffeld* se colocariam à disposição do comandante deste.

No dia 10 à tarde, seis (6) gendarmes escolhidos e um brigadeiro embarcavam no *Liffeld* e seguiam a rota do Calçoene.

Na mesma ocasião o comandante das tropas Peroz (que viria mais tarde a redigir o relatório – *rapport* – dos acontecimentos), baixava a Ordem Geral nº 24, formando o destacamento de infantaria da Marinha:

De acordo com as ordens do Governador, um destacamento comandado pelo capitão Lunier, do batalhão de Infantaria da Marinha, composto, organizado, armado e equipado como segue, embarcará amanhã, dia dez, a bordo do aviso ‘*Bengali*’, às cinco (5) horas da tarde, na data administrativa de 11, para ser empregado em uma missão especial.

(Assim está: “... *embarquera demain 10 courant, à bord de l’avis Bengali, à 5 heures du soir, à la date administrative du 11, pour être employé à une mission spéciale*”).

O capitão Lunier foi colocado sob as ordens do comandante do *Bengali*, *lieutenant de vaisseau* Audibert, chefe da missão. O comandante do

destacamento da Marinha receberia todas as ordens relativas ao serviço a bordo do destacamento de infantaria de Marinha e os relativos ao cumprimento da tarefa especial.

Quando o capitão Lunier recebesse a ordem de descer à terra com seu destacamento, agiria de acordo com as instruções escritas que lhe fossem dadas pelo comandante do *Bengali* e para atingir o fim proposto; mas ficaria completamente independente do comandante Audibert quanto à execução das medidas próprias a assegurar o êxito da operação.

Verifica-se, por esse trecho, que, por ocasião do desembarque, os poderes de Lunier adquiriam autonomia quanto à execução. As ordens gerais provinham de Audibert, mas Lunier, no ato mesmo de cumprimento delas, ficava à vontade para agir como melhor lhe parecesse.

As operações de embarque e desembarque eram reguladas em suas minúcias pelas instruções de bordo, isto é, de Audibert; as operações de terra ficavam a critério do comandante do destacamento de infantaria da Marinha.

Esse destacamento assim ficou constituído:

**1ª Seção: Lieutenant Destoup**

30 homens: 1 sargento  
 1 *cap-four*  
 3 cabos  
 1 clarim  
 1 sapador  
 1 ajud. de sapador  
 22 soldados

**2ª Seção:**

30 homens: 1 sargento  
 3 cabos  
 1 clarim  
 1 sapador  
 1 ajud.-sapador  
 1 *infr. pte-sac.*  
 22 soldados

Fazia parte do destacamento o médico de 2ª classe Condé, abastecido dos materiais hospitalares necessários.

Há um trecho, nessa ordem geral, que revela as intenções agressivas dos oficiais comandantes: “*Les officiers et hommes de troupe seront en tenue de campagne, les hommes porteurs de 120 cartouches; 80 cartouches par homme seront placées dans des caisses en cuivre et mises en réserve à bord du Bengali*”.

Todas as providências foram previstas quanto ao relativo conforto daquela tropa, em preparo para uma luta armada:

Les matelas et les couvre-pieds des hommes de troupe seront portés à bord à deux herres et leur serviront de couchage.

Les six escouades seront munies d'utensiles de campement, de façon à pouvoir s'établir au bivouac et y faire la cuisene.

Les sapeurs et élèves seront munis de haches.

Lorsque le détachement sera appelé à opérer à terre les hommes n'emporteront que la musette, les sacs restant à bord sous la garde de un ou deux hommes.

Le capitaine Lunier s'entendra avec le commandant du "Bengali" pour que l'installation nécessaire à la conservation des armes et munitions pendant le séjour à bord soit assurée.

Esse documento está datado de Caiena, 9 de maio de 1895, e é firmado pelo "*Chef de bataillon, commandant les troupes, CT. PEROZ*".

Logo abaixo lê-se: "*Approuvé, Le Gouverneur, CHARVEIN*".

Além dessa "ordem geral" houve "instruções verbais" do comandante das tropas ao capitão Lunier e que vêm reproduzidas no citado relatório de Peroz.

Essas alegadas instruções verbais, difíceis de comprovar, estão em plena contradição com as instruções escritas anteriormente reproduzidas. O que fora redigido não poderia mais ser alterado. Constava dos arquivos. Consistiam numa preparação para ataque violento, verdadeira operação de guerra, prevista nos mínimos detalhes. Já as recomendações verbais tomavam outro sentido, razão por que temos o direito de pô-las em dúvida, escritas que foram posteriormente, pelo mesmo comandante Peroz.

Em todo caso, vale reproduzir o tópico:

Le 10, à cinq heures du soir, le détachement du capitaine Lunier embarquait sur le "Bengali". Les cadres et les soldats qui le composaient étaient choisis parmi les meilleurs du bataillon d'infanterie de marine.

Le capitaine Lunier, officier d'un sang froid remarquable et d'une grande valeur, avait reçu du commandant des troupes les instructions verbales suivantes:

N'employer la force qu'en cas de stricte obligation; ne s'engager dans le village qu'à bon escient, après l'avoir, en premier lieu, fait entourer. Ne

s'avancer de sa personne qu'accompagné d'une solide escorte de façon à enlever aux gens de Cabral l'idée d'une attaque, mais ne la faire agir que sous la menace d'une attaque ou devant une résistance armée.

Há verdadeira contradição entre tais palavras prudentes e conscienciosas e as instruções escritas, referentes aos dois contingentes enviados ao Amapá. Num se ordenava a prisão, o sequestro, o garroteamento dos habitantes à margem do rio; no outro se sugeria prudência e nenhum ataque sem causa.

Quanto à ação conjunta das duas forças, previam as tais ordens verbais:

Ne pas faire paraître la compagnie d'infanterie de marine, placée aux débouchés du village, si on ne constate aucune résistance armée; mais convenir avec elle d'un signal de façon qu'elle puisse accourir sur le champ si besoin en était. Executer à la lettre les ordres du lieutenant de vaisseau Audibert, chef de mission, pour tout ce qui concerne l'exécution propre de la mission spéciale dont il est chargé.

Estas eram as predisposições dos homens da expedição: atacar, prender, transportar brasileiros para Caiena, libertar o também brasileiro Trajano, tido como representante dos interesses guianenses na região. Por trás disso tudo só havia, na verdade, uma preocupação: a exploração do ouro, abundante naquela zona, que atraía aventureiros de várias partes do mundo, através da Guiana Francesa.

Tratava-se de expedição tipicamente militar, com ordens e instruções desde o mais alto ao mais baixo escalão, previsão minuciosa de operações de embarque, desembarque e ataque, tudo organizado de acordo com um figurino que julgavam infalível e cuja aplicação se verá no capítulo a seguir.

O combate, diz o relatório *Destoup*, teria durado de dez (10) horas e trinta (30) minutos da manhã até as 13h.

Preferimos reproduzir, na íntegra, do original francês, o relatório *Destoup*, em outro capítulo, em confronto com as verazes informações das fontes brasileiras.





## VII

### O EXÉRCITO DEFENSOR DO AMAPÁ. MEDIDAS DO TRIUNVIRATO.

O Exército do Amapá, muito embora já estivesse organizado há muito tempo, necessitava ampliar o seu efetivo.

Desde 1894, com a primeira investidura do Triunvirato, esse Exército fora legalmente constituído, através do Decreto nº 2, de 27 de dezembro daquele ano, nos seguintes termos.

TRIUNVIRATO DO AMAPÁ – 27 DE DEZEMBRO DE 1894  
DECRETO Nº 2

O Triunvirato do Amapá, eleito pelo povo, decreta o seguinte:

1º – Fica criado um Exército de Infantaria, defensor do Amapá, composto de quatro batalhões, tendo cada batalhão quatro companhias.

2º – É nomeado General Comandante Geral do Exército o Sr. Francisco Xavier da Veiga Cabral.

3º – São nomeados oficiais: ...

(seguiram-se os nomes de toda a numerosa oficialidade).

Foram baixados atos com nomeações da oficialidade e expedição dos respectivos diplomas. O 1º batalhão tinha como comandante o coronel Antônio C. Vasconcelos. Integravam o Estado Maior: tenente-coronel Bernardo Batista da Silva; major fiscal Raimundo Marcelino do Amaral; capitão ajudante Antônio de Carvalho; alferes quartel-mestre Lucas Evangelista Pinheiro; alferes secretário Eliezer Leite. Compunham esse batalhão quatro companhias, comandadas, respectivamente, pelos ca-

pitães Manoel do Nascimento Cardoso, Pedro Alcântara de Macedo e Lima, João Gualberto da Costa e Estêvão Antônio Alves.

Comandava o segundo batalhão o coronel Joaquim Félix Belfort. Suas quatro companhias obedeciam às ordens dos capitães Tertuliano Belfort, João Augusto da Silva, Félix Lopes de Sá e Pedro Henrique de Noronha Filho.

O terceiro batalhão ficou sob a orientação do coronel Antônio da Veiga Cabral e suas quatro companhias dirigidas pelos capitães Cândido de Souza Teles, Manoel Roiz de Oliveira, Damásio Pedro de Mininéia e João Florêncio Lameira.

O quarto batalhão obedecia ao comando do coronel Antônio Pinto d'Almeida.

As quatro companhias ficaram subordinadas, respectivamente, aos capitães Bento de Azevedo, José de Azevedo, Idelfino d'Oliveira Tavares e Agildo de Araújo Maltez.

Numerosos oficiais receberam as suas cartas-patentes, com assinatura dos membros do Triunvirato: coronéis, maiores, capitães, tenentes, alferes. Uma organização completa.

Levantaram-se recursos financeiros entre os comerciantes e proprietários locais.

Concederam-se títulos de gerais-protetores do Exército amapaense e figuras eminentes do Amapá e do estado do Pará.

Médicos, advogados, engenheiros, homens públicos e fazendeiros receberam tais títulos: dr. José Paes de Carvalho (governador do Pará), dr. Filipe José de Lima (advogado), dr. Manuel de Moraes Bitencourt, dr. Henrique Santa Rosa (engenheiro), dr. Teotônio Raimundo de Brito, dr. Justo Leite Chermont, dr. Bertino Barbosa de Lima, dr. Vicente Chermont de Miranda, Antônio José de Lemos (político, prefeito de Belém), Frederico Augusto da Gama e Costa, José da Veiga Cabral, dr. Camilo Henrique Salgado (médico eminente), Antonio Manoel Gonsalves Tocantins, Ricardo Dias Henriques, Egydio Leão de Salles, Alfredo Henrique da Serra Aranha, Antônio Pedro Borralho e Manoel Monteiro Baena.

Numerosos auxílios chegaram, não só dos habitantes do território litigioso, como do comércio, da indústria e das classes liberais do estado do Pará.

Pelo Decreto nº 5, divulgado por meio de edital, tomaram-se medidas tendentes a abolir as práticas selvagens que os franceses anteriormente adotavam. O decreto, redigido de maneira pitoresca, revela, no entanto, a situação real daquela população isolada do mundo civilizado. Institui normas sobre bons costumes de mistura com preceitos penais e processuais:

Para conhecimento de todos os residentes do Amapá e de acordo com a resolução do Triunvirato, publico o seguinte DECRETO:

DECRETO Nº 5

O Triunvirato do Amapá eleito unanimemente decreta e manda publicar por edital desde já para os devidos fins o seguinte:

1º – Fica desde já abolida a prisão de qualquer cidadão em ferros ou troncos.

2º – Todo e qualquer indivíduo que faltar o respeito as famílias com palavras obscenas será processado sumariamente por este Triunvirato e será condenado a três meses de prisão, os quais cumprirá na Cadeia de São José do Pará, para a qual será remetido logo que incorra nessa pena.

3º – Fica marcada a pena de cinco anos de cadeia no máximo, três no médio e dois no mínimo a todo aquele que incorra no crime de ferimentos leves, na de quinze anos no máximo, dez no médio, cinco no mínimo, por ferimentos graves; na de vinte e cinco anos, no máximo, quinze no médio e dez no mínimo no crime de morte.

4º – Só este Triunvirato poderá comutar a pena dos réus e incursos nos arts. 2º e 3º deste decreto, de acordo com as atenuantes que em sua defesa apresentarem no curso do processo.

5º – Revogam as disposições em contrário.

Dado na Secretaria do Triunvirato do Amapá, em 19 de fevereiro de 1895.  
(ass) Francisco Xavier Veiga Cabral, 1º Vice-Presidente

R. Gomes, 2º Vice-Presidente

João L. P., Suplente e secretário

Surgiu então numerosa legislação sobre todos os assuntos de interesse da região, desde a organização militar, o direito civil e o penal, até o abastecimento.

O Decreto nº 6, de 18 de fevereiro de 1895, estabelecia que “todo e qualquer cidadão que abater gado vacum para vender ao povo nesta cidade pagará por cabeça mil réis vendendo a carne a 500 o quilograma, se porém cobrar mais de quinhentos réis por quilo pagará 5,000 réis por cabeça”.

O art. 2º determinava que os direitos seriam pagos ao presidente do Triunvirato, que estivesse em exercício, passando esse o recibo.

O Decreto nº 7, de 19 de fevereiro de 1895, era drástico:

“Art. 1º – Todo o indivíduo que tentar perturbar a boa marcha do governo deste Triunvirato, aconselhando o povo a cometer faltas desrespeitando as leis, sofrerá a pena de deportação para fora deste Território, por três anos”.

Até casamentos se realizavam sob a presidência do “juiz” Francisco Xavier da Veiga Cabral. Surgiu uma legislação *sui generis*, digna de estudo especial, pela sua originalidade.

Todos os assuntos foram regulados pela abundante, variada e pitoresca legislação. Não era possível aguardar leis do governo brasileiro, tão distante. O Triunvirato deveria agir com rapidez. Aqueles homens espontâneos e bem-intencionados não eram juristas e, por isso, legislavam à sua maneira.

Em abril de 1895, recebeu o Triunvirato numerosas queixas dos habitantes do Cunani contra Trajano, “delegado” do governo de Caiena. Entre as missivas, destaca-se a seguinte, que reproduzimos em sua redação original:

Senhores Presidentes e membros do Triunvirato Amapaense.

O povo brasileiro residente no Counany leva ao conhecimento de V. Exas, que o ex-capitão Trajano tem continuado a içar aqui a bandeira francesa, depois de ter por várias vezes rasgado e pisado o nosso pavilhão brasileiro e com impropérios tem sempre insultado a nossa cara Pátria Brasileira.

Trajano, exmos. senhores, é brasileiro e essa razão mais influi para o seu grande crime. Um dos expostos, Trajano tem metido em ferros e troncos cidadãos sem culpas nem crimes, cidadãos que aqui tem vindo por passeio e como não lhe davam somas, que exigia, sofriam tudo quanto o martirio

Trajano e seus companheiros entendiam. Pedimos a V. Exas. a deportação desses indivíduos deste nosso torrão, pois que aqui só servem de estorvos ao progresso do brasileiro.

Não tardaram as providências do Triunvirato. As reclamações se tornaram frequentes. Trajano, embora nascido no Pará, insurgia-se contra a Nova Ordem e merecia castigo.

Em data de 25 de abril de 1895, o Triunvirato expede comunicação ao Conselho Municipal de Cunani, nos seguintes termos:

Este Governo atendendo as constantes queixas que tem recebido contra o infame procedimento que aí tem tido o degenerado brasileiro Trajano e seus comparsas, de desrespeito à nossa cara pátria, tendo tido o arrojo de rasgar e pisar o pavilhão brasileiro, e perseguindo os nossos bons patrícios e patriotas, que não se têm querido sujeitar aos procedimentos como os que acima ficam ditos. Atendendo que o fim de nosso governo é especialmente tratar do progresso deste território e mais, acabar de uma vez para sempre com os abusos até hoje praticados por brasileiros RESOLVE este Governo expulsar deste território o infame e misero brasileiro Trajano... e seus companheiros de igual procedimento. Vão daqui encarregados deste Governo a capturar o indivíduo Trajano e demais culpados, o dr. Major Félix Antônio de Souza, que tem como seus auxiliares o Cap. Luís Borralho Bentes, Ten. Sabino Leite e outros patriotas, que cumprirão as ordens dos encarregados desta diligência. Recomendamo-vos todo o vosso auxílio para o mais breve possível serem capturados os criminosos e nos serem apresentados aqui para terem o destino que merecem. Cumpram e façam cumprir sob pena de desobediência a este Governo. Cidade do Amapá, 25 de abril de 1895.

(Ass.) Veiga Cabral Antônio Gomes Lopes Pereira

Organizavam-se também “expedições” para a região das minas, com a finalidade de recolher ouro nos garimpos. Tais expedições dependiam de prévia licença do Triunvirato, mediante petitório. Entre outras foram despachadas as expedições “Batista”, sob a direção de Bernardo Batista da Silva, e a “Veiga Cabral”, sob o comando de Francisco Xavier da Veiga

Cabral. Tais pedidos eram deferidos pelo presidente do Triunvirato, cônego Domingos Maltez.

Faziam-se também concessões de terras, demarcações, com a lavratura dos respectivos atos oficiais.

Instituído o cartório de Registro Civil, pelo Decreto nº 8, de 18 de fevereiro de 1895, tornou-se obrigatória a inscrição dos nascimentos e falecimentos. Foi uma legislação pioneira. O art. 1º estabelecia: “Fica criado um cartório de registro civil”, e o art. 2º, “São obrigados os moradores deste território a participarem no cartório civil o nascimento de crianças e o falecimento de qualquer pessoa que lhes pertença”. Os infratores ficavam sujeitos à multa de cinco mil réis ou prisão por três dias. Cada registro custava 1.000 réis, quando de nascimento; e quinhentos réis, o de óbito. As certidões davam direito a custas de mil réis.

O art. 6º estabelecia que nenhum enterramento poderia ser efetivado sem primeiro os interessados fazerem as participações ao cartório do registro civil, sob a pena de multa de dez mil réis ou prisão por cinco dias.

Outras medidas de interesse público foram tomadas pelo dinâmico Triunvirato.

Medidas referentes a tributação, organização de serviços públicos, obras de toda natureza, organização militar, ensino e saúde foram previstas numa legislação por vezes até ridícula, mas com finalidade louvável.

As instruções baixadas pelo Triunvirato assumiam aspectos cômicos, próprios da vida na selva, conforme vamos referir.

Em 19 de fevereiro de 1895, expediu instruções para o inspetor do Cujubim:

Por ordem deste Triunvirato intimo vinte moradores dessa localidade, compreendendo também os do Lago Novo e Duas Bocas, para que com máxima brevidade reunidos tratem da limpeza do rego do Macary, sendo que quinze homens trabalham na limpeza e cinco tratam dos mariscos para o sustento dos mesmos durante os dias de trabalho. A limpeza consiste em abrir para cada lado do rego duas braças, pondo bem retirado do canal o lodo e capim que cortarem. Faço-o compreender que trata-se da limpeza simplesmente em benefício dos moradores desses lugares.

Cumpra e faça-os cumprir sob pena de desobediência e prisão.

(Ass.) Francisco X. Veiga Cabral, P. R.

Ant. G. 19V. P.

João L. P., 29 V. P.

Houve mobilização geral de todos os habitantes do território, cada qual em seu setor. As ameaças francesas exigiam rígida disciplina para manutenção da ordem e organização da defesa. Só assim haveria sucesso na dura batalha em que todos estavam empenhados.

O estudo da legislação do Triunvirato merece monografia especial, que pensamos organizar oportunamente. Apesar de mal redigida, nascida em plena selva, mostra como surge o direito no meio social. Os decretos, sem nenhuma técnica, possuem, todavia, um sabor telúrico. Mistura-se o direito civil com o criminal, o comercial, o eleitoral e o processual. O direito adjetivo com o substantivo. Há matéria de lei, de regulamento e de postura ao mesmo tempo, sem hierarquia.

Os triúnviros baixaram então uma verdadeira “Constituição Política” ou “Ato Institucional”, em poucos artigos, redigido de forma um tanto original e pitoresca, que vale a pena reproduzir:

#### GOVERNO DO AMAPÁ

Art. I – A partir da data da 19 sessão deste Governo fica abolido o antigo sistema de Capitania.

Art. II – O Território do Amapá será d’huje (assim está) em diante governado por três cidadãos eleitos pelo povo o qual o Governo terá o título de Triunvirato do Amapá<sup>1</sup>.

Art. III – Para substituir a qualquer um dos membros do Tribunal serão eleitos mais três suplentes que os substituirão em todo (assim está) por qualquer motivo de impedimento.

Art. IV – O Triunvirato exercerá amplo poder sobre o Território do Amapá, tanto quanto à parte Policial Judiciária como Municipal e Administrativa.

---

1 Já faziam referência a “Território do Amapá”. Mantemos a redação original.

Art. V – O Triunvirato ficará obrigado a organizar as leis do País, fazendo em todo para que sejam Leis de paz e promovam a tranquilidade das famílias, segurança individual aos Cidadãos, aumento e progresso da localidade, servindo de base para as nossas leis a Constituição do Pará.

Art. VI – Para manutenção da ordem pública e fiel cumprimento das leis do País, o Triunvirato esforçará para o mais cedo possível organizar três ou quatro batalhões do Exército Defensor do Amapá fazendo ordem entre os Cidadãos mais prestantes da localidade.

Art. VII – Todo o cidadão será obrigado a prestar seu concurso para manutenção da ordem todas as vezes que para este fim for chamado pelo Triunvirato,

Art. VIII – Em consideração dos serviços prestados pelo ex-Capm. Honorário Eugenio Voizen fica o mesmo cidadão desde hoje nomeado Capm. honorário do Exército Amapaense, podendo usar o mesmo titulo sem nenhuma jurisdição do País.



VIII  
PARTIDA DA EXPEDIÇÃO  
MILITAR DE CAIENA.  
DESEMBARQUE. O ATAQUE DE  
SURPRESA E SEU FRACASSO.

De conformidade com o plano organizado, no dia 10 de maio de 1895, pelas cinco horas da tarde, embarcou o destacamento da Marinha. O aviso *Bengali* deixou Caiena no dia seguinte, 11, às seis horas da manhã, levando também uma canoa (*tapouye*), cujo comandante (*patron*) tinha por finalidade sondar as novidades no Cunani e assegurar-se de que Trajano (*notre représentant*) fora mesmo aprisionado pelos “*bandits de Cabral*”. (Assim está no relatório de Peroz).

Os franceses não escondiam seu ódio a Veiga Cabral, manifestado em expressões cheias de rancor, muito embora não negassem a sua bravura várias vezes manifestada.

A expressão “bandido” se lê a todo momento, o que constitui evidente contradição, porquanto aludem, também, à existência de tropas regulares brasileiras, o que não passava de fantasia. Se havia tropas militares do Brasil e se alguns daqueles homens eram da reserva, conforme afirmam certos trechos do relatório, não havia por que classificá-los de maneira tão vulgar. Havia, isto sim, um velho rancor, produto de interesses financeiros e econômicos contrariados, relacionados com a produção aurífera. E o governo da França, a gloriosa França, amiga tradicional do Brasil, deveria estar bem informado, tanto assim que não dera importância às numerosas cartas e cabogramas que lhe enviara o governador Charvein, solicitando apoio para providências violentas.

No dia 12 o *Bengali* já se encontra na embocadura do Rio Calçoene, na qual, todavia, não pode penetrar. Dispara-se um tiro de canhão para dar

aviso da sua presença ao comandante do vapor *Liffeld*. Os dois deviam agir em conjunto, harmonicamente, conforme já demonstrado.

Nenhuma resposta atendeu ao tiro de canhão. O *Bengali* prossegue viagem até a foz do Rio Cunani, onde deita âncora. Sai então a canoa, em missão de reconhecimento. Passa-se toda a noite sem qualquer notícia, nenhum resultado positivo do reconhecimento. Sucede, porém, que em Cunani vivia M. Bisson, francês, associado à casa do cientista Henri Coudreau. Este, em viagem, se aproximou do *Bengali* e subiu a bordo.

Indagado pelo comandante a respeito dos acontecimentos de terra, confirmou a prisão de Trajano. Narra, à sua maneira, os fatos, reproduzidos no relatório do Comte. E. Peroz nos seguintes termos:

Uma tropa de vinte “bandidos” mais ou menos, comandada por um certo Luís Bentes, dizendo-se oficial brasileiro e que por nossas informações consta como sendo, com efeito, alferes do exército brasileiro, chegam a Cunani na noite de 27, em canoa; estão armados com fuzis Winchester; eles parecem disciplinados e se acham vestidos como as pessoas do país. O alferes traja roupa civil. Todos pertencem ao “bando” de Cabral; um homem de uma certa idade, convenientemente vestido, os acompanha.

Quem seria esse “homem de certa idade, convenientemente vestido”? Seria Gonsalves Tocantins? O sr. Bisson, sócio de Coudreau, deveria conhecer Tocantins, cientista e colega de Henri Coudreau.

O relatório prossegue:

Primeiramente, vão bater à porta de *Mme. Coudreau*, que os envia ao Sr. Bisson, seu sócio; eles querem conservas e líquidos e o alferes diz que está encarregado de levantar a carta do rio. Bisson lhes bate a porta no nariz (*Bisson leur ferme la porte au nez*), não sabendo bem o que fazer.

Durante o resto do dia os brasileiros ali ficaram. Bisson os recebera hostilmente. *Mr. Coudreau*, sem dúvida, não se encontrava no local, e se estivesse outro seria o desfecho. *Mme. Coudreau*, cientista também e companheira do marido em longas expedições, nada resolvia. Passada a noite, esclarece o relatório:

No outro dia pela manhã, às seis horas, o mesmo Bisson sai de casa e vê estrangeiros montando guarda, o fuzil no ombro, em torno da casa do cidadão chamado José Dalous, súdito brasileiro. Nota, além disso, que o pavilhão francês, que flutuava habitualmente à porta da casa de Trajano, fora levado e substituído pelo pavilhão brasileiro. Informam-no de que Trajano foi levado durante a noite, os pavilhões franceses retirados de sua casa e, ele próprio, era mantido prisioneiro na casa de José Dalous.

Possivelmente, o sobrenome desse brasileiro foi afrancesado para Dalous. Devia chamar-se José da Luz. Trajano, “súdito do Brasil”, cometia a afronta de manter em sua casa, permanentemente, a bandeira francesa. Nem ao menos conservava o pavilhão brasileiro, ao lado, por se tratar de zona contestada. Pelo contrário, bandeira-se para o campo adverso, provocando, assim com essa atitude, a reação muito natural e justa de seus compatriotas.

Continua, porém, o relatório, baseado nas referências de Bisson:

Bisson fala com as sentinelas e permitem a sua entrada. Vê então Trajano sentado em um banco, a cabeça entre as mãos; atrás dele, sobre uma mesa, duas bandeiras francesas, uma enrolada, a outra dobrada. Trajano, muito emocionado por essa prisão, não pode responder; os guardas que o cercam fazem sair Bisson.

É estranho que Bisson narre dessa forma os episódios, ele que, na véspera, “*ferme la porte au nez*” dos soldados. Se assim aconteceu, revela, pelo menos, a boa vontade dos brasileiros, que lhe permitiram a entrada em casa de “Dalous” a fim de verificar que Trajano não sofrera nenhuma violência física. Simplesmente estava detido, por ter traído compromissos para com a sua pátria.

Segue a narração: “Uma certa efervescência reina em torno, os poucos habitantes do Cunani, partidários da França, falam de arrancar Trajano das mãos dos ‘bandidos’ brasileiros” (*des bandits brésiliens*).

Mais uma vez a linguagem é vulgar e ofensiva. Se os soldados estavam comandados por um alferes, não eram bandidos, como bandidos não

pareciam ser os gendarmes e marinheiros sob o comando de Audibert, Destoup e Lunier.

Completa-se a narração: “O homem de idade referido acima avança então e informa à população que ele fala e age em nome da lei brasileira, e que se alguém reagir será aprisionado e conduzido ao Pará para julgamento”.

“Pela manhã Trajano é levado ao Amapá e posto a ferros. Sua família o seguiu”.

Há, nesse passo, um exagero: “*Trajane est emmené à Mapa et mis aux fers:*” Os franceses estavam habituados, no seu velho presídio da Ilha do Diabo, a pôr a ferros os condenados. A expressão, com boa vontade, deve ser entendida que Trajano ficou preso no Amapá, na cadeia pública ou em local equivalente. E tanto isso é verdade que os brasileiros, sempre pressionados pelas forças do coração, permitiram que a sua família o acompanhasse. Se houvesse o propósito de realizar atos de vandalismo, não se permitiria que a família acompanhasse o prisioneiro, pobre e infeliz prisioneiro, só identificado pelo prenome Trajano, cujo sobrenome as fontes nem sequer revelam. Trajano, o mesmo prenome do grande imperador romano, citado pelo imortal Camões, ao lado de Alexandre o Grande. Uma ironia do destino, sem dúvida, para com aquele humilde e desventurado cidadão.

O relatório, porém, não fica por aí. Prossegue, com certa prolixidade, na narração do “rpto” de Trajano e suas causas. A verdade histórica exige, todavia, que se analise, tópico por tópico, esse documento.

Começa indagando, enfaticamente: “*Est-il besoin de chercher la cause de ce rapt?*” Isto é, torna-se necessário procurar a causa desse rpto? Todas as respostas, diz ele, dadas pelos próprios brasileiros, eram uniformes: questão de nacionalidade (*affaire de nationalité*).

Cabral afirmava bem alto representar o governo da província do Pará. O relatório fala sempre em “província”, em vez de “estado”, apesar de estar a nação em pleno período republicano. Cabral invocava autoridade para administrar as regiões do Amapá, Cunani e Calçoene.

Distingue o escriba dessa peça, “*les pays de Mapa, Counani et Carsewene*”, três faixas territoriais na verdade distintas, mas que formavam um todo homogêneo.

Lançando sobre Veiga Cabral a responsabilidade pela prisão de Trajano, o francês considera esse o seu primeiro ato de autoridade sobre o Cunani: “*d’enlever de ce village le représentant de la France*”.

A causa principal o próprio relatório a confessa: “*Le pretexte. Il y a cinq ans, Trajane qui, autrefois, arborait sur sa maison à la fois les deux pavillons français et brésilien, avai cessé de hisser ce dernier*”.

Prossegue:

Além da viva emoção que esse golpe de força inqualificável produziu no Contestado, teve como resultado imediato que, em consequência das ordens deixadas por Luís Bentes, segundo auxiliar de Cabral, no domingo, dia 12 de maio, o pavilhão brasileiro foi içado sobre a casa que servia de Prefeitura em Cunani, em lugar do pavilhão autônomo que flutuava até então.

Na tarde desse mesmo dia, em uma reunião parcial da população de Cunani, foi decidido que, sem permitir no futuro a Cabral executar tais golpes de força, levar-se-ia em conta, entretanto, na medida do possível, a sua autoridade, e se deixaria içar a bandeira brasileira sobre a casa comum.

Essa a situação, em terra, quando o aviso *Bengali* chegou ao ancoradouro do Amapá. Informado por Bisson de que Trajano fora enviado para Amapá, o comandante ruma para essa localidade e fundeia na baía de Maracá.

Combinara-se entre o comandante e o capitão Lunier que a operação de cerco da vila do Amapá se faria na aurora, bem cedo, de forma que os homens de Cabral (*la bande de Cabral*), surpreendidos, não pudessem se articular, obtendo-se dessa forma, facilmente, e sem derramamento de sangue, o resultado desejado.

A vila de Amapá era construída à margem de um canal, a uma distância de treze milhas do ancoradouro, sendo necessárias duas horas de viagem para atingi-la e, assim mesmo, com a maré alta. Já era muito tarde para aproveitar a força das águas montantes; tornava-se necessário assim aguardar uma nova maré.

Em vista disso, o comandante Audibert, do *Bengali*, expede instruções para o desembarque, e o capitão Lunier, por sua vez, dá ordens sobre a operação de caráter verdadeiramente militar.

Assim foram as instruções de Audibert:

Atingir a vila do Amapá para retirar o capitão Trajano, que se acha prisioneiro, e também o chamado Cabral, seu raptor, (*le nommé Cabral, son ravisseur*), e no caso de nem Cabral nem Trajano se encontrarem na vila, prender o número de reféns que julgar necessário.

Essa determinação era de uma violência inqualificável. Os pacíficos habitantes da vila, brasileiros, seriam assim aprisionados estupidamente, para servirem de garantia a uma ação militar fracassada.

Proseguia:

Vosso destacamento e companhia de desembarque do *Bengali* operarão em conjunto sob vosso comando; as embarcações subirão o rio, sob a direção do 2º tenente da marinha Escrienne, até o ponto que escolherdes para desembarcar. O 2º tenente da marinha Boulain vigiará as embarcações.

As circunstâncias da maré e a necessidade de fazer tudo com rapidez obrigam a realizar essa operação à noite e não podereis descer o rio, o mais cedo possível, se não no dia quinze (15).

Apesar dessa determinação no sentido de operar à noite, tal não foi possível. A hora da chegada do *Bengali* ao ancoradouro não permitiu que essa parte fosse fielmente cumprida.

Neste ponto o documento demonstra as intenções dos atacantes:

As ordens precisas do Governador revelam que vamos fazer no Amapá um ato de reparação e de justiça (*Les ordres précis du Gouverneur sont que nous allons faire à Mapa un acte de réparation et de justice*). O fim seria atingido da maneira mais satisfatória se não precisardes dar um tiro de fuzil. Só deveis fazer uso de vossas armas em caso de legítima defesa.

Cabe-vos tomar todas as medidas que julgardes apropriadas no sucesso da operação.

Essas, segundo o relatório de Peroz, eram recomendações, ou ordens do comandante do *Bengali*, Audibert (*Lieutenant de vaisseau*).

Com base em instruções superiores, o capitão Lunier, encarregado da operação do Amapá, baixa também as suas ordens, que se distribuem em quatro partes: preparativos, ordem de marcha, desembarque, ataque de surpresa.

Está flagrante a contradição entre as pretendidas instruções verbais de Audibert, em que aludia a prudência e uso das armas em último caso, em legítima defesa, e as de Lunier, em que previa ATAQUE DE SURPRESA. Uma operação militar, sem dúvida.

É que as “Instruções verbais” foram enxertadas no relatório posterior de Peroz, a fim de amenizar a responsabilidade de seus companheiros de armas. Está evidente. As prescrições escritas são todas em linguagem militar, duras, agressivas. As “verbais”, conciliadoras e serenas, como poderiam ser reconstituídas *a posteriori*?

Estas eram as ordens de Lunier:

*Preparativos* – Os homens estarão com uniforme escuro sem mochila (roupa própria para campanha, *tenue cachou sans sacs*), a sacola contendo uma refeição fria e três pacotes de cartuchos, dois outros pacotes de cartuchos soltos em cada cartucheira. O vinho e o café distribuídos serão colocados nos pequenos cantis aos cuidados do chefe de esquadra (*chefe d'escouade*).

Os sapadores e homens munidos de sabres de corte (*sabres d'abattis*) levarão suas ferramentas (*instruments*).

Os cabos farão transportar as mantas (*couvre-pieds*) à razão de uma para três homens; essas mantas deverão ser deixadas nas embarcações no momento do desembarque; um homem por seção fica a bordo do *Bengali* para vigiar a carga.

*Ordem de marcha* – O comboio é formado da cabeça à cauda sucessivamente pela sentinela, a baleeira, o bote nº 2, o bote nº 1.

A 1ª seção do destacamento de infantaria de marinha é colocado no bote nº 1, com o tenente Destoup; a 2ª seção nos botes ns. 2 com o ajudante Saffroy, os fuzileiros nas baleeiras com o porta-bandeira Escrienne; o capitão, o porta-bandeira Boulain, o médico de 2ª classe Condé e seu enfermeiro, o guia são transportados no bote “sentinela” (*vedette*).

Os comandantes de embarcação zelarão com extremo cuidado para que a viagem, o desembarque e a operação se façam no maior silêncio.

*Desembarque* – A seção Destoup desembarca à altura do cemitério; esse oficial cerca rapidamente a vila, depois o rio até o caminho que atinge a igreja.

A seção Saffroy desembarca por sua vez à altura da mesma vila de maneira a se juntar à outra seção no caminho da igreja. Essas duas seções devem formar um semi-círculo contínuo partindo do rio em descida para surgir acima da vila.

Essa cintura é formada de grupos da força de uma esquadra que se colocam nas saídas; cada seção designa uma esquadra que, ao sinal convencional, penetrará na vila sob o comando do tenente Destoup para a 1ª seção, do sargento Perria para a 28, e rechassará todos os homens válidos que estiveram na casa do merceiro que se acha abaixo da vila, à margem do rio. Durante esse tempo, os fuzileiros desembarcam de maneira a penetrar diretamente na localidade. (*...et refoulera tous les hommes valides sur la maison de l'épicier qui se trouve en aval du village, au bord de la rivière. Pendant ce temps, les fusiliers débarquernt de façon à pénétrer directement dans la localite*).

*Ataque de surpresa* – (*Ataque par surprise*) – Quando as duas seções fizerem a sua junção, o tenente Destoup faz soar o toque de alerta (*garde à vous*) por um corneteiro. A esse sinal as duas esquadras designadas e os fuzileiros navais, menos os homens encarregados da guarda das embarcações, revistam todas as casas, fazem sair todos os homens capazes de resistência e os conduzem à casa acima designada onde dois sentinelas serão previamente colocados.

É expressamente proibido disparar um tiro sem ordem dos oficiais; a baioneta empregada como ameaça, em caso de resistência, e deve ser suficiente para levar a bom termo a empreitada. Os homens (soldados) e os graduados não esquecerão que se trata, não de uma operação de guerra, mas de uma simples missão de polícia que deve ser feita sem efusão de sangue, a menos que haja complicações pouco prováveis, de que os oficiais serão os juizes, e o toque de clarim marcando o fim do golpe de mão, os dois destacamentos se reunirão à proximidade da casa à margem do rio. (Ass.) O Capitão Lunier.

Essas ordens de Lunier, estritamente militares, são contraditórias. Ao que parece, foram alteradas posteriormente, para inclusão do trecho



final. Como admitir uma ordem de marcha, um desembarque e um ataque de surpresa, sem a possibilidade de qualquer reação? Subestimavam os franceses a capacidade de luta dos brasileiros habitantes da região? Entregar-se-iam pacificamente, como carneiros a serem imolados?

Além do mais, se previam a existência de tropas regulares ou pelo menos de oficiais ou suboficiais, conforme alegava o sr. Bisson, como atacar de surpresa soldados e graduados?

Evidentemente, além da contradição, existe grande dose de ingenuidade no sofisticado plano traçado. Desconhecedores da região, embora bem informados quanto aos acidentes geográficos e topográficos, cometeram, sem dúvida, uma imprudência. Imprudência que mais se evidenciou depois do desembarque, relatado, à sua maneira, pelo Comte. E. Peroz, no afamado relatório posterior.

*O desembarque no Amapá* – às oito horas o embarque havia terminado; o barco “vedette” reboca as embarcações em que se acham cinquenta e oito (58) homens de infantaria da marinha, comandados pelo tenente Destoup e trinta e seis (36) marinheiros comandados pelo alferes Escrienne. O capitão Lunier, comandante da expedição, o alferes Boulain, chefe da flotilha, o doutor Condé, médico das tropas da Guiana, o piloto Evaristo, guia e intérprete, vão à frente, a bordo da “vedette”.

Em plena viagem, o comboio encontra muitas pirogas que fogem na direção da vila.

Esse trecho do relatório revela a impossibilidade de um ataque de surpresa, como fora planejado, em uma região habitada, com população esparsa na floresta, principalmente à margem do rio. Todas aquelas canoas, ou pirogas, que encontravam, voltavam para a vila, a fim de dar aviso da insólita invasão francesa.

Prossegue, porém, o relatório:

As dez horas e quinze minutos chega-se à altura do cemitério do Amapá. Os barcos da companhia de infantaria da marinha estão soltos e vêm encalhar na lama. Alguns minutos depois o barco “vedette” e os fuzileiros navais estavam diante da praia lamacenta que serve de desembarcadouro da vila.

O relatório do tenente Destoup, de maneira precisa, explica como a partir desse momento, os acontecimentos se desenrolaram, a emboscada (*guet-apens*) de que foi vítima o capitão Lunier, seu corneteiro e quatro fuzileiros navais e o combate que se seguiu.

Como poderia ter havido “emboscada”, quando os franceses, com todo o sigilo, iam atacar de “surpresa”? A população local estava tranquila, em suas atividades normais, embora sobressaltada, há vários dias, por boatos de toda ordem.

O relatório do tenente Destoup, que Peroz reproduz na íntegra, muito embora contenha informações sujeitas a dúvida, exageradas ou parciais, constitui, no entanto, peça digna de ser conhecida na íntegra, no original francês. Nela se revela a bravura de Veiga Cabral, que ao ser intimado pelo capitão Lunier a entregar-lhe Trajano, teria respondido com altivez: “*Cabral lui répond, en lui montrant d’un geste menaçant une quarantaine d’hommes qui venaient se ranger derrière lui, le fusil à la main. ‘Trajane, vous n’avez qu’à aller le prendre!’*”

Ao que Lunier retruca que estaria então na obrigação de arrancá-lo à força. Puxa o revólver

*Et il somme Cabral de le suivre vers les embarcations. A ce moment, Cabral, profitant de ce que l’officier tourne la tête pour voir où sont ses hommes, se jette sur son bras, lui arrache son revolver, s’efface et fait feu sur lui à bout portant avec cette même arme, en commandant a ses hommes: fogo!*

As versões constantes das fontes brasileiras e francesas se assemelham, muito embora, aqui e ali, se encontrem divergências nas minúcias, no número de combatentes e no número de mortos, de parte a parte. Na impossibilidade de chegar a um exato meio-termo, preferimos reproduzir, em cada capítulo, os dados de acordo com as fontes utilizadas. Fazemos essa ressalva para que não pareça haver contradição ou enganos.

Este capítulo se baseia nas fontes francesas.

IX  
O ATAQUE FRANCÊS E A  
REAÇÃO BRASILEIRA.  
MORTE DO CAPITÃO LUNIER.  
O MASSACRE.

15 de maio de 1895.

A Vila do Amapá amanhecera iluminada por um sol radioso, que dourava as fachadas das modestas casas. Corriam rumores, há dias, de que os franceses ameaçavam voltar à localidade, a fim de libertar o seu delegado Trajano, que era mantido em prisão por Francisco Xavier da Veiga Cabral. Este guardava também em sua residência uma bandeira francesa, que apreendera das mãos de Trajano por ocasião de sua prisão. Era desejo de Veiga Cabral, caso os franceses o pleiteassem amistosamente, devolver o pavilhão. Mas ao que tudo indicava os propósitos dos vizinhos do norte não eram esses. M. Charvein manifesta-se indócil. Mandara dias antes à Vila do Amapá a canhoneira *Bengali*, aproveitando oportunidade em que Veiga Cabral se encontrava ausente, em curta viagem a Belém. Ao regressar foi informado de que os franceses haviam realizado reconhecimento do terreno, levantado mapas da vila e da foz do Amapá, assinalado nos troncos das árvores o nível da maré, prometendo ainda regressar a fim de libertar Trajano. Tais fatos ocorreram durante o mês de abril de 1895.

Quando Cabralzinho regressou de Belém teve logo ciência do que sucedera. Mandou então que se cortassem todas as árvores em que os franceses haviam marcado o nível da maré. Eliminava dessa forma um elemento valioso para os futuros assaltantes, que ficariam impossibilitados de penetrar tranquilamente no rio com embarcação de grande porte.

Por isso, nos últimos dias de abril e nos primeiros do mês de maio, lavrava a intranquilidade na Vila. Os brasileiros e portugueses ali estabelecidos sentiam que algo de extraordinário estava para acontecer. Pairava no ar um nervosismo contagiante. Alguns se muniam de armas. Cabralzinho a todos incentivava. Era o “chefe”, o comandante do exército do Amapá, a maior autoridade, sua força moral impunha respeito e admiração.

Pelas esquinas comentavam:

- Os franceses prometeram voltar...
- O capitão Lunier declarou que viria libertar Trajano.
- Disse mais que basta um francês para vinte brasileiros.
- As árvores, à margem do rio, estão todas marcadas. Vai haver barulho. Fizeram planta da vila aproveitando a ausência de Cabral.

Dias antes, Cabralzinho penetrara pela floresta numa distância de oitenta léguas, chamado, altas horas, para atender uma criança doente. Por toda a noite permaneceu ao lado do leito da pequena enferma, só indo deitar-se pelas cinco horas da madrugada, do dia 15.

Pelas oito horas da manhã bate à porta de Cabral um seu amigo de sobrenome Batista, fazendeiro na região.

- Cabralzinho! Cabralzinho! Os franceses! Estão no Encruzo!

Pancadas na porta acompanhavam as palavras nervosas do visitante. Veiga Cabral, ainda exausto da noite mal dormida, levanta-se e atende ao amigo:

- Que há, Batista? Que deseja de mim?
- Vim avisá-lo. Há um navio de guerra no porto. Muitos marinheiros armados sob o comando de oficiais. Vêm libertar Trajano.

Como poderiam os franceses atingir o porto, subindo o rio, se as árvores haviam sido todas cortadas? Havia aprisionado o prático Evaristo Raimundo, forçando-o a orientar a entrada do barco motorizado, com grandes escaleres a reboque, em que transportavam os soldados armados. A canhoneira *Bengali* ficara na foz.

- Mande arvorar a bandeira brasileira na Escola Pública. E no mastro do porto a bandeira de quarentena!

Foi a ordem de Veiga Cabral.

Na sua própria casa hasteou o pavilhão brasileiro. E assim aguardava a investida dos invasores.

Começaram a surgir amigos de todos os lados, solidários com o chefe. A possibilidade de uma resistência a todos aproximava e unia. Foram distribuídas armas e munições.

Manoel Alves Branco, português da ilha da Madeira, comerciante local, mandou hastear a bandeira brasileira em frente à sua casa.

Houve um movimento geral de solidariedade.

Mais alguns minutos e surgem, a vista de todos, cerca de oitenta soldados franceses. Vinha à frente o capitão Lunier, tendo ao seu lado um porta-bandeira e um corneteiro. Trazia, desfraldada, uma bandeira francesa. Acompanhava-os, prisioneiro, um velho pescador, conhecido pela alcunha Chambica, com a finalidade de identificar, para os assaltantes, a Francisco Xavier da Veiga Cabral.

A mais de cem metros Lunier manda fazer “alto” e distribui a tropa em pontos estratégicos. Depois avança à frente de vinte e um homens armados, em direção de Veiga Cabral que, à porta de sua residência, aguardava o invasor. Cabral, porém, não esperou pelos franceses, moveu-se em sua direção, calmamente, com um cigarro nos lábios, pronto para indagar o que desejavam tão aguerridos visitantes.

Ao aproximar-se de Lunier, recebe desse violenta interpelação. Por três vezes Lunier interpela Cabralzinho indagando se este se considera o governador do Amapá.

– Sois o Governador do Amapá? (*Vous êtes le Gouverneur du Mapa?*)

– Sim – responde Cabral –, sou o governador do Amapá.

– Sois o Governador? (*Vous êtes le Gouverneur?*)

– Sim, sou o Governador.

– Sois o Governador? (*Vous êtes le Gouverneur?*)

– Sim.

O capitão francês dá voz de prisão a Cabral. Ordena aos seus soldados que o prendam, depois de aplicar-lhe forte empurrão, puxando-o pelo braço esquerdo.

Cabral responde:

– Um brasileiro não se rende a bandidos!

Desatende a intimação do militar gaulês. Nada fizera que pudesse merecer prisão. Por que ser preso por tropas estrangeiras? Nunca se submeteria a tal humilhação.

Imediatamente, o capitão Lunier dá novo violento empurrão em Cabralzinho e ordena à tropa: “– Fogo!”

Os soldados franceses obedecem. O estampido de vinte e um tiros corta os ares em direção do heroico brasileiro; Cabral só tem tempo de rapidamente jogar-se ao solo, enquanto as balas passam sobre a sua cabeça, indo cravar-se nas paredes da casa e da igreja.

Lunier saca do revólver e tenta apontá-lo em direção de Cabral, que com extrema agilidade se lança sobre o oficial francês, aplicando-lhe um golpe de “capoeira” e projeta-o ao solo. Sem tempo para oferecer reação, o francês cai, Cabral arrebatando-lhe o revólver das mãos.

Levanta-se Lunier e ordena pela segunda vez: “– Fogo!”

Novos tiros ecoam, Cabral novamente se abaixa e as balas não o atingem. A essa altura numerosos brasileiros surgem, a fim de socorrer o agredido. Alguns vêm armados, outros sem armas, impelidos pela solidariedade humana.

Cabralzinho, com o próprio revólver do oficial francês, abate-o quase à queima roupa. Cai por terra o oficial mortalmente ferido, o sangue a ensopar-lhe o uniforme multicolor. Logo a seguir um tenente francês avança sobre Cabral com o intuito de vingar a morte do capitão. Tem igual sorte. Cabral dispara contra o atacante. Cai por terra o tenente, sem condições para reagir, já nos estertores da morte.

Mortos o capitão e o tenente, avança um sargento francês. Tenta eliminar Veiga Cabral, o qual mais uma vez dispara a arma, ferindo o sargento, que rola pelo chão e dentro de minutos é cadáver. De todos os lados surgem balas. Os brasileiros, já organizados em reação, disparavam das janelas das suas residências, das esquinas, da pequena igreja, alguns escondidos atrás dos troncos das árvores, ou protegidos por trincheiras improvisadas. Fogo de parte a parte. Os atacantes começam a recuar. Apavoram-se ante a morte rápida do comandante, do tenente e do sargento. Descontrolados, sem comando, procuram fugir para todas as direções. Numerosos soldados franceses estão feridos, em vários locais. Tiveram a mesma sorte de seus imprudentes comandantes.

Parecia ter passado a fase mais agitada do combate. Os invasores punham-se em debandada. Voltava novamente a calma e a reflexão aos brasileiros, já agora dispostos a toda sorte de sacrifícios. Alguns feridos

eram socorridos precariamente; outros, mortos, conduzidos por seus familiares, ante o olhar aflito das mulheres e crianças.

Eis, porém, que surge nova tropa francesa. Cerca de cinquenta homens armados. Haviam desembarcado no “Cemitério Velho”, local diferente do em que desceram à terra Lunier e seus homens. Obedeciam a plano bem arquitetado e tinham como objetivo atacar pela retaguarda. Comandava-os o tenente Destoup<sup>1</sup>.

Cinco feridos brasileiros já haviam sido socorridos. Três, sem munição e sem condições para reagir, refugiaram-se na mata.

Antes que os franceses se aproximassem, Cabralzinho e os seus homens começaram a oferecer resistência, disparando as suas armas, entrincheirados. Alguns franceses rolavam por terra. Outros se abrigavam e respondiam com os estampidos de suas armas de guerra. O combate, que começara pela manhã, se prolongou até às duas horas da tarde. Acabavam as munições depois de tantas horas de fogo. Não havia mais elementos para reagir. A superioridade numérica dos franceses, aliada à técnica militar e ao armamento apropriado, não permitiam que se prosseguisse no combate.

Esgotaram-se as reservas. Não havia outro caminho senão refugiam-se no mato, última fortaleza que a natureza lhes oferecia dadivosa.

O porta-bandeira francês D’Escrèenne<sup>2</sup> avança afoitamente em direção de Cabral, tentando atingi-lo com sua arma de fogo. Ambos se atacam. Cabral, mais ágil, dá-lhe um tiro à queima-roupa no rosto. O francês cai por terra. Cabralzinho arranca-lhe das mãos a bandeira, à qual tentava se abraçar, toma-lhe o revólver que punhava na mão direita, e pisando sobre o peito da vítima, puxa-lhe a espada que mantinha na bainha, presa ao cinto. Com os três troféus Cabral recolhe-se à sua casa, disposto a prosseguir na luta, enquanto houvesse munição.

---

1 Destoup (Jean). As fontes brasileiras grafam Destop.

Veiga Cabral, em depoimento publicado na imprensa, calculava em duzentos (200) o número dos novos atacantes (*Folha do Norte* de 19.05.1905).

2 D’Escrèenne, Joseph Théodore Raoul

Nas fontes brasileiras consta Etiénne.

Correm as horas. Ainda não estava decidida a peleja. A falta de recursos bélicos, no entanto, militava contra os brasileiros.

Cabralzinho e seus homens, pouco a pouco, foram abandonando a praça e se refugiando na mata, que, ali perto, envolvia a pequena vila, oferecendo aos brasileiros um agasalho oportuno e indevassável. Os franceses não estavam em condições de penetrar na floresta, sob pena de serem mortos de emboscada pelos nacionais, peritos em devassar a selva.

Ao tentar penetrar na mata avistou um negro, marinheiro, integrante da tropa francesa, que pouco antes havia assassinado uma menina de doze anos de idade, chamada Joana. Matou-o Cabralzinho. A perversidade do marinheiro teve logo a justa recompensa. Outro marinheiro francês, responsável pela morte a tiros do prático Pedro Chaves, foi também alvejado e morto por Veiga Cabral, que rapidamente se asilou na floresta espessa.

Quem iria retirá-lo de tão estranha trincheira? A mata acolheu-o em seus braços e foi o seu refúgio durante longas e intermináveis horas.

D'Escrìenne, o porta-bandeira, embora gravemente ferido no rosto, não morrerá. Consegue levantar-se, o rosto em sangue, a farda multicolor manchada de rubro, aproxima-se dos seus companheiros de armas. Cesara o fogo. D'Escrìenne amarra um lenço na cabeça a fim de estancar o sangue. A hemorragia começa a diminuir.

Ardendo em ódio ordena a alguns franceses que toquem fogo nas casas, saqueiem o comércio e matem indistintamente os brasileiros.

Na casa de Manoel Gomes Branco tremulava a bandeira brasileira. Os soldados franceses cortam o mastro, que desaba, e rasgam a bandeira. Invadem a residência de Manoel, que, sem condições para enfrentar tantos soldados armados, é logo preso e amarrado. Prendem também a João Lopes.

Em breve começam as invasões e saques em outras casas: brasileiros, velhos, mulheres e crianças são mortos; as habitações invadidas, devastadas, as pequenas casas de comércio têm as suas portas arrombadas e são saqueadas.

Começa a crepitar o fogo. As labaredas sobem para o alto.

Desidério Coelho, Epifânio Pedro da Luz e Félix de tal, entrincheirados na escola, atiraram sobre os franceses até o último cartucho.



Terminada a munição, embrenharam-se também na mata, onde já se encontrava Cabralzinho.

Trinta e oito brasileiros foram mortos. Homens, mulheres e crianças. Seus cadáveres jaziam, alguns na praça, outros à porta das casas ou em seu interior. O sangue jorrava e ensanguentava as fronteiras brasileiras. Vinte e dois feridos, alguns com certa gravidade. Dois prisioneiros: Manoel Gomes Branco e João Lopes.

Profundamente abatidos, foram os dois presos, com os braços amarrados e assim conduzidos, violentamente seviciados pelos franceses.

Deixavam a sua terra depois de feroz combate, arrastados para a embarcação em que a tropa francesa derrotada, sem comando e sem bandeira, voltava à Guiana. Levavam também os franceses seus seis mortos e vinte e dois feridos.

A noite descia lentamente sobre a terra assolada. A maré baixava e os franceses sabiam da necessidade de partir antes de ser atingida a baixa-mar. Noite negra e sinistra. A pouco e pouco os que se haviam embrenhado na mata começam a surgir. Era preciso enterrar os mortos. Tentavam apagar o incêndio que lavrava. Muitas casas inutilizadas, irrecuperáveis, o fogo a expelir chamas para o alto, sopradas pelo vento.

Foi improvisado um hospital. Vinte e dois feridos recebiam os cuidados médicos, precários embora, naquela região remota e abandonada.

Tão distante o governo brasileiro! Tão longe aqueles que poderiam vir em socorro dos bravos, tombados em defesa de um ideal que pertencia a muitos milhões! O Amapá só despertaria a sensibilidade coletiva quando se tingisse de sangue.

Era preciso enterrar os mortos. Deveriam fazê-lo à noite mesmo. O dia seguinte ofereceria oportunidade para outras providências defensivas. Os franceses poderiam voltar a atacar. Era necessário realizar recrutamento. Aumentar o efetivo do improvisado exército. Obter armamentos e munições. Pedir o auxílio do governo.

Noite negra e silenciosa. Trinta e oito sepultamentos se fazem à luz dos archotes, no pequeno cemitério local. É um cortejo lúgubre e sinistro. As mulheres não contêm os seus lancinantes gritos. As crianças, mal dormidas, os olhos abertos de espanto, choram pelos pais, pelas mães,

pelas irmãs e irmãos mortos em defesa da sua terra. Cavou-se extensa vala para receber os trinta e oito mortos<sup>3</sup>.

O clarão que se irradiava das casas incendiadas serve de fundo aquela cena dantesca.

Ninguém pôde dormir. As fronteiras estavam banhadas de sangue.

---

3 O número de combatentes e de mortos varia nas fontes. Alguns indicam trinta e dois, outros, só no dia 5 de maio de 1895, trinta e oito mortos. Os jornais franceses da época, conforme conseguimos apurar depois de publicada a primeira edição, apresentavam número bem superior de falecidos, cerca de sessenta.

A narração do *Diário de Notícias*, que reproduzimos, relaciona todos os nomes, e se nos afigura autêntica.

X

DEPOIS DO MASSACRE.  
A EXPEDIÇÃO MACABRA.  
O TRANSPORTE DOS MORTOS.

Antes do cair da tarde, os soldados franceses iniciaram a sua retirada da praça de guerra. Foi uma expedição macabra.

Haviam semeado a destruição e a morte, num atentado contra vítimas quase indefesas, o que muito depunha contra a dignidade dos atacantes.

Por que tanta fúria? Por que o governador de Caiena, *Mr. Charvein*, lançava inocentes soldados franceses numa aventura de tais proporções? Os militares, sujeitos aos regulamentos, deveriam cumprir ordens. Não tinham nenhuma responsabilidade pessoal nos acontecimentos. Subordinados aos seus superiores hierárquicos, seguiam as instruções que vinham do alto.

Antes da retirada, praticaram atos de crueldade nunca vistos. Velhos de mais de setenta anos foram queimados vivos em suas residências incendiadas! Crianças de tenra idade massacradas! Algumas morreram nos braços maternos!

A casa do comerciante Manoel Gomes Branco, onde tremulava uma bandeira brasileira, teve as suas portas arrombadas a machado, o mastro cortado, a bandeira estraçalhada. Mataram-lhe a esposa Ana Vieira Branco, de 37 anos de idade, e quatro filhos. Saquearam-lhe a casa comercial, das mais prósperas da vila, causando um prejuízo avaliado, naquela época, em cinquenta mil francos. Nada sobrou.

Gomes Branco foi conduzido para o porto, com os braços amarrados para trás. Uma das mãos sangrava, gravemente ferida. Com ele se encontravam prisioneiros João Lopes Pereira, Marcilio Beviláqua e João da Cruz, todos com as mãos amarradas, as vestes esfarrapadas.

Os prejuízos de Antônio Carlos Vasconcelos foram posteriormente calculados em vinte mil francos. Os de Daniel Ferreira dos Santos, em quinze mil francos.

Nenhuma casa de comércio ficou incólume. Os machados estrondavam nas portas de madeira, voavam pedaços pelos ares. Ao choro das crianças misturavam-se os gemidos dos velhos moribundos. O tiroteio, de lado a lado, completava a cena dantesca.

Da casa de Daniel Ferreira dos Santos os franceses retiraram uma canoa nova, quase sem uso, e de grandes proporções. Conduziram-na para as proximidades do seu escaler. A canhoneira *Bengali* os aguardava na foz. Deviam apressar-se. A maré baixava. Os seus cálculos foram feitos com cuidado. O ataque, projetado inicialmente para a madrugada, só pôde realizar-se em pleno dia, devido à necessidade de aguardar a maré alta. Por isso, tão logo terminaram a sua triste tarefa de incendiar as casas, os franceses se deslocaram para o porto. De dois em dois transportavam os seus mortos. Foram vinte e dois cadáveres, que depositaram na canoa arrebatada a Daniel Santos.

Os corpos se amontoaram no fundo da embarcação, suas vestes coloridas tingidas de sangue. Eram as grandes vítimas, inocentes também, porque cumpriam ordens. A tradicional amizade entre a gloriosa França e o Brasil estava de luto. A ambição de *Mr. Charvein* fora a grande responsável. O ouro de Calçoene cegara o governador caiense.

A canoa, com os cadáveres, foi amarrada ao escaler e assim rebocada em direção de Caiena. As águas do rio se agitavam. A aproximação da foz, em que o mar penetra com força, a barca se balançava sobre as ondas. A água respingava sobre os corpos inermes. Os franceses se apressavam.

Na *Bengali* os prisioneiros brasileiros foram postos a ferros nos porões. E assim viajaram toda a noite. Uma expedição macabra, de que participavam indefesos prisioneiros, numerosos feridos e vinte e dois cadáveres. A soldadesca exausta mordida o pó da derrota.

Dois dias depois do combate, 17 de maio de 1895, chega a canhoneira *Bengali* a Caiena.

O governador *Charvein* e seus auxiliares imediatos aguardavam com ansiedade o barco de guerra. Julgavam recolher grande vitória. Admi-

tiam a hipótese de ter sido preso Cabralzinho. Esperavam ver liberto o seu pobre delegado Trajano, que nem sequer foi procurado por Lunier.

Que surpresa! Aproxima-se a *Bengali* sobre as águas verdes do mar. Traz algo a reboque. Os caienenses ainda não fazem ideia do que seja aquela canoa rebocada pelo barco da Marinha francesa. Um estranho reboque.

Surgem curiosos de todos os lados, quase todos negros. Um ou outro francês da administração.

Não podem esconder o seu espanto. Numerosos cadáveres se estendiam no fundo da embarcação. São transportados em padiola para a terra, em franca decomposição. Pobres vítimas de um governador irresponsável que lança na desgraça soldados da França!

Os presos, Manoel Gomes Branco, João Lopes Pereira, Marcílio Beviláqua e João da Cruz são conduzidos para terra, esfarrapados, sujos, maltratados. A mão direita de Gomes Branco sangra. Seus olhos estampam toda a sua desgraça. Perdera tudo: bens, mulher e filhos. Seu próspero comércio em Amapá desaparecera num só dia. Nem sequer tivera o direito de sepultar os filhos e a mulher massacrados. Sua casa fora totalmente incendiada. As mercadorias se encontravam nos porões do *Bengali*, como despojo de guerra. Que triste e miserável despojo!

Entre todas as vítimas era inexcedível a desgraça de Manoel Gomes Branco. Talvez pior que a própria morte. Deixara a vila do Amapá, onde era abastado comerciante, contemplando os cadáveres de sua mulher e de quatro filhos menores, sem ao menos poder dar-lhes sepultura. Perdera os bens. Sua casa comercial fora saqueada e incendiada. Um ferimento grave na mão ameaçava gangrenar e haveria de forçar a sua amputação.

Manoel Gomes Branco, gravemente ferido, barbaramente seviciado, parece mais um cadáver. Não poderia ser recolhido ao calabouço naquele estado. Uma das mãos deveria ser amputada antes que a gangrena a dominasse. É levado para o modesto hospital francês de Caiena, onde abnegadas e bondosas freiras prestavam seus serviços. As vozes das religiosas se levantam contra os militares que conduziam aquele prisioneiro arrasado:

– Por que fizeram isso? Vocês são os culpados! – exclama uma delas, dirigindo-se aos militares franceses. – Este homem estava em sua pátria e vocês o foram arrancar de lá!

As palavras veementes da freira ecoam no deserto:

– Por que o maltratam tanto? Vocês são os responsáveis... ele estava em seu país... Por que o atacaram sem razão?

Os soldados ouvem em silêncio a reprimenda da religiosa. Nada poderiam objetar. Em torno faz-se um grande silêncio<sup>1</sup>.

Manoel Gomes Branco quase não tem forças. Sangra-lhe a mão, as vestes manchadas de sangue, a prolongada hemorragia a exaurir-lhe as energias.

Os bens recolhidos no saque são descarregados do barco de guerra. Tristes despojos, miseráveis despojos, manchados de sangue, suor e lágrimas.

Mas o pavilhão francês não vinha. Veiga Cabral o tomara das mãos do porta-bandeira D'Escrèenne em combate corpo a corpo. Fardamentos franceses haviam ficado no Amapá. Armas francesas foram recolhidas após o combate.

Veiga Cabral despacha emissários para Belém. Pelo navio Espírito Santo, envia longo relatório ao governador Lauro Sodré, por meio do seu amigo Maximiano José do Nascimento. O *Diário de Notícias*, em sua edição de 2 de junho de 1895, relata:

Ontem chegou a esta capital o barco “Espírito Santo”, vindo do Amapá, de onde partiu no dia 20 de maio p. passado. Esteve em nosso escritório o Sr. Maximiano José do Nascimento, que nos disse ser um dos encarregados do barco, e que com o Sr. Francisco Couto são portadores de um ofício do Governador do Amapá, cidadão Francisco Xavier da Veiga Cabral para o Dr. Governador deste Estado, assim como trouxeram, para entregar ao mesmo Dr. Governador o armamento e o fardamento deixado pelos franceses, quando se retiraram precipitadamente do campo da luta.

Outros jornais, como *O Democrata* e *A República*, noticiavam os fatos à sua maneira.

---

1 Esse episódio é registrado na obra de Manuel Buarque, *O Amapá*, ed. Pap. Suíço, 1925, p. 16.

Recaía então todo o peso da tragédia sobre os ombros de Charvein, homem que em várias oportunidades manifestara o seu ódio pessoal aos brasileiros. Os habitantes da Guiana, ali nascidos, pareciam não amar a França, muito ao contrário, esperavam apenas uma oportunidade para libertar-se da nação dominadora, que ali mantinha um presídio de tenebrosas tradições. Extraía toneladas de ouro e nada mandava em troca. A população local vivia na mais triste miséria. O ouro passava pelas suas mãos, trocado por gêneros de primeira necessidade, sendo logo canalizado pela alfândega de Caiena para a bela e atraente Paris. O outro produto, muito explorado, e que engrossava as exportações, era a balata, látex da balateira, árvore da família das sapotáceas, largamente empregado na indústria de materiais elétricos.

Em certa oportunidade, na vila de Cunani, os crioulos guianenses manifestaram o seu desamor pela França. Um deles, exclamou exaltado: “– O sr. pensa que nós amamos a França?”

A atitude de Mr. Charvein despachando um vaso de guerra contra as povoações do Amapá haveria de trazer-lhe sérias dificuldades. Não menos imprudente foi o comandante da tropa cap. Lunier, ao deixar de exigir do governador da Guiana a aprovação prévia do governo francês. Ao executar as ordens, provocou incidentes que trouxeram como consequência a sua própria morte.

Toda a imprensa mundial passou a narrar os fatos em cores vivas e com altos protestos. Até alguns jornais franceses reagiram contra a violenta investida. O *Diário de Notícias* de Belém publicava amplas reportagens, redigidas em português e em francês. Exemplares desse jornal eram encaminhados para a França.

O governo francês recomendou a seu embaixador no Rio de Janeiro que fosse pessoalmente ao Amapá verificar a extensão dos acontecimentos. Mr. Vignier, passageiro do navio Espírito Santo, passou por Belém. O fato foi registrado no *Diário de Notícias* do dia 12 de junho de 1895.

Esse mesmo jornal abriu subscrição pública para as vítimas do Amapá. Centenas de pessoas, cujos nomes vêm divulgados na edição de 11 de junho de 1895, contribuíram com dinheiro, roupas e medicamentos a serem distribuídos pela população massacrada.

Manchetes enormes nos jornais, na primeira página, noticiavam os acontecimentos, em francês e português.

Os títulos estavam assim redigidos:

“HECATOMBE DOS BRASILEIROS DO AMAPÁ A 15 DE MAIO DE 1895  
PELOS SOLDADOS FRANCESES VINDOS DE CAIENA NO VAPOR DE  
GUERRA *BENGALI*  
RELAÇÃO DOS ASSASSINADOS APÓS O COMBATE”

Essa observação final “após o combate” era bem expressiva. Foram massacrados depois de encerrado o combate, em suas próprias casas, velhos, mulheres e crianças.

Seguia-se a lista de vítimas, com indicação dos nomes, idades e informações a respeito da morte brutal: Joaquim Pracuúba, de 10 anos, queimado vivo em sua própria casa. Semiparalítico, não tivera tempo de fugir às chamas. Margarida de Freitas, de 32 anos, morrera massacrada, com o próprio filho ao colo. Clemente Freitas, de 80 anos, morto com tiro de fuzil quando se encontrava deitado em uma rede, no interior de sua residência. José Rodrigues Rosas, de 30 anos, morto a tiros. Joaquim Rodrigues, de 37 anos, morto a tiros. Manoel Joaquim Ferreira, de 35 anos, morto a tiros. Gertrudes de Macedo, de 30 anos, casada, massacrada. Ana, mulher de Emídio, massacrada. Sebastiana, filha de Emídio, massacrada. Ana Vieira Branco, de 37 anos, casada com Manoel Gomes Branco, morta juntamente com seus quatro filhos menores, o último com quatro meses de idade. Solindo, filho de Emídio, massacrado. Joaquim, músico, de 17 anos, empregado de Emídio. Raimundo Marcelino de Siqueira, de 57 anos, massacrado. Maria Floripes do Amaral, de 45 anos, casada, massacrada em sua casa. Domingos Favacho, de 37 anos, solteiro, morto a tiros. Francisca Favache, de 44 anos, casada, massacrada. Caetano Favacho, 37 anos, solteiro, morto a tiros. Carolina, de 37 anos, solteira, morta a tiros. Gemino de Moraes, de 21 anos, morto a tiros. José de Moraes, 15 anos, viúvo, massacrado. Maria Cooly, de 24 anos, massacrada. Fabrício, de 18 meses, filho de Maria Cooly, morto com a mãe. Leocádia Tambor, de 48 anos, casada, massacrada em sua casa. Manoel, de 7 anos, massacrado juntamente com a mãe. Alfrida



Batista da Silva, de 13 anos de idade, morta com a mãe. Feliciano Ramos, de 65 anos, casado, morto a tiros. Pedro Chaves dos Santos, de 26 anos, casado, morto a tiros. Francisco Manoel Rodrigues, português, com 44 anos, massacrado. Rosa Xavier, de 16 anos, casada, massacrada. Antônio Bonifácio Belmiro, de 19 anos, serviu de guia aos franceses, sob prisão e logo a seguir foi colocado à frente dos combatentes, servindo de barricada, morto em combate. Cipriano, menor, filho de Manoel Domingos, massacrado. Mateus Leite, de 30 anos, não foi encontrado o cadáver. Manoel dos Santos, de 49 anos, morto em fuga. Raimundo Brasil, de 9 anos, filho de Francelino de Freitas, massacrado. João de Deus, de 42 anos, morto em casa de Bernardo Batista da Silva.

Feridos em combate: Lucas Evangelista Pinheiro, Desidério Antônio Coelho, Epifanio Pedro da Luz, Sabino da Penha Leite e Eleriano dos Santos Pimentel.

Feridos após o combate: Bernardo Silva, de 8 anos; Antônio Portugal; Franklin Silva; Manuel Favacho; Leandro Favacho; Fernando Felder (holandês); Maria Josefina, ferida quando fugia; Feliciano Costa; Laurinda da Silva; Maximiano do Espírito Santo; Geraldo Antônio Carvalho; João, menor, filho de Domingos Cruz.

Houve quinze fugitivos que se embrenharam pela floresta ante a fúria dos atacantes, quando começou o massacre.

Incendiaram as casas comerciais de Manoel Gomes Branco, Raimundo Macedo de Siqueira, Antônio Carlos Vasconcelos e Daniel Ferreira dos Santos.

Da família de Antônio Carlos Vasconcelos ficaram quatro crianças e cinco adultos em miséria total, apenas com a roupa do corpo.

Esse foi o balanço macabro.

A responsabilidade do governador Charvein em breve seria apurada.



XI  
A VERSÃO FRANCESA NOS  
RELATÓRIOS DE DESTOUP E  
PEROZ. DETURPAÇÃO DOS  
FATOS. DIVERGÊNCIAS COM AS  
FONTES BRASILEIRAS.

Muito embora o relatório Destoup se revele apaixonado, parcial e, sob certos aspectos, contraditório, entendemos necessário reproduzi-lo na parte referente ao combate.

Em muitos pontos, todavia, coincide com as descrições mais verazes das fontes brasileiras por nós compulsadas. Mantemos, propositadamente, as duas versões, para que os estudiosos do assunto possam assinalar as disparidades existentes e julgar de que lado se acha a verdade.

Assim descreveu Destoup os acontecimentos:

EMBOSCADA E COMBATE DO AMAPA<sup>1</sup>  
RELATÓRIO DO TENENTE DESTOUP

Tenho a honra de vos relatar que, sendo chamado pelas circunstâncias a substituir na direção do combate do Amapá o capitão Lunier, ferido mortalmente, venho expor os fatos da forma como os vi se desenrolarem, e aqueles de que tive conhecimento posterior através de informações e investigação.

---

1 *Moniteur de la Guyane Française*, 22-6-1895.  
*Suplement au Moniteur.*

RELATÓRIO SOBRE O COMBATE DO AMAPÁ

*Operações comandadas pelo tenente Destoup*

Segundo as ordens dadas pelo capitão Lunier, comandante do destacamento expedicionário, ordens que se seguiram à nota do lugar-tenente da marinha Audibert, chefe da missão, as três seções (duas de infantaria da marinha e um de marinheiros, mais os marinheiros armados, agregados especialmente a cada embarcação, foram colocadas em marcha na embocadura do rio do Amapá, quarta-feira 15, pelas oito horas da manhã, na ordem seguinte: vedeta, duas pequenas canoas com os marinheiros sob as ordens do tenente da marinha d'Escricenne, duas grandes embarcações contendo as duas seções de infantaria da marinha (tenente Destoup).

O conjunto das embarcações estava sob a direção do tenente da marinha Boulain que, com o capitão Lunier, o doutor Condé e Evaristo (piloto) encabeçava a vedeta.

A viagem, do aviso “Bengali”, do ancoradouro ao Amapá durou cerca de duas horas.

Chegados a cerca de 150 metros da vila do Amapá, à altura do cemitério (a), as duas últimas canoas trazendo a infantaria da marinha, foram largadas e lançadas com toda a velocidade para a margem direita a fim de proceder-se ao desembarque. A missão dessas duas seções era a de seguir uma vereda, do cemitério até o Amapá, através da floresta e formar em torno da vila, rio acima, um semicírculo que seria fechado se assim fosse necessário,

Enquanto essas duas seções operavam seu movimento, a vedeta e as duas outras embarcações chegavam à altura do Amapá, a cerca de 40 metros das primeiras casas.

Segundo a ordem do capitão Lunier, a chegada diante do Amapá devia fazer-se de noite, mas em consequência da responsabilidade negada por dois pilotos, da impossibilidade reconhecida de fazer a viagem às 9 horas da noite (hora da maré), a partida foi adiada para a manhã do dia seguinte, às 8 horas.

Modificações verbais resultaram dessa mudança de horas, isto é, que a 2ª seção da infantaria da marinha desembarcaria no cemitério com a 1ª seção, em lugar de desembarcar na vila, e que esta seção deveria ocupar o setor afeto primitivamente à 1ª seção.

O desembarque da companhia de infantaria da marinha dura alguns minutos; é efetuado em plena vazante e termina às 10 horas e 15.

As duas seções de infantaria da marinha, em fila indiana, marchando em passo cadenciado sobre a vila, chegam ao ponto (b) quando uma salva de tiros se faz ouvir. O tenente Destoup faz soar o clarim de Ditely com a ordem: “Começai o fogo”, sinal convencionado em caso de resistência ou ataque e ocupa as posições seguintes (ver o plano anexo):

1ª Seção, na frente sobre a estrada (a), uma esquadra da 24 seção (sargento Loustau) controlando a encruzilhada (b) e as duas outras esquadras (ajudante Saffroy) barrando o caminho (c) devendo seguir em flanco por trás da vila.

Tiros estouram de todos os lados; o tenente Destoup enxerga então uma fração do bando de Cabral (cerca de quarenta homens) concentrada no ângulo das duas ruas (d) dirigindo seus tiros sobre os marinheiros e as embarcações. Ordena três salvas de tiros e carrega à baioneta sobre esse bando que foge precipitadamente em direção da igreja, deixando em terra muitos mortos.

De todas as casas parte uma fuzilaria muito forte sobre a 1ª Seção de infantaria da marinha, enquanto o bando principal de Cabral, apoiado pelas casas da praça (e), continua a atirar sobre ela. Nesse momento, o chefe da 1ª Seção recebe em seus próprios braços o capitão Lunier, ferido mortalmente; coloca-o rapidamente ao abrigo e assume o comando; depois, a fim de evitar ser fuzilado pelo flanco e de frente, ordena o cerco sucessivo de todas as casas.

A esquadra do sargento Loustau não abandona mais a rua (a), segundo as ordens recebidas, ela controla a encruzilhada (b) e domina a vila pelo lado sul.

A 2ª Seção, do ajudante Saffroy, recebe ordem do comandante do destacamento de fortalecer com uma esquadra a 1ª Seção. Essa esquadra executa o movimento cortando pela direita através do terreno que se estende entre o ponto (c) e o ponto (d).

Nesse momento, o capitão do Cunani, chamado Trajano, que pode escapar das mãos do bando de Cabral, vem correndo e se coloca sob a proteção da Seção Saffroy.

A marcha torna-se difícil em direção do ponto (e); as portas e janelas estão solidamente embarricadas e apoiadas por trancas, a fuzilaria é de

parte a parte de grande intensidade. A última fração Saffroy recebe ordem de reforçar novamente. As duas Seções de infantaria da marinha, menos a esquadra do sargento Loustau executam um combate de ruas, conquistam o resto da vila que durante a ação e sucessivamente, à medida que avança o ataque, é entregue às chamas.

Trajano, apavorado com a fuzilaria, se refugia na mata.

Os homens do bando de Cabral que puderam escapar ao nosso tiroteio desapareceram na direção (f), terreno arborizado, pantanoso, quase impenetrável, à margem do qual muitos deles foram mortos.

Depois da tomada total da vila, cessados os tiros (uma hora da tarde, mais ou menos), um pouco de ordem foi restabelecida em todas as frações, instalando-se um serviço de segurança.

Os feridos e os mortos foram recolhidos e transportados para as embarcações onde o 2º tenente da marinha Boulain os recebia e os colocava sobre uma canoa (tapouye), que o doutor Condé havia escolhido antecipadamente, nela instalando uma ambulância.

As buscas no sentido de encontrar Trajano foram infrutíferas.

O tenente Destoup, comandante do destacamento, se apresenta então diante do desembarcadouro, ponto (d), para saber do 2º tenente da marinha Boulain se a maré permite ficar ainda algumas horas em terra. O 2º tenente da marinha Boulain lhe explica que é urgente a necessidade de embarcar sem perda de tempo, pois é de recear que a demora de alguns instantes não permita que as embarcações alcancem o “Bengali”. Segundo as instruções escritas ou verbais de que tinha conhecimento ou que havia recebido o comandante do destacamento no momento em que, o capitão Lunier e o 2º tenente da marinha d’Escricenne estando feridos, assumia o comando, a missão do destacamento expedicionário estava cumprida; não restava senão ocupar-se dos feridos e transportá-los o mais depressa possível para bordo, onde a assistência de que necessitavam lhes podia ser prestada.

É dada ordem de embarque a todas as frações que se retiram por escalões, de forma a prevenir uma volta ofensiva ou uma surpresa, muito pouco prováveis diante das perdas consideráveis que o bando de Cabral acaba de sofrer.

Como abaixo do Amapá, na margem direita, uma emboscada poderia ser preparada, na passagem, o sargento Loustau recebe ordem de seguir com

sua esquadra (12 homens) pelo caminho que conduz ao cemitério, do ponto (b) ao ponto (a); essa fração tem por missão proteger a passagem das embarcações diante do cemitério; em seguida faz-se o embarque sem incidentes.

O Amapá foi evacuado e nenhum tiro perturbou a partida.

#### OPERAÇÕES E FATOS QUE PROVOCARAM O COMBATE

No correr deste relatório foi dito que enquanto a infantaria da marinha realizava o desembarque, a vedeta e as duas outras canoas chegavam diante do Amapá a 40 metros mais ou menos das primeiras casas. Neste último ponto o desembarque se operou sobre uma margem difícil, lamacenta e não abordável.

O capitão Lunier avança em direção do ponto (d), acompanhado de seu cabo-furriel, de um corneteiro e do piloto-intérprete Evaristo; percebe neste ponto (d) um indivíduo que agita duas bandeiras, uma de quarentena, a outra de cores brasileiras e que o adverte para não avançar.

O capitão Lunier aproxima-se desse homem e pede-lhe que o conduza à casa de Cabral para parlamentar. O pequeno grupo assim formado avança pela rua (b) até a casa de Cabral, onde aquele aparece. O capitão lhe pergunta: “Sois Cabral?” “Perfeitamente”, responde aquele. “Então, acrescenta o capitão, meu amigo, é possível me entregar Trajano?” Cabral lhe responde, mostrando com gesto ameaçador uns quarenta homens que vinham se enfileirar atrás dele, com fuzil na mão. “Trajano, se o quiser vá buscá-lo!” “Então o sr. me obriga a arrancá-lo à força”, termina o capitão puxando seu revólver, e intima Cabral a segui-lo em direção às embarcações. Nesse momento, Cabral aproveita quando o oficial vira a cabeça para ver onde estão os seus homens, lança-se sobre seu braço, arranca-lhe o revólver, se abaixa e faz fogo sobre ele à queima-roupa com a mesma arma, ordenando a seus homens: “FOGO!”

Instantaneamente explode uma salva de tiros que derruba o capitão Lunier ferido por quatro novas balas, e dizima os marinheiros que, sob as ordens do 2º tenente naval d’Escricenne, estavam colocados armados em duas frações, um pouco antes do ponto (d), sobre a estrada (b), seja a cerca de 150 metros atrás.

Todas as casas vizinhas estavam hermeticamente fechadas à chegada do capitão Lunier. Um fogo violento parte de todas as aberturas dessas

casas. O corneteiro Pinson, da infantaria da marinha, que se achava ao lado do capitão, cai mortalmente ferido, muitos outros marinheiros são mortos ou feridos; o 2º tenente naval d'Escricenne tem o maxilar estourado tentando reunir os seus marinheiros inteiramente deslocados por essas descargas que surgiam de todas as direções.

As casas que haviam sido vistas fechadas nada mais eram do que o disfarce de uma emboscada; um grande número de homens armados estavam emboscados por trás das janelas e portas, esperando o sinal.

Cabral fortalecido por este primeiro sucesso se coloca com o grosso de seu bando na encruzilhada (d), esperando dessa forma destruir os marinheiros que se achavam nas embarcações ou que as procuravam e aqueles que tentavam juntar-se ao 2º tenente naval d'Escricenne. É obrigado imediatamente a bater-se em retirada completamente descoroçoado pelo fogo e pela carga de baioneta da 1ª seção de infantaria da marinha que surge à frente em sua direção (d).

O prosseguimento das operações já foi narrado na primeira parte deste relatório.

O combate do Amapá durou das 10 horas e 30 minutos da manhã a 1 hora da tarde.

Tivemos do nosso lado seis mortos (1), entre os quais figura o capitão Lunier, vinte feridos entre os quais o 2º tenente naval d'Escricenne.

A lista geral dos mortos e feridos vai anexa a este relatório.

Pode-se estimar a perda sofrida pelo inimigo em cerca de sessenta homens mortos.

Eu não saberia encerrar este relatório sem explicar que estive no Amapá à frente de soldados de elite, cuja bravura e abnegação completa foi a característica durante duas horas e trinta minutos de combate encarniçado contra bandidos decididos a tudo, muito bem armados de fuzis de repetição.

(Seguem diversas listas).

O tenente,

Destoup.

Uma grande lição pode ser extraída da leitura dos relatórios do tenente Destoup e do comandante Peroz (*Chef de Bataillon*).



Uma guerra na selva não se ganha com o aparato militar das tropas de elite, treinadas em escolas citadinas. É a primeira lição. Homens rústicos, bravos e destemidos podem enfrentar com sucesso exércitos com fardas luzídias e armamentos sofisticados. É a segunda lição. A coragem pessoal, a razão moral e o destemor constituem também armas poderosas, de difícil sujeição. É a terceira lição. A defesa do lar contra o invasor, por mais aguerrido que esse seja, constitui razão suficiente para rechaçar qualquer ataque. É outra lição. A aparente vitória, com a destruição violenta e desumana de uma povoação inteira, não enobrece os invasores, antes destoa da grandeza moral de sua gloriosa pátria, tão estimada por todos os brasileiros. Os comandantes franceses, especialmente Lunier, revelaram inexperiência da luta na selva, dando margem a atos de vandalismo desnecessário. Se se tratava de território contestado, como bem afirmam os documentos franceses, não havia por que invadi-lo, massacrando populações ordeiras. A alegação, constante do relatório Destoup, de que as casas fechadas constituíam emboscada contra os franceses é ingênua. Que desejavam eles? Ser recebidos com flores? Isso revela que os brasileiros, embora mal armados, tiveram mais inteligência, usaram de melhor tática, praticaram melhor estratégia do que os gauleses, com todo o seu aparato, ao qual não faltavam armas modernas, bandeiras e corneteiros. A última e principal lição que se deve colher do episódio deve aplicar-se aos futuros inimigos do Brasil, que tentem, por qualquer meio, afrontar a sua soberania. Esta nação possui reservas morais e bravura suficientes para rechaçar outros Lunier, outros Destoup e outros d'Escricenne, vindos de qualquer direção, por terra, mar ou ar. Esses exemplos históricos, esquecidos muitas vezes por entidades que tinham por dever revelá-los à juventude brasileira, devem ser sempre lembrados. A maneira indelicada como os autores dos citados relatórios tratam os habitantes do Amapá, considerando-os bandidos, antes revela falta de grandeza moral. Apesar disso, não negam a bravura pessoal do chefe da resistência, Francisco Xavier da Veiga Cabral. Além de omissos e injustos, esses relatórios não expõem, em toda a sua extensão, o mal que o ataque francês fez à causa da civilização no Novo Mundo.

Verifica-se, por esse relatório apaixonado e faccioso, que o seu autor escondeu as crueldades cometidas contra velhos, crianças e indefesos, o

incêndio desnecessário e brutal das casas, a fúria com que caíram sobre uma população civil de homens do interior, utilizando forças militares, em manobras com certo colorido teatral e ridículo, em plena selva. Formações marciais, preparações, ordens e instruções longas e minuciosas, toques de cometa, tudo profundamente cômico, ou tragicômico. Nada disso foi suficiente para enfrentar a bravura espontânea dos brasileiros, que repeliram o invasor e lhe infligiram derrota exemplar, da qual jamais se esquecerão.

O grande ódio dos guianenses se concentrava na pessoa de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, que eles desejavam aprisionar e humilhar. O trecho, que vamos reproduzir, do relatório Peroz, revela esse ódio:

#### Quem é Cabral?

Inicialmente, quem é Cabral? M. Garcin estabelecido durante 9 anos no Pará e que, durante cinco anos morou em uma casa defronte da dele e a frequentou, nos diz ser ele um homem ativo, enérgico, inteligente, bom para tudo, pronto para qualquer missão. Ele é subchefe de polícia, depois jornalista, depois revolucionário.

Ele julga esse homem capaz de todos os crimes e de todas as vinganças; sua presença no Contestado devia constituir um grave perigo.

O Diário Oficial do Estado do Pará de 13 de junho de 1891 narra em detalhes, em seu artigo “A Revolta”, o golpe de força executado no dia 11, à uma hora da madrugada, por um bando de revoltados comandados por Francisco Xavier da Veiga Cabral. Um esquadrão de cavalaria, o 15º batalhão de infantaria, uma bateria do 4º de artilharia, marinheiros armados com metralhadoras, um destacamento de engenharia, um esquadrão de cavalaria da polícia, a canhoneira “Guarani” são somente suficientes para dispersar os revoltosos. Dois generais e um capitão da marinha conseguem com grande dificuldade dominar o bando comandado por Cabral.

E este homem que fez o Pará passar por um tal perigo, que cometeu esse crime de lesa-pátria, cujo espírito de revolta, a energia, a coragem e a habilidade constituem um perigo constante para a segurança da cidade, é visto agora em relações constantes com altos funcionários auxiliares imediatos do Governador, sob os próprios olhos do Chefe deste Estado! Ele vai e vem com toda segurança do Pará ao território contestado, recruta

e organiza bandos, arma-os com fuzis de guerra, e ninguém protesta na cidade vítima de sua revolta?

Certamente, é preciso fazer a parte das “coisas do Brasil”, mas pode-se fazê-lo com tanta amplitude? E não se é levado a pensar que Cabral recebeu mandato para cumprir qualquer missão secreta, da qual só ele poderia encarregar-se, porquanto mais capaz do que qualquer outro para a levar a bom fim, ele era também, mais do que qualquer outro, o homem que se pode facilmente desmentir, pois seu passado revolucionário é de natureza a afastar a idéia de qualquer entendimento entre o Governo e ele.

Em Caiena o alvoroço não era menor. Apesar de suas tintas exageradas, em que a verdade nem sempre vem à tona, preferimos reproduzir, neste passo, o próprio relatório Peroz. Por ele se verifica que o povo guianense muito sofreu com a derrota fragorosa. A quem culpar? Lamentáveis cenas de dor ocorreram então na capital da colônia. Natural que assim fosse. Os pobres soldados e suas famílias não mereciam tão dura provação, provocada pelos seus próprios compatriotas imprudentes e agressivos. Eis o que diz o relatório Peroz:

REGRESSO DO “BENGALI” A CAIENA. HOMENAGENS FÚNEBRES, EMOÇÃO, SUPEREXCITAÇÃO VIOLENTA NA CIDADE

No dia 17, às 5 horas da tarde, o “Bengali” aportava a Caiena sem ter fundeado durante a passagem por Calçoene. O estado de decomposição avançada dos corpos que se desejava, a todo preço, fazer repousar em terra francesa, não havia permitido atrasar a chegada.

O sepultamento teve lugar ao aproximar-se a noite, à luz de tochas e de lanternas; todas as tropas da guarnição tomam parte. A cidade inteira acompanha ou segue o cortejo, a emoção é considerável. No cemitério, depois da cerimônia, vozes numerosas se elevam do meio da multidão, gritam vingança e pedem que uma convocação seja iniciada para a formação de tropas voluntárias e milícias volantes.

As mulheres da cidade mostraram elas também, com mil manifestações delicadas, pelo envio de flores, de víveres de toda espécie, pela oferta de seus serviços como enfermeiras, o seu patriotismo e a viva dor que o atentado do Amapá lhes causou.

As Assembléias reunidas desde a manhã em sessão extraordinária – Comissão Colonial, Conselho Municipal – votam, à unanimidade, um crédito de muitos milhares de francos para erguer um monumento comemorativo à memória dos nossos soldados mortos no campo da honra.

MANIFESTAÇÕES. PEDIDO DE OCUPAÇÃO MILITAR IMEDIATA DO TERRITÓRIO CONTESTADO.

Os dias que seguem são de agitação ainda indescritível: homens procuram o escritório do Comandante das tropas para se alistarem; a multidão se desloca em massa ao encontro dos destacamentos de soldados que vão e vêm a serviço ou em manobras.

O sepultamento do corneteiro Pinson, no segundo dia posterior, é ainda objeto de uma manifestação patriótica imponente. O mesmo ocorreu no dia 25 nas homenagens fúnebres pelo repouso da alma de nossos mortos.

Em todas as casas, em todos os lugares de reunião, nas praças, pede-se a ocupação; a mão armada, imediata do território contestado e os cidadãos da Guiana se oferecem para essa missão.

Os poderes públicos terão o dever de levar em conta esse sentimento quando tiverem de encarar as diversas eventualidades que podem regular essa questão do Território Contestado. A lentidão, as protelações, as transações, as meias-medidas, as indigências de vista e de idéias em meio às quais dormitava durante tantos anos, malgrado os avisos reiterados, advertências repetidas freqüentemente nos últimos tempos, todas essas fraquezas geraram o drama sangrento de 15 de maio.

Baixam-se *Ordens Gerais* de homenagem aos mortos. Dentre essas, a de nº 26, publicada no *Moniteur de la Guyane Française*, jornal oficial da colônia, de 1º de junho de 1895, merece ser reproduzida:

GOVERNO DA GUIANA. TROPAS DA GUIANA. ORDEM GERAL N. 26

O Comandante do Batalhão e chefe das tropas da Guiana, traz ao conhecimento das tropas e dos serviços militares a brilhante conduta no combate do Amapá (território contestado franco-brasileiro) dos destacamentos do batalhão de infantaria da marinha e de marinheiros do “Bengali”, que tomaram parte nesse acontecimento.

Soldados de elite, com uma bravura notável e uma abnegação completa, em número de 96, enfrentaram durante duas horas e trinta minutos um combate encarniçado, uma guerra de ruas e de casas contra muitas centenas de bandidos decididos a tudo, armados de fuzis de repetição, comandados por ex-oficiais e suboficiais do exército brasileiro, derrotando-os, apoderando-se da vila e de seu pavilhão e matando 60 homens, perdendo eles próprios 7 mortos e 19 feridos.

O Comandante de Batalhão, chefe das tropas, louva os oficiais, soldados e marinheiros cujos nomes seguem:

*O tenente de infantaria da marinha Destoup (Jean)*

Além de sua entrada em linha oportuna, por sua habilidade em manobras e por sua coragem contagiante restabeleceu o combate cujo resultado estava comprometido por uma emboscada que acabava de custar a vida do capitão-comandante e de muitos marinheiros, conduziu brilhantemente no Amapá uma guerra de ruas e de cerco de casas fortemente defendidas, e, finalmente, tomou-se completamente senhor da vila, inflingindo ao inimigo uma perda de 60 homens mortos.

*Segundo-tenente da marinha d'Escricienne (Joseph-Théodore-Raoul)*

Tendo o maxilar rebentado por um tiro, perdendo abundantemente seu sangue, agrupou seus fuzileiros navais, recusou até o fim do combate todos os socorros do médico, percorreu com o maior sangue-frio a linha de fogo, excitando assim pelo seu exemplo a coragem de todos, e, finalmente, ajudou pessoalmente no transporte dos feridos.

*Segundo-tenente da marinha Boulain (Charles)*

Comandando as embarcações, não hesitou em desembarcar sobre a margem debaixo de fogo nutrido, que dizimava a seção dos fuzileiros navais, em terra, lutou bravamente e assegurou com sangue-frio o remuniciamento e o embarque dos feridos.

Inquéritos se fizeram por brasileiros e franceses. A essa época se encontrava em Amapá o cientista francês Henri Coudreau, realizando investigações, como naturalista.

No *Diário de Notícias* do dia 7 de junho de 1895, estampava-se uma carta de Henri Coudreau, datada da véspera, dirigida ao engenheiro Manuel Gonçalves Tocantins, em que se referia de modo candente ao triste episódio:

Ilmo. Sr. Dr. Tocantins, encarregado de missões científicas

Meu caro colega

Acabo de ler atentamente vosso relatório sobre o massacre do Amapá. Relata um conjunto de fatos que, desgraçadamente, não podem ser postos em dúvida, mesmo nos detalhes. Assisti ao inquérito que fizestes no Amapá e cotejei-o com o outro contra-inquérito feito por mim mesmo e minha convicção é completa: os fatos são exatos no seu conjunto.

Peço-vos somente que distingais, nesse lamentável acontecimento, duas fontes de responsabilidade:

1º – *A responsabilidade do Governo Francês* – O Governo foi iludido em sua boa fé por um pequeno bando de indivíduos, mais ou menos comprometidos em “camarinha”, que eu observo há alguns anos e cuja entrada próxima nas galés espero com paciência;

2º – *A responsabilidade do bando de indivíduos em questão* – Por hoje não marcarei na espádua senão o odioso instigador do massacre do Amapá, o célebre Charvein, grande jacobino, anticolonial, que dá realmente a mão ao seu negro nas pequenas combinações auríferas do Contestado.

Não determino por ora porque não estou na França; mas fá-lo-ei nos jornais de meu país.

Falarei! Não consentirei que se diga que Caiena, a Caiena que conheceis, a Caiena com sentimento anti-francês, vós mesmo o tendes verificado, provocou um rompimento entre a França e o Brasil.

O coração e o bom senso das duas grandes nações amigas prevalecerão contra as patifarias dos negros e a raiva dos concussionários.

Cordialmente, meu caro Doutor, vosso devotado Henri Coudreau, ex-encarregado de missões culturais, 1883-1895.

Em Caiena os ânimos se exaltam.

Mr. Charvein ainda não está satisfeito com a hecatombe que provocara. Solicita a vinda de um pelotão de fuzilamento, constituído de vinte e oito soldados da Martinica. Pelo navio *Capi*, esse pelotão é transportado até a Guiana Francesa. Pretende mandar fuzilar os prisioneiros brasileiros.

Até onde irá a sua fúria?

Como fuzilar prisioneiros sem prévio julgamento? Que pensaria o governo francês daquilo tudo?

Manuel Gomes Branco e seus companheiros de infortúnio permanecem no calabouço, na mais triste miséria. Famintos, desgrenhados, magérrimos, ficam quase irreconhecíveis.

A imprensa brasileira se agita e protesta contra a ideia de fuzilamento. Há um movimento geral de repulsa à pretensão de *Mr. Charvein*.

Governo francês manda sustar a medida brutal e sem cabimento.

Determina ainda a instauração de inquérito a fim de apurar a responsabilidade pelas tristes ocorrências do Amapá.

*Mr. Charvein*, logo depois dos acontecimentos, no dia 21 de maio de 1895, mandou publicar edital, colocando a prêmio de um milhão de francos a pessoa ou a cabeça de Francisco Xavier da Veiga Cabral.

Desejava tê-lo vivo ou morto.

Os fados, porém, foram favoráveis a Cabralzinho.

Em breve veio ordem de devolver à Martinica os soldados que se encontravam em Caiena. O governo francês proibiu os fuzilamentos.

Prosseguiram os inquéritos.

Evidenciada a responsabilidade de *Mr. Charvein* pelo massacre de 15 de maio de 1895, ele foi afastado do cargo pelo governo da França.

Veiga Cabral é reconhecido pelo governo brasileiro como herói nacional, concedendo-lhe o presidente da República o título de General Honorário do Exército brasileiro.

As boas relações entre o Brasil e a França reclamavam providências enérgicas dos dois governos.

O cientista Henri Coudreau, em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, em 6 de junho de 1895, punha em realce a opinião de Freycinet, antigo presidente do Conselho de Ministros da França, de que a solução da pendência era do mais alto interesse para a boa amizade e para as melhores relações comerciais entre as duas nações. Dizia ele:

*Mr. Freycinet*, antigo Presidente do Conselho de Ministros, ilustre homem de Estado, e tem sempre encorajado com a opinião de que a solução do Contestado é do maior interesse para a boa amizade e para as melhores

relações comerciais da França e do Brasil; que terão mutuamente muito a ganhar com o desenvolvimento das boas relações existentes, enquanto que o pequeno núcleo de negros de Caiena não saberia jamais trazer qualquer proveito sério para a França.

Parecia lavrar uma séria discórdia entre os franceses e os “negros” de Caiena, como eram tratados pelo cientista francês, que perlustrou a Amazônia por tantos anos, escrevendo numerosas obras a respeito das viagens empreendidas ao Rio Xingu, ao Tapajós, ao Oiapoque e outras regiões amazônicas.

Coudreau não era estranho aos problemas do Amapá. Ali teve interesses comerciais, ligados aos do seu sócio, *Mr. Bisson*.

Alguns anos antes fora acusado de insuflar os súditos franceses locais para a constituição de uma República no Cunani.

A França, como era comum nos povos poderosos do século XIX, procurava aumentar o seu império colonial.

Em Belém, o jornal *O Democrata*, na edição de 27 de junho de 1895, divulgava longo artigo intitulado *A Questão do Amapá*, em que se lê sugestivo trecho:

Um engenheiro militar francês escreveu as seguintes linhas que não podemos deixar de transcrever: dia virá em que o Amazonas representará na América do Sul o papel que desempenha o Mediterrâneo no antigo continente; portanto, a posse de um território, que confina com a foz de semelhante rio, tem importância capital.

A bacia hidrográfica do Amazonas, a maior do mundo, com uma foz que atinge a cerca de trezentos quilômetros de abertura, deveria atrair a atenção dos homens esclarecidos de nações poderosas. E nessa foz possui encravado um arquipélago (o do Marajó), com quase sessenta mil quilômetros quadrados. Era o fascínio de Luís XIV, no passado.

*Mr. Charvein* procurava narrar os fatos à sua maneira. Enviava despachos telegráficos para a França em que deturpava a verdade, tentando fazer crer que a missão do Bengali fora a de libertar soldados franceses prisioneiros dos brasileiros.



Em edição de 31 de maio de 1895, o jornal *O Democrata*, de Belém, estampava em primeira página a seguinte notícia:

Foi pelos despachos telegráficos do Governador de Caiena, transmitidos ao Governo francês, que chegou ao conhecimento do governo federal a notícia adulterada da agressão dos franceses e do morticínio dos nossos compatriotas.

Compreende-se que, para coonestar o seu procedimento incorreto, mandando ao Amapá uma expedição de marinheiros franceses, comandada por um capitão, o Governador de Caiena tinha necessidade de dar um colorido ao ato agressivo da invasão do território contestado, inventando a história da prisão de soldados franceses e da reclamação de sua soltura.

As invencionices de Charvein não lograram êxito.

A sua sorte estava selada.

O governador Charvein foi demitido, sendo nomeado para substituí-lo *Mr. Lamothe*. Em reunião realizada a 25 de setembro de 1895, o Conselho de Ministros da França resolveu expedir ordem imediata a *Mr. Lamothe* para promover a devolução das bandeiras brasileiras apreendidas durante o combate e libertar os prisioneiros encarcerados. Recomendava mais que os presos partissem no primeiro navio a sair de Caiena, “tomando cada um o destino que lhe conviesse”. O ministro brasileiro em Paris, sr. Pisa e Almeida, mostrou ao ministro Hanotaux, da pasta dos Estrangeiros, o retrato do “súdito francês” Trajano, “antigo escravo fugido não sabendo uma palavra de francês”.

Esses acontecimentos foram noticiados no jornal *O Democrata*, de 9 de novembro de 1895, primeira página, sob o título *Questão do Amapá*.

Os jornais franceses, porém, vez por outra publicavam notícias alarmantes, nem sempre exatas. Assim é que o *La Politique Coloniale*, no dia 26 de setembro daquele ano, noticiou que

Um dos navios do Capitão Cabral – o assassino (assim está) do capitão Lunier e cujas proezas não foram esquecidas – fazendo viagem de inspeção nas águas do Mapá, apreendeu um pequeno navio francês, no qual se achavam muitos crioulos de Caiena e entre eles o de nome Evaristo

Raimundo, que tinha servido de piloto ao *Bengali*. Este último foi preso pelos brasileiros e conduzido ao Mapá onde passou pelas armas.

Essa notícia foi veiculada no Brasil pelo *Jornal de Debates*, mas logo desmentida em outro noticiário. O jornal francês *La Politique Coloniale* prosseguiu em sua campanha, publicando longa reportagem de seu correspondente em Caiena, no dia 28 de setembro de 1895. Esclarecia, todavia, que alguns fatos foram exagerados pelo relatório que apresentara ao governo da França o comandante Peroz. O correspondente insistia em responsabilizar o governo Brasileiro, sugeria indenização à França. Afirmava que Cabral, “o amigo do sr. Coudreau”, preparava novas investidas e que “pensa mesmo em uma marinha de guerra; pequenos barcos estão cruzando as águas do Mapá”.

O novo governador, Mr. Lamothe, chegou a Caiena no “aviso” que o foi buscar na Ilha da Salvação. Diz o noticiário do *O Democrata*: “Desembarcando com as honras de estilo foi acolhido com um sentimento de lenitivo, porquanto já estava insuportável a pequena oligarquia, que dirigia interinamente o governo”. Dizia mais, referindo-se ao novo governador: “Representaram-no a nós como um homem duro, inimigo encarniçado de todos aqueles que não tem a pele branca”. E referindo-se à carta escrita pelo cientista Henri Coudreau: “Não nos comoveu por cá a carta do sr. Coudreau ao seu ‘colega’ do Brasil. Esse explorador já foi há muito tempo julgado na Guiana, onde sabe-se o fim de um dos seus trabalhos científicos e das suas viagens”.

Tais noticiários são do dia 9 de novembro de 1895.

No dia seguinte, 10 de novembro, *O Democrata* publicava em primeira página nota extraída do *La Politique Coloniale* de 17 de setembro, que ataca o governador Lamothe. “Até agora só temos tido discursos!”, afirma. Anuncia a vinda de alguns agentes do Ministério das Relações Exteriores. Acusa Lamothe, desembarcado há quinze dias, de não ter feito uma só visita.

Parece ter a idéia preconcebida de que a população de Caiena lhe é hostil ... O sr. Lamothe diz a quem quer ouvir que está de passagem na Guiana, onde não se demorará seis meses. Se isto é verdade compreende-se bem

que o governador não tem a pressa de pôr-se em contacto com a população e com os seus representantes. Conta sem dúvida fazer ao mesmo tempo suas visitas de chegada e de despedida... Pobre Guiana! Representada por um mudo na Câmara dos Deputados e administrada por um tagarela desdenhoso em Caiena.

O ambiente estava carregado. Correspondentes insuflavam em suas mensagens. No *Democrata* do dia 21 de agosto de 1895, reproduzia-se noticiário do jornal francês *L'Eclair*, com relatório dos acontecimentos sangrentos do Amapá, adulterado. Trocava o prenome de Cabral, dava-o como pertencente à linhagem de Pedro Álvares Cabral

que em 1500 descobriu as Costas do Brasil. Instruído e homem de fortuna, Cabral representou seu primeiro papel à testa dos revolucionários do Brasil na partida do Imperador D. Pedro para a Europa. Em Amapá fez seus partidários todos os habitantes, que são todos de origem brasileira – e assegurou-lhes que o ouro encontrado no território contestado franco-brasileiro era de propriedade absoluta dos ocupantes.

Afirma que Cabral se encontrava armado com 90 homens, mas que o sr. Cassey, encarregado de certa missão ministerial, que estivera no Amapá, não fora atacado por que Cabral se encontrava na floresta. Qual seria essa “missão ministerial” dos franceses? Refere-se, sem dúvida, à viagem anterior ao choque armado, quando os franceses balizaram o rio, prometendo voltar, estando Cabral ausente. Agiram, portanto, em caráter oficial.

Cabral, furioso de ter estado ausente quando os franceses vieram ao Amapá, e para atraí-los, prendeu Trajano, que transportou para o Amapá... Foi então que o governo local, para vingar a injúria feita ao pavilhão nacional, fez voltar o *Bengali* com sessenta soldados de infantaria de marinha comandados pelo Capitão Lunier e um ajudante.

A seguir reproduz narração divulgada no *Monitor Oficial* da Guiana sobre os eventos de 15 de maio, informando que

O *Bengali*, comandado por Audibert, partira de Caiena a 11 de maio, às 5 horas da manhã, levando a missão de verificar com exatidão a espécie de perigos que corriam os nossos nacionais, no território contestado do Amapá e exigir ali a entrega de Trajano, conservado prisioneiro pelos habitantes dessa localidade.

Os combates se deram no dia 15. Diz o noticiário francês que o *Bengali* regressou a Caiena no dia 17, às 5 horas da tarde “trazendo a bordo cinco mortos e vinte feridos”, que supõe vítimas de emboscada. O navio, prossegue o noticiário, teria ancorado na costa do Amapá no dia 15, pela manhã, a uma distância da povoação de quinze milhas. Alega que Cabral, ao receber Lunier, estava na companhia de sessenta homens armados. Lunier postara vinte fuzileiros em posição estratégica. A narração francesa apresenta os fatos, em alguns pontos, deturpada. A certa altura afirma:

Ao estrondo da primeira descarga, a companhia de infantaria de marinha acudiu, sob o comando do 1º tenente Destop. Um combate violento se travou então, entre os soldados e a gente de Cabral, sendo estes últimos coadjuvados por um fogo violento, que partia de todas as casas.

E prossegue:

Essas casas e a própria igreja transformaram-se em verdadeiras barricadas bem fortificadas que se defenderam longo tempo, e cada uma delas foi teatro de um combate sangrento. Mas os fuzileiros de marinha, livres da ação do enérgico comando do 1º tenente Destop (a notícia grafa *Destoup*), começaram uma luta de ruas e de casas, e, após duas horas de combate, tinham destruído completamente o povoado,

que o jornal francês chama de “ninho de piratas”. Acusa mais, do lado francês, cinco mortos e vinte feridos e do lado brasileiro sessenta mortos, “sem contar com os feridos que fugiram e que ficaram no interior das casas”.

Quanto ao “Capitão Trajano” recolhido um instante pelos franceses “desapareceu durante a Juta e não mais foi visto depois”.

Tudo indica que o informe do jornal *L’Eclair*, quanto à morte de Trajano, é verdadeiro. Deve ter sido mortalmente ferido na luta.

A seguir, o jornal parisiense volta a reclamar terras do Amapá para a França até o Rio Calçoene ou o Araguari. Os próprios jornais não sabiam com certeza o que pleitear! Faz, porém, revelação estranha:

O Brasil pouco se importa de dar tudo, excetuando-se a margem do Amazonas. Porque o que lhe importa é o seu imenso comércio do Amazonas ... A França no Amazonas participará dele, e o grosso do comércio de caoutchouc passará para si.

Os franceses desejam que a França exija a margem esquerda do Amazonas, a fim de poder ter parte nos benefícios do seu comércio. Era dessa maneira ambiciosa e atrevida que o jornal parisiense *L’Eclair*, fazendo-se eco das pretensões de seu correspondente em Caiena, situava o problema. Já não era apenas o ouro; queriam agora também a borracha, em fase de eufórica exploração na região amazônica e, abertamente, pleiteavam a margem esquerda do rio-mar! Pretensão ridícula, desautorizada pelo passado, pelas cartas geográficas e pelos tratados.

Referindo-se à vida pregressa de Cabral, informava, ainda, o órgão referido que ele “comandava há alguns meses em Santa Maria de Belém, no Pará, forças regulares brasileiras e, nesse caso, o Governo do Brasil é responsável pela conduta de Cabral, que é, portanto, seu agente”. E terminava exigindo uma indenização!

Tantas inverdades eram transmitidas para a França e alguns periódicos lhes davam acolhida. Os jornais brasileiros, em período de franca liberdade de imprensa, os reproduziam.

No dia 23 de outubro de 1895, o *O Democrata* estampava artigo do *Jornal do Comércio*, do Rio, em que afirmava que as últimas notícias recebidas da França não revelavam ideias belicosas contra o Brasil, tanto assim que Charvein fora exonerado. Alguns oficiais e soldados sobreviventes da expedição foram, todavia, condecorados pelo governo

francês “pelo dever do Governo recompensar a disciplina das tropas sacrificadas pela leviandade do governador demitido”.

Charvein chegou a Paris, no dia 23 de setembro de 1895, e ficara no seu lugar de comissário colonial de 2ª classe até ser aposentado compulsoriamente a 1º de janeiro de 1896, “data em que atinge o limite máximo de idade”.

Não apenas Charvein se viu atingido pelas medidas governamentais. O comandante das tropas da Guiana, Peroz, foi transferido para Guadalupe em substituição do chefe de batalhão Mifard Sivia, que passou ao comando das Guianas. Peroz fora o encarregado do inquérito sobre as lutas do Amapá, tendo redigido um relatório violento contra o Brasil, que não mereceu aprovação do governo francês.

Muito embora os correspondentes enviassem notícias tendenciosas publicadas por alguns jornais parisienses, o governo da França reconheceu o erro de seu delegado em Caiena, punindo-o com a demissão e libertando os presos brasileiros, que, desarvorados embora, tiveram a felicidade de regressar à pátria.

O *Moniteur de la Guyane Française*, de 3 de agosto de 1895, sábado, publicou decreto firmado por Charvein:

GOUVERNEMENT DE LA GUYANE

Arreté

Cayenne, le 3 août 1895

Le Commissaire Général des Colonies, Gouverneur de la Guyane française,

Vu 18 ordonnance organique de 27 août 1828;

Vu le cabogramme en date du 30 juillet 1895,

Arrête:

M. Lamadon, Directeur de l'Intérieur, prendra par intérim le Gouvernement de la colonie à partir du 4 courant, date du départ du Gouverneur en fonctions.

Cayenne, le 3 août 1895

CHARVEIN

Findou-se assim, de forma lacônica, o período governamental de Charvein. Por um simples cabograma vindo de Paris foi determinada a sua partida e passagem do governo ao diretor do Interior, Mr. Lamadon, que, por sua vez, deveria transmiti-lo, posteriormente, a Mr. La Mothe.

Triste fim de um governo de um homem que, em sua exposição do dia 18 de fevereiro de 1895, na abertura da sessão extraordinária do Conselho Geral, publicada no *Monitor* de 23 de fevereiro de 1895, se mostrara interessado em reerguer a colônia.

No dia 18 de novembro de 1895, o sr. M. H. de La Mothe, por ocasião da abertura da sessão ordinária do Conselho Geral, pronuncia o sereno discurso, publicado no *Moniteur de la Guyane Française* de 23 do mesmo mês; por ele se observa que novos eventos sopravam da França, com mensagens de bom senso e calma. La Mothe fala na arbitragem aceita pelas duas potências interessadas. Calma e dignidade, recomenda ele a todos. As ideias revanchistas de Charvein e seus asseclas não poderiam ser levadas em conta. A peça oratória de La Mothe merece ser reproduzida, por ser um importante documento a ser apreciado pela posteridade

DISCURSO PRONUNCIADO POR M. H. DE LA MOTHE, GOVERNADOR DA GUIANA FRANCESA POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GERAL, A 18 DE NOVEMBRO DE 1895.

Senhores Conselheiros Gerais

Sem dúvida não esperais de mim, depois de uma permanência de apenas algumas semanas neste país, uma exposição longamente motivada de minhas convicções pessoais, tanto sobre a situação geral da colônia, quanto sobre as numerosas e importantes questões especiais de que ireis ocupar-vos durante o decorrer desta sessão. Não tenho mais porque voltar a tratar das circunstâncias que fizeram o Departamento das colônias me confiar o governo da Guiana. Elas ainda estão presentes em vossas recordações. Um doloroso acontecimento custou a vida a um valente oficial e a muitos de nossos marinheiros e soldados. Pelo menos esse desfecho serve para ressaltar a necessidade de terminar com essa irritante questão de delimitação que, há 180 anos, frustra as combinações das chancelarias e constitui, ainda hoje, o mais sério obstáculo à valorização, não somente dos territórios em litígio, mas das próprias regiões vizinhas.

Antes de minha partida de Paris, o princípio da arbitragem foi aceito pelos dois poderosos interessados. O telégrafo nos anunciava, faz alguns dias, a designação do árbitro. Devemos aguardar a sua decisão com calma e dignidade, abstendo-nos de polêmicas ou de recriminações mais ou menos acerbas, que não podem de hoje em diante exercer nenhuma influência sobre o desfecho desse grande processo internacional.

Não será porém em alguns dias ou em algumas semanas que o árbitro poderá formar uma opinião definitiva sobre uma questão que de uma parte e da outra fez correr rios de tinta e cuja solução exige estudo prévio de numerosos textos diplomáticos e geográficos, porquanto é a interpretação contraditória desses textos que constitui a base mesma do litígio. Há portanto lugar para preocupação com a situação provisória durante esse período de espera, dos habitantes permanentes ou temporários do território contestado. Tinha-se o direito de conceber temores sérios relativamente à manutenção das relações pacíficas, nas jazidas minerais, entre quatro ou cinco mil mineradores, de raças e de nacionalidades diferentes, absolutamente abandonados a si mesmos. Até este dia, muito felizmente, essas apreensões não foram justificadas por fatos materiais; mas seria talvez imprudente confiar na conservação de um equilíbrio naturalmente muito instável e tornado mais instável ainda pelo surgimento de elementos novos, provenientes do sul, nos distritos exclusivamente explorados ao princípio por pesquisadores de ouro vindos de Caiena e das Antilhas. Estou vivamente preocupado com essa situação e não deixei de a comunicar ao Departamento. Uma comunicação oficial que me foi recentemente endereçada pelo telégrafo, me faz esperar a adoção muito próxima do *modus vivendi* destinado a garantir, no território contestado, durante as negociações de arbitragem, a segurança das pessoas e dos bens.

Quanto à situação administrativa e financeira, a exposição muito extensa do Sr. Diretor do Interior, mais antigo do que eu por um ano na colônia, me dispensa, eu creio, de qualquer comentário. Cabe a vós, Senhores, aproveitar a situação excepcionalmente favorável de vossas finanças, para enfrentar resolutamente o exame das condições de que depende o futuro deste país. Eu não repetirei o que já vos foi dito, e muito bem dito, pela maior parte de meus predecessores, sobre a necessidade absoluta, para a Guiana, de sair da rotina em que ela se arrasta penosamente há muitos anos, produzindo ouro, mas deixando a vegetação poderosa e desordenada



dos trópicos recobrir novamente os terrenos, já muito restritos, que as precedentes gerações haviam conseguido conquistar à floresta virgem. Também, malgrado o movimento tão intenso que as descobertas de Calçoene criaram, depois de dois anos, entre a colônia e as ilhas mais ou menos superpovoadas das Antilhas, o número de imigrantes que se fixaram entre nós não foi suficiente para compensar as perdas causadas pela expatriação ou a extinção de nossos antigos habitantes; o novo recenseamento, cujos resultados provisórios acabam de ser publicados, fornece a prova lamentável e peremptória. Não me compete, novato aqui, de vos indicar os pontos sobre os quais deve fixar-se a vossa atenção, as soluções que se imporão às vossas preferências. Terei mais a aprender com as vossas deliberações do que vós aprenderíeis comigo. Meu antecessor, ao qual ninguém negaria uma longa experiência do país, já teve oportunidade de declarar-vos, não sem alguma melancolia, à abertura de vossa última sessão: Detentores de poderes financeiros, tornaste-vos, na realidade, detentores de toda a iniciativa. “Desencorajados, dizia ele, pela acolhida feita geralmente a seus projetos, as administrações locais hesitam em sair da banalidade das concepções ordinárias”.

Eu não acrescentarei nada a essa citação, bem que o parágrafo, do qual eu o extraí, mereça ser relido integralmente e meditado. Há sobretudo a questão da imigração, apresentada como a única tábua de salvação que vos resta. Devereis sem dúvida tomar uma resolução definitiva sobre os projetos que vos foram apresentados anteriormente a respeito dessa questão vital. Não desejo influir em vossa deliberação, mas eu vos conclamo a encontrar uma solução; e, uma vez adotada essa solução, de prosseguir resolutamente ao resultado leal. Não deixeis que se assoalhe que há falta de entendimento e de espírito de decisão em vossa assembléia, opinião pessimista já formulada por alguns, sob forma de humorismo, a saber: que as instituições representativas, tão liberalmente concedidas à colônia, não teriam servido, tudo bem considerado, senão a precipitar a sua decadência. Vós obtivestes, em uma larga medida, a efetividade do poder, pensai que cedo ou tarde se vos imputará a responsabilidade.

Senhores, vossa sessão ordinária de 1895 está aberta.

Viva a França!

Viva a República!

Viva a Guiana!

Desse discurso do novo governador da Guiana, por ocasião da abertura da sessão ordinária do Conselho Geral, várias conclusões podem ser extraídas.

Sua linguagem não é a mesma de seu antecessor. Suas palavras são prudentes ao referir-se ao território contestado e à sua população. Não agride ao Brasil. Recomenda prudência e sugere sejam aguardados os resultados dos arbitramentos. Revela ser um homem equilibrado, com a visão real dos problemas regionais. Deixa entrever que o estopim do conflito foi a exploração das minas de ouro da região do Amapá, especialmente do Calçoene, então em franca produção. Embora se tratasse de uma contestação multissecular, brasileiros e franceses sempre viveram em plena harmonia ou, pelo menos, sem hostilidades. Incentiva os seus compatriotas a olharem para os grandes problemas econômicos da colônia, especialmente o relacionado com a produção agrícola, abandonada por braços que preferiam a garimpagem à lavoura. Esse é um aspecto importante de sua oração, porquanto a febre do ouro fazia as populações descurarem da agricultura e da pecuária. A indústria, durante muito tempo, se limitava à produção de aguardente e açúcar mascavo. O *rhum* constituía produção favorita. Tudo mais vinha da metrópole, a altos custos. O governador La Mothe enxergou tudo isso e soube trazer tranquilidade aos espíritos naquela hora de tantas atribulações. Sabia ele da tradicional amizade entre a França e o Brasil e a desnecessidade de um conflito armado, de consequências imprevisíveis. Patriota, embora abalado com os últimos acontecimentos, via com clareza os problemas políticos, econômicos e administrativos. Num dos tópicos de sua oração faz referência à imigração, problema comum aos territórios do Novo Mundo, ainda por ocupar economicamente.

Fosse La Mothe o governador da Guiana em maio de 1895 e não Charvein, o conflito teria sido evitado, porquanto não se efetivaria a imprudentíssima expedição comandada pelo capitão Lunier, de triste memória.

Como é natural, em ocasiões de infortúnio, os habitantes de Caiena fazem subscrições a favor das famílias das “vítimas” do Amapá. As listas vêm publicadas em várias edições do *Moniteur*. Contribuições idênticas são enviadas de várias cidades da França: garrafas de vinho, pequenas

quantias em dinheiro, garrafas de cerveja, galinhas, biscoitos, até ovos são ofertados, numa comovente manifestação de solidariedade. Uma das publicações, pelo seu aspecto humano, merece ser reproduzida:

MONITOR OFICIAL DA GUIANA FRANCESA PARTE NÃO OFICIAL

Começamos hoje a publicação da lista de subscrições voluntárias recolhidas em consequência dos incidentes do Amapá:

Doações das senhoras de Caiena aos feridos do Amapá:

Sra. Charvein – dois garrafões de vinho Saint-Julien.

Sra. Charvein – 6 garrafas de Syracuse.

Sra. Gardeur – 50 garrafas de Bordeaux.

Sra. viúva de Chicourt e Senhorita Herard – 25 francos, 2 caixas de açúcar, 3 pacotes de biscoitos de Reims, 3 tubos de chocolate Meunier, 10 pacotes de tabaco para fumar, 12 caixas de fósforos, 58 cadernos de papel para cigarros, 5 caixas de leite condensado, 1 caixa de doces, 5 caixas de ervilhas na manteiga, 5 caixas de aspargos, 3 pequenos frascos de azeitonas, 2 garrafas Graves, 3 garrafas de Saint-Estephe, 2 garrafas de vinho madeira, 5 garrafas de cerveja, 4 garrafas de 3 tricots, 2 calças, 2 camisas e um antigo pedaço de tecido.

Srta. Edith Benoit – 5 francos.

Srta. Fillette – 5 francos.

Mme Lalanne – 90 ovos.

Família Zulima – 10 francos.

Sr. Bremond – 24 garrafas de cerveja e 12 garrafas de velho vinho Madeira.

Sra. Marchand – 1 presunto e 12 garrafas de vinho Bordeaux.

Srta. Baron – 2 garrafas de vinho Madeira, 1 garrafa Moscatel, e 1 garrafa de Guignolet.

Sr. Ceide – 1 garrafão de vinho Bordeaux, 6 garrafas de Pouillac, 6 de Coutenac, 1 garrafão de Saint-Estephe, doação de 100 francos.

Sr. Pouget – 12 garrafas de vinho velho.

Sr. Bally, pai – 1 garrafão de Bourdeaux.

Sr. Eugenio Bally – tabaco para fumar.

Sr. Gustavo Bally – 6 aves.

Sr. Darredau – 1 caixa de Cognac, 60 pacotes de fumo.

Srta. Louise Llnguet – 1 garrafa de Guignolet, 1 garrafa de Madeira, um pacote de confeitos.

Frutos oferecidos por Senhoras Dupin, Frosine e diversas revendedoras do mercado.

Sr. Eduardo Antier – 6 aves e um garrafão de vinho Bordeaux.

Os empregados da casa L. Wacogne et Antier – 1 garrafa de Madeira e uma dúzia de caixas de confeitos.

Sr. Massé – 1 caixa de vinhos e licores.

Segue a relação das doações populares. Por ser muito longa, deixamos de reproduzi-la na íntegra. Serve, no entanto, para demonstrar a solidariedade do povo de Caiena pelos seus feridos. Igual arrecadação foi feita na França. De todo o país vieram doações, quer em dinheiro, quer em bens de consumo. Todas essas relações se acham publicadas no *Moniteur Officiel de la Guiane Française*.

XII  
O RELATÓRIO FRANCÊS DO CAPITÃO  
E. PEROZ. VISÃO ESTREITA E  
PARCIAL DESSE OFICIAL E DE SEUS  
COMPANHEIROS DE AVENTURA  
GUERREIRA NO AMAPÁ. ANÁLISE  
DESSE RELATÓRIO.

No dia 27 de janeiro de 1978, tivemos oportunidade, em Paris, de iniciar empolgante pesquisa, visando esclarecer a posição e, em especial, a visão francesa a respeito do episódio guerreiro do Contestado. Sempre nos preocupou essa indagação: – Que pensaria a França, ou melhor, que pensariam os franceses, os autênticos franceses continentais? Era natural a nossa curiosidade. A amizade tradicional entre o Brasil e a França, nação tão querida de todos os brasileiros, repelia qualquer ato de hostilidade. Nossa formação cultural sempre se abeberou, no passado, nas fontes literárias, históricas e científicas da França. Paris, no século 19, era a Meca para onde convergiam todos os brasileiros sequiosos de cultura e civilização. A missão de arte francesa, da primeira metade daquele século, deixou heranças espirituais indeléveis e até famílias notáveis de artistas e historiadores, descendentes dos gauleses que aqui aportaram. Sua história deu lições de amor à liberdade ao mundo. A revolução francesa repercutiu em todos os quadrantes do orbe civilizado. Seus pensadores políticos, entre eles Montesquieu, Voltaire, Rousseau (embora nascido na Suíça), Comte, Littré e muitos outros, deixaram a sua marca imorredoura no pensamento universal. Nossa República foi implantada por alguns positivistas históricos, discípulos de Augusto Comte. Sua literatura, fonte deliciosa de nossas curiosidades mentais, colocava sempre em primeiro plano, desde a nossa juventude, autores

como Victor Hugo, Lamartine, Zola, Baudelaire, os dois Dumas, Alfred de Vigny, Musset e centenas de outros prosadores e poetas. Sua arte – impulsionadora de movimentos universais, como o impressionismo e o fauvismo, deixou um acervo sempre admirado por todos os brasileiros, tendo, entre tantos, nomes como os de Manet, Monet, Delacroix, Cézanne, ao lado de muitas dezenas de artistas consagrados.

Por que, então, a luta? Que pensariam os franceses? Com essa indagação interior, dirigimo-nos, no dia 27 de janeiro de 1978, à Biblioteca Nacional, à rua Richelieu, em Paris.

Depois de exaustivas pesquisas, conseguimos localizar publicações relacionadas com a história colonial, entre essas o relatório que o capitão francês E. Peroz encaminhou aos seus superiores, a respeito das lutas do Contestado, relatório esse divulgado no *Moniteur de la Guyane Française, Journal Officiel de la Colonie paraissant le samedi de chaque semaine*, nº 22, de 1º de junho de 1895.

Localizamos mais algumas peças interessantes, discursos do governador Charvein, daquele que o substituiu de nome La Mothe, relações de contribuições francesas para as “vítimas do Amapá”, concessões para exploração de ouro no Cunani e outros pontos do território contestado.

O povo francês, sempre muito patriota, reagiu sentimentalmente aos acontecimentos sangrentos do Amapá. Listas enormes de contribuições eram publicadas naquele *Monitor*, cidadãos oferecendo pequenas quantias em dinheiro, objetos, víveres, até vinho e galinhas eram enviadas, a fim de socorrer os pobres habitantes da Guiana, envolvidos no lutuoso acontecimento. Foi natural essa reação. A França sempre teve, e com razões, a sua sensibilidade exacerbada em matérias relacionadas com o patriotismo. Nação em pé de guerra, viveu sempre com “*l'étendart sanglant élève*”, e o seu grito “*Aux armes, citoyens!*” reboia a toda hora. Auxiliar os que combateram e as vítimas da guerra era uma tarefa nobre, à qual ninguém fugiria, em pátria alguma.

Sucede, no entanto, que o relatório Peroz é profundamente injusto e contraditório, quase diria inepto e faccioso.

Peroz era suspeito para tal missão. Participara de todos os preparativos. Era parte em litígio. Nunca seria um juiz imparcial dos eventos, como o foi, posteriormente, o governador La Mothe, sereno e equilibrado.

Por outro lado, a impressão que nos deixam os documentos da época é que a Guiana Francesa vivia esquecida pela França. Comunicações difíceis, as autoridades guianenses se queixavam de que os seus pedidos de auxílio não eram respondidos ou o eram laconicamente. Os telegramas se expediam através do Brasil! Num caso de conflito, todas as mensagens passavam obrigatoriamente pelo telégrafo brasileiro. Não vamos examinar as causas desse isolamento da Guiana. Aventamos a hipótese: a França estivera com suas atenções voltadas para as suas fronteiras com a Alemanha, na guerra de 1870. Por outro lado, o século 19, a “*belle époque*”, ofuscara as mentes francesas. Por que se preocupar com uma colônia distante, povoada de negros sul-americanos, e que nada oferecia à França? Só com a descoberta e exploração do ouro no Cunani e no Calçoene é que suas ambições despertaram. Mas já era tarde. O Contestado estava habitado por cerca de 10 mil brasileiros, vilas organizadas, organização administrativa e judiciária. Os franceses passaram a ser intrusos, ali, enquanto os brasileiros eram ocupantes permanentes. Peroz afirma que as simpatias dos brasileiros se inclinavam pela França. Mas essas simpatias sempre existiram e ainda existem, mas não seriam motivo suficiente para desprezo às mais puras tradições brasileiras, principalmente por parte dos nordestinos, arraigadamente vinculados às suas origens.

Divulgaremos a seguir o texto do relatório Peroz, em tradução de nossa autoria, certos de que a sua publicação, pela primeira vez, em nosso país, é de grande importância para um perfeito conhecimento do episódio do Amapá e suas consequências históricas. O tratamento que dá aos brasileiros, como “bandidos”, revela desde logo a paixão de que se reveste. Bandidos que tinham à sua frente sacerdotes, funcionários, militares da reserva, cientistas!

É importante assinalar a omissão que faz o relatório da missão do cientista francês Henri Coudreau e sua esposa Orminde Coudreau. Refere-lhes os nomes, levanta suspeitas, mas não se aprofunda no exame das razões que levaram aquele cientista a colocar-se do lado do Brasil, contra Charvein e os seus assessores da Guiana. Coudreau, em certo passo de sua obra, chegou a sugerir a criação da França Equinocial na margem esquerda do Amazonas e, no entanto, quando ocorreram os fatos sangrentos de 1895, postou-se imediatamente do lado dos brasileiros.

Preferimos reproduzir a seguir o relatório do capitão E. Peroz, deixando para o final deste capítulo novas considerações a seu respeito:

SUPLEMENTO DO MONITOR OFICIAL DA GUIANA FRANCESA DE 22 DE JUNHO DE 1895.

Caiena, 27 de maio de 1895

O comandante de batalhão Peroz, comandante das Tropas, ao Senhor Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana.

Senhor Governador.

Destes ordem para que eu procedesse a um inquérito geral a respeito dos acontecimentos que acabam de ocorrer no território contestado, sobre o combate do Amapá e sobre as causas contingentes que os provocaram.

O relatório que segue é baseado sobre os informes oficiais que me foram entregues no regresso do aviso BENGALI, sobre os depoimentos de numerosos súditos franceses e brasileiros habitantes do território contestado ou a província do Pará, sobre as respostas a mim feitas diretamente, sem intermediários nem recurso de intérprete, pelos habitantes do Amapá trazidos a Caiena pelo tenente naval Audibert, à vista de cartas provenientes, quer do Brasil, quer do território contestado, emitidas na maior parte por cidadãos brasileiros, números do “Diário Oficial” do Estado do Pará e de diversos documentos, tudo por mim traduzido; enfim, sobre informações de controle que tomei junto aos militares de todos os graus que assistiram ao combate do Amapá.

Tenho a honra de ser, com um profundo respeito, Senhor Governador, vosso muito devotado servidor.

Cmte. PEROZ

RELATÓRIO DECORRENTE DE UM INQUÉRITO GERAL SOBRE OS ACONTECIMENTOS DO TERRITÓRIO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO E SOBRE O COMBATE DO AMAPA.

*Acontecimentos sobrevindos no território contestado franco-brasileiro*

A 9 de maio, às 8 horas e 30 minutos da manhã, O Senhor Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana, reunia com urgência em seu gabinete, em conselho consultivo, o Diretor do Interior, o Comandante das Tropas, o Chefe do Serviço judiciário, o comandante do BENGALI.

Na cidade, corria a notícia desde a véspera que os nacionais franceses



foram gravemente molestados e saqueados no território contestado, o capitão Trajano, representante dos interesses franceses em Cunani, fora levado à força e conduzido ao Amapá sob escolta, por bandidos cidadãos brasileiros, armados e comandados pelo chamado Cabral, ex-Chefe insurrecional da Província do Pará.

Uma carta recebida pelo Governador confirmava esses fatos e os apresentava com as cores mais sombrias.

*Deliberação de um Conselho Consultivo presidido pelo Governador*

Depois de haver exposto esses acontecimentos ao Conselho, após lhe ter representado que desde 26 de outubro de 1893 havia cientificado o Departamento, através de 28 cartas e 7 cabogramas, da situação cada dia mais comprometida dos nossos interesses no território contestado, solicitando instruções firmes para a salvaguarda e a manutenção do direito da França, cartas e cabogramas aos quais o Departamento havia respondido por quatro despachos nos quais nenhuma linha de conduta firme era indicada. O Sr. Charvein perguntou aos membros do Conselho se eles não eram de opinião que o momento era chegado de fazer respeitar nossos nacionais e nossos direitos, ou pelo menos de procurar dominar alguns dos larápios que perturbavam essa região e de libertar o capitão Trajano, detido ilegalmente no Amapá.

Ao correr do debate assim conduzido, o sr. M. Lalaune, Presidente da Câmara de Comércio, e E. Le Blond, vice-presidente da citada Câmara, foram, a seu pedido, introduzidos no Conselho e declararam que todos os fatos assinalados eram exatos, que nosso pavilhão além do mais havia sido levado para Cunani e substituído pela bandeira brasileira, que os comerciantes de Caiena estavam profundamente chocados com esses atentados e a população exasperada, que todos pediam reparação imediata e proteção para nossos nacionais e nosso pavilhão.

A deliberação continuou até as onze horas; todos os casos que podiam se apresentar foram encarados, as vias e meios, as possibilidades de execução de uma ação de polícia armada discutidas, e finalmente o Conselho decidiu por unanimidade que era urgente enviar sem nenhuma demora o aviso BENGALI ao Amapá a fim de libertar o nosso representante, e prender, se possível, os autores de seu rapto, e se informar sobre o estado de perturbação no qual pareciam encontrar-se as aglomerações franco-brasileiras estabelecidas às margens do Cunani e do Calçoene.

Para levar esse programa a bom fim, pareceu necessário ao Conselho que um Destacamento de tropas fosse embarcado no BENGALI, encarregado de libertar Trajano no Amapá, enquanto uma brigada de gendarmaria seria enviada pelo navio comercial LIFJELD, diretamente a Calçoene onde apoiaria com a sua presença os nossos compatriotas, prenderia se os houvesse os piratas que, se afirmava, ocupavam os desembarcadouros do rio, e se informaria sobre o estado dos espíritos.

*Ordem para organização de uma missão de polícia militar*

Suspensa a sessão, o Governador dá ordem ao Comandante das Tropas para organizar os destacamentos de tropas e de gendarmaria, de dar instruções a seus chefes e de preparar o conjunto de operações.

*Instruções do Governador ao Comandante do BENGALI*

Decide que o capitão-tenente naval, comandante do aviso BENGALI, será chefe da missão enviada ao Amapá e durante o dia lhe envia instruções da qual realço a passagem seguinte: “Eu não precisaria vos recomendar quanto é necessário tato e prudência no cumprimento dessa missão, que é *uma missão de polícia e não de guerra*. Nenhum ato de repressão deverá ocorrer senão em consequência de atos delituosos bem evidentes e de uma resistência material que vos seja impossível vencer pela persuasão.

*Instruções verbais complementares do Governador ao comandante do BENGALI*

O Senhor Comissário Geral Charvein, no dia 10 à tarde, depois de avisar e em presença do Comandante das Tropas, completa essas instruções com as recomendações verbais seguintes dirigidas ao capitão-tenente naval Audibert: “No caso de encontrardes no Amapá tropas regulares brasileiras, conferencial com o seu chefe, ao qual solicitareis cópia de suas instruções (poderes) e ordens de serviço; pedi que vos entregue o capitão Trajano, nosso representante em Cunani, assim como os autores de seu rapto. Deveis estabelecer um processo verbal de verificação: 1º) da presença no Amapá de tropas regulares brasileiras; 2º) da concordância ou da recusa do chefe dessa tropa de ceder à vossa requisição relativa ao caso Trajano; depois, regressareis a Caiena”.

Essas instruções poderiam portanto ser resumidas da seguinte maneira: “*Não empregar a força senão em caso de absoluta necessidade, não empregá-la em hipótese alguma contra forças regulares brasileiras.*”

*Instruções do comandante das tropas à brigada de gendarmaria enviada a Calçoene*

Por sua vez, o Comandante das tropas conseguiu a aprovação pelo Governador das instruções seguintes relativas à conduta da brigada de gendarmaria embarcada no Lifjeld:

A brigada de gendarmaria ao chegar à corredeira Firmino (dégrad Firmine), no rio Calçoene, se dissimulará a bordo do barco até que os piratas estabelecidos à margem ou qualquer um desses piratas suba a bordo. Nesse momento, ela se lançará sobre esses homens, impedirá que saiam da embarcação e os algemará.

O Chefe dessa brigada exercerá o comando com mão forte sobre os nossos concidadãos presentes a bordo; se for necessário, empregará a força e ordenará o uso de suas armas por todos os gendarmes ou compatriotas convocados.

Se verificar a possibilidade de descer à terra para, com o apoio dos nossos concidadãos armados, prender alguns piratas que tenham ficado à margem, executará essa operação.

Se, à chegada do vapor Lifjeld no rio Calçoene e depois que esse vapor ancorar, nenhum pirata vier a bordo, ele tentará, como foi dito acima e se tal for possível, arrebatrar os citados piratas dos locais em que se tenham colocado na margem.

Se a empreitada lhe parece muito perigosa ou se não puder contar com a ajuda suficiente de nossos compatriotas embarcados no Lifjeld, aguardará ancorado a chegada do aviso BENGALI, cujo comandante lhe dará novas instruções.

De uma forma geral, para que a operação prescrita de certo, será necessário que o comandante do destacamento da gendarmaria não se faça ver e não faça aparecerem seus homens a não ser no momento preciso em que julgar poder agir com sucesso.

Se, para assegurar o êxito da operação, for necessário enviar primeiro à terra alguns garimpeiros, recomendará a estes guardar silêncio o mais absoluto sobre a presença da gendarmaria a bordo.

Terminada a missão, trará a Caiena os piratas prisioneiros e os entregará à Justiça Civil.

Se lhe for impossível prender um ou muitos dos piratas citados, ao che-

gar o aviso BENGALI, ele se colocará à disposição do Comandante desse navio que poderá, em caso de necessidade, requisitar seu destacamento.

No dia 10 à tarde, 6 gendarmes escolhidos e um brigadeiro embarcavam no vapor Lifjeld e seguiam viagem para Calçoene.

De outra parte, o Comandante das tropas fazia divulgar a ordem geral seguinte nº 24:

ORDEM GERAL INSTRUINDO O DESTACAMENTO DE INFANTARIA DA MARINHA

De acordo com as ordens do Governador, um destacamento comandado pelo capitão Lunier, do batalhão de infantaria da marinha, composto, organizado, armado e equipado como segue, embarcará amanhã, dia 10 da corrente, a bordo do aviso BENGALI, às 5 horas da tarde, com a data administrativa de 11, para ser empregado em uma missão especial.

O capitão Lunier é colocado sob as ordens do capitão-tenente naval Audibert, comandante do Bengali, chefe da missão. O comandante do destacamento de infantaria naval receberá deste oficial todas as ordens relativas ao serviço a bordo do destacamento de infantaria naval e todas as demais relativas ao cumprimento da missão especial de que está encarregado o comandante Audibert.

Quando o capitão Lunier receber a ordem para descer a terra com seu destacamento operará de acordo com as instruções escritas que lhe foram dadas pelo comandante do Bengali e para atingir o fim proposto; mas ficará completamente independente do comandante Audibert quanto à execução das medidas próprias a assegurar o êxito da operação.

As operações de embarque e desembarque são ordenadas e reguladas em seus detalhes pelas providências e determinações de bordo, o detalhamento das operações de terra é da competência exclusiva do comandante do destacamento de infantaria naval.

O destacamento de infantaria naval é formado da maneira seguinte:

1ª Seção: capitão-tenente Destoup, com 30 homens: 1 sargento, um cabo furriel, 3 cabos, um corneteiro, um sapador, um ajudante de sapador, 22 soldados; 2ª Seção: ajudante Saffroy, com 30 homens: 1 sargento, 3 cabos, um corneteiro, um sapador, um ajudante de sapador, um (ilegível), 21 soldados.

O médico de 2ª classe Condé fará parte do destacamento, ele será abastecido, por conta do hospital, do material necessário.

Os oficiais e homens da tropa estarão com equipamento de campanha, os homens de posse de 120 cartuchos; 80 cartuchos por homem serão colocados nas caixas de cobre em postos em reserva a bordo do Bengali.

Os colchões e mantas dos homens da tropa serão levados a bordo às duas horas e lhes servirão de leito.

As seis esquadras serão munidas de utensílios de acampamento, de maneira a poder estabelecer bivaque e fazer o serviço de cozinha.

Os sapadores e ajudantes serão munidos de machados.

Quando o destacamento for chamado a operar em terra os homens só levarão a mochila, os demais sacos ficarão a bordo sob a guarda de um ou dois homens.

O capitão Lunier se entenderá com o comandante do Bengali para que a instalação necessária à conservação das armas e munições durante a permanência a bordo, seja assegurada.

Caiena, 9 de maio de 1895.

O Comandante do batalhão e comandante das tropas

Cmte, PEROZ

APROVADO:

O Governador

CHARVEIN

*Instruções verbais do comandante das tropas ao capitão Lunier*

No dia 10, às 5 horas da tarde, o destacamento do capitão Lunier embarcava no Bengali. Os quadros e soldados que o compunham eram escolhidos entre os melhores do batalhão de infantaria naval.

O capitão Lunier, oficial de um sangue-frio notável e de um grande valor, havia recebido do Comandante das tropas as instruções verbais seguintes:

“Não empregar as forças senão em caso de estrita obrigação; não penetrar na vila a não ser com plena consciência, depois de, preliminarmente, fazer-lhe o cerco. Não avançar com a sua pessoa sem estar acompanhado de uma sólida escolta de maneira a afastar dos homens de Cabral a idéia de um ataque, mas não pô-la em ação a não ser sob ameaça de um ataque ou diante de uma resistência armada.

Não fazer aparecer a infantaria naval, colocada nos arredores da vila, se não houver resistência armada; mas combinar com ela com um sinal de forma a que ela possa socorrer se for necessário. Executar fielmente as ordens do capitão-tenente naval Audibert, chefe da missão, em tudo o que diz respeito à execução da própria missão especial de que é encarregado.”

*Operações da missão. Partida do aviso Bengali*

O destacamento de infantaria naval embarcou no dia 10, às 5 horas da tarde; o Bengali deixava Caiena no dia 11, as seis horas da manhã, levando uma canoa, cujo encarregado (patrão) devia ter por missão ir a Cunani saber das novidades e se assegurar da exatidão do aprisionamento de nosso representante pelos bandidos de Cabral.

O Bengali pára durante o dia 12 diante da embocadura do rio Calçoene, na qual ele não pode entrar; lança um tiro de canhão de pólvora para avisar o Lifjeld de sua chegada. Depois de uma espera bastante longa, ninguém lhe dando resposta, nem vindo ao seu encontro, ele se transfere para o rio Cunani e ancora após ter enviado a sua canoa a fim de obter informações. A noite se passa e o patrão da canoa não dá sinal de vida; mas, à noite, o sr. Bisson, associado da casa Coudreau, estabelecido em Cunani, passa perto da embarcação; ele foi chamado e convidado a subir a bordo para fornecer ao comandante as informações que fossem de seu conhecimento. Ele confirma a prisão de Trajano.

Dou, desde logo, para não ter de voltar ao assunto, os detalhes desse aprisionamento:

**RAPTO DO CAPITÃO TRAJANO PELO BANDO DE CABRAL**

Um grupo de vinte bandidos, mais ou menos, comandados pelo de nome Luiz Bentes, que se dizia oficial brasileiro e que nossos registros dão como sendo, na verdade, alferes do exército brasileiro, chegam a Cunani na noite do dia 27, viajando em canoa; estão armados de fuzis Winchester; parecem disciplinados; estão vestidos como as demais pessoas do país. O alferes veste uma roupa burguesa. Todos pertencem ao bando de Cabral; um homem de uma certa idade, convenientemente vestido, os acompanha.

Vão primeiro bater à porta de Mme. Coudreau, que os envia ao sr. Bisson, seu associado; eles querem conservas e líquidos e o alferes diz que

está encarregado de levantar a carta do rio. Bisson lhes bate a porta na cara, (no nariz), não sabendo bem qual a questão.

No outro dia pela manhã, às seis horas, o mesmo Bisson, saindo de sua casa, vê estrangeiros montando guarda, fuzil ao ombro, todos em torno da casa de José Dalous. Bisson parlamenta com os sentinelas, deixam que entre. Vê Trajano sentado sobre um banco, a cabeça nas mãos; atrás dele, sobre uma mesa, duas bandeiras francesas, uma enrolada e a outra dobrada. Trajano muito emocionado por esse aprisionamento não pode lhe responder; os guardas que o cercam fazem sair Bisson.

Uma certa efervescência reina do lado de fora; alguns habitantes de Cunani, partidários da França, falam em arrebatá-lo das mãos dos bandidos brasileiros.

O homem idoso citado mais acima avança então e adverte a população que ele fala e age em nome da lei brasileira, e se alguém reage será aprisionado, conduzido ao Pará e julgado.

Pela manhã Trajano é levado ao Amapá e colocado a ferros. Sua família o seguiu.

#### CAUSAS DA PRISÃO DE TRAJANO

É necessário procurar a causa desse rapto? Todas as respostas a esse respeito que me foram dadas por cidadãos brasileiros são acordes perfeitamente: questão de nacionalidade.

Cabral afirmava bem alto representar o governo da Província do Pará, pretendia ter competência para administrar a região do Amapá, Cunani e Calçoene.

Seu primeiro ato de autoridade sobre Cunani é o de afastar dessa vila o representante da França.

O pretexto? Há cinco anos, Trajano que, antigamente, arvorava em sua casa às vezes as duas bandeiras francesa e brasileira, cessara de hastear esta última.

#### RESULTADO DESSA PRISÃO EM CUNANI. O PAVILHÃO BRASILEIRO É DEFINITIVAMENTE IÇADO

Além da viva emoção que esse golpe de força inqualificável produziu no Contestado teve por resultado imediato que, em consequência das ordens

deixadas por Luiz Bentes, o oficial segundo de Cabral, no domingo dia 12 de maio o pavilhão brasileiro foi içado sobre a casa que servia de Prefeitura em Cunani, em lugar do pavilhão autônomo que flutuara até então.

A tarde desse mesmo dia, em uma reunião de uma parcela da população de Cunani, foi decidido que sem permitir no futuro a Cabral de executar golpes de força, ter-se-á em conta, no entanto, na medida do possível, a sua autoridade e se deixará içar a bandeira brasileira sobre a casa comum.

#### CHEGADA DO BENGALI AO ANCORADOURO DO AMAPÁ

O Comandante do Bengali, estando convicto de que Trajano fora aprisionado e devia achar-se no Amapá, encaminha-se para essa vila. Ele ancora na baía de Maracá, no porto habitual.

Ficara combinado entre este oficial e o capitão Lunier que a operação de contornar a vila do Amapá se faria pela manhã cedo, de maneira que o bando de Cabral, surpreendido, não pudesse se reunir, obtendo-se dessa forma facilmente e sem efusão de sangue possível, o resultado almejado.

Mas o Amapá é construído sobre um canal, a 13 milhas do ancoradouro, são necessárias duas horas para ir de um ponto ao outro, e somente a maré montante, quando a água já está alta. Ora, era muito tarde para aproveitar a enchente; era preciso pois adiar a operação para uma outra maré.

Eis aqui as ordens dadas a esse respeito pelo chefe da missão e pelo capitão, comandando o destacamento de desembarque.

#### ORDENS DADAS PELO COMANDANTE DO BENGALI E PELO CAPITÃO LUNIER PARA O DESEMBARQUE E A OPERAÇÃO

A missão que vos incumbe é a seguinte:

Atingir a vila do Amapá para arrebatr o capitão Trajano que se acha prisioneiro, e também o de nome Cabral, seu raptor, e no caso em que nem Cabral, nem Trajano se encontrem na vila, tomar o número de reféns que julgardes necessário.

Vosso destacamento e a companhia de desembarque do Bengali operarão em conjunto sob vosso comando; as embarcações regressarão, sob o comando do 2º tenente naval d'Escrienne, até o ponto que escolherdes para o desembarque. O sr. 2º tenente naval Boulain terá a guarda das embarcações.



As eventualidades da maré e a necessidade de agir rapidamente obrigam a empreender essa operação de noite (1 – a hora de chegada do Bengali ao ancoradouro não permitiu a execução dessa operação durante a noite) e podereis regressar o mais cedo possível no dia 15.

As ordens precisas do Governador são no sentido de que vamos fazer em Amapá um ato de reparação e de justiça. O fim será atingido da maneira mais satisfatória se não houverdes dado um só tiro de fuzil. O uso das vossas armas só deve ser feito em caso de legítima defesa.

É vossa atribuição tomar todas as medidas que julgardes próprias ao êxito da operação.

O CAPITÃO-TENENTE NAVAL, COMANDANTE DO BENGALI AUDIBERT

De acordo com as instruções do capitão-tenente naval, chefe da missão, o capitão encarregado de dirigir a operação do Amapá, ordena:

*Preparativos* – Os homens estarão uniformizados (tenue cachou) sem mochilas, o bernal contendo alimento frio e 3 pacotes de cartuchos, 2 outros pacotes de cartuchos desmanchados em cada cartucheira. O vinho e o café distribuídos serão colocados nos pequenos cantis aos cuidados dos chefes de esquadra. Os sapadores e os homens munidos de sabres de abate levarão seus utensílios.

Os cabos trarão cobertores à razão de 1 por 3 homens; esses cobertores deverão ser deixados a bordo no momento do desembarque; um homem por seção fica a bordo do Bengali para a guarda dos equipamentos. (Mochilas).

*Ordem de marcha* – O comboio é formado da vanguarda à retaguarda sucessivamente pela vedeta, a baleeira, a canoa n. 2, a canoa n. 1. (lanchas).

A 1ª Seção do destacamento de infantaria da marinha é colocado na lancha n. 1 com o capitão-tenente Destoup; a 2ª Seção na lancha n. 2 com o ajudante Saffroy, os fuzileiros na baleeira com o 2º tenente da marinha d'Escienne; o capitão, o 2º tenente Boulain, o médico de 2ª classe Condé e seu enfermeiro, o guia são transportados na vedeta.

Os chefes de embarcações cuidam com cuidado extremo a que essa viagem, o desembarque e a operação se façam no maior silêncio.

*Desembarque* – A Seção Destoup desembarca à altura do cemitério; esse oficial intercepta rapidamente a vila desde o rio até o caminho que sai na igreja.

A Seção Saffroy desembarca por sua vez à altura da mesma vila de maneira a contactar com a outra Seção em direção da igreja. Essas duas seções devem formar um semicírculo contínuo partindo do rio abaixo para sair acima da vila. Essa cintura é formada de grupos da força de uma escolta que se colocam nas saídas; cada seção designa uma esquadra que, ao sinal convencionado, penetrará na vila sob o comando do capitão-tenente Destoup para a 1ª seção, do sargento Perrin para a 2ª e expulsará todos os homens válidos para a casa do merceiro que se acha abaixo do povoado, à margem do rio. Durante esse tempo, os fuzileiros desembarcam de maneira a penetrar diretamente na localidade.

*Ataque de surpresa* – Quando as duas seções fizerem a sua junção, o capitão-tenente Destoup faz tocar EM GUARDA por um corneteiro. A esse sinal as duas esquadras designadas e os fuzileiros navais, menos os homens encarregados da vigilância das embarcações, revistam todas as casas, fazem sair todos os homens capazes de resistência e os conduzem à casa acima indicada, onde duas sentinelas serão previamente colocadas.

É proibido expressamente atirar sem ordem dos oficiais; a baioneta empregada como ameaça, em caso de resistência, deve ser suficiente para levar a bom fim a empreitada. Os homens e os graduados não se esquecerão de que se trata não de uma operação de guerra, mas de uma simples missão de polícia que se deve fazer sem efusto de sangue, a menos que haja complicações pouco prováveis das quais os oficiais serão juízes únicos, e o toque de corneta marcando o fim do golpe de mão, os dois destacamentos se reunirão à proximidade da casa à margem do rio.

O Capitão  
LUNIER’.

#### *Desembarque no Amapá*

Às oito horas, o embarque está terminado; a vedeta reboca as embarcações nas quais se acham 58 soldados de infantaria naval comandados pelo capitão-tenente Destoup e 36 marinheiros comandados pelo 2º tenente naval d’Escienne. O Capitão Lunier, comandante da expedição, o 2º tenente naval Boulain, chefe da flotilha, o doutor Condé, médico das tropas da Guiana, o piloto Evaristo, guia e intérprete, vão à frente, a bordo da vedeta.

Em viagem, o comboio encontra muitas pirogas (pequenas canoas) que fogem na direção da vila.

Às dez horas e quinze, chega-se a altura do cemitério do Amapá. Os barcos da companhia de infantaria da marinha são desligados e vêm de encontro à lama. Alguns minutos depois, a vedeta e os fuzileiros navais estavam diante da praia lamacenta que serve de desembarcadouro para a vila.

O relatório do capitão-tenente Destoup explica de maneira muito precisa como, a partir desse momento, os acontecimentos se desenrolaram, a emboscada da qual foi vítima o capitão Lunier, seu corneteiro e quatro fuzileiros navais e o combate que se seguiu. Esse documento tem um valor irrefutável: além de ter como garantia a retidão e lealdade do capitão-tenente Destoup, ele é apoiado pelo testemunho de todo o pessoal militar ou naval presente nas diversas fases desse triste episódio, de todos os cidadãos brasileiros presos no Amapá como participantes do combate e daqueles que pediram proteção às nossas tropas. Controlei cada fato com a mais completa minúcia e nenhum dentre eles é controvertido.

Eis aqui narrações que se relacionam com os acontecimentos sobrevindos depois do desembarque até o abandono do Amapá por nossas tropas.

É oportuno observar que o capitão-tenente Destoup relata primeiro os fatos que ele assistiu ou que decorrem de seu comando para somente apresentar a seguir deles e da emboscada e a primeira parte da ação da qual ele restabeleceu os detalhes através de uma sindicância imediata no próprio local, enquanto o interrogatório do corneteiro Pinson morto em consequência dos seus ferimentos, do furriel Schirtzinger, do piloto Evaristo, todos três acompanhantes do capitão Lunier, dos tenentes navais d'Escrienne e Boulain, do médico de 2ª classe Condé, compõem o fundo.

*Emboscada e combate do Amapá. Relatório do capitão-tenente Destoup.*

*(Transcrito anteriormente à pág. 81).*

#### O EPISÓDIO DO AMAPÁ COMEÇOU POR UM COVARDE ASSASSÍNIO COM PREMEDITAÇÃO E EMBOSCADA

Primeiramente, é da maior importância registrar com que metuculoso cuidado o capitão Lunier toma todas as precauções para não alarmar a população do Amapá. Esse cuidado ressalta já superabundantemente de sua ordem escrita e daquela do comandante do Bengali, precedentemente citados.

Ele deixa a 200 metros atrás de si uma escolta e avança à procura de

Cabral, acompanhado somente de seu corneteiro, de seu furriel e do intérprete Evaristo.

Parece-me difícil tanto quanto possível, para evitar todo conflito, de dar um igual exemplo de abnegação, pois o capitão Lunier sabia que Cabral era um aventureiro tão perigoso que julgava ter atrás de si todo o Brasil.

A conversação mesma que ele mantém com esse bandido denota seu cuidado de não contemporizar. Poderia ter-se retirado, fazendo marchar sua escolta, dando à infantaria naval que cercava a vila o sinal de avançar para o centro. Não fez nada disso, pois via na atitude dos homens de Cabral que uma ordem dessa natureza, um sinal desses levaria à fuzilaria. Espera que Cabral o siga e, estando um tanto afastado dos seus, esse aventureiro não se julgasse no direito de blasonar de tão alto e de ameaçar e assim achariam um meio de entendimento.

Pode-se julgar que esse era o sentimento que o guiou, tendo em vista a sua ordem, as suas recomendações verbais anteriores sobre os planos que ele tinha em mente nas diversas hipóteses que pudessem se apresentar.

Como quer que seja, ele é vítima, com o corneteiro Pinson e uma parte de sua escolta, de um covarde assassinato.

A repressão ia ser sangrenta, pois a primeira coisa que viram os soldados de infantaria da marinha, desembocando pela rua do sul, foi o seu capitão, o ventre aberto, o peito baleado, tendo suas entranhas em uma das mãos, com a outra se apoiando nas paredes e caminhando em direção do capitão-tenente Destoup para lhe passar o comando.

De resto, o combate iniciado por um assassinio termina por um ato de banditismo: nenhuma detonação se fazia mais ouvir, os homens se reuniam, quando partem de uma casa dois tiros isolados que ferem gravemente dois soldados, sendo que um, o soldado Saintagne, acaba de morrer no hospital de Caiena. Era o funcionário brasileiro Pereira, a soldo da intendência de Macapá, poupado pelos nossos a quando da visita de sua casa, que lhe agradecia de tal maneira, assim como um aventureiro meio-inglês, meio-brasileiro integrante do bando de Cabral.

Esses dois homens estão atualmente em Caiena nas mãos da Justiça.

#### *Motivos por que o destacamento não permaneceu no Amapá*

A ação da missão armada enviada ao Amapá era uma missão de polícia; também a eventualidade de permanecer, a não ser durante 24 horas, foi

afastada pelo chefe de missão, assim como pelo capitão Lunier. Nem um nem outro havia admitido que sua tropa pudesse ocupar temporariamente o Amapá, para que não fosse possível arguir haver uma ocupação, por mais curta que fosse, de um ponto qualquer do território Contestado, pela tropa francesa. Também qualquer ordem de permanência fora dada. Trajano libertou, os culpados ou alguns dentre eles presos, deveria o destacamento regressar para bordo.

#### *Libertação do capitão Trajano*

Nossa chegada libertou Trajano. Mantido em ferros até 14 de maio, véspera de nossa chegada, durante 17 horas, ele vinha de ser libertado durante uma ausência de Cabral, sob condição formal de não tentar evadir-se da casa que lhe servia de prisão; de resto, um serviço de guarda armada fora instalado em todas as saídas.

No alvoroço causado pelas primeiras descargas, Trajano pôde fugir; ele se pôe sob a proteção da seção Saffroy, que controla os arredores da vila. Quando esta tropa se envolve no tiroteio, amedrontado pela chuva de balas que caem por todos os lados, Trajano se salva entrando na floresta, onde já se havia refugiado parte inofensiva da população.

Não cabia pensar em ir à sua procura. No estado de superexcitação causado pelos assassínios de que seu chefe e camaradas haviam sido vítimas, era de recear que uma procura nos bosques por parte de nossos soldados, degenerasse numa verdadeira caçada humana, o que convinha evitar a todo preço, a repressão devendo cessar ao último tiro dos homens de Cabral ou dos habitantes do Amapá. Melhor valia deixar Trajano, que conhece maravilhosamente bem o país, regressar por si próprio a Cunani, do que se expor a semelhante eventualidade.

#### *Reembarque do destacamento*

Nada teria portanto justificado uma longa permanência de nossos soldados no Amapá. O capitão-tenente Destoup e o 2º tenente Boulain decidem pois pelo embarque e o regresso, baseando-se nas condições de navegabilidade do rio do Amapá e a hora da maré.

Cerca de cinquenta fuzis foram apreendidos dos bandidos habitantes do Amapá; quatro quintos dessas armas eram de fuzis de repetição. Foram utilizados para compor padiolas sobre as quais se transportavam os feridos

às embarcações, depois de estarem depositados na margem; dez somente, de diversos modelos, foram embarcadas como peças de comprovação.

Uma bandeira brasileira flutuava em um mastro fincado em frente à vila. A última ordem do capitão Lunier ao morrer foi a de retirá-la; esse pavilhão foi igualmente apreendido, assim como o pavilhão da quarentena.

Esses fuzis e essas duas bandeiras foram os únicos objetos levados do Amapá; e, a esse respeito, devo salientar esse fato que, apesar do horror do atentado cometido, nenhum soldado retirou das casas, mesmo daquela do chefe dos bandidos, mesmo daquela em que a resistência foi mais enérgica, o mais insignificante *bibelot*, exceção feita dos galões do ombro de um uniforme de coronel pertencente a Cabral e que estão nas mãos do comandante do Bengali.

*Retorno do Bengali a Caiena. Homenagens fúnebres, emoção, superexcitação violenta na cidade.*

*(Transcrito anteriormente a pág. 87).*

*Manifestações. Pedido de ocupação militar imediata do Território contestado.*

*(Transcrito anteriormente à pág. 88).*

*A vida de nossos compatriotas está em perigo*

No Amapá, nossos soldados foram assassinados. Que se tome cuidado! Daqui a pouco, em todos os pontos do território contestado, a vida de nossos compatriotas estará em perigo se o Governo não tomar a deliberação enérgica e sábia de ocupar militarmente toda a região.

*Responsabilidade do Brasil no incidente do Amapá*

Esta afirmação me leva a provar, como resulta deste inquérito, que a mão do Brasil se estende pouco a pouco sobre essa região, ontem dissimuladamente, hoje abertamente, e que uma pesada responsabilidade recai sobre o Governo dessa nação na emboscada do Amapá.

E antes de tudo, todos os Chefes, todos os condutores dessa organização com o fim de interditar aos franceses o acesso ao Território Contestado ou de os expulsar, vem diretamente da Província do Pará e são cidadãos brasileiros: Cabral, chefe insurrecional do partido democrata; Luiz Bentes, alferes do exército brasileiro, um negro de certa idade que se denomina

“General” Rosendo, pertencente também ao exército; João Lopes Pereira, professor primário no Amapá a soldo da Intendência de Macapá; Desidério, ex-revolucionário no Pará, Raimundo Marcelino do Anuto (assim está), Raimundo Antonio Gomes, Manoel Joaquim Ferreira, ex-estudante no Pará, membro do partido democrata, Epifânio Dalous, Juan Belforte chefe da região do Redondo, etc. etc..

Como essas pessoas tiradas de diversas classes da sociedade brasileira se achavam assim reunidas no Amapá, onde, no meado de dezembro último, depõem a mão armada o capitão Voisin e o substituem por uma espécie de triunvirato composto de Cabral, de Manuel Ferreira e de Pereira, com Raimundo Marcelino como Major Fiscal?

Por que a sua administração, desde o início, é endereçada contra os nossos concidadãos e chega até à interdição absoluta, para eles, de subirem o rio, sob pena de serem recebidos a tiros de fuzil e saqueados, até a proibição sob pena de multa, da exportação, pelos homens do Amapá, de bois para o Amapá?

Segundo aquelas instruções, uma vez sua autoridade implantada sem contestação no Amapá, se estende ela a mão armada sobre os outros rios?

De onde lhe vem o apoio moral que lhe dá a audácia de igual embargo sobre o Contestado?

Onde encontra ela o dinheiro que é necessário abundante para sustentar, nutrir, armar e pagar uma verdadeira companhia no Amapá e um batalhão no resto do território?

E o salário da polícia secreta, muito bem organizada, instalada mesmo em Caiena?

Não é necessário ir muito longe para achar o ponto de partida dessas atitudes, pois é de dezembro a abril que começa e se completa a organização indicada mais acima e que se produzem os atos daí decorrentes.

#### *Missão brasileira do doutor Tocantins e do Cônego Maltez*

Até o fim do ano último, o território contestado franco-brasileiro era relativamente tranqüilo. Certos sintomas de agitação, certas tendências brasileiras, certos atos condenáveis se haviam produzido; mas eles provinham de individualidades viciadas ou recalcitrantes conhecidos de todos. O sentimento geral dos habitantes desse território quanto à parte rela-

tiva às reivindicações francesas era geralmente favorável a nosso país; a unanimidade dos testemunhos que tomei a esse respeito da parte dos habitantes de Caiena e daqueles do Contestado não deixa existir nenhuma dúvida a esse respeito.

No decorrer de novembro, um vapor brasileiro desembarca em Cunani uma missão brasileira composta do doutor Tocantins, que se dá como major do exército brasileiro e se ocupa em verdade das funções de médico-major, acompanhado de um soldado ordenança portador de seu uniforme, do cônego Maltez, cura de Sant'Ana do Pará, com poderes espirituais sobre a ilha de Baile, sobre Macapá e sobre o território Contestado, e de um personagem cuja intemperança é tal que o doutor Tocantins dele se livra prontamente.

Todos três estão abertamente a soldo do Governo brasileiro e indenizados especialmente para sua missão. O doutor Tocantins pretende, diante dos franceses, ser encarregado pela Companhia Fluvial do Pará, de estudar a possibilidade de criar um serviço regular de vapores de Pará a Caiena com escalas em Macapá, Cunani e Calçoene, e estar a serviço dessa Companhia; mas o Cônego Maltez confessa que todos dois estão pura e simplesmente a serviço do Brasil. Ver-se-á de resto mais adiante o que se deve pensar da alegação do primeiro.

A missão é recebida no prédio da escola onde estabelece seus escritórios e na qual iça uma gigantesca bandeira brasileira.

O doutor Tocantins sobe o rio, faz o levantamento à bússola, em companhia de um membro da missão Coudreau, o sr. Bisson, que o auxilia nesse trabalho. Ele explora a região em todos os sentidos, parlamenta com os habitantes de língua portuguesa e, enfim, convoca uma reunião geral da população de origem brasileira na casa de Vasconcelos, em Cunani.

Embora nenhum habitante de nacionalidade francesa tenha sido admitido e o segredo sobre a deliberação tenha sido ordenado, pude saber por muitas fontes e particularmente do filho do juiz de paz de Cunani, que era seu escrivão, quais foram as resoluções que ela adotou diante das instruções dadas ao doutor Tocantins pelo Governo brasileiro.

Podem resumir-se em algumas palavras: Subtrair aos franceses toda a influência na região, tornar-lhes as possibilidades de vida cada vez mais precárias, finalmente, fechar-lhes o acesso ao território Contestado e estabelecer uma administração regular dependente da comarca de Macapá.



Um pavilhão brasileiro estava içado na cumieira da casa habitada por Tocantins, este estava acompanhado de um soldado do exército regular, de um cônego; seria mais do que o necessário, fora toda documentação oficial, para provar aos habitantes de Cunani que o Governo brasileiro não esperava manter-se neutro por mais tempo no Contestado e que sua autoridade ia fazer-se sentir.

De resto, seu enviado não escondia que a organização administrativa da qual havia esboçado o plano seria feita por homens vindos do Pará, que seriam ajudados nessa tarefa por uma tropa armada.

Assim se apoiariam as reivindicações dos patriotas prevendo que, logo mais, forças regulares ocupem a região.

Não restava mais ao povo de Cunani senão submeter-se e fazer coro com Tocantins.

Por seu lado, o cônego Maltez vinculava os fiéis à Província do Pará; nas prédicas freqüentes, inspiradas por um patriotismo ardente, ele exortava os habitantes do Contestado, tanto em Cunani, quanto em Macapá, a romperem todo o laço com a Guiana e a França, e de se adaptarem as instruções que lhes seriam transmitidas pelos representantes que o governo brasileiro ia enviar-lhes.

Ultimamente, os padres de Caiena iam freqüentemente levar o socorro da religião ao Território Contestado. O cônego delegado cortava, rapidamente, o laço espiritual assim criado com a França.

#### *Chegada de Cabral ao Amapá*

Enfim, enquanto o cônego Maltez vem em dezembro parlamentar em Caiena e averiguar o estado dos espíritos, Tocantins volta ao Amapá. Logo chega do Pará Cabral, acompanhado de vinte e cinco homens armados; logo Voisin, que foi durante muito tempo capitão do Amapá, é destituído; as pessoas do Amapá que protestam são ameaçadas com fuzis; as novas eleições são feitas com o revólver na mão, e Cabral sai das urnas em primeiro lugar. O triunvirato, do qual dei mais acima a composição, estava constituído.

A partir dessa época os sentimentos da população em face da França mudam completamente; tornam-se logo hostis.

“Em janeiro, chega ao Amapá um grupo de mineradores de Caiena enviados pelo sr. Bally. Proibe-se ao grupo de ir mais além, obriga-se a

regressar ameaçando de fuzilaria se ele não obedece imediatamente. Muitos brasileiros desejam mesmo saqueá-lo; à frente Desidério. O cônego Maltez, que se acha na vila, faz ver que não se pode chegar a esse ponto e os garimpeiros franceses podem retirar-se sem maior dano.

*Atuação do governo brasileiro por intermédio de Cabral*

Cabral, entretanto, percorre e estuda a região. Em março, ele retorna ao Pará; ali fica até abril e desembarca a 17 com um reforço de cinqüenta a sessenta homens, dos quais muitos trazem o cinturão vermelho de serviço dos graduados do exército brasileiro, enquanto que muitas centenas de outros homens armados chegam ao Contestado pelo interior. Ele traz consigo um uniforme de oficial superior do exército brasileiro, malas ricamente abastecidas, recursos, e, o que é mais importante, instruções que mostra ao professor Pereira e aos membros do triunvirato, e das quais fala a muitas pessoas, entre outras ao sr. Masse do qual narrarei mais adiante a triste odisséia. Vem definitivamente administrar e dirigir a região em nome do Brasil, interditar o acesso dos franceses e os rechaçar, se preciso.

No Pará, ele se manteve em relações seguidas com Felipe José de Lima, senador, jornalista, do partido governamental; mantém-se em correspondência com o sr. Vicente Chermont de Miranda e Paes de Carvalho, todos dois membros do governo central, o último senador no Rio. Foi-lhe prometido um posto elevado no exército e 200 contos de mil réis (assim está) por conta do crédito de 2 milhões, recentemente votado, caso tenha êxito em sua missão; o senhor Felipe José de Lima foi encarregado pelo governo do Pará de parlamentar com ele para tratar da criação, nessas condições, das colônias do Amapá e de Cunani.

Ele regressou ao Amapá no mesmo navio no qual veio a Mme. Coudreau, mulher do explorador. Ora, esta afirma que na visita que seu marido e ele fizeram ao Governador do Estado do Pará, este último lhes declarou, sem ambigüidade alguma, que sua intenção era de fazer ocupar pelas forças regulares, por motivos de ordem policial, o Amapá, Cunani e Calçoene. Podemos admirar-nos que o sr. Coudreau e sua mulher, todos dois franceses, mantidos por tanto tempo por nosso governo e sustentados por ele, não tenham considerado de seu estrito dever comunicar sem tardança essa grave notícia ao Governador da Guiana; mas, não podemos por em dúvida

essa afirmação feita por Mme. Coudreau de uma forma muito precisa e em circunstâncias muito particulares para não ser tomada como absolutamente verdadeira.

De mais, com o vapor que trouxe Cabral ao Amapá, chega em todas as escalas do Território contestado a nova notícia de que Cabral será seguido a curto prazo de três batalhões de tropas regulares, que serão colocadas sob o comando de um general. Esse rumor não é a confirmação do informe dado pelo próprio Governador?

Durante a ausência de Cabral, alguns dias antes de seu retorno, o aviso francês Bengali estava presente no Amapá para assegurar a exatidão da nova notícia espalhada em Caiena, de que essa parte do território Contestado era inteiramente fechada aos franceses. Antes de deixar a sede de sua residência, Cabral havia dado ao professor Pereira instruções formais a nosso respeito; com efeito, o comandante do Bengali e algumas pessoas que o acompanhavam, todos sem armas, são convidados por Pereira a regressar a bordo e a não tentar ficar por mais tempo no Amapá ou penetrar no interior; e esse convite não constitui nenhuma cortesia, porquanto durante a conversação, o professor trata nosso representante como pirata.

As instruções que Cabral traz do Pará devem ser mais formais ainda do que aquelas deixadas com Pereira, pois ele desembarca no Amapá no dia 17 e a 27 Trajano e o pavilhão francês que flutua sobre a casa dele são arrebatados por um destacamento armado; os habitantes do Amapá dispõem as suas casas em estado de defesa e se mantêm em alerta; expedições vão à floresta cortar madeira para reforçar no interior das casas portas e janelas; os homens adultos são avisados de que os que se recusarem a atirar sobre os franceses serão fuzilados; uma guarnição de cerca de quarenta homens fica em guarda na vila quando Cabral se ausenta com o seu bando.

Que esse homem disponha de recursos necessários para recrutar e sustentar, no Amapá somente, uma guarnição de uma centena de homens, para manter em Caiena um custoso sistema de espionagem, que tenha tido os meios de ação de que dispôs, que tenha sido possível a ele, um inimigo reconhecido do Governo atual, um ex-chefe de insurreição, o homem perigoso por excelência graças à sua inteligência e à sua energia, a seus talentos militares e a seu espírito de organização, que esse homem tenha podido recrutar abertamente no Pará homens em grande número,

comprar-lhes armas, ir e vir sem controle na cidade, parlamentar com diversas autoridades locais de alto posto, sem a conivência e sem a ajuda e o apoio do governo do Pará, isso parece de todo impossível.

Que esse Cabral, qualquer que seja o seu valor e o seu temperamento, por iniciativa própria tenha tomado por si mesmo a iniciativa de verdadeiros preparativos de guerra contra os nossos compatriotas, contra a França por conseqüência, enquanto sabia perfeitamente que uma guarnição francesa de uma certa importância, em todo o caso mais forte e mais poderosa que o seu bando, podia estar presente no Amapá em dois dias, apoiada por um aviso de guerra, me parece ultrapassar o limite das coisas admissíveis, se ele não se sentisse apoiado por todo o Brasil.

Seria preciso que ele tivesse perdido a razão completamente para empreender a tarefa de resistir sozinho as forças militares da Guiana francesa ou somente às equipes de mineradores de ouro que, com todo o direito, podiam vir de Caiena numerosas e armadas lhe exigir passagem.

Ora, Cabral é ao contrário um homem muito bem equilibrado, malgrado o ardor de seu temperamento. Os últimos decretos baixados por ele para os habitantes do Amapá relativamente à municipalidade são marcados com o timbre do bom senso.

Admito de bom grado que preparando às forças francesas uma emboscada covarde, oferecendo-lhes combate, ele ultrapassou as instruções que lhe haviam sido dadas. Está fora de dúvida que o Governador do Pará o desconsiderará a esse respeito, como é também fora de dúvida que o Governador do Pará e talvez o governo brasileiro são os verdadeiros agentes responsáveis pelo sangue vertido no Amapá a 15 de maio. (...*le Gouverneur de Pará et peut-être le gouvernement brésilien son les véritables agents responsables du sang versé à Mapa le 15 mai*).

A cumplicidade de um ou de outro, ou dos dois, é inegável.

Além disso, a conduta do governo brasileiro nesse acontecimento não é a mesma tomada por ele para fundar a colônia militar de Dom Pedro, depois a colônia de Apurema, e enfim a dos lagos, colônias que, malgrado nossos direitos e nossos protestos, platônicos é verdade, o governo do Rio de Janeiro inclui oficialmente no município de Macapá e administra.

Primeiramente, o revolucionário ou as pessoas sem idoneidade enviadas, em troca de seu perdão, a fim de colonizar o Contestado, depois o padre,

em seguida o professor, seguido logo do aventureiro soldado e administrador, enfim uma guarnição e uma administração regular.

*Medidas imediatas de proteção aos nossos compatriotas se impõem*

Nossa indiferença ou nossa fraqueza haviam permitido até esta data essas usurpações; hoje, o sangrento acontecimento ocorrido contra a nossa vontade, por circunstâncias inelutáveis que deveriam ter sido previstas há muito tempo, mudou violentamente o aspecto das coisas.

Antes de toda distribuição das responsabilidades, antes de toda abertura a um entendimento diplomático, se impõem medidas de dignidade nacional e de salvaguarda de nossos compatriotas.

Como afirmei mais acima, uma viva agitação reinava em toda a parte norte do território contestado depois das atividades da missão Tocantins, inicialmente e do chefe Cabral, depois.

Era de tal ordem que, mesmo antes de 15 de maio, o milhar de franceses distribuídos por esse território não se considerava mais em segurança; muitos haviam sido molestados, outros, em grande número, ameaçados.

O Governador da Guiana, enviando a bordo do vapor Liffeld, no dia 10 de maio, uma brigada de gendarmaria, cedia à obrigação de proteger os mineradores que aguardavam à foz do Calçoene um barco a fim de retornar a Caiena; os avisos eram incisivos, sua segurança estava em perigo.

E, com efeito, à chegada do Liffeld no rio Calçoene, os gendarmes interrogam os franceses que vieram ao seu encontro e eis a seguir o que lhes foi respondido e as informações que eles colheram depois:

Interrogados a respeito do que se passa no rio, respondem que tudo está tranqüilo sob o aspecto dos atos de pirataria, mas que boatos alarmantes circulam a tal ponto que toda a vila está em estado de alarme há muitos dias; espera-se de momento a momento ser atacado por brasileiros vindos de Macapá, saqueado e expulso.

Essa notícia nova, dizem eles, se espalhou depois da chegada ao Amapá do capitão Daniel. Ele havia anunciado a todos os seus compatriotas a determinação tomada pelo de nome Cabral de expulsar deste rio os franceses que o exploram em prejuízo dos primeiros ocupantes, os brasileiros.

Desde esse dia, uma mudança notável se operou entre os brasileiros estabelecidos na corredeira (Degrad) Daniel e estes, esperando sempre o

sinal de revolta que deve vir do Amapá, tornaram-se muito arrogantes e chegam mesmo a nos ameaçar, com armas na mão, pela menor futilidade.

Os trinta brasileiros que se acham estabelecidos nesse ponto (*dégrad*) estão todos armados de fuzil de guerra americano; também os de nacionalidade francesa estão pouco tranqüilos e evitam dar prosseguimento às suas numerosas provocações. Essa fraqueza parece torná-los cada vez mais audaciosos.

Depois dessa declaração, nós nos transportamos ao *dégrad* Daniel onde se acha uma aglomeração de trezentas a quatrocentas pessoas e as informações que ali recolhemos junto a muitos notáveis de nossos compatriotas tendo confirmado a declaração precedente, conduzimo-nos para junto do capitão Daniel, chefe dos brasileiros do Calçoene, e o interpelamos a respeito dos rumores que ele havia espalhado quanto à chegada próxima de um bando armado vindo do Amapá.

Ele se recusou a responder a nossas perguntas pretextando não conhecer nem o francês e nem o crioulo.

O chefe do partido brasileiro, o capitão Daniel Pedro Fero, está devidamente provisionado em armas de guerra.

... Continuamos nossa caminhada para o *dégrad* Daniel, onde realizamos logo uma minuciosa busca no alojamento do capitão, a qual nos permitiu a apreensão de três fuzis de guerra, sendo dois de repetição carregados e provisionados.

Ora, é preciso considerar que o mesmo ocorre com quase todos os outros Brasileiros e esses homens, que conhecem maravilhosamente bem a região, podem, emboscados ao longo das margens e sem que seja possível reconhecê-los, nem mesmo os ver, dizimar na passagem nossos mineradores que descem o rio em pirogas.

É inegável que o evento do Amapá, que é uma covarde emboscada, será apresentado a todos os brasileiros do território contestado como sangrentas represálias contra seus compatriotas, represálias que geram vingança; e talvez essa vingança se traduzirá em atos de banditismo em que os nossos concidadãos serão as vítimas.

Só a presença de forças militares nessas paragens poderá impedir iguais acontecimentos futuros, e não julgo conveniente esperar que o Brasil se encarregue desse policiamento preventivo.

*O episódio do Amapá foi uma emboscada preparada com antecedência*

Resta-me demonstrar que o episódio do Amapá foi uma verdadeira emboscada, preparada com muita antecedência e maquiada de tal sorte que sem as prudentes precauções ordenadas pelo Governador da Guiana, apoiando com uma companhia de infantaria da marinha a seção de desembarque do Bengali, nenhum de nossos marinheiros descidos à terra escaparia ao massacre.

Regressando do Pará, em abril, Cabral trazia com ele para o Amapá um reforço de 60 homens armados com fuzis de guerra. Dá-se-lhe ciência de que durante a sua ausência um aviso francês veio se informar da situação nova em que viviam os franceses, sua polícia o põe ao par da notícia de que em breve esse mesmo barco retornará.

Ele felicita como lhe convém ao professor Pereira pela insolência das suas respostas ao nosso representante, e reúne os habitantes do Amapá, tendo ao seu redor o bando armado, que confirma, por sua presença, a obrigação em que cada um se acha de lhe obedecer.

Faz jurar por todos de receber os franceses a bala se eles se apresentam novamente, e para que esse juramento seja fielmente cumprido, previne que fará fuzilar o primeiro que falhar.

Depois dá ordens minuciosas sobre a recepção que pretende nos proporcionar: “árvores serão cortadas na floresta para fortalecer as portas e janelas; – à chegada dos franceses, os homens válidos se trancarão em suas casas hermeticamente fechadas e embaricadas e aguardarão, com o fuzil na mão, a ordem de fazer fogo; – um homem portando uma bandeira brasileira e uma bandeira de quarentena virá ao encontro de nossos marinheiros e os proibirá de desembarcar; se, todavia, nossos enviados entram na vila, se deixará que penetrem fundo sem dar sinal de vida; depois uma parte do bando de Cabral, escondida na extremidade, sairá à rua e os fuzilará, todos os homens em armas escondidos nas casas os liquidarão a golpes de fuzil”.

Nos primeiros dias de maio, todos os preparativos estão terminados; uma guarnição é instalada definitivamente no Amapá. Cabral viaja para o lago Redondo para exaltar os sentimentos patrióticos dos habitantes. Durante sua ausência, os habitantes do Amapá têm piedade do capitão Trajano e lhe retiram os ferros.

No dia 13, Cabral é prevenido pela escuna *La Gabrielle* que o aviso

Bengali foi notado. Ele chega ao Amapá no dia 14 pela manhã com o reforço, dá suas últimas ordens e nos espera.

É assim que o capitão Lunier foi recebido, é assim que ele e muitos dos homens de sua escolta foram covardemente assassinados. Mas Cabral não pensava que teria de enfrentar, uma vez cometido o seu atentado, uma força militar de certa importância. No dizer de seus espiões, o Governo da Guiana não devia reenviar às águas do Amapá se não o aviso Bengali com seus representantes, que escoltariam alguns homens da equipagem, os quais se venceria facilmente.

Toda essa maquinação criminosa se baseia nos interrogatórios dos cidadãos brasileiros, habitantes do Amapá ou que ali se achavam na época em que esse atentado se preparava.

A repetição e a concordância dos dizeres dessas pessoas, naturalmente levadas a amenizar as responsabilidades de seus compatriotas, lhes dão um valor irrefutável.

*Documentos sobre os quais são baseadas as opiniões precedentemente emitidas*

Esse encadeamento de fatos, que se sucedem de maneira tão estreita e se desenrolam tão logicamente, não foi estabelecido sobre presunções, não mais do que neste relatório, a ação do Brasil, ação direta, virtual, não foi exagerada nem falseada.

Para que nenhuma dúvida permaneça no espírito, devo, antes de concluir, precisar aqui quais as pessoas de nacionalidade brasileira que interroguei e cujas respostas anotei, as revelações que me foram feitas por cidadãos franceses estabelecidos no Contestado e em relação com o Pará, as cartas apreendidas dos nacionais brasileiros, e, antes de tudo, os atos oficiais do Governo central brasileiro ou do Governo do Pará, dos quais um dos resultados certos é a emboscada do Amapá.

*Quem é Cabral?*

*(Transcrito anteriormente à pág. 86).*

*Ações abertas do Governo brasileiro. Documentos oficiais*

Quais eram os serviços que o Governo brasileiro esperava dele, e quais suas intenções em face do vasto território que se estende entre o Araguari e o Oiapoque?



Li no Diário Oficial do Estado do Pará de 1º de dezembro de 1891 um discurso seguido de um voto que nos orientará facilmente nessa pesquisa.

O senhor Marcos Nunes, em uma longa alocução, cortada e seguida de aplausos, reclama a criação de estradas, de centros agrícolas e de ingerência imediata do Governo na Guiana brasileira, “do Rio Branco ao Tumu-Kumac, ao Oiapoque, ao Amapá”; é para o Brasil “uma questão de honra três vezes secular, uma questão de dignidade e de alto patriotismo”.

E conclui: “Nem uma pedra de nossas fortalezas, nem uma linha de nosso território”.

Vota-se e o projeto n. 3, relativo a essa organização, é aprovado.

No dia 28 de julho de 1893 o Brasil entra no período de execução material. O Diário Oficial desse dia traz a nomeação dos membros adjuntos seguintes: Doutor Ulisses Paiva (no original está Paira), Silvério José Neri, Francisco Cardoso Barata e Tito de Mource Rodriguez, para uma comissão encarregada de estudos especiais no Contestado. O presidente dessa comissão é Lourenço Ferreira Valente do Couto.

No dia 30, o mesmo diário abre a essa comissão um crédito de 1.000 contos de réis a fim de ocorrer às suas despesas.

Um decreto, lavrado no mesmo dia, dá o direito ao sr. Do Couto de requisição de passagens, às expensas do tesouro, junto à Companhia do Amazonas e a do Loide brasileiro.

Além disso, não teríamos razão de nos admirar se, desde já, o Brasil parecia considerar como seu o Território Contestado; é já um hábito velho ao qual os brasileiros de idade madura e longa data se acostumaram. Vejo com efeito, em uma coleção oficial intitulada “Informações sobre as comarcas da província do Pará”, manual oficial em uso das administrações e do exército, que remonta a uma dezena de anos, que a “comarca de Monte-Alegre é compreendida, desde o mês de agosto de 1873, nos limites seguintes: ao norte, a Guiana Francesa!” Mesmos limites são dados, págs. 51, à comarca de Macapá: “todo o território é limitado pelo Araguari, o Atlântico, o Tumuc-Humac e o Oiapoque” englobados nitidamente na jurisdição brasileira. Além disso, desde esse mesmo ano de 1884, os habitantes do território Contestado, Amapá e Cunani compreendidos, são convidados a enviar os seus boletins de votos a Macapá, assim como o contingente militar.

Nas eleições de 1894, o instituidor do Amapá, Pereira, viu seu ordenado mensal aumentado de 40.000 réis pela Intendência de Macapá, em recompensa pela maneira como ele havia conduzido as eleições gerais em sua vila, da qual foi nomeado escrutinador.

Também os brasileiros se consideram perfeitamente em sua própria casa no Território Contestado.

O senador comandante Veríssimo usava a esse respeito, no dia 6 de agosto de 1894, no Rio de Janeiro, uma linguagem que cumpro o dever de reproduzir, pois ele mostra a que diapasão o sentimento brasileiro ascendeu: “A França não tem nenhum direito a fazer valer sobre o Contestado; nossa ocupação é de direito e de fato. A própria ocupação de Caiena pela França é de direito duvidoso, e nós teríamos mais direito a reivindicar a parte da Guiana dita *francesa* do que a França a reclamar um pedaço dos territórios da margem direita do Oiapoque. Além do mais, pouco importa a opinião da França. Em troca desses pretensos direitos, nós lhe daremos um tratado de comércio vantajoso. Se ela recusa, nós lhe fecharemos nossos portos. Mas, desde agora, devemos expulsar todo francês que tentar se estabelecer na Guiana brasileira. Esse assunto deve ser conduzido rapidamente e sem dar nenhuma atenção às recriminações e a gritarias”.

“O senador federal Veríssimo tinha, nesse momento, a missão do governo central de investigar nos arquivos do Rio todos os documentos referentes ao Contestado, deles extraindo a sua substância; sua declaração foi escrita no mesmo dia”.

O Diário Oficial do governo central no Rio, em seu número de 4 de julho de 1894, “pede seriamente a atenção de seus compatriotas sobre a *intrusão* dos franceses, garimpeiros no Contestado”.

O número de 14 de julho do mesmo diário insiste “a respeito de que os franceses continuem, sem ser molestados, a explorar territórios nacionais (Contestado) que o Brasil, por incúria e por falta de energia, se deixa esbulhar”. Todos os jornais do Pará são unânimes em protestar contra essas incursões dos franceses no território do Pará.

Cita em seguida um artigo do jornal dos Debates, relativo ao Contestado, e termina: “Já não é sem tempo que se tem de alertar sobre os nossos limites, e é preciso que seja bem entendido pelo governo do Pará que nenhuma parcela dos territórios da margem esquerda do Amazonas pertence a uma potência, se não à nossa”.

Enfim em janeiro de 1895, o Diário Oficial do Estado do Pará anuncia que o crédito de 1.000 contos de mil réis, solicitado por esse Estado para aumentar os seus recursos com o fim de instalação de colônias sobre o Território Contestado, acaba de ser votado por aclamação pelo Conselho Federal. Ele atesta que essa medida já conhecida provocou um entusiasmo imenso e que festas são promovidas nessa oportunidade.

Depois disso, será inútil de nossa parte indagar se a obra do doutor Tocantins, aquela do cônego Maltez, de Cabral e companheiros era toda de iniciativa privada?

É preciso repetir que a chegada de Cabral e de seu bando no Contestado segue imediatamente a delegação de créditos?

*Cartas consultadas e testemunhas ouvidas*

Devo eu enumerar todas as cartas que tive entre as mãos; elas são ao número de 34, enviadas de diversos pontos do Pará, do Amapá ou do Contestado; 11 outras recebidas em Caiena me foram comunicadas.

As testemunhas ouvidas, cidadãos brasileiros livres, prisioneiros do Amapá, franceses, instalados no Contestado ou de passagem, se desdobram assim:

1º Cidadãos brasileiros domiciliados ao sul do Amazonas	31
2º Cidadãos brasileiros domiciliados ao norte do Amazonas	7
3º Franceses	<u>13</u>
	51

Logo, cinqüenta e uma pessoas das quais cinco somente não puderam ou não quiseram me dar informações. Das quarenta e seis outras, nenhuma me deu o menor aviso de que estivesse em discordância com os dados colhidos na correspondência, nos relatórios diversos e outras peças de que dispunha.

Os fatos são patentes.

Um acontecimento sobrevindo no segundo dia depois do regresso do

Bengali a Caiena era todavia de natureza a fazer calar as bocas mais confiantes. Mas, podem-se esconder fatos de notoriedade pública?

Um francês caienense, sr. Edmond Masse, cuja correspondência a um de seus amigos de Caiena me foi de certa utilidade para restabelecer o papel de Cabral no Amapá, chega a essa vila no meado de dezembro para prospectar o interior. Os habitantes se recusam a deixá-lo passar. No dia 18, Cabral desembarca e toma conhecimento da presença do sr. Masse; ele o interroga então, certo de que é um prospector experimentado, lhe dá ordem de partir para as minas com alguns de seus homens. O sr. Masse quer bem trabalhar para si, não para os outros. Recusa, Cabral o ameaça de o espancar; ele deve ceder e é engajado a força. É assim que, durante alguns dias, ele vive no meio do bando, assiste à derrubada do muito frouxo capitão Voisin, as novas eleições em que o bando de Cabral triunfa a golpes de faca e fuzil. Ele viu a obra do cônego Maltez, Cabral, o engenheiro que o acompanha; assistiu ao vivo as conversações que revelavam o papel oficial de Cabral, sabe que ele apresentou em reunião dos principais as instruções do Governo brasileiro que os credencia no Território Contestado. Em uma palavra, ele conhece muitas coisas.

Entrementes, ele é tomado por um grave acesso de febre. Regressa a Caiena no mesmo dia em que o Bengali, na escuna *Linda*, comandada pelo filho de Juan Berlforte, um dos ardentes patriotas do Redondo, e tripulada exclusivamente por brasileiros. Enquanto esse vapor aguarda a sua quarentena, um amigo do sr. Masse, durante a longa noite a bordo, e este último, sem desconfiança, dá algumas informações em seu poder. No outro dia, o sr. Masse havia desaparecido, sem ser possível saber quando e como. Depois desse fato, nada ocorreu que fizesse suspeitar do que sucedera; quanto a escuna, ela deixou Caiena depois de uma sindicância sem resultado.

### *Resumo*

Em resumo, duas ordens de fatos chocantes sobressaem desse inquérito, que levei a efeito com toda independência de espírito, não tendo a guiar-me na busca da verdade senão as minhas investigações próprias. O sr. Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana, mandando-me abrir processo, não me havia dado nenhuma indicação fora de alguns nomes

de pessoas a citar e da lista dos números e datas de sua correspondência com o Departamento; a constatação da independência de espírito com a qual ela foi conduzida, tem o seu valor.

*Tudo foi feito de nossa parte para evitar a efusão de sangue no Amapá*

O primeiro fato, especial aos acontecimentos do Amapá, é que as instruções escritas e verbais dadas à missão de polícia militar enviada por nós ao território contestado franco-brasileiro estavam todas impregnadas do mais sábio espírito de prudência e da vontade bem arraigada do chefe da Colônia de fazer com que esse aparato militar tivesse por objetivo não provocar um conflito, mas somente tornar possível ao mesmo tempo a libertação do capitão Trajano e a captura dos culpados, bem como a proteção eficaz dos oficiais encarregados dessa tarefa.

Da mesma forma, o oficial ao qual ela incumbe compreende tão bem que o papel da França não deve ser agressivo que, de propósito deliberado, expõe a sua vida para evitar todo pretexto à efusão de sangue e é traiçoeiramente assassinado, porquanto lhe bastaria fazer um sinal para que a vila do Amapá seja subjugada pela força armada e obrigada a se render sem condições.

O segundo fato, que se refere à situação atual do Território Contestado, é uma comprovação dolorosa para um francês convencido dos direitos da França sobre essa região.

Diante da ação vigorosa e enérgica do Brasil, ação levada até a brutalidade e de onde nasceu, em alguns anos, a posse de fato quase irrecusável do Contestado por essa potência, que fez o Governo francês?

Além da missão Coudreau, da qual nada ousou dizer, tanto seu desempenho me parece estranho, além da missão Casey, organizada e provida de maneira a ser levada a um fracasso quase certo, nada, absolutamente nada!

Entregue a uma iniciativa cujas responsabilidades deviam todas lhe incumbir, sem recursos, sem direção, o Governador da Guiana não podia agir a não ser mediante conselhos, vãos na espécie.

Enquanto o Governador da Província brasileira do Pará tinha à sua disposição um texto de lei, instruções firmes do governo central, ordens precisas para agir, um serviço de informações perfeito, uma reserva de homens inexgotável tendo, à sua frente, homens de ação, enérgicos, inte-

ligentes e organizadores eméritos, uma caixa de mais de dois milhões, o Comissário Geral Charvein não tinha mesmo onde obter alguns milhares de francos necessários para se pôr a par da marcha dos acontecimentos; bem mais, não somente não possuía os meios pecuniários necessários para enviar de tempos a tempos alguns agentes de polícia para assegurar a ordem nos locais em que nossos concidadãos formavam centros franceses, mas até esses agentes de polícia lhe faltavam, e o impulso que levava os Caienses a Calçoene, a Cunani e ao Amapá em busca de ouro, tinha desorganizado totalmente a polícia municipal, que só existia nominalmente.

No momento em que se realizou o golpe de força de Cunani e no qual a nossa honra estava diretamente em jogo, as comunicações telegráficas não se faziam a não ser pelo Brasil, intermitentes e incertas.

O Chefe da Colônia não dispunha mais desse último recurso a fim de prestar contas ao nosso Governo e aguardar as suas ordens, a fim de ressaltar a sua responsabilidade. Os acontecimentos que se sucederam nos dias 8, 9 e 10 eram de tal natureza, que era impossível não agir o mais rapidamente possível, sob pena de comprometer gravemente o prestígio de nosso pavilhão.

Além do mais, as narrações dos acontecimentos sobrevivendo ao Contestado haviam exasperado a população caiense a tal ponto que iniciativas privadas perigosas era de recear que tivessem levado a resultados mais sangrentos ainda do que aqueles que nós deploramos.

### *Conclusões*

Não terminarei este inquérito sem dizer da convicção profunda que ele me inspirou.

Os oito ou dez mil habitantes fixados atualmente no Contestado são brasileiros de coração e patriotas na alma. A ação de sua pátria de origem não ficou infrutífera; suas simpatias se inclinavam pela França há alguns anos apenas, hoje em dia eles estão diante de nós nos limites do ódio.

Eles podem ter à sua disposição mais de mil fuzis, dos quais uma parte armas de guerra de tiro rápido, e têm atrás de si todo o Brasil.

Eis a situação de fato, para o Brasil.

Qual é ela para a França?

Nossos concidadãos estabelecidos no Território Contestado ou que ali trabalham, expostos às piores vinganças; a entrada desse território comum

à França e ao Brasil, fechada à primeira; essa rica região caída de fato nas mãos do governo brasileiro; a obrigação para nosso governo – se ele não se contenta com essa solução que regularia facilmente, em verdade, a questão do Contestado acerca de 183 anos – de ocupar sem demora pelas forças regulares os pontos do Amapá, Cunani e Calçoene; como conseqüências, a necessidade de reforçar a guarnição da Guiana de duzentos soldados de infantaria e de uma seção de artilharia, de organizar uma polícia volante crioula encarregada de correr a estrada em torno dos postos e de garantir a segurança no interior, de criar em Caiena uma base naval integrada por dois avisos de guerra de baixo calado para revitalizar e religar esses postos, afinal e acima de tudo, o dever de afirmar nitidamente diante do Brasil nossa vontade entranhada de administrarmos, nós mesmos, sós e sem parceria, o território contestado entre o Araguari e o Oiapoque, até que a questão de delimitação seja resolvida, de apoiar se necessário no Rio essa declaração por uma esquadra, e, finalmente, fazer incontinenti o sacrifício dos cinco ou seis milhões necessários à organização e à execução desse programa.

É assim somente que o sangue do capitão Lunier, do corneteiro Pinson, do soldado Saigne, do segundo-mestre Arthure, dos sargentos Boze e Tissier, do marinheiro Donatan Pinson e dos 20 feridos do Amapá terá sido vantajosamente vertido pela pátria.

Caiena, 27 de maio de 1895

O Comandante de Batalhão, chefe das tropas da Guiana Francesa

Cmte. E. PEROZ

Nota:

No original francês constam as seguintes designações:

1 – *Lieutenant de vaisseau* (Audibert) – que traduzimos: capitão-tenente da Marinha.

2 – *Lieutenant d'infanterie de marine* (Destoup) – capitão-tenente de infantaria da Marinha.

3 – *Enseigne de vaisseau* (Boulain) – 2º tenente naval.

4 – *Chef de Bataillon* (Péroz) – Comandante de batalhão.

5 – *Capitaine* (Lunier) – Capitão.

6 – *Clairon* (Pinson) – Corneteiro, clarim.

7 – *Sapeur* – sapador.

8 – *Sergent* – sargento.

9 – *Élève-sapeur* – ajudante de sapador.

10 – *Caporal* – cabo.

11 – *Escouade* – esquadra.

12 – *Tapouye* – pequena embarcação, canoa.

## COMENTÁRIO

Esse relatório, firmado por E. Peroz, *Chef de Bataillon, commandant les troupes de la Guiane Française*, além da insolência de que se reveste, revela, por parte de todos os homens que organizaram a triste expedição, uma profunda ignorância de estratégia e tática militares, de geografia e topografia regionais, de psicologia humana, dando a impressão de que um grupo de insanos dirigia os destinos da colônia francesa. A organização do plano de ataque lembra Dom Quixote de la Mancha lutando contra moinhos de vento. Se não, vejamos: a) O aparato militar e a preparação, em todas as suas minúcias, do plano de ataque “de surpresa”, poderiam obter êxito se se destinassem à região do Marne, em guerra da França com a Alemanha. Conhecimentos militares aprendidos nas escolas francesas, para guerra convencional, jamais poderiam dar resultado na selva amazônica. Esses oficiais não viam isso? Não sabiam? Bastou a alternativa da maré para destruir todo o seu plano de desembarque e embarque para regresso; b) O relatório torna-se contraditório, ao afirmar que Cabral e seu “bando” eram bandidos brasileiros, bandoleiros portanto, e depois defende a tese de que por trás deles estavam os governos do Pará e o do Brasil e mais toda a nação brasileira. Que bandidos eram esses que tinham por trás de si toda uma nação?; c) Do lado brasileiro havia cientistas como Tocantins, sacerdotes como o cônego Maltez, militares da reserva, comerciantes, funcionários, como Pereira, jornalistas e até, sob certos aspectos morais, o sábio francês Coudreau. Como poderiam ser bandidos?; d) O relatório reconhece que a população de cerca de 10 mil almas era quase toda brasileira e não francesa. Os brasileiros ali se achavam estabelecidos, com casas, agricultura, exploração mineral e outras atividades normais, tanto assim que a área contestada se incluía em municípios na divisão administrativa e em comarcas, na divisão judiciária; e) Amapá era uma vila, em vias de tornar-se cidade sede de município (o que veio a ocorrer mais tarde): uma vila com igreja, escolas, estabelecimentos comerciais, funcionando normalmente, nunca um acampamento de bandidos; f) A diferença entre franceses e brasileiros na região é que aqueles só se lembravam dela para arrancar-lhe as riquezas, vale dizer, o ouro das minas, enquanto os brasileiros se radicaram,



constituíram família e desenvolviam a região; g) A França, como nação colonizadora, sempre fracassou em suas iniciativas. Não se sustentou na Luisiania, que Napoleão cedeu para os Estados Unidos; não angariou simpatias nem desenvolveu seus domínios na África; não consolidou sua situação política no Canadá, onde os remanescentes franceses se incorporaram àquela poderosa nação. Agora, que o Canadá se impõe como nação altamente civilizada, De Gaulle lembrou-se de dar o grito retardado e melancólico de “*Vive Quebec libre!*”; h) A leitura atenta desse relatório demonstra que todas as provas colhidas pelo seu signatário são a favor do Brasil: população brasileira, organização administrativa nossa, devotada atenção dos governos local e nacional para a região. E tanto isso é verdade que o capitão Péroz fala sempre em “Contestado brasileiro”; i) As razões apresentadas para a expedição de maio de 1895 são ridículas: libertar o capitão Trajano e punir os culpados pela sua prisão. Não sabemos onde os franceses foram buscar esse título de capitão. Trajano era um pobre-diabo, um preto-velho brasileiro, sem eira nem beira, investido, à falta de um francês que aceitasse a missão do “cargo” ou “função” de representante da França no Amapá. Que capitão era esse, o primeiro a fugir para a mata, quando escutou os tiros iniciais do combate, revelando extrema covardia? A escolha de um brasileiro para seu delegado no Amapá revela a intenção de fazer com que os brasileiros “se inclinassem” pela França, intenção essa que ressalta de outros passos do relatório; j) A acusação de “covarde assassinato” e “traição” apenas revela um profundo despeito do oficial francês Péroz diante da bravura e da inteligência revelada pelos chefes brasileiros, que deram lição de estratégia e tática aos incompetentes oficiais franceses. Estes prepararam um “ataque de surpresa” e foram “surpreendidos” com um “*guet-apens*”, uma emboscada por parte dos brasileiros, emboscada em que tomaram parte homens de todas as idades, mulheres e crianças; k) Lunier revelou grande desconhecimento da região e foi de uma ingenuidade imensa. Espumando orgulho, entendia que Cabral devia segui-lo como um cordeiro, diante da ameaça de suas armas. Cabral, sozinho, desarmado, arrancou o revólver do próprio Lunier e o matou à queima-roupa, o mesmo fazendo com alguns de sua escolta. Àgil, valente, muitas vezes mais valente e mais inteligente do que o oficial francês,

abateu-o em legítima defesa; l) O relatório de Péroz exala pretensão, atrevimento, ao sugerir, no final, que a França deveria “*D'appuyer au besoin à Rio cette déclaration par une escadre*”, demonstrando desconhecer a história brasileira do passado. Cabral e seus homens deram uma vigorosa lição de bravura e de civismo a esses invasores arrogantes e ineptos; eles, que vinham libertar Trajano, não falaram mais no seu capitão, que penetrou na selva e dela não mais saiu. Puseram a perder a sua causa, já de si frágil; m) Erro histórico, sim, cometeu o governo colonial ao devolver à França a Guiana que fora ocupada e bem administrada ao tempo de Dom João VI. Deveria ter sido logo povoada com brasileiros nordestinos como o foi a Amazônia, em geral, nordestinos sempre fiéis à sua origem e que de lá jamais seriam arrancados; n) A inclinação pela França, alegada por Peroz, não é verdadeira. Por parte da população só havia manifestações de apoio a Cabral e de amor ao Brasil. Esse amor ao Brasil o cap. Péroz reconhece depois no seu contraditório relato, que os oito ou dez mil habitantes fixados no Contestado “*sont Brésiliens de coeur et patriotes dans l'ame*”. A esses patriotas chama ele, cego pelo ódio, de bandidos em outro passo de seu aranzel; o) Está evidente que o governador Charvein e seus incompetentes oficiais agiram por conta própria – o que não podiam fazer sem ouvir o Departamento francês e o governo da França. Sua obrigação, na eventualidade de um conflito, era transmitir as informações e até mesmo os planos organizados ao governo da França, solicitando apoio e providências de ordem diplomática junto ao Brasil. Um simples retrato de Trajano que o embaixador brasileiro em Paris mostrou ao ministro francês foi suficiente para pôr em evidência a insanidade daquele ataque, com tão ridículo pretexto: libertar “*Trajane qui, autrefois, arborait sur sa maison à la fois les deux pavillons français et brésilien, avait cessé de hisser ce dernier*”; p) A leitura atenta desse relatório apresenta lances de imbecilidade nunca vistos, como a ordem para, na hipótese de os expedicionários não localizarem Trajano, prenderem alguns reféns brasileiros, a fim de serem processados e julgados em Caiena. De qualquer forma, a lição histórica ficou e deve ser sempre lembrada em nosso país. Esquecida, soterrada no entulho da história, não tem tido, quer por parte dos historiadores, quer por parte dos governos brasileiros, a atenção que merece. Isso, talvez,

por ser um episódio guerreiro do norte, do extremo norte, da Amazônia, secularmente marginalizada. Como se não fossem regionais todas as escaramuças de fronteiras, desde o Chuí, os territórios das Missões, os da guerra com o Paraguai e outros. Evidentemente, Charvein, Pérez e Lunier deixaram herdeiros espirituais; q) O cap. E. Peroz era suspeito para redigir aquele relatório. Foi um dos maquinadores da triste empreitada e deveria ter sido sumariamente afastado de qualquer comando ao assumir o novo governador La Mothe.



### XIII

## AS CONSEQUÊNCIAS DA HECATOMBE. REAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL.

As lutas do Amapá começaram a ter eco em todo o Brasil e no exterior. Os jornais do Rio de Janeiro noticiavam os acontecimentos em letras garrafais.

Em Belém, a imprensa, representada por grandes jornais, informavam o público minuciosamente, apresentando relação dos nomes das vítimas que haviam tombado em defesa do território nacional.

Um desses jornais, o *Diário de Notícias*, obedecia à orientação do advogado Felipe José de Lima, amigo e antigo sócio de Francisco Xavier da Veiga Cabral.

O *Diário de Notícias* defendia com ardor a causa dos amapaenses. A 20 de junho de 1895, o Triunvirato do Amapá resolve conceder a Felipe José de Lima o título de “General Protetor do Exército Amapaense”, título esse inscrito às fls. 12 do *Livro de Registro de Patentes*. Assinavam-no Veiga Cabral, já na presidência do Triunvirato, cel. Desidério Antônio Coelho, vice-presidente, e o major Raimundo Antônio Gomes, secretário.

Desde 27 de dezembro de 1894 que o Triunvirato, inicialmente sob a presidência do cônego Domingos Maltez, se esforçava no sentido de dar perfeita organização ao “Exército Defensor do Amapá”. Substituindo a Maltez, Cabralzinho levou mais longe as suas iniciativas. O verdadeiro “estado de guerra”, criado pelos conflitos armados, obrigava a medidas enérgicas, sob pena de fracasso.

O governo da França resolve criar um Consulado em Belém, sendo nomeado cônsul François Marie Ambroise, conforme telegrama do mi-

nistro do Exterior ao governador, datado de 1º de junho de 1895, publicado no *Diário Oficial* nº 161, de 2 de junho desse mesmo ano.

Em Paris a opinião pública também se levantou, agitada pela imprensa e pelo parlamento. Na Câmara dos Deputados, no mês de dezembro de 1895, os deputados Deloncle e Couchard, profundamente exaltados, interpelam o ministro das Colônias.

O governo francês manda apurar os fatos e conclui pela culpabilidade do governador de Caiena que, imprudentemente, expedira a canhoneira *Bengali*, sem estar devidamente autorizado pelos poderes centrais. Ou haveria, nessa atitude do governo da França, um recuo, no sentido de evitar maiores consequências, lançando sobre os ombros de *Mr. Charvein* toda a responsabilidade da catástrofe?

Os dois governos resolveram então neutralizar temporariamente a região, enquanto recorriam à arbitragem.

A atitude prudente do governo francês poderia ser fruto de um justificado receio da interferência dos Estados Unidos e da Inglaterra nesse conflito. A doutrina de Monroe, então em voga, pregada pelo presidente americano Cleveland – a América para os americanos – talvez concorresse para a busca de uma solução amistosa.

As inquietações do governo do Estado explodiram no artigo publicado no *Diário Oficial* de 2 de junho de 1895, nos seguintes termos:

A opinião pública está presentemente preocupada com a questão dos nossos limites com a Guiana francesa.

Dela tratou a última mensagem do Presidente da República, dirigida ao Congresso Federal, onde leem-se estas palavras:

– “De acordo com o governo francês está resolvida a exploração do território litigioso ao extremo norte da República, e para isso foi aberto o crédito necessário. Já se declarou aquele governo, por meio da sua legação – que o Brasil está pronto para satisfazer o compromisso que contraiu. É necessário que com brevidade se resolva esta questão de limites”.

E o Governador deste Estado, na sua Mensagem de 7 de abril último, referiu-se a este assunto nestes termos:

Tendo o Congresso Nacional autorizado o governo a despender até a quantia de 1.000:000\$ com os trabalhos para a manutenção desenvolvi-

mento dos núcleos coloniais da margem direita do rio Araguari, situado dentro do território do nosso Estado, o ministro da indústria, viação e obras públicas, no propósito de dar execução àquela medida do maior alcance político e econômico, cometeu-me o encargo de organizar as bases e instruções necessárias para semelhante serviço.

Dessa tarefa desobriguei-me já, no empenho de conseguir que em prazo curto sejam iniciados os trabalhos, que darão em resultado o povoamento daquela zona, que confina com a parte do nosso território, cuja posse legítima nos é contestada pela França. Falam tão claramente a nosso favor os documentos e a tradição que é permitido esperar, confiamos na vitória do direito, que há de um dia marcar o fecho dessa questão de mais de século, que o império recebeu aberta do regímen colonial e aberta entregou à República. Sei que o governo federal tem dado já os primeiros passos para chegarmos ao desenlace dessa contenda. E tempo é já de fazê-lo quando recai sobre nós a grande culpa de ter deixado aquela tamanha área do terreno nacional aberta à exploração de aventureiros estrangeiros, que nela estão vivendo fora de regra e de lei.

Espero que a sabedoria e patriotismo do governo federal servirão para garantia completa dos nossos direitos e defesa da integridade da nossa Pátria.

A questão posta no pé, em que vieram colocá-la as últimas e lamentáveis ocorrências, em as quais acharam-se envolvidos conterrâneos nossos, certamente dará lugar a que o Governo brasileiro esforce-se para que cheguemos mais rapidamente a vê-la fechada, seguidos os caminhos, que o patriotismo e a civilização indicam, certos e seguros.

Nos últimos dias de abril do corrente ano a nova dos sucessos ocorridos no Amapá, como fê-los públicos a imprensa, o Governador do Pará, dando por telegrama informações ao Ministro do Exterior da República, enunciava-se por esta forma:

O Governo deste Estado não pode ser responsável pelas ocorrências do rio Amapá, onde nenhuma intervenção tem. Posso apenas informar-vos que nesse rio só existem brasileiros. Atenta atual exaltação animos povoação Amapá, acho de maior conveniência que o governo brasileiro consiga governo francês respeito cego águas territoriais zona contestada, onde nunca navegou navio guerra brasileiro. Será talvez inevitável conflito em que fiquem envolvidos brasileiros se persistir propósito governo francês.

Dando ao Governo federal informação acerca dos acontecimentos de 15 de maio último, o Governador do Estado assim expressou-se, terminando a sua comunicação telegráfica:

Situação exige reclamação imediata governo brasileiro a fim de ser obstada nova agressão aos brasileiros domiciliados no Amapá sem nenhum espírito de luta. Rio Calçoene está cheio de exploradores e aventureiros franceses e nunca Brasil enviou navio de guerra para desalojá-los. A fim de garantir vida aos nossos concidadãos convém impedir reprodução ataque contra pacífica população brasileira território contestado.

Ainda em telegrama expedido ao Ministro do Exterior a 30 de maio disse o Governador do Estado:

Posso assegurar-vos de acordo com informações recebidas testemunhas fatos ocorridos Amapá que ataque franceses àquela povoação foi completamente inesperado. Não havia, nem houve nunca cidadãos franceses feitos prisioneiros. Força atacante era composta tropa regular terra e mar.

Foram levados prisioneiros para Caiena, alguns compatriotas nossos.

O Governo do Estado confia na energia e no patriotismo do Governo Federal, ao qual pertence providenciar, por se tratar de assunto que é da competência exclusiva do Ministério das Relações Exteriores.

Consoante comunicação oficial recebida pelo Governador do Estado, o sr. Ministro do Exterior está agindo com a energia e critério que o caso reclama.

Era ministro na França Gabriel Hanotaux e representante brasileiro Gabriel Toledo Piza.

Os entendimentos não chegaram logo a bom termo. Incompatibilidades surgiram. Atritos. Dionísio de Cerqueira, então ministro do Exterior do governo Prudente de Moraes, achou por bem transferir para o Rio de Janeiro os entendimentos, que prosseguiram normalmente, entre o referido ministro e o representante francês Pichon.

Finalmente, em 1897, chegou-se a uma solução provisória. Seria entregue o arbitramento ao governo da Confederação Helvética. A Convenção foi assinada no dia 10 de abril de 1897, no Rio de Janeiro.

O protocolo, de 10 de abril de 1897, firmado pelo ministro Dionísio de Cerqueira e pelo representante da França, S. Pichon, prescrevia:



1º – Cada um dos dois governos nomeará uma comissão e as duas comissões reunidas se constituirão em comissão mista em virtude do acordo de 17 de maio de 1893. Os membros dessa comissão, destinada a funcionar no território em litígio, receberão instruções comuns, que lhes serão dadas de acordo pelos dois governos.

2º – Cada uma das duas comissões se comporá de um comissário no posto de tenente-coronel ou major, de um Comissário Substituto no posto de capitão ou tenente e de um dos ajudantes com uma escolta de cinquenta homens e um navio de guerra.

3º – A comissão mista entrará em exercício logo depois que forem trocadas as ratificações do tratado de arbitramento. Ela se transformará em comissão de demarcação, quando a sentença arbitral for proferida, e receberá para uso instruções dadas de comum acordo pelos dois governos.

O Barão do Rio Branco traçara o caminho a seguir. Os artigos primeiro e segundo da convenção fixavam, com clareza, a questão a dirimir. O arbitramento daria o sentido preciso da cláusula oitava do Tratado de Utrecht, de 1713. A decisão seria irrecorrível, e ambas as partes se conformariam com as suas consequências. Fixou-se no artigo 8º o prazo de um ano para o governo suíço apresentar o seu laudo. Deveriam as partes apresentar as suas *Memórias*.

Ainda tentou o governo da França alterar o que ficara estabelecido, sugerindo ao governo suíço uma *transação*, em vez de *arbitramento*. Protestou imediatamente o Barão do Rio Branco. Não era mais possível modificar o compromisso de 10 de abril de 1897.

O trabalho pessoal de Rio Branco foi extraordinário. Conhecedor profundo da história e estudioso da geografia, investigou toda a bibliografia a respeito da região. Examinou mapas. Devassou arquivos. Elaborou a primeira “*Memória*” em defesa dos direitos brasileiros, que fez acompanhar de cartas geográficas, documentos e exemplares da obra *L'Oyapock et l'Amazone*, de autoria de Joaquim Caetano da Silva.

Em 22 de novembro de 1898, é Rio Branco nomeado embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário, em missão especial junto ao governo suíço.

Sua primeira memória foi entregue a 5 de abril de 1899. Replicou-a o governo francês, dando assim oportunidade a que Rio Branco preparasse a segunda *Memória*, acompanhada de dois volumes, contendo documentos, alguns em original, ou em fac-símile e mapas. Essa segunda *Memória* foi entregue a 6 de dezembro de 1899.

Dispunha, assim, o governo suíço, do prazo de um ano para a apresentação de seu lado, nos termos do artigo oitavo da Convenção de 1897, depois de encerrada a fase de apresentação de memórias e réplicas.

Uma imensa bibliografia fora investigada por Rio Branco que, segundo narram os seus biógrafos, por vezes se estendia sobre o soalho de seu gabinete, a estudar mapas de grandes proporções. Sua banca de trabalho, coberta de documentos e livros, era afastada e substituída por outra nova. Naquela aparente desordem havia disciplina e método. Só Rio Branco sabia onde estavam as fontes de informação de que necessitava.

Enquanto tais fatos se passavam nas altas esferas ministeriais do Brasil, da França e da Suíça, a região do Amapá continuava agitada por atritos frequentes entre brasileiros e franceses.

O protocolo de 1897 não atendera integralmente às convicções de Rio Branco. Permitira a organização de uma comissão mista franco-brasileira, que exerceria o governo da região, com numerosos poderes.

Surpreende-se o governador do Pará, José Paes de Carvalho, que logo escreve a Rio Branco, fazendo ver o perigo que representava aquela comissão mista em pleno coração da zona contestada.

Instruções reservadas foram enviadas à Comissão Franco-Brasileira, até que se concluísse o arbitramento em Berna: conservação da ordem e tranquilidade na zona contestada; as administrações locais eram toleradas, mas fiscalizadas pela Comissão Mista com o concurso dos governos do Pará e Caiena; a comissão não dispunha de jurisdição contenciosa, sendo sua missão pacífica. No caso de resistência às suas determinações recorreriam os comissários aos governos de Caiena e Pará. Os que cometessem crimes seriam entregues aos governos da Guiana e Pará, de acordo com a nacionalidade. Os criminosos de outras nacionalidades seriam encaminhados às justiças da Guiana ou do Pará, conforme tivesse sido o prejuízo à França ou ao Brasil. Continuavam livres a entrada e a saída de brasileiros e franceses na região litigiosa.

Em casos extremos, a comissão poderia recorrer à força para manutenção da ordem, ficando as escoltas e navios de guerra como uma advertência aos insubmissos.

A comissão exerceria a sua influência “moral” sobre os concessionários da mineração. As concessões seriam feitas pelo governo local, provisoriamente, por meio de pedidos dos governos de Caiena e Pará. As administrações locais cobrariam um tributo de dez por cento (10%) sobre a produção aurífera, sendo a metade para as despesas administrativas e a outra metade destinada à comissão mista para, posteriormente, ser entregue ao governo da nação vitoriosa no arbitramento. Outras normas seriam estabelecidas para a mineração, pelos governos de Caiena e Pará. Dúvidas e controvérsias seriam transmitidas aos respectivos governos. Ao ser proferida a sentença arbitral, a comissão mista realizaria a demarcação da fronteira nos termos do laudo e das instruções, que lhes fossem transmitidas pelos respectivos governos. Terminaria, dessa forma, a sua missão.

A 2 de janeiro de 1899, a Comissão Mista Franco-Brasileira envia ao governo José Paes de Carvalho, do estado do Pará, o seguinte ofício em que comunica a sua instalação na vila de Cunani no dia 2 de dezembro de 1898:

Exmo. Sr.

Temos a satisfação de comunicar a V. Excia, que a comissão mista Franco-Brasileira, organizada em virtude do protocolo de 10 de abril de 1897, para funcionar no território neutralizado que se estende da margem direita do Oiapoque à esquerda do Araguay, acha-se constituída desde 2 de dezembro último, tendo escolhido para sua sede provisória esta villa de Cunany, onde nos instalamos a 21 do dito mês; e para o bom desempenho da espinhosa, se bem que honrosa missão, que nos foi confiada, solicitamos o melhor auxilio e toda boa vontade da parte de V. Excia. a cuja disposição pomos também os nossos fracos serviços.

Saúde e fraternidade.

Comissão Franco-Brasileira, no território neutralizado, em Cunany, 2 de janeiro de 1899.

José Faustino da Silva Durjon.

Em resposta, o governador Paes de Carvalho expede o seguinte ofício:

Exmo. Sr.

Tenho a satisfação de acusar o recebimento do ofício em que comunicaes que a comissão mista Franco-Brasileira, organizada em virtude do protocolo de 10 de abril de 1897, para funcionar no território considerado neutralizado em virtude de tratado celebrado entre os Governos da França e do Brasil, vem de instalar-se a 27 de dezembro próximo findo, provisoriamente, na vila de Cunani.

É-me grato assegurar-vos todo o meu auxilio, apoio e decidida solicitude para o bom desempenho de vossa missão nos termos ditados nas instruções reservadas, de modo que a conservação da ordem e da tranqüilidade seja uma realidade, mantidas as administrações locais.

Confio que, sendo a vossa missão de pacificação e vigilância, a comissão mista, patrioticamente desempenhar-se-á de seus deveres, estando eu pronto a auxiliar-vos a dar cumprimento às instruções na parte em que se referem ao governo do Pará, com a maior lealdade e isenção de ânimo. Saúde e fraternidade.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de janeiro de 1899.

Dr. José Paes de Carvalho.

Em 1896 Veiga Cabral resolvera ir à capital da República avistar-se com o presidente Prudente de Moraes. Era portador de um longo e minucioso relatório a respeito dos acontecimentos do Amapá, ilustrado com mapas da região, de autoria do seu companheiro de lutas, o engenheiro Antônio Manoel Gonsalves Tocantins.

Por onde passava, o herói do Amapá tornava-se objeto de homenagens e de admiração. Em Belém e nos portos marítimos, numerosos brasileiros acorriam para conhecer o destemido patriota, que enfrentara e derrotara um contingente de soldados armados.

Em Recife o povo veio para as ruas. Correrá célere a notícia de que Cabralzinho, o herói do Amapá, estava no porto, em trânsito para o Rio de Janeiro. Jornais noticiaram o evento. Oradores se fizeram ouvir, exclamando um deles: “Se é grande o Cabral que nos descobriu, maior

é o Cabral que nos defende! ...”

O povo brasileiro manifestava a sua gratidão àquele que defendera tão valiosa área do território nacional.

Cumprida a missão regressou ao Pará e ao Amapá.

O jornal *Diário de Notícias*, no seu nº 150, de 8 de julho de 1896, do Pará, em noticiário de 1ª página, reproduz registro do *Cidade do Rio*, de 11 de junho do mesmo ano:

As 9 ½ horas partiu do caes Pharoux uma lancha levando a bordo o sr. Capitão José Veiga Cabral, major Francisco Antonio da Veiga Cabral, chefe de Seção do Correio Geral, irmão e primo do heróico defensor dos nossos direitos, dr. Inocencio Serzedelo Correa, deputado federal, membro da colonia paraense e o bravo general Veiga Cabral.

Seguiram-se outras lanchas conduzindo o corpo acadêmico, estudantes de preparatórios, oficiais e praças dos batalhões patrióticos, comércio nacional, funcionários públicos, operários e grande número de senhoras.

A multidão que se apinhava no caes ao avistar o destemido brasileiro saudou-o delirantemente com palmas e vivas estrepitosos.

Quando o *Brazil* fez sinal para largar ferros e o valente paraense ia se aproximando do paquete partiram aclamações entusiásticas, as quais agradeceu Veiga Cabral, visivelmente comovido.

Foi um verdadeiro delírio, as senhoras agitavam lenços, cavalheiros saudavam-no freneticamente e o herói do Amapá correspondia a todas essas saudações verdadeiramente satisfeito.

Por essa notícia se conclui que Veiga Cabral se demorou algum tempo no Rio de Janeiro, regressando a Belém pelo navio *Brazil*. Foi delirantemente homenageado por todas as classes sociais, sensíveis ao feito heroico.

O embarque se deu no mês de junho de 1896.

Ao chegar a Belém as homenagens continuaram.

No *Diário de Notícias*, de 14 de junho de 1896 (do Pará), nº 155, p. 1, consta poema de autoria de João Antônio de Magalhães (cremos fosse sacerdote), que merece ser reproduzido:

AO BRAVO GENERAL VEIGA CABRAL

*Apud Deum... Omnia possibilia sunt*<sup>1</sup>

Rola dos tempos pelo espaço, lento,

Um todo imenso que a uma lei se inclina!

Que... no seu gravitar, seguro, atento...

Quem o rege, Senhor? Quem o domina?

– Quem dá força à centelha que fulmina,

Rebramidos do mar, furor ao vento?

Quem ergueu uma vez a mão divina,

Sustando iras ao tímido elemento?

– Esse, para quem é paz a guerra,

Dorme alerta em meio do escarcéu

– Esse, que na morte a vida encerra.

Quando da morte dissipar-se o véu,

Dissipará também sonhos da terra

Para por ti levar outros ao céu.

Os jornais da época, especialmente o *Diário de Notícias*, de Felipe José de Lima, são repletos de informes sobre os acontecimentos do Amapá. O do dia 15 de junho de 1895 publica, em francês e português, carta do cônego Domingos Dias Maltez, vigário da Igreja Paroquial de Sant’Anna, dirigida ao dr. Gonçalves Tocantins (o nome assim está grafado). O do dia 28 de junho do mesmo ano e os dos dias seguintes divulgam escritos do dr. Tocantins sobre os eventos do Amapá. O de 23 de junho, sob o título *Notícias do Amapá*, informa que Cabralzinho organizou um hospital para socorrer os enfermos e os desabrigados. Diz mais que “os nossos com patriotas Prof. João Lopes Pereira, Marcílio Beviláqua, João da Cruz e o comerciante Manoel Gomes Branco, conduzidos prisioneiros para

---

1 Ob. cit., pp. 9 e 28.

Caiena, foram metidos em prisão”. Reproduz ainda carta de Francisco R. Valente do Couto relatando que fora vítima no Amapá.

Quando se desenrolaram os episódios sangrentos no Amapá em 1895, era governador do Pará o eminente Lauro Sodré, sendo presidente da República Prudente de Moraes. Segundo consta do noticiário dos jornais da época, teriam sido entregues os troféus arrebatados ao cap. Lunier e demais franceses ao governador, poucos dias depois da luta.

Qual o destino tomado por esses troféus? É de supor que o governador os haja encaminhado a entidades estaduais. Infelizmente não conseguimos ainda localizá-los.

Em 1897 assumiu o governo estadual José Paes de Carvalho, que teria a glória de proceder à anexação do território ao Pará. Era presidente da República Campos Salles.





XIV  
O CIENTISTA EMIL AUGUST  
GOELDI E O CONTESTADO.  
CORRESPONDÊNCIA COM O  
BARÃO DO RIO BRANCO.

Em 1898 era diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia o sábio suíço Emil August Goeldi, que desempenhou papel relevante no esclarecimento de certos aspectos da história do Contestado, em Berna.

Conhecedor da região, cientista de renome internacional, Goeldi estava em condições de desvendar, para seus conterrâneos, muitas dificuldades geográficas, históricas e até linguísticas, quanto à denominação indígena de acidentes da região.

Sua cooperação está comprovada por meio de farta correspondência manuscrita. Assim é que, a 9 de dezembro de 1898, escrevia, de Berna, ao Barão do Rio Branco, estando este na França, no endereço à Villa Molitor, 15, Anteuil, Paris:

Exmo. Senhor

O fim destas linhas é de levar ao conhecimento de V. Excia. que desde o 1º d'este mês me acho aqui em Berna, com a minha família, tendo conseguido – não sem bastante dificuldade alugar uma casa até 30 de abril de 1899. Conforme as instruções orais e particulares recebidas de S. Excia. o Snr. Dr. Paes de Carvalho, ponho-me inteiramente à disposição de V. Excia. e com sumo prazer aguardo as ordens que V. Excia. dignar-se de mandar-me. Peço que V. Excia. me determine com toda franqueza gênero e modo do meu trabalho, esclarecendo-me sobre a maneira pela qual poderei tornar-me útil às intenções de V. Excia.

Verifica-se, por essa primeira missiva, que o cientista obedecia a recomendações muito especiais do governador do Pará, Paes de Carvalho, impulsor dessa nova força no sentido de levar a bom termo o litígio.

A seguir Goeldi escreve:

Aqui observo e observarei a máxima reserva relativamente ao fundo da minha vinda; nem ao próprio Sr. Secretário da Legação dei até agora mais à saber, senão o meu desejo de conhecer o tempo da vinda de V. Excia. para Berna.

Esse trecho revela que a viagem fora autorizada, ou programada pelo governo paraense, o que põe em maior relevo a figura de Paes de Carvalho. Rio Branco, a esse tempo, talvez não mantivesse com o cientista do Museu Paraense relações pessoais de vulto. Isso não impedia, todavia, que Goeldi descesse a certas minúcias de caráter pessoal:

Às vezes receio que fiz mal em tomar residência aqui em Berna sem primeiramente ouvir as ordens de V. Excia. Devo todavia alegar, que faltariam-me os recursos para viver em Paris por muito tempo. Outro assunto imperativo foi para mim a saúde seriamente comprometida da minha esposa, que por estes dias submeter-se-á á (sic) uma operação cirúrgica, da qual s'encarrega o Prof. Dr. Kocher, autoridade assás conhecida, para poder-se, com o auxílio do Todo Poderoso, esperar um feliz êxito n'esta situação aflitiva.

Com os protestos da minha mais elevada consideração

Sou de V. Excia.

At-to Cr.do Ob.do

Dr. phil. Emil A. Goeldi

Z.Z. Zieglerstrasse 36 BERN (Suisse).

Goeldi, embora de nacionalidade suíça, escrevia a Rio Branco em português. E o fazia com muita simplicidade e franqueza. Solicitava instruções, ordens, determinações, diretrizes.

A segunda carta que tivemos a felicidade de localizar, também manuscrita, é datada de Berna, 3 de janeiro de 1899, e nela faz referência a

um chamado de Rio Branco ao cientista, para que fosse a Paris. Desejava, sem dúvida, tratar pessoalmente de assunto tão grave.

Exmo. Senhor Barão do Rio Branco

Obstáculos de diversa natureza, uns menores, outros maiores, acumularam-se de tal modo na última quinzena do ano passado, que não consegui realizar a viagem projetada para Paris conforme o desejo de V. Excia. expresso na carta de 17 de dezembro. Tinha-me apressado para partir na noite do dia 27 para 28, quando, tive de desistir por assim dizer na última hora. Se por um lado no estado de minha esposa houve uma aparente mudança para o melhor – o Prof. Kocher desistiu por hora de uma operação, propondo novo exame em meado d’este mês por outro lado eu mesmo senti de novo certos incômodos de saúde, que desde a nossa expedição ao alto Rio Capim no ano de 1897 ainda não consegui debelar radicalmente. As febres, que naquelas regiões apanhei, debilitaram bastante a minha constituição, tanto que a aclimatação ao clima um tanto brutal (sobretudo no inverno) da minha pátria, depois de uma ausência de dezesseis anos na zona tropical do Brasil, me causa dificuldades relativamente grandes. Sobreveiu ainda como novidade um reumatismo, que julgo ter colhido ultimamente nas salas frias do Museu de Berna.

Esta conjuntura me contraria bastante e peço a V. Excia. de desculpar-me se me vi na necessidade de transferir a viagem; a qual (lastimo de vê-lo) perde o seu valor e atualidade a medida que se vem aproximando já o período marcado por V. Excia. para uma visita em Bern – princípio de janeiro.

A essa altura da carta, Goeldi faz referência às instruções que lhe enviara o Barão e que seriam rigorosamente observadas:

As instruções que recebi de V. Excia. serão estritamente observadas e com íntimo prazer verifiquei, que as tinha advinhado na sua essência de antemão que elas continham a aprovação do modo de procedimento, que o bom senso me tinha indicado como conveniente desde a hora da minha chegada na capital suíça. Tudo que empreendi aqui desde então acha-se exatamente naquela linha de conduta e espero poder prestar contas a V. Excia. oralmente das providências e passos dados.

Não perdi de vista a recomendação de procurar uma tipografia capaz; estes dias estarei de posse de umas informações reservadas que pedi a pessoas da minha confiança. Penso que a memória será redigida em língua francesa, mas não sei se são previstas simultaneamente traduções em alemão ou em português. Talvez não haja tempo para isto.

Não perco a esperança de poder dar a V. Excia. provas de minha boa vontade e pedindo a V. Excia. de aceitar as minhas felicitações de Ano Bom, que por serem retardatárias, não são menos sinceras, subscrevo-me com os protestos da minha mais alta consideração, de V. Excia.

Atº Crdº Obrº

DR. EMIL A. GOELDI.

Z.Z. Zieglerstrasse 36 BERN

A terceira missiva é de 14 de janeiro de 1899, ainda de Berna, e está nos seguintes termos:

S. Excia. Sr. Barão do Rio Branco. Paris.

Excelentíssimo Senhor

Tendo obtido as informações prometidas na minha última carta, apresso-me em comunicar a V. Excia. que a tipografia aqui em Berna, que, embora que não seja a maior, todavia a melhor perspectiva oferece de executar o serviço com rapidez, é a de Jent & Cie., Buchdruckerei, Neuengasse. É a única que possui (aliás é bem compreensível discontentamento (sic) dos tipógrafos restantes, sobretudo dos oficiais) máquinas de composição. Indagando, com a necessária circunspeção, soube que aquela casa garante poder aprontar semanalmente 6 folhas á 16 páginas, formato 4º ou 8º (compreendendo composição, revisão e impressão) o que seria a respeitável quantidade de 80 páginas por semana. Conforme a minha experiência pessoal julgo que isto constitui o limite superior do que se pode dominar, sem prejuízo da qualidade, durante uma semana, porque a revisão quer tempo e cuidado. A casa possui revisores da Suíça francesa e compõe frequentemente trabalhos para as autoridades federais; garante também absoluta discreção e não há perigo que possa nascer da circunstância, que o “Bund” (– o jornal o mais respeitado aqui na capital e principalmente lido pelas altas autoridades e os membros do parlamento –) é impresso na mesma casa.

Last not least – um orçamento que obtive e que reservei para apresentá-lo em ocasião oportuna a V. Excia., oferecia condições de preço realmente razoáveis. (Seguem-se informações sobre formato, tipo de papel e preços).

E prossegue:

Quanto ao tipo, obtive a amostra inclusa; as amostras relativas à qualidade do papel conservei aqui.

*Summa summarum* – tenho a convicção que posso aconselhar a casa Jent & Cie. para ser encarregada do serviço em questão. Compreendo, que o serviço está próximo e creio que V. Excia. ouvirá com satisfação que o terreno acha-se preparado pelo lado técnico e orçamentário.

Escrevo com pressa, porque devo preparar-me para uma conferência, para a qual fui convidado, perante a Sociedade de Ciências Naturais, hoje de noite às 8 horas. A última vez, em dezembro, falei sobre “Roedores novos do Brasil”; o meu tema para hoje é “A fauna dos peixes da região amazônica”. Dispondo de amplo material demonstrativo em desenhos originais coloridos tenho a certeza de entreter útil e agradavelmente o seletor público, do qual se constituí a dita corporação.

Hoje reina tal vento aqui em Berna, que nem quero acender a estufa do meu quarto de trabalho. O estado da minha saúde ainda não é satisfatório; tive de voltar outra vez ao regime dos laticínios, como nos dois anos atrás. Tenho a honra de ser de V. Excia.

At<sup>o</sup> Cr<sup>o</sup> Obr<sup>o</sup>

Dr. E. A. Goeldi

Pelo teor dessas cartas verifica-se o tom de simplicidade e mesmo de intimidade respeitosa existente no relacionamento entre o sábio e o ministro. Nenhuma afetação. Nenhum propósito de recomendar-se. Um trabalho silencioso e tranquilo, apesar dos problemas de saúde que afetavam Goeldi e sua esposa. Vivera longos anos longe da Suíça e já estranhava o clima da própria pátria.

A quarta missiva é ainda de Berna, 20 de fevereiro de 1899. Doente, com pneumonia, e não podendo escrever, passou a tarefa à esposa, que lhe serviu de escrivã:

Bern, 20 de fevereiro de 1899

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Escrevo-lhe pela mão de minha senhora, pois estou acometido de grave pneumonia e forçado a guardar a cama já há perto de 15 dias.

Claro é que n'estas circunstâncias a minha resposta deve ser muito curta, limitando-me aos dous ou três pontos assinalados como essenciais na carta do Sr. Domício da Gama do dia 17 de fevereiro.

Acerca dos tipos portugueses e hespanhois (ã õ ñ) vou tomar providências imediatas no sentido da recomendação. Lancei as minhas vistas sobre o mapa de Brousseau.

A tal Colonia certamente não é outra cousa se não o ensaio colonizatório feito com umas dúzias de famílias do Rio Grande do Norte no último período da administração Lauro Sodré.

Bem orientado sobre este ensaio que malogrou conforme me consta está o Sr. Egydio Salles da Secretaria do Pará, pelas mãos do qual correrão todos os fios da empresa. Da "Trail-lourde" do Sr. Brousseau facilmente se vê que também não é outra cousa se não o nome estropiado de Tralhote. Quanto a população do Contestado sinto ter que dizer que os meus materiais que inloco colecionei são rebeldes para uma rápida orientação sobretudo no meu estado atual de saúde.

"Estrangeiros" não tem senão no Calçoene. Se o Sr. Brousseau orça o seu número em 7 mil, certamente nada menos de 3 quartas partes cabe a imigração nômade dos mineiros franceses nas cabeceiras do dito rio. Entretanto ouvi a bordo do vapor "Ré Umberto" que nos trouxe do Pará, pela boca de um certo Monsier Sursin, engenheiro naquela região, que a população do Calçoene ultimamente não tinha sido maior que talvez umas 3 mil pessoas.

Devolvendo n'esta ocasião os 2 mapas, subscrevo-me com a mais alta consideração de V. Excia. atº Crº Obrº

(sign) Dr. Emil Goeldi.

*Post scriptum*

Remetendo a V. Excia. um exemplar dos 6 que me vieram do Nro. 4, 2º tomo do boletim do Museu Paraense, tomo a liberdade de chamar a atenção de V. Excia. sobre o mapa que vem inserido na pag. 416 e que se bem não absolutamente exato em todos os pormenores sempre traz um sensível

progresso quanto à hidrografia de 2 rios antes nunca bem levantados do lado guianês: dos rios Maracá e Anauerápucú.

Mesmo enfermo, na Suíça, Goeldi se dedicava aos estudos dos mapas que lhe enviava o Barão e oferecia sugestões e ensinamentos de toda ordem. Descia a minúcias, orientando o ministro quanto a topônimos da região contestada ou enviando dados estatísticos demográficos, colhidos em mapas, livros ou mesmo em depoimentos pessoais.

A 5ª carta, ainda de Berna, é datada de 11 de junho de 1899, e está redigida nos seguintes termos:

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco. Paris.

Agradável surpresa foi ontem para mim a vinda de 5 livros (nova edição de Caetano da Silva, a Memória brasileira com os 2 volumes de documentos), remessa que me tinha sido avisada uma hora antes pelo Sr. Dr. Araujo. Pelo mesmo senhor soube, que V. Excia. quer remeter-me proximamente também os dous atlantes que acompanham a Memória brasileira e do desejo de V. Excia. de conhecer a minha impressão sobre a audiência havida no dia 19 de maio com o Presidente Federal Miller.

Foi a melhor possível: depois de uma conversa toda cordial que pouco menos de 1 ½ hora durou, separei-me do Presidente, agradecido e satisfeito da amabilíssima recepção, convencido também de que a entrevista seria útil e proveitosa aos interesses do Brasil. De especial valor para mim era a origem toda espontânea da entrevista.

Deixo de referir aqui o sumário da conversa, por querer fazê-lo oralmente quando V. Excia. aqui estiver. Entretanto posso desde já dizer, que o Presidente estudou pessoalmente a questão com paciência e afinco e que percebi provas eloquentes de inteligente penetração no meio d'este cipoal e um verdadeiro alívio causou-me a observação, que mediante os seus próprios meios intelectuais ele tende a chegar a encarar certos pontos principais de um modo que justifiquem a nossa esperança e confiança na formação de uma opinião favorável. Convenci-me da boa impressão produzida pela Memória quer no texto, quer nas ilustrações e creio não enganar-me augurando o merecido sucesso aos inauditos esforços de V. Excia., pelo menos em relação à pessoa do atual Presidente.

Sumamente agradecido pela remessa dos interessantes livros e desejando o pronto restabelecimento de V. Excia., tenho mais uma vez a honra de subscrever-me com a mais elevada consideração de V. Excia. at<sup>o</sup> Crd<sup>o</sup> Obr<sup>o</sup>  
Dr. phdl. E. A. Goeldi.

A 6<sup>a</sup> carta, datada de Belém, 6 de fevereiro de 1900, é uma das mais longas. Goeldi regressara ao Brasil e já se encontrava à frente das pesquisas do Museu Paraense. Nela desce a minúcias em torno de sua atividade na Suíça e demonstra como foi inteligente e sutil o seu trabalho verdadeiramente diplomático. O governo suíço necessitava, sem dúvida, de esclarecimentos que só um sábio conhecedor da região poderia fornecer. Nada melhor do que a reprodução de seu texto integral, para que se tenha ideia do quanto fez o signatário em defesa dos direitos brasileiros.

Pará, 6/II/1900

Exmo. Sr.

Barão do Rio Branco

A carta de V. Excia., datada do dia 2 de janeiro d'este ano e recebida pelo último vapor, veio aumentar o meu embaraço que há muito senti, por não ter achado mais cedo o tempo para uma carta embora curta. Como atentamente posso todavia alegar a colossal carga de serviço, que me esperou aqui no Museu do Pará e que apesar de insano trabalho e vigílias de todo incompatíveis com os conselhos médicos recebidos em Berna, infelizmente ainda não tende a diminuir sensivelmente. Agradecendo as amáveis expressões de V. Excia., envio os nossos parabéns, tardios na verdade, mas nem por isso menos sinceros!

O Sr. Dr. Paes de Carvalho, Governador, chamou-me no dia seguinte depois do recebimento da carta a ele dirigida diretamente. Comunicou-me aquilo que já sabia. Anui, embora não podendo esconder o sacrifício que por todos os lados significa uma nova viagem e uma nova ausência do Museu. Prometi refletir sobre o modo de realizar o projeto e numa segunda audiência hoje declarei de fazer o possível para chegar na Suíça em Maio próximo. Provavelmente terei de levar toda a família ao Rio de Janeiro, onde deixaremos os quatro menores da nossa escadinha, embarcando então, eu, minha senhora e os três filhos maiores, para a Europa.



Tencionamos fixar esta vez a nossa residência em Zürich, onde creio poder trabalhar com mais eficacidae.

Dos peritos descobri dous em Zürich (se hà mais ainda, não sei; os de Z. mesmo não o sabem); Em Basileia, onde mui boas relações tenho, (o mesmo vapor trouxe-me a surpresa de minha nomeação para Membro da Sociedade de Ciências Naturais daquela cidade) – indaguei, com prudência, sem encontrar vestígio algum: os que ensinam qualquer disciplina geográfica são todos os meus conhecidos, em parte até amigos dedicados; desconfio antes que seu eventual terceiro perito seja talvez em qualquer universidade da Suiça francesa. Os dous de Zürich são: o Prof. Dr. Otto Stoll (klossbachstrasse, 75), Lente de Geografia e Etnografia na Universidade; e o Prof. Joh. Früh (Hochstrasse, 60, Flunntern), Lente de Geografia física. Não se dão muito entre si, mas eu me dou com ambos, principalmente porém com o primeiro, que conheço hà anos; com o segundo o ponto de contacto é de data muito recente (1894) e provém da circunstância de sermos ambos membros honorários da Sociedade de Ciências Naturais de 51, Gallen.

Com ambos mantenho correspondência. Por um acaso somente souberam eles da missão secreta, que cada um tinha recebido independentemente, com a terminante recomendação de guardar absoluta reserva. Devo dizer, que só o Prof. Stoll se me descobriu espontaneamente, declarando-me, que não ousando abrir-se senão em conferência íntima e pessoal, tinha esperado a ocasião da minha visita para me pedir informações e esclarecimentos. O Prof. Frisch até hoje não se descobriu, embora que por carta do dia 1 de novembro de 1899 me agradece a remessa do meu folheto (em alemão) sobre a nossa viagem à Guiana (Naturforschensfahrt etc.) e tecendo-lhe uns elogios, que creio poder interpretar bons sintomas da disposição psíquica para com o meu modo de encarar as cousas relativas à Guiana. Pede-me isto e aquilo (por exemplo fotografias) sem trair, por uma silaba sequer, aquilo que eu soube pelo meu amigo Stoll.

Ambos eles são muito desconfiados, tanto que peço V. Excia. de guardar estrita reserva sobre a minha revelação. Deve esta taciturnidade ser a consequência de positivas ordens de cima! Todavia creio, que em Zürich poderei robustecer pessoalmente ainda uns eventuais bons efeitos que de antemão eu tinha preparado em território suiço mediante a supra-mencionada publicação.



Para ganhar tempo vou pedir talvez ao Sr. Governador que me entregue tais documentos, quando para cá chegaram.

São horas adiantadas da noite e não quero mais abusar da paciência de V. Excia. Com os protestos da minha mais alta consideração e estima

Sou de V. Excia. atº crº obrº

Dr. Emillio A. Goeldi.

O cientista demonstra muito zelo, dedicação, com o desejo de colaborar honestamente, oferecendo subsídios geográficos, históricos e linguísticos ao seu alcance. Os peritos suíços, por sua vez, eram homens de alta competência, incapazes de um deslize, desejosos de investigar cuidadosamente, mas precisavam de assistência, principalmente no que dizia respeito a certas expressões de origem indígena, aplicadas a acidentes geográficos.

Na verdade, conforme já vimos em outros passos deste livro, a denominação do Rio Oyapock gerava enganos e confusões. Alguns tentavam distingui-lo do *Yáñez Pinzón*, designação preferida por alguns geógrafos e historiadores. Só um homem como Goeldi, habituado à pesquisa, seria capaz de fornecer esclarecimentos corretos. E sua autoridade inspirava confiança. Mesmo assim alguns peritos mantinham-se discretos, ou, como diz o próprio Goeldi, em “taciturnidade” e desconfiados. Obedeciam a ordens “de cima”, isto é, do governo. Nem poderia ser de outra forma.

A sétima carta é datada do Pará e está nos seguintes termos:

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Pará, 28/II/1900

Recebi ontem, pela manhã cedo, o telegrama. Logo escrevi detalhada carta ao Prof. Stoll, em que pude (sic) acentuar a nuance entre “monte” e “montanha” em espanhol; felizmente ha em Humboldt (*Übersichten der Natur*, cap., *Nachtliches Thierleben im Urwalde*, pag. 157 da minha edição Cotta 1878) um trecho que vem corroborar plenamente a respectiva interpretação.

Já com o vapor anterior mandei ao mesmo professor um trabalho-manuscrito do nosso geólogo Dr. Von Kraatz, intitulado: “Modificações na costa paraense em tempo geologicamente recente” – trabalho, que virá

publicado depois em Petermann's Geographische Mitteilungen Gotha (Alemanha) e que, julgo eu, servirá para orientar convenientemente sobre umas tantas cousas antes mal ou nunca discutidas e que entretanto são de não pouca importância.

Aqui já tratamos dos preparativos para a viagem. Provavelmente minha família já parte para o Rio de Janeiro no dia 8 de março. Eu seguirei 2 ou 3 semanas depois, por ser retido ainda pela impressão do meu trabalho acerca de cerâmica do Cunani.

Do Rio de Janeiro partiremos (eu, minha senhora e as crianças maiores), se não houver obstáculo de forma maior, entre 20 e 25 de abril. Meados de maio esperamos chegar outra vez na Suíça.

Escrevo às pressas.

De V. Excia. at Crº obrº e admirador

Dr. E. A. Goeldi.

No Rio de J. meu endereço será:

Dr. E. A. G.

Casa dos srs Eugenio Meyer & Cia.

Ag. Rua d'Alfândega 69

Rio de J.

Verifica-se, pela carta supra, que o Barão do Rio Branco recomendou a volta à Suíça do eficiente cientista. Goeldi, com família numerosa, projetou deixar quatro filhos no Rio de Janeiro, precisamente os menores, seguindo para a Europa com os três mais velhos. Que enorme sacrifício deve ter representado, para um homem de ciência, o deslocar-se, em longas viagens marítimas, com mulher e filhos pequenos, em épocas nem sempre propícias! Os seus serviços no Museu Paraense não poderiam parar; na Suíça convocavam-no para conferências científicas. Deveria, porém, desempenhar um papel, de natureza diplomática, embora usasse, para esse fim, seus conhecimentos da região.

A oitava carta já é de Zürich:

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Zurich, 1900 19/Junho

Se ainda não cheguei em Berna, a única razão é que ainda não consegui debelar totalmente um pertinaz catarro, que no meu avariado estado de

saúde constitui real perigo. Entretanto espero poder fazer a viagem ainda esta semana; desejo obter ainda alguma melhora com a volta de dias mais bonitos.

A minha senhora, que a V. Excia. pede de transmitir respeitadas recomendações a Exma. e filhos, encarrega-me de participar que as vistas prometidas estão arranjadas e que as levaremos para Berna por ocasião da nossa viagem.

Com os protestos da minha muito elevada consideração e estima, sou, com minha família, de V. Excia. atº Crº Obrº

Dr. E. A. Goeldi.

A nona missiva é de St. Gallen, Hotel Schiff, *Zimmer* 1 e 2, 19 de julho 1900.

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Escrevo quatro linhas de uma excursão à Suíça oriental.

Tive diversas prolongadas conferências com o homem em Z. e consegui derrocar as dúvidas, tanto que tenho a convicção, que ele se acha hoje inteiramente do nosso lado. Ele tornou porém de impor-se a mais completa reserva deixando-me ver categóricas ordens recebidas de Berna, enviadas pouco dias antes.

Soube que a primeira reunião dos peritos estava para ser convocada para os próximos dias; – julgo que ela já se realizou durante esta semana.

Não ousei escrever de Zurich; hoje toda prudência é pouca! E, convicto como estou, que as cousas estão em muito bom pé, de maneira a fazer bastante provavel uma *completa vitória*, vale a pena de guardar a posição reservada, tanto mais que espero ter dentro de pouco ocasião de orientar oralmente V. Excia. sobre pontos essenciais.

A minha audiência com o Conselheiro ela foi muito curta – 5 minutos apenas; o homem estava ocupadissimo e a ocasião não das melhores. Recepção aliás cordial.

Calculamos voltar para Zurich dentro de 8 dias; depois esperamos aparecer em B. rápidas passagens.

Com os nossos protestos da mais alta consideração e estima de V. Excia. atº Crº Obrº

Dr. E. A. G.

Goeldi escrevia sempre apressado, queixando-se de enfermidades e de problemas pessoais, numa linguagem muito singela, reflexo de sua alma simples. Não era um diplomata de carreira, mas um cientista, habituado às verdades científicas, ao exame da natureza, investigador da fauna e da flora amazônica. Seu mundo era outro, não o dos salões palacianos nem das antecâmaras oficiais. Devia fazer um grande esforço para servir ao Brasil, a uma causa justa, tendo como arma exclusivamente os elementos colhidos no estudo da história, da etnografia, da geografia, da linguística. Nota-se a sua preocupação no sentido de tudo esclarecer, de bem informar.

Rio Branco, por sua vez, estudioso profundo das questões a cargo de seu ministério, usava os argumentos da verdade histórica, pesquisava, procurava, onde sabia encontrar, colaboradores à altura da tarefa.

Paes de Carvalho, governador do estado, fora o intermediário sagaz entre o sábio e o diplomata. Aproximara-os. Aliara ao gênio político de Rio Branco a cultura e o *savoir faire* de Goeldi.

A décima carta é ainda de Zürich (Hotel St. Gotthard):

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Zurich, 1 de agosto de 1900

Apresentando eu hoje o Dr. Huber ao Prof. St., este nos perguntou: 1) Quanto era a “légua portuguesa” 2) se se ousava (sic) no Brasil diversas “léguas” (como na América Central: “légua de montanha” e “légua da costa”) 3) se era medida de extensão ou de tempo 4) se se ousava (sic) ainda a “légua” na navegação atual.

Respondi que me lembrava que o povo do interior dá à légua o valor de 1 ½ hora em tempo ou de 6 quilômetros em extensão; que aliás eu iria consultar ainda especialmente a literatura disponível.

Compreendi que o Prof. St. quer saber isto para interpretar a *carta de reconstrução de Oviedo*, e talvez ainda o teor da doação de Bento Maciel Parente.

Se V. Excia. julga conveniente, queira informar-me sobre a maneira pela qual devo responder; queria responder (se possível fôr) talvez já depois d’amanhã.

Sem mais para hoje

Subscrevo-me de V. Excia.

Atº crº obrº

Dr. A. E. GOELDI.

O tempo passava. Goeldi demonstrava ter pressa. Sabia que a decisão final teria que ser proferida até dezembro de 1900. Corria o mês de agosto. Os julgadores eram cultos, honestos, imparciais, que deveriam ser convencidos com argumentos baseados em dados científicos, nunca por motivos emocionais.

O acesso a alguns círculos governamentais lhe permitia desvendar, para aqueles homens de formação europeia, aspectos típicos da região. A colaboração do cientista tornava-se assim inestimável e uma garantia de que a verdade histórica haveria de prevalecer.

O trabalho de Emílio Goeldi tornou-se de grande importância, mas nada valeria se Rio Branco não operasse em frente mais larga e preparasse *Memórias* admiráveis. Numerosos colaboradores foram chamados a participar da memorável tarefa. O livro de J. Caetano da Silva, *L'Oyapock et l'Amazone*, publicado em Paris, em 1867 e a *Memória* por ele apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessões de 10 e 24 de outubro de 1857, constituíam fontes ricas de ensinamentos, provindas do passado.

Tudo indica que, com Goeldi ou sem Goeldi, o nosso direito haveria de prevalecer, diante das exaustivas razões constantes das *Memórias* de Rio Branco. Mas, sem ele, a vitória poderia tornar-se mais difícil. Os peritos necessitavam de esclarecimentos completos, a matéria foi estudada em profundidade e probidade, com o desejo de acertar. Além do mais, cooperou na parte relativa à confecção material e tipográfica das *Memórias* e demais publicações, na Suíça, escolhendo editores e até selecionando tipos e ilustrações.

Fato pouco conhecido e jamais divulgado está registrado em trabalho de autoria de Emilio Goeldi, redigido em alemão, e publicado na Suíça, em que faz referência à viagem científica que realizou, em outubro e novembro de 1895, à região da Guiana. Visitou o Amapá, a vila devastada pelos soldados de Caiena, e dá o seu testemunho doloroso da devastação empreendida pelos soldados de Audibert, Destoup e Lunier.

Reproduzimos a seguir esse depoimento, que sem dúvida revela a sua sensibilidade ante a desgraça que caiu como um tufão sobre aquela rica e malsinada zona do território pátrio.

Esse trabalho de Emil August Goeldi se intitula *Eine Naturforscher-Fahrt nach dem Litoral des s'undlichen Guyana zwischen oyapock und Amazonestrom (Oktober bis November 1895)*, pp. 98 a 199 – Uma viagem de investigação da natureza ao litoral da Guyana sulina entre o Oiapoque e o Rio Amazonas (outubro a novembro de 1895).

A publicação integra volume da Sociedade de Ciências Naturais de St. Gallen, na Suíça (*St. Gallischen Naturwissenschaftlichen Gesellschaft*), impresso pela editora *Zollikofer'sche Bucherukerei*, 1898.

À página 159, Goeldi faz um hiato na exposição da matéria científica, a fim de dar testemunho do que presenciou na Vila do Amapá. Corria o mês de outubro. Ainda havia vestígios bem vivos da chacina realizada pelas tropas francesas. O cientista não esconde o seu estupor e a sua revolta. Na verdade, um simples paralelo entre as perdas humanas de lado a lado põe a nu um aspecto terrível: os franceses perderam soldados armados, em luta por eles atçada; as vítimas brasileiras eram, em grande parte, mulheres, crianças, velhos e enfermos. Uma brutalidade inqualificável.

Vertemos para o português as palavras de Goeldi:

Contemplamos mais longe os frescos monturos de destroços e restos de incêndio de mais de 15 habitações produto daquele horrível massacre de 15 de maio de 1895, contra a razão e o direito e sob flagrante quebra de compromisso, através do então governador de Caiena – Charvein chama-se o inábil diplomata de triste lembrança – realizado pelos soldados da marinha francesa que tudo reduziram a cinzas. Por toda parte ainda se acham os vestígios daquela feia chaga da mais jovem história colonial francesa, estampada em madeiras carbonizadas, tetos queimados, portais arrombados, assim como em inúmeros orifícios de balas nas paredes das casas do porto e da igrejinha. Creio com firmeza que em cada francês honrado e sensato, tanto quanto em mim, que não pertenço a nenhuma das nações em conflito, diante dos túmulos, que guardam no novo cemitério do Amapá numerosas mulheres, crianças, anciãos e enfermos



assassinados, a involuntária pergunta explode: “Quem assume exatamente a responsabilidade neste escândalo sem remédio, que é um murro no rosto da Civilização do nosso século?”<sup>1</sup>

Goeldi tremeu de emoção ao avaliar mentalmente toda a extensão da tragédia que se abatera sobre aquela população distante do mundo civilizado.

O sábio suíço Emil August Goeldi, que tantos serviços prestou à ciência, nasceu a 28 de agosto de 1859 em Ennetbühl im Obbentogenburg. Seu pai, Johannes Goeldi, fora professor. Estudou inicialmente na *Realschule de Heiden* e no *Gymnasium de Schaffhausen*, na Suíça. Frequentou cursos em Peseux, Kt. Neuenburg e em Neuveville, Suíça Francesa. Coursou ainda a Universidade de Nápoles, Itália. Em 1882 já estava na Universidade de Jena, Alemanha, onde lecionava Haeckel anatomia e zoologia. Assistente do sábio alemão por algum tempo. Depois passou à Universidade de Leipzig, onde estudou com Leuckart. Conquistou o diploma de doutor em Jena. Ainda nessa cidade estudou várias espécies de peixes sul-americanos e isso despertou-lhe o interesse em conhecer a região que servia de *habitat* para tão interessantes produtos da natureza. Aguardou oportunidade e essa se lhe apresentou quando lhe ofereceram cargos no Chile (como professor), na Austrália (no Museu de Adelaide), e no Rio de Janeiro, no Museu e ainda como professor. Decidiu-se pelo Rio de Janeiro. No Rio dirigiu a seção zoológica, passando ainda a dar aulas sobre zoologia, algumas das quais foram assistidas pelo próprio imperador Pedro II. Com a implantação da República, Goeldi e alguns colegas perderam os cargos, recolhendo-se ele à Colônia Alpina, na Serra dos Órgãos, com o apoio do sogro, que era dessa região. Sua mulher, Adelina Meyer Goeldi, era filha de Teresópolis<sup>2</sup>.

---

1 “*Wer traegt eigentlich an diesem heillosen Skandal, der ein Faustschlag ins Antlitz der Civilisation unseres Jahrhunderts ist, die Schuld?*”

2 O jornal *Folha do Norte*, de 8.06.1969, publicou a seguinte nota a respeito de Mme. Goeldi:

“ADELINA MEYER GOELDI, esposa do fundador de um dos mais importantes museus que possuímos no Brasil – O Museu Goeldi, aqui no Pará, nasceu no R. de

Em 1894 é convidado a dirigir o Museu de Belém do Pará. Sua atividade à frente desse estabelecimento foi de tal ordem que o tornou conhecido em todo o mundo, por meio de boletins científicos, memórias e outras publicações. As pesquisas da flora e da fauna se aprofundaram, conseguindo organizar um imenso arquivo. Tornou-se o Pará o ponto central “Zentrallstelle”, como o classifica Th. Studer, das atividades científicas de toda a Amazônia. Coleções geológicas, minerais, herbários, jardim zoológico (atração de turistas e de habitantes locais) fizeram daquele Museu um dos mais afamados estabelecimentos científicos do país e do mundo.

Faleceu Goeldi na noite de 4 para 5 de julho de 1917, do coração. Era então professor extraordinário de biologia e geografia animal na Universidade de Berna, Suíça, e diretor honorário do Museu Paraense, que veio a chamar-se Museu Emilio Goeldi, em sua homenagem.

Esse foi o homem extraordinário que o Barão do Rio Branco escolheu para estudar a questão do Contestado do Amapá, sob aspectos científicos, especialmente geográficos e históricos. Sua autoridade, no Brasil e na Suíça, o recomendavam à dedicada missão, que desempenhou com alta competência e probidade.

Th. Studer, estudando a vida e a obra de Goeldi, salienta ter sido ele um homem de “reto e nobre caráter”, que de maneira desinteressada dedicou todas as suas forças à ciência. (*Goeldi war ein Mann von geradem un edlem Charakter, der in uneigennützigter Weise ganze Kraft der Wissenschaft widmete*).<sup>3</sup>

---

Janeiro, no ano de 1869. Tendo vivido alguns anos numa fazenda de sua propriedade, em Teresópolis, ajudava o marido, antigo funcionário do Museu Nacional – doutor em Filosofia, Emilio Augusto Goeldi – nos estudos da nossa flora e fauna. Achava ainda tempo para tratar dos doentes pobres e crianças abandonadas. Esteve também na Europa, onde residiu durante muito tempo na Suíça, por ser seu esposo ocupante de uma das cátedras da Universidade de Berna. Mesmo depois de viúva Adelina Meyer Goeldi ali permaneceu, tendo educado os filhos em vários colégios e universidades suíças. Voltando ao Brasil, já cansada e doente, aqui faleceu cercada do carinho dos seus.”

- 3 Studer, Th. – PROF. DR. EMIL AUGUST GOELDI (1859-1917). *Verhandlungen ser Schweizerischen Naturforschenden Gesellschaft*, Zurich, 1918, R. Sauerlaender & Cie., pp. 36 e segs.

XV  
O CIENTISTA  
HENRI ANATOLE COUDREAU  
E A GUIANA BRASILEIRA.

A região do Contestado não atraía apenas aventureiros em busca de ouro. Sábios, europeus e brasileiros sentiam-se fascinados pela natureza exuberante. Entre os nacionais, tomou papel relevante Antonio Manoel Gonsalves Tocantins; dos estrangeiros, cabe referir com especial relevo, Henri Anatole Coudreau, nascido na França em Charente-Inferieure, no ano de 1859. Consta de sua biografia ter cursado a Escola Normal de Cluny (École-Normale Spéciale de Cluny). Tentara, já cientista formado, integrar-se à expedição Flatters, que se destinava a pesquisas na África, especialmente no deserto de Saara. Sobre essa expedição há obra de Dérrecagaix, intitulada *Exploration du Sahara, les deux missions Flatters*, de 1882, e outra de Brossard, sob o título *Les Deux Missions Flatters*, 1889.

Paul François Xavier Flatters, oficial francês, realizou sua primeira viagem em 1880, na região de Ouargla ao lago Menkhoug. Por pouco não foi massacrado, com seus homens, pelos Touareg. A segunda se realizou em fins de 1880 e começos de 1881 em direção de Hoggar. Mas a 16 de fevereiro, ao atingirem Bir-el-Garama, foram os expedicionários franceses massacrados pelos Touareg. Poucos sobreviventes alcançaram o Sahara algeriano. Flatters perdeu a vida.

Esse poderia ter sido o triste destino de Coudreau se não fosse chamado a outras paragens do mundo, a Guiana Francesa, como professor do Colégio de Caiena.

Uma vez no Novo Mundo iniciou uma série de expedições, a partir de 1881, ao interior da Guiana e à região do Contestado do Amapá. Viu-se naturalmente atraído pelas riquezas regionais, envolvendo-se também em sua exploração com um sócio francês, Mr. Bisson, na zona do Cal-

çoene, que era, na época, a maior produtora de ouro. Seu encantamento pelo que via e observava levou-o a prosseguir na caminhada aventureira em direção da Amazônia brasileira. Conheceu Belém. Aprofundou-se na investigação científica da Guiana brasileira, à margem esquerda do Amazonas. Criou amor ao Brasil, acabando por ser contratado pelos governadores do Pará Lauro Sodré, e depois por José Paes de Carvalho, para expedições de pesquisa nos principais rios, daí surgindo extensa bibliografia: *La France Equinoxiale*, 2 volumes, Challamel, Paris; *Voyage au Xingu*, Lahure, Paris; *Voyage au Tapajós*, Lahure, Paris; *Voyage au Tocantins-Araguaya*, Lahure, Paris; *Voyage a Itaboca et l'Itacayuna*, Lahure, Paris; *Vocabulaire Methodique des langues Ouyana, Oyampi*, Emerillón, Maison-neuve, Paris; *Chez nos Indiens*, Hachette, Paris; *Atlas du Nord. Amazone, de Pará a Cayenne*, 18 cartes, ed. do autor; *Voyage do Rio Branco et aux Montagnes de la Lune*, ed. de 1886; *Etudes sur les Guyanes et l'Amazonie - Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie*, de 1887. *Voyage au Yamunda*, Lahure, 1899; *Voyage au Tocantins-Araguaya*, Lahure, 1897, Paris.

Numerosos outros escritos seus foram publicados em revistas científicas europeias, versando assuntos amazônicos.

Sua mulher, Orminde Coudreau, acompanhava-o em todas as perigosas expedições pelas selvas e, ela mesma, escreveu também livros e realizou arriscadas pesquisas nos altos rios, mesmo depois da morte do marido. Entre as obras de Mme. Coudreau podem ser indicadas: *Voyage au Trombetas*, Lahure, Paris, 1900; *Voyage au Cumina*, Lahure, Paris, 1901; *Voyage au rio Curuá*, Lahure, 1903; *Voyage à la Mapuera*, Lafiure, 1903; *Voyage au Maicuru* (ou *Mayecuru*).

Mulher extraordinária, vestida em trajes de expedicionária, acompanhava o marido em canoas frágeis, enfrentando corredeiras e cachoeiras, desafiando as doenças tropicais, ajudando em tudo. Os livros mencionados, tanto os do cientista como os da mulher, eram todos ilustrados com vinhetas e cartas, que eles próprios elaboravam.

Na viagem ao Trombetas morre o cientista em 1899, e Mme. Coudreau sepulta-o em plena selva, em local nunca mais encontrado. Logo depois realiza viagem exploratória ao Cuminá, desolada e triste. Assim escreve:

*J'ai beaucoup désiré ce départ et maintenant que me voilà au milieu de cette vaste*

*rivière des Amazones, je me sens seule, désolé, presque désespérée. J'ai un besoin intense de recueillement, je ferme les yeux pour voir plus clair en moi-même, pour ne pas être distraite par le va-et-vient des passagers, et les souvenirs me reviennent en foule: Oh! mes espérances et mes illusions, ou êtes-vous? Vie qui me paraissait si pleine de promesses, qui est devenue si misérable et si douloureuse, pourquoi m'as tu menti? (p. 4, Voyage au Cumina).*

No dia 3 de maio de 1900, chega ao local em que fora sepultado Henri Coudreau, falecido seis meses antes. Vale reproduzir as suas próprias palavras:

*Le 3 mai, à 1 heure de l'après midi, nous arrivons au lieu où repose celui de qui je porterai un deuil éternel.*

*Pas un brin d'herbe, pas une plante sur la modeste tombe qui est aussi propre que lorsque je la quittai il y a six mois.*

*Je suis là regardant cette croix de bois portant sur l'un de ses bras son Nom gravé au couteau, la terre nue, le pays désert, et je me demande s'il est bien vrai que tout ce que j'aime est là! Je voulait pouvoir pleurer; les larmes, cette rosée de l'âme qui guérit toujours quelque chose, me soulageraient en ce moment; mais je ne trouve en moi que révolte et ma douleur est une colère sourde contre le destin.*

Tão dolorosa descrição é rematada por uma frase em que se revela toda a força de sua vontade:

*“Encore un regard sur cette colline ou je laisse tout mon coeur et toute mon âme et en route pour la bouche du Cuminá où le devoir m'appelle”. O dever me chama!*

Por esse relato chega-se à conclusão de que Coudreau foi sepultado no Alto-Trombetas, sobre uma colina, próximo à confluência com o Rio Cuminá<sup>1</sup>.

---

1 Apresentamos indicação ao Conselho Estadual de Cultura do Pará no sentido de, por meio da Prefeitura Municipal, localizar-se o túmulo do cientista, até hoje sem resultado. A selva deve ter envolvido e escondido para sempre seus restos mortais.

Coudreau, que deixou de morrer no deserto do Saara, na expedição Flatters, acabou seus dias em outro deserto, mais ao seu gosto: a Amazônia brasileira, que tanto amava.

Tal fora a adaptação dos cientistas que Coudreau não cansava de louvar o clima, tecendo loas à vida selvagem. Não mais se acostumava com a civilização: “*Quand on a vécu la vie sauvage, la vie civilisée désenchante...*” escreveu ele em “*La France Equinoxiale – Voyage à travers les Guyanes et l’Amazonie*”, p. 419. E mais adiante: “*Chasser, pecher, sans besoins, sans chef, dans la liberté absolue, dans l’égalité véritable, indépendant, calmé, dans le vaste désert, sous la sourire du ciel équatorial, oubliant, oublié!*”

“Esquecendo e esquecido”, esse poderia ter sido o seu epitáfio, se não fora enterrado num barranco da floresta, tosca cruz com seu nome gravado à faca. “*Oubliant, oublié!*” morreu na sua querida Amazônia, que percorrera incansável, investigara, revelara, sob muitos aspectos, ao mundo civilizado.

Passemos agora a dizer algo sobre a região que ele perlustrou e amou.

#### A GUIANA BRASILEIRA E OS CIENTISTAS

Uma das regiões mais fabulosas deste país, à qual não se tem proporcionado a merecida atenção, é, sem dúvida, a chamada “Guiana brasileira”, que se estende do setentrião do Amapá ao Rio Negro. Abrange áreas cortadas pelos rios que descem das montanhas, como o Jari, o Paru, o Maicuru, o Trombetas e outros mais, repletos de quedas d’água. A região é rica em minerais (já se explora a bauxita no Trombetas) e não exageramos se afirmarmos que, no curso superior do Paru até os limites do Jari, talvez se esconda uma outra Serra Pelada, repositório de ouro. Os nativos falam na existência de uma “grota rica” entre os dois rios.

Diga-se mais que naquele trecho da Amazônia não há só selva e água. Estendem-se ao norte, entre as montanhas e o vale, os campos gerais, propícios à criação de gado.

Terra maravilhosa, com um clima que surpreendeu o cientista Henri Coudreau, com áreas propícias à pecuária, aos vegetais que só ali se encontram, como a balateira (da família das sapotáceas) e que produz a

balata, látex com grande percentagem de gutapercha, procuradíssima nos mercados internacionais, rica em minerais, está a merecer maiores e imediatas atenções por parte do poder público. Como que a coroar tal conjunto variado de riquezas, a obra da criação ali fixou belezas naturais admiráveis, como, por exemplo, as cachoeiras do Rio Paru (paralelo ao Jari e ao Maicuru), em que os redemoinhos e sumidouros emprestam ao acidente natural um trágico esplendor.

Para que não pareça estarmos a tecer louvores literários, vamos agora passar à comprovação.

Em 1876 e 1877 um sábio explorador francês, Jules Nicolas Crévaux, financiado pela sua pátria, realizou viagens científicas ao Jari e ao Paru, seguindo depois para os Andes. Seu itinerário incluiu os rios Oiapoque, Paru, Içá, Japura, isso depois de percorrer o Maroni e o Jari. Rumou afinal para o Orenoco. Suas observações se encontram em obra monumental, hoje rara, intitulada “*Voyages dans l’Amérique du Sud*”, contendo: *I – Voyage dans l’intérieur des Guianes (1876-1877) – Exploration du Maroni et du Jary*; *II – De Cayenne aux Andes (1878-1879) – Exploration de l’Oyapock, du Parou, de l’Içá et du Japurá*; *III – A través la Nouvelle – Granade et la Venezuela (1880-1881) Exploration en compagnie de M. E. le Jaune, du Magdalana, du Guairare et de l’Orenoque*; *IV – Excursion chez les Guarounos (1881)*. O livro apresenta 253 belas gravuras em madeira e foi editado em Paris, pela editora L. Hachette & Cie., em 1833.

Não se tratava de um aventureiro, mas de um homem de ciência, para tal fim comissionado pelo Ministério da Instrução Pública e da Marinha da França.

Diz ele, logo a pág. 1, que deveria subir o Rio Maroni até as nascentes, nos montes Tumucumaque, “onde os antigos negreiros colocavam o país legendário do Eldorado”. (*Oú les anciens négriers plaçaient le pays legendaire de l’Eldorado*).

À página 92 escreve que “os índios, pressionados sem dúvida pelas perguntas dos exploradores ávidos de metal precioso, contaram que o homem dourado vivia em um palácio em que as paredes eram de ouro maciço”. Um desses templos teria sido encontrado às margens do Rio Jari, mas ficaram desapontados ao verificar que se tratava de rochas micáceas, dando a impressão de ouro. Essa desilusão, porém, refere-se

a um único episódio, porquanto, em outro passo, afirma que “os montes Tumucumaque são constituídos por terrenos primitivos absolutamente idênticos àqueles que fornecem ouro na Baixa Guiana”. E completa: “*Il y a tout lieu de croire qu’ils sont riches en productions aurifères*”. (p. 91)

Por que os negreiros ali localizavam o Eldorado? Toda a zona é aurífera. As quantidades fabulosas de metal que saíram do Rio Calçoene no fim do século passado, via Caiena, foram o estopim para a guerra do Amapá, em que sobressaiu Veiga Cabral. O ouro foi a causa dos combates que culminaram com o Laudo de Berna, reconhecendo o direito do Brasil ao Amapá.

Toda aquela zona é rica em minerais e isso os franceses descobriram muito antes dos brasileiros, tanto assim que enviaram expedições, como a de Crévaux, em 1876. Quem contempla a carta geográfica, ali localiza, próximo às nascentes do Oiapoque, um pico chamado Crévaux.

Tentaram ainda os franceses criar uma nova nação – a República Independente do Cunani – abrangendo toda a Guiana brasileira, à margem esquerda do Amazonas, no século passado. O projeto fracassou, mas a idéia fixa ficou. Cremos, mesmo depois de longos estudos, que o sábio francês Henri Coudreau, que depois se mostrou tão amigo do Brasil, trazia a missão política de investigar a região em proveito da sua pátria. Ele o afirma, em obra hoje rara: “*La France Equinoxiale – Études sur les Guyanes et l’Amazone*”, Paris, ed. Challamel Ainé, 1886. às págs. 148: “A descoberta do ouro na colônia fez barulho na metrópole”. (*La découverte de l’or dans la colonie fit du bruit dans la Métropole. Napoléon III, flairant l’El Dorado, interdit d’abord formellement, par le décret de 30 de novembre 1855, l’exploitation des placers par les particuliers, réservant à la couronne seule la possession de ces trésors*).

Às páginas 432, afirma que “*l’Amazonie formera très probablement, un jour, jour peut-être très prochain, un État indépendant séparé du Brésil*”. E aconselhava o governo francês a dedicar maior atenção à região e fomentar a colonização francesa. E se abria em declarações de amor pela terra: “*Je l’aime beaucoup, ce coin de terre de Guyane et du Bas Amazone, cesaobeau domaine de l’ancienne France équinoxiale*”. (p. 433)

Veja-se que Coudreau não desvincula o Baixo Amazonas da Guiana. E já na introdução afirmava: “A França equinocial é possível? Caiena parece dizer NÃO, mas a Amazônia responde SIM”.



Em outro volume, complementar desse, assevera que a região da Serra de Tumucumaque ao Rio Amazonas, cortadas pelos rios Jari e Paru, está para toda a Heléia como o Piemonte para a Itália. Quem dominar aquela área dominará a Amazônia!

Quem assim escreveu foi um cientista francês, que devassou os principais recantos amazônicos, deixando obras magníficas que, ele próprio, ilustrava: sobre os cursos do Tapajós, Xingu, Tocantins, Itacaiúnas, Cunani, Maicuru, Trombetas e outros rios.

Não apenas os estrangeiros. Escritores nacionais já gritaram em vão. Raimundo Morais escreveu:

Crônica sensacional para os geólogos que estudam nas aluviões as rochas donde essas aluviões provieram, ela representa nos dois tributários (Jari e Paru) aqui mencionados, um seguro atestado de riqueza. Mas não é só à flor da terra que vêm as provas desse tesouro dormente no alto dos montes, é do subsolo também, no qual os naturalistas do tope de Crévaux encontraram ouro, níquel, prata, cobre, carvão, estanho, manganês, além de múltiplos minérios difíceis de enumerar numa resenha improvisada. (Um eleito das graças, Inst. L. Sodré, Belém, 1941).

Leia-se mais o que escreveram a respeito Henrique Santa Rosa, em “*Pela Amazônia Paraense*”, págs. 19 a 21; Paulo Eleutério, em “*Pela Guiana Brasileira*”, pág. 11; Paul le Cointe, em “*O Estado do Pará*”, Cia. Ed. Nacional, 1945; Francisco Bernardino de Souza, “*O Vale do Amazonas*”.

Preferimos reproduzir no original as palavras de Henri Coudreau: “... *ce territoire au sud des montagnes, territoire qui commande l'Amazonie comme le Piémont comande l'Italie...*”

Num confronto entre o que Coudreau escreveu em várias fases de sua existência, verifica-se que seu sonho inicial era pró-França, sua pátria. Pregava a criação de uma França Equinocial na Amazônia brasileira (não apenas no Amapá), mas em toda a região que se estende do Atlântico até o Rio Branco. Escrevia sem meias medidas, prevendo até uma absurda separação futura da Guiana brasileira.

No entanto, no episódio sangrento entre brasileiros e franceses no Amapá, em que perderam a vida muitos soldados, marinheiros seus compatriotas e teve triste fim o comandante Lunier, colocou-se o cien-

tista ao lado dos brasileiros, contra o governador Charvein, que censura energicamente.

Os seus escritos dessa época, que transcrevemos em outro capítulo (XI), bem demonstram a sua manifestação espontânea a favor do Brasil.

XVI  
JOAQUIM CAETANO DA SILVA  
E O CONTESTADO.

Joaquim Caetano da Silva era homem de fronteira, mas da fronteira meridional do Brasil, porquanto nasceu na cidade de Jaguarão, denominada anteriormente Guarda do Serrito, no Rio Grande do Sul, a 2 de setembro de 1810.

É extraordinário, na verdade, que um filho do extremo-sul tanto se interessasse pela defesa das lindes do extremo-norte. Só um entranhado amor à pátria levaria alguém a agir dessa forma. É isso que ele põe em realce logo no início da primeira leitura feita perante a Sociedade de Geografia de Paris, a 19 de fevereiro de 1858:

*Élevé em France pendant onze ans sous des maitres que je vénère: honoré d'un diplôme de docteur par l'Université de France; lié en France, depuis trente et un ans, à des amis que l'estime de plus en plus; marié em France à uma digne enfant de la France, qui fait depuis plus de vingt ans le charme de ma vie: je suis trop habitué à respecter la France, trop habitué à la chérir: pour me rendre coupable envers elle de la moindre iniquité. (2, 1<sup>o</sup> vol.)*

Na verdade, Joaquim Caetano, com apenas 16 anos de idade, seguiu do Rio Grande do Sul para a França com o objetivo de frequentar a Faculdade de Medicina de Montpellier, onde colou grau a 29 de agosto de 1837. Espírito genial, sôfrego de saber, foi, sem dúvida, um precoce. Ingressou na “Sociedade de História Natural de Montpellier” com apenas 19 anos. Habitado à pesquisa, um de seus primeiros estudos ele o apresentou à “Sociedade Literária Luso-Brasileira”, a respeito de palavras que o grande dicionarista Moraes não fizera constar de sua obra. Alcançara, então, 19 anos.

Diplomata, exerceu o cargo de cônsul-geral do Brasil nos Países Baixos. Dividiu a sua vida entre a Europa e o Brasil. Mesmo longe da pátria, não a esquecia jamais. Daí a sua preocupação com as questões de fronteiras e o seu gigantesco esforço ao elaborar a obra “*L'Oyapock et l'Amazone*”, em 2 vols., toda redigida em francês. Esse trabalho serviu de fonte de investigação aos franceses, suíços e brasileiros, especialmente ao Barão do Rio Branco, que a incorporou às *Memórias* apresentadas ao governo helvético.

Desde 1850 vinha se dedicando ao estudo da matéria, tanto assim que em sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 10 e 24 de outubro de 1851, Joaquim Caetano da Silva apresentou longo estudo, intitulado “*Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht*”. A essas leituras esteve presente S.M. o imperador Pedro II. No final de leitura de sua famosa *Memória*, dirige-se ao imperador Pedro II de maneira comovente:

SENHOR!

Vós que tendes postos os olhos da Real benignidade no chão do meu humilde labor, concedei-me que prosterne a vossos pés hum segredo de minha alma. Ao cruzar nesta tentativa os paramos do Atlantico, reconcentrava o coração no gremio da Mãe commum. Nascido na margem do *Jaguarão*, na raia meridional do Brasil, deleito-me em circungirar a vista por todos os remotos confins deste vosso vastissimo Império; e enlevado pelas pomposas maravilhas da sua ineffavel magnificência, ensoberbeço-me com a idéia que todo elle é minha Pátria. Cioso da minima leiva deste território paradisiaco, empenho votos para que todos os Brasileiros, desferrolhando-se para sempre das masmorras do provincialismo, sublimem-se de huma vez ás olympias assomadas de seu ambito completo, e sem distincção de Rio-Grandense, nem Paraense, o abarream impene-travelmente em amplexo fraternal; quando as Nações gigantes porfião em perpetuos omnimodos esforços para mais se engrandecerem, não nos apresentemos nós ao Mundo ostentando por alvo glorioso o apigmear-nos. Ah Senhor! Contemplem os Brasileiros a celsitude de V.M.I. assentado a esta mesa entre filhos plebeos do Brasil, com elles cultivando irmamente

a História e Geografia do Brasil, esquecendo-se que he Imperador para só se lembrar que he filho do Brasil, e mais então fulgurando como o Anjo do Brasil: e todos, todos, entusiastamente agradecidos ao Céu, por lhes haver outorgado com huma patria tão digna de amor hum Monarca tão digno della, aprumarão com seus peitos, em torno da pessoa augusta de V.M.I., huma circumvallação eterna desde o *Jaguarão* até o *Oyapoc*.

24 de Outubro de 1851

Dr. Joaquim Caetano da Silva

Prosseguindo em seus estudos, elaborou a citada obra "*L'Oyapock et l'Amazone*", lida perante a "Sociedade de Geografia de Paris", conforme já mencionado.

Tantos e tais foram os argumentos apresentados que, após a sua leitura, ninguém terá mais qualquer dúvida sobre os direitos do Brasil à região contestada.

Pedro II teria enviado um exemplar a Napoleão III, o qual, depois de lê-lo, afirmara que a obra "valia por um exército". (*Vd Goycochéa, Castilhos – A Corte de Dom João VI em Caiena*, GTL, 1963, nota 1). Valia, na verdade, por um exército, porquanto a luta real na fronteira decorria de controvérsias que só poderiam ser resolvidas pelo estudo científico e histórico da região. E isso conseguiu realizar Joaquim Caetano.

Entre outros títulos, ostenta Joaquim Caetano da Silva o de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Sociedade de Geografia de Paris, da Sociedade Real de Medicina de Gand e Professor e Reitor do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

Faleceu em plena força da existência, no dia 27 de fevereiro de 1873, na cidade de Niterói.

Seus restos mortais se acham depositados em urna, que se encontra em local apropriado na Fortaleza de Macapá, território federal do Amapá.



## XVII

### A HISTÓRIA DOS TRATADOS.

A escolha do governo federal da Suíça para árbitro do litígio duas vezes secular entre o Brasil e a França viria encerrar tantas controvérsias não resolvidas definitivamente em numerosos entendimentos anteriores.

Desde o século dezessete que Portugal e França vinham disputando as terras do chamado “Contestado”.

Luís XIV – o Rei Sol – defendera a tese absurda de que a Guiana Francesa se prolongaria até a margem esquerda do Rio Amazonas, avançando pela selva no sentido ocidental, vindo atingir o curso do Rio Negro. Esquecia o monarca francês que cerca de um século de posse mansa e pacífica anterior fortalecia o direito lusitano. Os portugueses eram senhores do curso do Rio Amazonas e principais afluentes. Todas as investidas armadas estrangeiras tinham sido rechaçadas, entre elas a dos holandeses no ano de 1646, que tentaram assenhorear-se da região entre o Rio Oiapoque e o Araguari. Para consolidar o seu direito, Portugal construiu o Forte de Macapá e fixou religiosos além do curso do Araguari.

Já os mapas imperiais brasileiros indicavam os limites pelo Rio Iapoc (também conhecido por Yapok, Oiapoc ou Oyapock), por alguns denominado Vicente Pinzón, entre 4 e 5 graus norte até as suas cabeceiras e dessas rumo à Serra de Tumucumaque.

O título mais antigo remonta a 1637 (14 de junho), constante de uma Carta de Doação da chamada “Capitania do Cabo do Norte” a Bento Macial Parente, com cerca de quarenta léguas pela costa oceânica até atingir o Rio Vicente Pinzón, que outro não é senão o Oiapoque (assim denominado pelos indígenas).

Essa doação, tão antiga, foi mais tarde confirmada, a 9 de julho de 1645, pelo rei D. João IV, de Portugal<sup>1</sup>.

---

1 *As Regiões Amazónicas*, Barão de Marajó, cit. p. 21.

Doações menos expressivas são feitas pelo governo francês na chamada “França Equinocial”. Era o velho sonho imperialista colonial, que igualmente lhe inspirara a ideia de criação da “França Antártica”, em terras brasileiras do sul. O governo francês, em 1633, 1640 e 1651, outorgou várias concessões, que incluíam terras desde a margem esquerda do Amazonas até o Orenoco, penetrando em áreas integrantes das Guianas Holandesa e Inglesa.

Durante os séculos 18 e 19, muitos foram os tratados que tiveram por objeto a velha questão de limites entre os domínios luso-brasileiros e os franceses ao norte.

Deixando de lado as peripécias da conquista e as questões decorrentes das penetrações holandesa, inglesa e francesa na região, todos visando à embocadura do Amazonas e, em última análise, o seu curso, vamos cingir-nos, agora, aos tratados específicos a respeito da fixação da exata linha divisória entre as terras luso-brasileiras e as francesas.

*Tratado de 1700* – No século 18, o primeiro deles data de 4 de março de 1700 e foi firmado em Lisboa, entre Portugal e a França. Por ele não chegaram as partes a uma conclusão definitiva quanto aos limites, apenas estabeleceram disciplina para a entrada dos franceses e portugueses na região. Firmava, no artigo 1º, que se mandasse desamparar e demolir, por parte do rei de Portugal, os fortes de Araguari e Camaú ou Macapá; retirar a gente e tudo o mais que neles houvesse e as aldeias de índios que ali se haviam formado para o serviço e uso dos ditos fortes, no prazo de seis meses da troca da ratificação do tratado. E “achando-se mais alguns fortes no distrito das terras que correm dos ditos fortes pela margem do Rio Amazonas para o Cabo do Norte e costa do mar até a foz do Rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón, se demolirão igualmente com os já mencionados”. Não permitia o art. 2º que os franceses e os portugueses viessem novamente a ocupar as ditas terras e os ditos fortes, nem fazer outros de novo no sítio deles, nem em outro algum das terras referidas, as quais ficavam em suspensão da posse de ambas as Coroas, nem também poderiam fazer nelas habitações em feitorias de qualquer modalidade que fossem, enquanto se não dirimisse entre ambos os monarcas a dúvida que versava sobre a justiça e direito de verdadeira posse delas.



Pelo art. 3º estabeleceram que as aldeias e nações de índios existentes dentro dos limites das ditas terras ficariam no mesmo estado em que então se achavam durante o tempo que durasse aquela suspensão,

sem que pudessem ser dominadas por nenhuma das partes e sem que com elas se pudessem fazer resgates de escravos, sendo só lícito aos missionários assistir-lhes para os doutrinarem na fé, sendo os ditos missionários que vieram substituir os que ali achassem da mesma nação.

Por força do artigo 4º, os franceses poderiam entrar nas ditas terras em suspensão até a margem do Rio das Amazonas, que corre dos sítios dos fortes de Araguari e Camaú ou Macapá, para o Cabo do Norte e costa do mar; os portugueses até a margem do Rio Oiapoque ou Vicente Pinzón, que corre para a foz do mesmo rio e costa do mar, sendo a entrada dos franceses pelas ditas terras que ficam para a parte de Caiena e *não por outra*, e a dos portugueses pela parte que fica para as terras do Rio Amazonas e *não por outra*.

Esse tratado apresenta aspectos curiosos de natureza jurídica e diplomática, revelando prudência das partes, mas, ao mesmo tempo, deixava em aberto a questão.

Um dos traços mais originais é a *suspensão* da posse por especial convenção das partes. É o poder público intervindo, por motivo superior, na ação pessoal dos indivíduos, suspendendo as consequências jurídicas de uma posse que era real, porquanto se caracteriza pela construção de fortes, fortins e fortalezas, pela exploração econômica da terra e exercício de verdadeira jurisdição. Quais as intenções dessa suspensão? Exclusivamente de natureza política? E sob o aspecto patrimonial, como reger os interesses das pessoas que realizassem benfeitorias e dessa forma adquirissem direitos, seguindo os princípios da teoria de Savigny? Esse é tema digno de estudo especial.

Outra originalidade é o tratamento dado aos índios, que o documento distingue bem em duas categorias: as *aldeias* e as *nações*. Aldeias, cremos, eram as organizadas pelos colonizadores, perto das fortalezas, a fim de as abastecerem de gêneros e fornecerem mão de obra para trabalhos

de toda natureza. As nações, por certo, seriam os indígenas em estado primitivo, ainda não disciplinados para o trabalho em termos europeus.

Mais uma curiosidade: a fixação dos pontos de entrada dos franceses e portugueses e *não por outros*; para os franceses para os lados de Caiena além-Oiapoque e para os portugueses para as terras do Rio Amazonas. Foi como que um começo de divisão, muito hábil, em que, todavia, não se vedou aos franceses virem, sem direito de fixação, até a margem do Amazonas, em Macapá, e aos portugueses alcançarem, também sem direito de fixação, as terras até o Oiapoque.

Franceses e portugueses não poderiam ultrapassar os limites da área contestada, representada pelos rios acima indicados, “cuja posse ficava suspensa e por decidir”.

Reinava, a esse tempo, na França, Luís XIV, o Rei Sol. No preâmbulo do trabalho há referência expressa a dois termos da controvérsia geográfica, Caiena e Rio Amazonas:

Por quanto ao Estado do Maranhão se movera, havia alguns anos dúvidas e diferenças entre os vassallos d’El Rei Cristianíssimo e os d’El Rei de Portugal sobre o uso e posse das terras do Cabo do Norte, sitas entre Caiena e o Rio das Amazonas, e se haviam representado sobre aquele assunto várias queixas por parte dos ministros de ambas as Coroas, não tendo sido suficientes as ordens, reciprocamente passadas, para que os respectivos vassallos vivessem em paz e boa harmonia, que sempre existira entre as coroas de França e de Portugal, renovando-se as costumadas perturbações por ocasião dos fortes de Araguari, Camaú ou Macapá, desejando ambas as mencionadas majestades dar remédio às sobreditas desordens, se determinou por via de seus ministros provar com documentos e papéis, fato e de direito, as razões que tinham sobre a posse e propriedade das ditas terras, para cujo efeito o embaixador de Sua Majestade Cristianíssima em diversas conferências que se lhe concederam, nelas se discutiram e examinaram os fundamentos que podia haver de justiça, tanto de uma parte como de outra, vendo-se os autores, mapas e cartas que tratavam da aquisição e divisão das tais terras, e entendendo-se que para levar à conclusão tão grande e importante negócio, se necessitava de poderes especiais de uma e outra Majestade, El Rei Cristianíssimo, da sua parte, os mandara passar ao seu

embaixador Mr. Rouillé e Sua Majestade, da sua, ao Duque de Cadaval, Roque Monteiro Paym, Gomes Freire de Andrade.

Esse foi um tratado provisional e suspensivo, a fim de evitar que as discórdias “entre vassalos” das duas nações prosseguissem. Teve o mérito, pelo menos, de abrir as portas para outros entendimentos posteriores.

Nele se faz referência a terras integrantes da antiga Capitania do Cabo do Norte, que fora objeto de doação a Bento Macial Parente, por parte de Filipe IV de Castela, em 14 de junho de 1637. O documento referente a essa doação é uma peça digna de leitura, em sua linguagem típica do século XVI:

Hey por bem, e me praz de lhe fazer, como com effeito faço, por esta presente Carta irrevogavel, Doação, entre vivos valedoura, deste dia para todo sempre, de juro, e herdade, para elle, e todos os seus filhos, netos, herdeiros, e sucessores que após elle vierem, assim descendentes, como transversais e collateraes, das terras, que jazem no Cabo do Norte, com os rios, que dentro nellas estiverem, que tem pela costa do mar trinta e cinco, até quarenta léguas de dstricto, que se contam do dito Cabo até o Rio de Vicente Pinzom, aonde entra a Repartição das Indias do Reino de Castela, e pela terra dentro, rio das Amazonas arriba, da parte do Canal, que vai sahir ao mar, oitenta para cem léguas até o rio dos Tapuyaussús, com declaração que nas partes referidas, por onde acabarão as ditas trinta e cinco ou quarenta léguas de costa da sua capitania, se porião marcos de pedra, e estes marcos correrão via recta, pelo sertão dentro; e bem assim mais serão do dito Bento Maciel Parente, e seus sucessores, as Ilhas, que houver até dez léguas ao mar, na fronteira e demarcação das ditas trinta e cinco ou quarenta léguas de costa da sua capitania, as quaes se entenderão medidas, via recta, e entrarão pelo sertão a terra firme dentro, pela maneira referida, até o rio Tapuyaussús, e dahi por diante, tanto quanto puderem entrar, e forem da minha conquista, etc.

Quem fazia essa doação era o rei de Castela. Portugal, sob o domínio de Espanha, o rei Filipe dispunha de poderes para outorgar tal doação. E o fazia a um lusitano, herói de muitas batalhas na região amazônica,

que bravamente a defendeu de incursões estrangeiras. Outras nações, como França, Inglaterra e Holanda, em rigor, nenhum direito tinham a alegar, porquanto forçavam as entradas de domínios hispano-lusitanos.

Realizando com caráter provisional e suspensivo, o Tratado de 1700 foi considerado definitivo e perpétuo “para todo o sempre”, por ato firmado em Lisboa a 18 de junho de 1701.

Pouco tempo depois, 16 de maio de 1703, lavrou-se em Lisboa outro Tratado, entre partes Portugal, Inglaterra, Áustria e Holanda, em virtude do qual aquelas três nações assegurariam a Portugal os seus direitos sobre as terras do Cabo do Norte, contestadas pela França. Referidas terras, conforme já salientado, se estendiam do Rio Amazonas ao Vicente Pinzón (Oiapoque).

O *Tratado de Utrecht de 1713* – Depois de vários anos de dúvidas, contestações e contendas locais, chegaram finalmente Portugal e França a um acordo, por meio do Tratado de Utrecht. Foi um longo documento, redigido com minúcias, em que todos os aspectos da controvérsia foram previstos e bem previstos. Liquidou com as pretensões francesas à margem do Amazonas e fixou o limite entre as terras lusitanas e as francesas no Rio Oiapoque ou Vicente Pinzón.

Firmou no art. 10 que o rei da França reconhecia que as duas margens do Amazonas, assim meridional como setentrional, pertencem em toda a propriedade, domínio e soberania à sua majestade portuguesa e prometia que nem ele nem seus descendentes, sucessores e herdeiros farão jamais alguma pretensão sobre a navegação e uso do dito rio, sob qualquer pretexto que seja.

Assim está redigido:

Sua Magestade Christianissima reconhece pelo presente Tratado, que as duas margens do Rio Amazonas, assim Meridional, como Septentrional, pertencem em toda a propriedade, Domínio, & Soberania a S. Magestade Portuguesa, & promete que nem elle nem seus Descendentes, Successores, & Herdeiros farão jamais alguma pretenção sobre a Navegação, & uso do dito Rio, sob qualquer pretexto que seja.

Quanto aos limites, o art. 89 foi de especial clareza ao firmar que, a fim de prevenir toda a ocasião de discórdia emergente entre os vassallos

da Coroa da França e os da Coroa de Portugal,

a primeira desistirá para sempre como presentemente desiste por este tratado pelos *termos mais fortes e mais autênticos e com todas as cláusulas que se requerem*, como se elas aqui forem declaradas, assim em seu nome como de seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte, e situadas entre Rio Amazonas e o de Oiapoque ou de Vicente Pinzon, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras para que elas sejam possuídas daqui em diante, por suas Majestades Portuguesas, seus descendentes, sucessores e herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Majestade Cristianíssima, seus descendentes e herdeiros.

A fórmula encontrada pelos negociadores do Tratado apresenta um aspecto digno de menção: não faz uma divisão de terras, ou demarcação, mas uma *desistência*, para todo o sempre, de qualquer direito ou pretensão anterior. Ora, nessa qualidade, ficou a França sem argumentos para o futuro. Não poderia mais reivindicar direitos anteriores ao tratado de Utrecht, porquanto – ainda que os possuísse – havia desistido solenemente. Mesmo assim, tais direitos nunca existiram. Foram produto as suas alegações anteriores de um desejo de alargamento de fronteiras, ao tempo de Luís XIV, mas sem base histórica jurídica. Mesmo esses pretensos direitos foram objeto da desistência, *para todo o sempre*. Não poderiam jamais convaler.

Foi mais longe o Tratado: autorizou, pelo art. 9º, a Coroa Portuguesa a reconstruir os fortes de Araguari e de Camaú ou Macapá, e bem assim todos os outros que foram demolidos em execução do tratado provisório de 4 de março de 1700. Anulou expressamente o Tratado de 1700 ao firmar “ficando o dito tratado provisório nulo e de nenhum vigor”. E permitiu mais que os portugueses construíssem nas terras mencionadas *tantos fortes quantos julguem convenientes*, podendo provê-los de tudo que seja necessário para a defesa das ditas terras.

Além de desistir de qualquer direito, a França, pelo art. 11, ainda cedia “de todo o direito que pudesse ter sobre algum outro domínio de Sua Majestade Portuguesa, tanto na América como em outra qualquer parte do mundo”.

As nações, em pleno século 18, quando poderosas, dividiam o mundo entre si. Mas deviam também respeitar direitos de outras nações, que os haviam adquirido, como Portugal, pelo esforço e luta de seus filhos, desde o século 15.

Três aspectos apresenta o Tratado de Utrecht: a) desistência de direitos e pretensões anteriores; b) cessão de pretensos direitos para a Coroa de Portugal; c) fixação dos limites no Rio Oiapoque ou Vicente Pinzón, com proibição aos moradores de Caiena, ou de quaisquer outros seus vassallos, de passarem além do Rio Vicente Pinzón, para comerciar ou resgatar escravos nas terras do Cabo do Norte.

Portugal, por sua vez, proibia aos seus vassallos incursionarem até Caiena, com iguais finalidades.

A Grã-Bretanha figurava, pelo art. 16, como “garante na inteira execução deste tratado” e os reis de França e Portugal aceitavam “sobredita garantia em toda a sua força e vigor”. Era o poderio, aquela época, tutelar, da Grã-Bretanha, garantindo tratados internacionais entre duas nações livres...

O *Tratado de 10 de agosto de 1797* – Novamente a questão de limites volta à baila e em 1797 Portugal e França, mais uma vez, se entendem (ou se desentendem) e firmam novo acordo, pelo qual a Coroa Portuguesa reconhece que todas as terras, situadas ao norte dos limites abaixo indicados, entre as possessões das duas partes contratantes, pertencem em toda propriedade e soberania à República Francesa, *renunciando*, se assim for necessário, tanto para si como para os seus descendentes, sucessores e herdeiros, a todos os direitos que possa pretender sobre as ditas terras, por qualquer título que seja, e nomeadamente em virtude do art. 1º do Tratado assinado em Utrecht a 11 de abril de 1713. Reciprocamente a República Francesa reconhece que todas as terras situadas ao sul da dita linha pertencem a Portugal, de conformidade com o mencionado Tratado de Utrecht. Serviria de limite o Rio Vicente Pinzón, assim chamado pelos franceses, que então o confundiam com o Calçoene, cujas águas se projetam no mar acima do Cabo do Norte. Os limites seguiriam esse rio até a sua cabeceira e, depois, por uma linha reta dessa cabeceira até o Rio Branco.

Esse tratado usava a mesma linguagem anterior de renúncia de direitos, fazendo-o no entanto de forma pouco técnica, no enunciar

“renunciando, se assim for necessário”. Em convênios dessa natureza, bilaterais, uma das partes pode renunciar a direitos a favor da outra, mas deve fazê-lo de imediato, como aconteceu com o de Utrecht, jamais condicionar a renúncia a um estado de necessidade. Visava, sobretudo, a dois efeitos: a) anular o de Utrecht, que assegurara todos os direitos luso-brasileiros; b) fazer baixar a linha da fronteira do Oiapoque para o Calçoene, sob a alegação de que Vicente Pizón era o segundo e não o primeiro rio.

Felizmente, esse Tratado não chegou a ser ratificado pela Coroa Portuguesa, ficando, assim, sem nenhum efeito.

Tão absurda se mostrara a conduta da representação lusitana, que o governo ordenou ao plenipotenciário Antônio de Araújo Azevedo (conde da Barca) que se retirasse logo do território francês e, como recalcitrasse no cumprimento da ordem, foi recolhido à prisão do Templo a 4 de janeiro de 1791. A reação lusa mostrou-se violenta aos termos de um péssimo Tratado não confirmado, mas que poderia ter sido de consequências prejudiciais para o futuro.

*Os Tratados de 1801* – Esse ano registra a assinatura de dois outros Tratados, primeiro o de Badajós, de 6 de junho, entre partes Portugal, França e Espanha. Por ele foram concedidas à França as regiões do Cabo do Norte, do Araguari até a margem do Oiapoque. Logo depois, firmado o segundo Tratado, de Madrid, entre Portugal e França, com intermediação do imperador Carlos V, da Espanha, em que o limite foi deslocado do Araguari para o Carapanatuba. Uma perigosa alteração, felizmente não ratificada por nenhuma das partes contratantes e, portanto, sem qualquer efeito posterior. Teria sido modificado por um dispositivo secreto de acordo de paz entre a França e a Inglaterra, segundo o qual “os limites da Guiana Francesa e o Brasil ficariam sendo tais quais haviam sido determinados pelo Tratado de Badajós”.

*O Tratado de Amiens de 1802* – Novamente se discute e se procura solução para a mal orientada contenda e, a 25 de março de 1802, lavra-se novo Tratado, pelo qual “os limites das Guianas Francesa e Portuguesa ficam fixados no rio Araguari, o qual se lança no oceano acima do Cabo do Norte, perto da Ilha Nova e da ilha da Penitencia, cerca de 1 grau  $\frac{1}{3}$  da latitude setentrional”. Tais limites seguiriam o Rio Araguari desde a

sua foz mais remota do Cabo do Norte e a cabeceira e daí em linha até o Rio Branco. As terras acima desse limite seriam francesas e as terras meridionais seriam portuguesas. A navegação no Rio Araguari, em toda a sua extensão, seria comum às duas nações.

O *Tratado do Rio de Janeiro de 1810* – Firmado em 19 de fevereiro entre a Inglaterra e Portugal (estando D. João VI no Rio de Janeiro). Nele, entre outras disposições, se estabeleceu que, em caráter secreto, a Inglaterra se comprometia a

auxiliar e apoiar com toda a sua influência os esforços que a Coroa de Portugal possa então fazer, a fim de procurar o estabelecimento dos antigos limites da América Portuguesa, do lado de Caiena, de conformidade com a interpretação que Portugal tem dado constantemente às estipulações do Tratado de Utrecht.

O *Tratado de 1814* – Assinado por Inglaterra e França, demonstra que a primeira não cumpriu o que prometera no de 1810. A 30 de maio de 1814, em Paris, firmam tratado em razão do qual a Guiana Francesa seria restituída à França. Houve resistência do governo português, que se negou a cumprir tal acordo, do qual não participara.

*Convenção de Viena de 1815* – A resistência lusitana provocou a assinatura da Convenção de Viena de 12 de maio de 1815, em razão da qual Portugal se comprometia a devolver Caiena aos franceses, aceitando a mediação da Inglaterra para solução final da pendência.

A 9 de junho do mesmo ano, o Ato do Congresso de Viena estabeleceu, em seu art. 107, que o príncipe regente de Portugal e Brasil comprometia-se a restituir à França a Guiana Francesa até o Rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o 4º e 5º graus de latitude setentrional,

limite que foi sempre considerado por Portugal, como sendo o fixado pelo Tratado de Utrecht”. Mandou também proceder-se amigavelmente, “desde que for possível, à fixação definitiva dos limites das Guianas portuguesa e francesa, de conformidade com o sentido exato do art. 8º do Tratado de Utrecht.



*Convenção de 28 de agosto de 1817*<sup>2</sup> – Assinada em Paris, teve por finalidade marcar a latitude e longitude do Rio Oiapoque e mandou nomear comissários para a demarcação das fronteiras. Visava, sobretudo, a dar execução ao art. 107 do ato do Congresso de Viena. Ordenava que a entrega da Guiana Francesa, *até o Oiapoque*, se efetivasse dentro de três meses, *ou antes, se for possível*. Previa a nomeação e expedição imediata de comissários para fixarem definitivamente os limites das Guianas portuguesa e francesa. Dispunham os tais comissários de prazo de um ano. E se, naquele prazo, não chegassem a entendimento, “as duas altas partes contratantes procederão amigavelmente a *outro arranjo*, sob a mediação da Grã-Bretanha, sempre conforme o sentido exato do art. 8º do Tratado de Utrecht”.

A letra dos tratados e convenções era às vezes tendenciosa, e nessa, com mais ênfase, quando mandava *obter outro arranjo sob a mediação da Grã-Bretanha...*

Tais avanços e recuos, acobertados por arranjos e intervenções diplomáticas das grandes Nações, jamais trariam solução justa ao problema.

A Inglaterra, em várias oportunidades, se fazia *garante* dos tratados. A França vacilava, sem saber ao certo o que queria. E que os seus pretensos direitos não tinham a solidez secular dos direitos lusitanos, da época das primeiras conquistas, em que as terras da América do Sul foram divididas entre Portugal e Espanha. A intervenção francesa, muito posterior, procurava disputar a que tinha dono.

---

2 Essa Convenção, no entanto, no art. 1º, mandava devolver a Guiana Francesa *até o rio Oiapoque*, cuja embocadura está situada entre o 4º e o 5º graus de latitude setentrional, e até o 322º grau de longitude a este da ilha de Fer; pelo paralelo de 2 graus, 24 minutos de latitude setentrional. Este artigo serviu de fundamento a Rio Branco, que terminou sua 2ª *Memória* apresentando dois itens conclusivos:

1º) Como “fronteira marítima” o Rio Japoc ou Vicente Pinzón, designada no art. 8º do Tratado de Utrecht, a qual é incontestavelmente o Oiapoc, o único rio que foi conhecido até aqui sob o nome de Oyapoc;

2º) Como “fronteira interior”, a linha do paralelo de 2º 24’, desde o Oyapoc até a fronteira holandesa, limite aceito pelo governo Francês em 1817 e que deve ser mantido.

Essas vacilações seculares deram motivo à reação dos brasileiros habitantes da região, sob o comando de Veiga Cabral, que culminou com o desbaratamento dos franceses e a solução do litígio pelo Laudo de Berna, de 1900.

O século XX não deveria mais conhecer tais questões. Novos panoramas se descerraram para o Brasil, com a ocupação e desenvolvimento efetivo dessa rica região, sentinela avançada, no extremo-norte, em defesa da pátria.

Essa era a situação histórica do Contestado, quando da descoberta do ouro do Calçoene e do massacre dos brasileiros pelos soldados de Mr. Charvein.

O governo suíço deveria ser árbitro do litígio.

Integravam o Conselho Helvético homens de alta responsabilidade: Walter Hauser, presidente da Confederação Suíça; Ernesto Brenner, vice-presidente, antigo advogado; Eduardo Müller, ex-presidente da Confederação e advogado; José Zemp, também advogado; Adolfo Deucher, médico; Roberto Comtesse, advogado; e Marco Emilo Ruchet, doutor em direito.

Esse tribunal arbitral teve como relator do processo o conselheiro Eduardo Müller.

O Barão do Rio Branco, em suas *Memórias*, procurou centralizar a questão a resolver na declaração de que o Rio Oiapoque era o mesmo Vicente Pinzón, referido na cláusula oitava do Tratado de Utrecht de 1713. Afastaria assim a pretensão francesa de que o Vicente Pinzón fosse o Araguari, o Carapaporis, o Calçoene ou outro qualquer curso d'água da região. Evitaria, também, toda e qualquer solução intermediária. Isso quanto à fronteira *marítima*. Quanto à fronteira *interior* seguiria a linha do paralelo de 2 graus e 24 minutos, desde o Oiapoque até a fronteira holandesa, limite aceito pelo governo da França em 1817.

XVIII  
A SOLUÇÃO DO LITÍGIO.  
O ARBITRAMENTO.  
O LAUDO DE BERNA.

Primeiro de dezembro de 1900. Pelas onze horas e meia da manhã chega à Vila Trautheim, em Berna, M. Graffina, portador do laudo do Conselho Federal Suíço.

O Barão do Rio Branco, o ministro do Exterior do Brasil Carlos de Carvalho e todo o secretariado aguardavam a decisão.

Eram dois grandes volumes e mais doze exemplares dos *consideranda* e a sentença.

M. Graffina pronunciou algumas palavras protocolares e concluiu salientando ser-lhe muito agradável aquela missão e rematou:

– Isto porque me é dado anunciar que a decisão é favorável ao Brasil.

Rio Branco respondeu-lhe:

– Esta comunicação alegra-me sumamente como a todos os brasileiros. A notícia do laudo será festejada em todo o Brasil. Desde o princípio desejou o governo brasileiro que o arbitramento fosse entregue à Suíça, porque conhecíamos a imparcialidade, a alta independência e a superior competência do Conselho Federal. Vou me dirigir por escrito ao governo suíço, mas desde já peço a V. Exa. que lhe diga quanto estamos reconhecidos aos juízes pelo imenso trabalho que tiveram e pelo grande serviço que prestaram aos dois países amigos, resolvendo esta questão secular.

Ao prédio em que funcionava a representação brasileira acorreram numerosas pessoas, desejosas de compartilhar da alegria de nosso país.

Foi um dia de festa brasileira em plena Suíça. Rio Branco referindo-se ao evento, depois revelou a um amigo íntimo:

– Aqui no corpo diplomático (com uma exceção), todos ficaram muito contentes com a decisão, sem excetuar os nossos.

Foi nos seguintes termos a Sentença:

#### SENTENÇA

Vistos os fatos e os motivos expostos. O CONSELHO FEDERAL SUIÇO, na sua qualidade de Árbitro chamado pelo Governo da República Francesa e pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, segundo o Tratado de arbitramento de 10 de abril de 1897, a fixar a fronteira da Guiana Francesa e do Brasil certifica, decide e pronuncia:

1º) Conforme o sentido preciso o artigo 8º do tratado de Utrecht, orio Japoc ou Vicente Pinzon é o Oiapoque, que se lança no oceano imediatamente a oeste do Cabo de Orange e que por seu *Thalweg* forma a linha fronteira.

2º) A partir da nascente principal deste rio Oiapoque até a fronteira holandesa, a linha da divisão das águas da bacia do Amazonas que, nessa região, é constituída na sua quase totalidade, pela linha da cumiada da serra Tumucumaque, forma o limite anterior.

Decidido em Berna, na sessão de 1º de dezembro de 1900. A presente sentença, revestida do selo da Confederação da Suíça, será expedida em três exemplares franceses e três alemães. Um exemplar francês e um exemplar alemão serão comunicados a cada uma das partes pela nossa Repartição Política; o terceiro exemplar francês e o terceiro exemplar alemão serão depositados nos arquivos da Confederação Suíça.

Em nome do Conselho Federal Suíço.

O Presidente da Confederação

HAUSER

O Chanceler da Confederação

RINGIER.

Três grandes brasileiros haviam concorrido poderosamente para o êxito: Francisco Xavier da Veiga Cabral na luta armada em defesa da gleba; Joaquim Caetano da Silva, escrevendo e publicando em Paris o

livro *L'Oyapock et L'Amazone*, que constitui o maior repositório de dados para a defesa brasileira; e o Barão do Rio Branco, cognominado por Rui Barbosa o “deus Terminus” de nossas fronteiras<sup>1</sup>.

Foram assegurados ao Brasil cerca de 260.000 quilômetros quadrados, não só do Amapá, mas de todo o contestado, pleno de riquezas: campos extensos para criatório, rios piscosos, quedas d'água em abundância com grande potencial hidrelétrico, ouro nos leitos de seus rios, montanhas de manganês e outros minerais, que ainda estão por explorar.

O Contestado, tomando-se como referência a pretensa República do Cunani, se estenderia do Atlântico ao Rio Branco. Só o Amapá possui superfície atual de 137.419 km<sup>2</sup>.

A área total contestada seria superior à do Paraguai (253.000 km<sup>2</sup>), à do Uruguai (136.000 km<sup>2</sup>), à da Romênia (132.000 km<sup>2</sup>), quase igual à da Itália (286.000 km<sup>2</sup>) e a metade da superfície da Espanha (504.000 km<sup>2</sup>).<sup>2</sup>

Apesar da vitória no Amapá, ainda perduram nomes franceses em acidentes geográficos numerosos. Já é tempo de substituí-los, um a um, pelos dos heróis que tombaram na luta cruenta em defesa de um patrimônio que pertence a todos os brasileiros.

---

1 Há interessante estudo do prof. Eidorfe Moreira sobre a possível cooperação do sábio suíço Emilio Goeldi, diretor do Museu Paraense, para a solução do litígio, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vols. XVI e XVIII, p. 157, Belém, 1969-1970. Hoje em dia o Museu Paraense denomina-se “Emilio Goeldi”, com muita justiça.

2 A superfície da área contestada não se apresenta com uniformidade nas fontes de investigação. Rio Branco, na sua *1ª Memória*, páginas 24 e 25, desdobra o território “marítimo”, com superfície de cerca de 61.200 quilômetros quadrados, e o território da Bacia do Rio Negro, também contestado, com 41.060 quilômetros quadrados, acusando assim um total de 102.260 quilômetros quadrados, no setentrião. As reivindicações francesas também variam no tempo e no espaço.



XIX  
A INCORPORAÇÃO DO  
TERRITÓRIO CONTESTADO  
AO BRASIL, INTEGRANDO O  
ESTADO DO PARÁ.

A comunicação oficial do Laudo de Berna ao governador do Pará deu margem a vários atos no sentido de tornar objetiva a incorporação de todo o Amapá ao estado do Pará.

A 21 de janeiro de 1901, o governador Paes de Carvalho baixou o Decreto nº 938, publicado no *Diário Oficial* de 23 do mesmo mês, nos seguintes termos:

DECRETO Nº 938

O Governador do Estado, tendo em vista a deliberação pela qual o Governo Federal o autoriza a tomar posse do Território que se achava em litígio entre o Brasil e a França, de acordo com a solução dada pelo laudo do Conselho Federal Suíço, a cujo arbitramento havia sido submetida a questão, em virtude de comum acordo dos países, firmado no tratado de 20 de abril de 1897:

DECRETA:

Art. 1º – Fica incorporado ao Estado o território compreendido entre a margem esquerda do rio Araguari e a direita do Oyapock, com os demais limites que lhe foram determinados pelo laudo de Berna.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de janeiro de 1901.

Dr. José Paes de Carvalho

Governador do Estado

A região, outrora contestada, foi então denominada “Território do Aricari”, dividida em duas circunscrições: Amapá e Cassiporé.

Como delegado do governo do estado do Pará é nomeado Egydio Leão de Salles, que partiu para o Amapá, com poderes para promover a incorporação definitiva, em janeiro de 1901.

Chegando à região, um dos primeiros atos do delegado foi mandar divulgar proclamação aos habitantes do Calçoene, Cunani e Cassiporé, em que comunicava a sua investidura nas novas funções,

... a fim de estabelecer na região sob minha jurisdição, um regime de ordem, de paz e de igualdade, mantendo e fazendo manter a segurança individual e os direitos de propriedade, com o espírito de rigorosa imparcialidade e prudência, conciliando os interesses de todos desta importante região e confio que os meus jurisdicionados, compenetrando-se dos seus deveres de verdadeiros republicanos e dos que estão sob a proteção da grande República Brasileira, todos me auxiliarão para que eu nunca tenha ocasião de fazer valer a minha autoridade material, aplicando os rigores da lei.

Essa proclamação é datada de 27 de janeiro de 1901. Termina informando: “em editais, que serão publicados oportunamente, darei conhecimento das deliberações que forem tomadas por esta Delegacia”.

A divulgação se faz na vila de Calçoene, onde havia muitos estrangeiros, especialmente franceses, holandeses e ingleses. Várias casas ostentavam bandeiras estrangeiras, que foram logo arriadas, diante da nova autoridade brasileira.

No mês de fevereiro de 1901, o delegado Egydio Leão de Salles realiza nova viagem ao Calçoene a fim de tornar efetiva a incorporação. Faz acompanhar-se de um destacamento de vinte soldados da Polícia Militar do estado, comandados por um tenente.

A 14 de fevereiro, na Vila de Calçoene, reúnem-se, no prédio sede da administração, o delegado brasileiro, representantes locais e vários estrangeiros com interesses na região, entre eles os diretores da Estrada de Ferro do Calçoene. Ali se encontram o conde de Ville de Bange, dr. Albert Caillet, *Mr. Brethuer*, J. Mourruan, dr. Gossi, Megrait, *Mr. Namon* e Alphonse Edouard.



Formada a tropa em frente ao prédio da administração, é hasteada a bandeira brasileira.

Egydio Leão de Salles, em nome do governo brasileiro, dirige a palavra aos presentes, fazendo-lhes ver que, daquele momento em diante, só uma soberania se exercia naquela região: a do Brasil. Concitou os militares ao cumprimento de seus deveres e terminou com uma saudação aos representantes estrangeiros.

A seguir usou da palavra o súdito francês Alphonse Edouard. Sua oração, em francês, longa e expressiva, assim se traduz:

Senhor Delegado do Governo do Estado do Pará. Senhor Delegado do Governo Brasileiro.

No momento de hastear a bandeira da República dos Estados Unidos do Brasil, deixai que vos deseje boas vindas a esta terra doravante adquirida por vosso país.

Quase toda esta vasta região, que foi durante tanto tempo disputada pelas duas grandes nações, a França e o Brasil, e que, graças ao caráter leal e conciliador desses dois povos, coube a vosso governo, esta terra de Calçoene embora sendo generosa e fértil àqueles que dispõem de bastante coragem para nela se radicarem, é repleta de dificuldades de toda espécie.

Não foi sem sofrimento e sem ter dolorosamente marcado cada etapa com a perda de um ente querido, que todos os que formam esse pequeno povoado, que encontrais aqui neste momento, chegaram a realizar o que vos é dado observar. E pouco, é verdade, e como posso vos relatar tudo o que foi feito, às pressas? Também com a idéia de que tudo seria provisório e imperfeito e quase na sua totalidade merece ser refeito. Mas para aqueles que devem continuar, como para aqueles que devem começar ou recomeçar, esperamos que, sob a égide do Governo do Brasil, será permitido realizá-lo em paz e sem receios de que nossa tranqüilidade seja cada dia perturbada. Além do mais as boas palavras pronunciadas por vós na primeira vez em que vindes oficialmente anunciar que o litígio foi encerrado a favor de vosso Governo, nos haviam já feito compreender que nada havia a mudar, senão para o bem, no estado de coisas existentes até hoje.

Pessoalmente, Senhor Delegado do Governo, vós nos demonstrastes que vos encontrais em uma situação penosa. Nós vos lembramos com prazer

que não podeis ser senão um amigo e um bom amigo para nós; essa a razão por que nós vos entregamos toda a missão de levar ao conhecimento do Governo o grande respeito e devotamento que animam a colônia, que ainda está bem fraca; ela necessita de cuidados e atenções particulares porque é menos rica em recursos diversos e imediatos do que os seus vizinhos, esta região precisa de um trabalho mais eficiente para pô-la em valorização.

Mas nós o repetimos, é com a mais firme confiança que cada um, grande ou pequeno, prosseguirá na obra começada, persuadido que nos será sempre permitido gritar com entusiasmo: Viva o Brasil!

O delegado paraense agradeceu as palavras de Alphonse Edouard, afirmando a todos que respeitaria o direito de cada um, garantindo a mais ampla liberdade e assegurando a propriedade adquirida, esperando que, auxiliado por todos os seus jurisdicionados, que reputava homens sérios e bem intencionados, nunca teria ocasião de usar dos meios enérgicos, facultados pelas leis da República, acrescentando que, no dia em que tivesse de se desviar do caminho do dever, onde a confiança do Governo do Estado o colocara, nesse dia retirar-se-ia de Calçoene.

A comissão de Leão de Salles durou até o mês de abril de 1901.

Assim terminou um dos litígios mais antigos do Brasil com nação vizinha.

Não foi em vão que se derramou tanto sangue e que tantos brasileiros inocentes se sacrificaram.

A luta multissecular, que começara nos primórdios do século dezesete, encontrava a sua justa solução.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- Azambuja, J. M. N. d' – Limites do Brasil com as Guianas Francesa, Inglesa. Tip. do Jornal do Comércio, Rio, 1892.
- Aguiar, Braz. Dias de – Nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Nerlandesa, Rio, 1943.
- Barão do Marajó – As Regiões Amazônicas. Imp. Libânio da Silva, Lisboa, 1895.
- Buarque, Manoel – O Amapá depois do Laudo Suíço, Belém, 1908, “O Amapá”. Ed. Papelaria Suíça, Belém, 1925.
- Bettendorf, Pe. João Felipe – Crônica. In Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXII, parte I, Imp. Nacional, 1910.
- Barata, Manuel – Formação Histórica do Pará, Coleção Amazônica, Un. Fed. Pa, 1973.
- Braga, Theodoro – História do Pará, Ed, da Cia, Melhoramentos de São Paulo, S. d..
- Calmon, Pedro – História da Civilização Brasileira, São Paulo, 1937.
- Calógeras, Pandiá – A Política Exterior do Império, São Paulo, 1933.
- Carvalho, Delgado de – História Diplomática do Brasil. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1954.
- Caetano da Silva, J. – L'Oyapock et l'Amazone. Imp. L. Martinet, Paris, 1867.
- Caetano da Silva, J. L. Memória apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, sessões de 10 e 24 de outubro de 1857, in Rev. trimensal de História e Geografia, 4º trimestre de 1850.
- Carvalho, Afonso de – Rio Branco, edição da Biblioteca Militar, Rio, 1945.
- Cavaltanti, Jarbas – Fortaleza de São José de Macapá, Belém, 1973.
- Cruz, Ernesto – Centenário de Nascimento do Patriota Francisco Xavier da Veiga Cabral, Folha do Norte, 7.05.1961.
- Cruz, Ernesto – História de Belém. Ed. Univ. Federal do Pará, Belém, 1973.
- Coudreau, Henri – Voyages à travers les Guyanes et l'Amazonie, Paris, 1887.

- Cunha, Euclides da – A Margem da História. Liv, Chardron, Porto, 1913.
- Ferreira, Reis, Artur Cezar – “Território do Amapá, Perfil Histórico”, Dep. de Imprensa Nacional, Rio, 1949.
- Ferreira Reis, A. C. – A Conquista Espiritual da Amazônia. São Paulo, 1943.
- Ferreira Reis, A. C. – A Política de Portugal no Vale Amazônico, Belém, 1838.
- Ferreira Reis, A. C. – Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira, Rio, 1947.
- Franco de Almeida, Tito – Limites do Brasil com a Guiana Francesa, Revista Amazônica, Belém, 1884.
- Goeldi, Emil August – Eine Naturforscher. Jahrt nach dem Litoral des Südlichen Guyana Zwischen Oyapock und Amazonestrom – St Gallischen Naturwissenschaftlichen gesell – schaft – Zolliko – fer’sche Buchdruckerei, 1898.
- Gonçalves, Alfredo – Verdadeiro Eldorado. Belém, 1932.
- Goycochéa, Castilhos – Fronteiras e Fronteiros. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, Rio, 1945.
- Goycochéa, Castilhos – A diplomacia de Dom João VI em Caiena. Edições G.T.L., Rio, 1963.
- Guajará, Barão de – História Colonial do Pará, na “Revista da Sociedade de Estudos Paraenses”. Vol. 2, Belém, 1895.
- Humboldt, Barão Alexandre – Memória sobre a fixação dos limites das Guianas Francesa e Portuguesa, in “Limites do Brasil com as Guianas Francesa e Inglesa”, de J. M. N. d’Azambuja, Rio, tip, de Jornal do Comércio, p. 92, 1892.
- Lins, Alvaro – Rio Branco. Liv, José Olympio, Rio, 1945.
- Leite, Serafim (S. J.) – História da Companhia de Jesus no Brasil, Ed. do Instituto Nacional do Livro, Rio, 1949.
- Mendonça Júnior, Joaquim Francisco (Mucio Javrot) – Crepusculares, poemas, s/d..
- Macedo Soares, José Carlos – Fronteiras do Brasil no Regime Colonial. Ed. J. Olympio, Rio.
- Monteiro Baena, A. L. – Compendio das Eras da Província do Pará, Pará, 1938. Ensaio Corográfico da Província do Pará.

- Mendes de Almeida, Cândido – Pinzônia ou a elevação do território setentrional da província do Grão-Pará à categoria de Província com essa denominação, Rio, 1873.
- Moreira, Eidorfe – Emilio Goeldi e a questão do Amapá, Rev, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, vols. XVI e XVII, p. 157, Belém, 1969/70.
- Nascimento, Rui Gama do – Fortaleza de Macapá. Esboço Histórico. 1949.
- Paes de Carvalho, José – Relatório Geral da Administração apresentou ao Governador Paes de Carvalho, Belém, 1900.
- Palma Muniz – Dados para a história dos limites paraenses. Rev. do Instituto Histórico e Geográfico (Pará), vol. 5, Belém, 1926.
- Rodrigues Vieira Júnior, Antônio – O ouro no Amapá e o linhito no Alto Solimões, Boletim nº 8 do Ministério da Agricultura, Rio, 1924.
- Rodrigues Ferreira, Alexandre – Posse e domínio de Portugal nas terras do Cabo do Norte, memória, 1792.
- Rio Branco, Barão do – Memoire presentée par les Etats Unis du Brésil su Gouverne ment de la Confédération Suisse, T. 1-2, Imprimére Staempfli e Cia., Berna, 1899.
- Idem, edição do Ministério das Relações Exteriores, vols. III e IV, Imprensa Nacional. Rio, 1945.
- Raiol, Domingos Antônio – Motions Políticos ou Históricos dos principais acontecimentos políticos da Província do Pari (1822-1835). Pará, Tip. Tavares Cardoso & Cia, 1889.
- Relatório Geral da Administração apresentado ao Exmo, Sr, Governador do Estado, Dr. José Paes de Carvalho, Belém, 1900.
- Rocha Pombo – Compêndio de História da América, Laemmert, Cia., Rio, 1900,
- Studer, Th. – Prof. Dr. Emil August. Goeldi. Verhandlungen der Schweizerischen Naturforschenden Gesellschaft, Zürich, R. Sauerlander e Cia., 1918.
- Valladão, Haroldo – Rio Branco, advogado do Brasil in Justiça, Democracia, Paz, Ed. José Olympio, pp. 262/272, Rio.
- Viana, Hélio – História das Fronteiras do Brasil. G. Laemmert Ltda., Rio, 1948.

Viana, Arthur – As Fortificações na Amazônia. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vol. 4, Belém, 1905.

Vidal de la Blanche, P. – La Rivière Vincent Pinzon. Etude sur la Cartographie de la Guyana (Université de Paris Bibliothèque de la Faculté des Lettres), Félix Alcan, Editeur, Paris, 1902.

Arquivo da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção de jornais da época – A República, Diário de Notícias, Folha do Norte.

Mapa do Território do Amapá, elaborado pelo Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Amapá, baseado no “Aeronautical Chart Service”.

Nouveau Larousse Illustré – Lib, Larousse, Paris.

## ANEXOS

### CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS RELACIONADOS COM A HISTÓRIA DO AMAPÁ

- 1494 – 7 de junho – Tratado de Tordesilhas.
- 1533 – Portugal concede autorização para ocupação da região.
- 1544 – Primeiras concessões para ocupação do território feitas por Carlos V, da Espanha.
- 1637 – 14 de junho – Bento Maciel Parente recebe de Filipe IV, de Castela, como Capitania hereditária, o então território da Costa do Cabo do Norte, através de carta de doação.
- 1697 – Os franceses tentam a ocupação militar.
- 1700 – 4 de março – Tratado entre Portugal e França.
- 1713 – 11 de abril – Tratado de Utrecht, pelo qual os franceses reconhecem como fronteira o rio Vicente Pinzón ou Oiapoque.
- 1764 – 29 de janeiro – Início da construção da Fortaleza de Macapá.
- 1770 – Núcleo colonial de 340 famílias vindas de Mazagão, na África, para Nova Mazagão, às margens do Mutuacá.
- 1782 – 10 de março – conclusão da Fortaleza de Macapá.
- 1797 – 10 de agosto – Tratado entre Portugal e França.
- 1809 – 12 de janeiro – Assinatura da ata de capitulação da Guiana Francesa às forças militares enviadas do Pará.
- 1817 – 17 de novembro – Fim da ocupação da Guiana Francesa pelos luso-brasileiros.
- 1853 – 1 de julho – O senador Cândido Mendes de Almeida apresenta projeto de criação da Província do Oiapoque.
- 1856 – Lei provincial eleva Macapá à categoria de cidade.

- 1859 – As populações de Macapá e Mazagão fazem memorial ao parlamento pedindo a criação da Província.
- 1870 – As populações de Macapá e Mazagão repetem o memorial.
- 1885 – Júlio Gross tenta criar a República do Cunani.
- 1889 – Mazagão é elevada à categoria de cidade.
- 1895 – 15 de maio – Ataque francês ao Amapá, comandado pelo cap. Lunier, que é morto por Cabralzinho.
- 1900 – 1 de dezembro – O presidente da Confederação Suíça, presidente da Comissão de Arbitramento, reconhece o direito do Brasil ao Contestado.
- 1901 – Decreto nº 938, de 21 de janeiro de 1901, incorporando o Amapá ao estado do Pará.

## TRATADO DE UTRECHT

“Tratado de Paz, entre sua magestade Christianíssima, e sua magestade Portuguesa, concluído em Utrecht a 11 de abril de 1713,

Em nome da Santíssima Trindade.

“Havendo a Providência Divina disposto os animos do muyto Alto & muyto poderoso Príncipe Luiz XIV; pela graça de Deos Rey Christianissimo de França, & de Navarra, & do muyto Alto & muyto Poderoso Príncipe Dom João o V; pela graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, a contribuir para o sossego da Europa, fazendo cessar a guerra entre os seus vassallos; & desejando Suas Magestades não somente estabelecer, mas estreitar ainda mais a antiga Paz, & amizade que sempre houve entre a Coroa de França & a Coroa de Portugal, a éste fim deram plenos poderes aos seus Embaixadores Extraordinários, & Plenipotenciários; à saber S. Magestade Christianissima ao Senhor Nicolao Marquez de Huxelles, Marichal de França, Cavalleyro das Ordens del Rey, Lugartenente General do Governo de Borgonha, e o Senhor Nicolao Mesnager, Cavalleyro da Ordem de S. Miguel & Sua Magestade Portuguesa ao



Senhor João Gomes da Sylva, Conde de Tarouca, Senhor das Villas de Tarouca, Lalim, Lzarim, Penalva, Gulfar, e suas dependências, Comendador de Villa Cova do Conselho de Sua Magestade, & Mestre de Campo General dos seus Exércitos; ao Senhor D. Luiz da Cunha, Comendador de S. Maria de Almendra, e do Conselho de S. Magestade; os quais concorrendo no Congresso de Utrecht, depois de implorarem a assistência Divina, e examinarem reciprocamente os ditos plenos poderes, de que se ajuntarão cópias no fim deste Tratado, convierão nos Artigos seguintes:

I. “Haverá Huma Paz perpétua, hua verdadeira amizade, & huma firme, & boa correspondência entre S. Magestade Christianissima, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, Todos seus Estados, & vassallos de huma parte, & S. Magestade Portuguêsa, seus descendentes, Successores, & Herdeiros, todos seus Estados, & vassallos da outra, a qual se observará sincera, & inviolavelmente, sem permitir que de huma ou outra parte se cometta alguma hostilidade em qualquer lugar, & debaixo de qualquer pretexto que for.

“E succedendo ainda por acaso não previsto, fazer-se-á menor contravenção a este Tratado, esta se reparará de huma, & outra parte de boa fé, sem dilação, nem dificuldade, & os aggressores serão castigados, ficando o presente Tratado em toda a sua força.

II. “Haverá de Huma, & outra parte hum inteiro esquecimento de todas as hostilidades, que até aqui se fizerião, de sorte que, todos & cada hum dos vassallos da Coroa de França, & da Coroa de Portugal, não possam allegar reciprocamente as perdas, & danos recebidos nesta guerra, nem pedir satisfação delles por via de juística, ou por outro qualquer modo.

III. “Todos os prisioneiros de guerra, feytos por huma, & outra parte, se restituirão promptamente, & se porão em liberdade sem exceição, & sem que se peça cousa alguma pelo seu troco, ou despezas.

IV. “Se Succedesse que nas Colonias, ou outros Domínios das sobre-ditas Magestades fora de Europa, se houvesse tomado de huma ou outra parte algúa Praça, occupado algum Posto, ou levantado algum Forte, de que presentemente não pode haver notícia por causa da grande distância, as ditas praças, ou Postos serão restituídos promptamente nas mãos do primeiro possuidor, no estado em que se acharem ao tempo da publi-

cação da Paz; & ditos fortes novamente edificados serão demolidos, de sorte, que as coisas fiquem na mesma forma em que se achavam antes do princípio desta guerra.

V. “Farsehá o Commercio no continente de França, & de Portugal, da mesma maneira que se fazia antes da presente guerra; bem entendido, que por este Artigo se reserva cada huma das partes liberdade de regradar as Condições do dito Commercio por hum Tratado particular, que se poderá fazer nesta matéria,

VI. “Os mesmos privilégios, & Izenções que lograrem os vassallos de S. Magestade Christianissima em Portugal, se darão aos vassallos de S. Magestade Portuguesa em França; & a fim de contribuir mais para o adiantamento, & segurança dos Mercados das duas Nações, se lhes acordarão Consules reciprocamente, com os mesmos Previlégios, e Izenções que os Consules de França costumavão ter em Portugal.

VII. “Será permitido recíprocamente assim aos Navios de guerra, como Mercantis, entrar livremente nos Portos da Coroa de França & naquelles da Coroa de Portugal onde costumavião entrar dantes, com tanto que os de guerra não excedão o número de seis ao mesmo tempo nos Portos mayores, & de três nos menores, & se acaso chegarem Navios de guerra de huma das duas Nações em mayor número a algum Porto da outra, não poderão entrar nelle, sem pedir licença ao Governador, ou ao Magistrado; & succedendo, que levados de alguma tormenta, ou constrangidos de outro alguma necessidade, venhão a entrar no dito Porto sem pedir licença, serão obrigados a dar logo aviso ao Governador, ou Magistrado da sua chegada; & se não poderão dilatar mais que o tempo que thes for permitido, abstando-se entre tanto de fazer cousa alguma, que redunde em dano do dito Porto.

VIII. “A fim de prevenir toda a occasião de discordia, que poderia haver entre os vassallos da Coroa de França, & os da Coroa de Portugal, Sua Magestade Chrstianissima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes, & mais autênticos, & com todas as clausulas que se requerem, como se ellas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus descendentes, Successores, & Herdeiros, de todo, & qualquer direito, & pertençam que pode, ou poderá ter sobre a propriedade das Terras chamadas do *Cabo Norte*, &

situadas entre o Rio das Amazonas, & o de Japoc, ou de Vicent’Pinsão, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas Terras, para que elas sejam possuidas daqui em diante por Sua Magestade Portugueza, seus Descendentes Successores, & Herdeiros, com todos os direitos da Soberania, Poder absoluto & inteiro domínio, como parte de seus Estados, & the fiquem perpetuamente, sem que Sua Magestade Portugueza, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Magestade Christianissima, Seus Descendentes, Successores, & Herdeiros.

IX. “Em consequencia do Artigo precedente, poderá Sua Magestade Portugueza fazer reedificar os Fortes do Araguari & Camaú, ou Macapá, & os mais que forem demolidos em execução do Tratado Provisional feyto em Lisboa aos 4 de março de 1700 entre Sua Magestade Christianissima, & Sua Magestade Portugueza El Rey D. Pedro II, de gloriosa memória; o qual Tratado Provisional em virtude deste fica nullo, & de nenhum vigor. Como também será livre a S. Magestade Portugueza fazer levantar de novo nas Terras de que se faz menção no Artigo precedente, ou mais Fortes que lhe parecer, & provellos de tudo o necessário para a defesa das ditas Terras.

X. “S. Magestade Christianissima reconhece pelo presente Tratado, que as duas margens do Rio das Amazonas, assim Meridional, como Septentrional, pertencem em toda a Propriedade, Domínio, & Soberania a Sua Magestade Portugueza, & promete que nem elle nem seus Descendentes, Successores, & Herdeiros farto jamais alguma pretensão sobre a Navegação, & uso do dito Rio, co qualquer pretexto que seja.

XI. “Da mesma maneira que S. Magestade Christianissima desiste em seu nome, & de seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, de toda a pertença sobre a Navegaçab, & uso do Rio das Amazonas, cede de todo o direito que pudesse ter sobre algum outro Dominio de S. Magestade Portugueza, tanto na América, como em outra qualquer parte do mundo.

XII. “E como he para reear que haja novas dissenções entre os vamillos da Coroa de França, & os da Coroa de Portugal, com a occasião do Commercio, que os moradores de Cayena podem intentar no Maranhab, & os da Coroa de Portugal, com a occasiati do Commercio, que os moradores de Cayena podem intentar no Maranhab, & na entrada

do Rio das Amazonas, Sua Magestade Christianissima promete por si, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros que nem consentirá que os ditos moradores de Cayena, nem quaesquer outros seus Vassallos vão commerciar nos lugares acima nomeados, & que lhes será absolutamente prohibido passar o Rio de Vicente Pinsião, para fazer commercio, e resgatar Escravos nas Terras do Cabo Norte; coma também promete Sua Magestade Portuguesa por si seus Descendentes, Successores & Herdeiros, que nenhuns dos seus Vassallos irão commerciar a Cayena.

XIII. “Também Sua Magestade Christianissima em seu nome, & de seus Descendentes, Successores, & Herdeiros promete impedir que em todas as ditas Terras, que por este Tratado ficão julgadas pertencer incontestavelmente à Coroa de Portugal, entrem Missionários Franceses, ou quaesquer outros debaixo da sua proteções, ficando inteiramente a direção espiritual daquelles Povos aos Missionários Portuguezes, ou mandados de Portugal.

XIV. “Desejando sobre tudo S. Magestade Christianissima & S. Magestade Portuguesa a prompta execução deste Tratado, de que se segue o descanso dos seus Vassallos, ajustou-se que elle tenha toda a sua força, & vigor immediatamente depois da publicaçab da Paz.

XV. “Se succeder por algum acontecimento (o que Deos não permita) que haja alguma interrupção de amizade, ou rompimento entre a Coroa de França, & Coroa de Portugal, acordar-se-á sempre o termo de 6 mézes depois do dito rompimento aos Vassallos de ambas as partes, para que vendam, ou transportem os seus effeyttos, & outros bens, & retirem as suas pessoas onde melhor thes parecer.

XVI. “E porque a Muito Alta e Poderosa Princesa a Rainha da Grande Bretanha Offrece ser garante da inteira execução deste Tratado & de sus validade, & duração, 5. Magestade Christianissima, & Sua Magestade Portuguesa aceitão a sobredita garantia em toda a sua força, & vigor, para todos, & cada hum dos presentes Artigos.

XVII. “Os ditos senhores Reys de França & Portugal consentem também, que todos os Reys, Principes, & Repúblicas, que quizerem entrar na mesma garantia, possam fazer promessa, & obrigação a Suas Magestades, em ordem à execução de tudo o conteúdo neste Tratado.

XVIII. “Todos os Artigos acima escritos, & o conteúdo em cada hum delles, forso Tratados, acordados, passados, & estipulados, entre os sobreditos Embaixadores Extraordinários, & Pleni potenciários dos senhores Reys Christianissimo, & de Portugal, em nome de suas magestades; elles prumettem em virtude dos seus plenos poderes que os ditos Artigos em geral, & cada hum em particular serão observados, & cumpridos inviolavelmente pelos sobreditos Reys seus Amos.

XIX. “As Ratificações do presente Tratado, dadas em boa, & devida forma, se trocarb de ambas as partes dentro do termo de 50 dias à contar do dia da assignatura, ou mais cedo se for possível.

“Em fé do que, & em virtude das Ordens, & plenos poderes que nós abaixo assinados recebemos de nossos Amos El Rey Christianissimo, & El Rey de Portugal, assinamos o presente Tratado, & the fizemos por os sellos de nossas Armas, Feito em Utrecht a 11 de abril de 1713.

(L. S.) Huxelles

(L. S.) Mesnager

(L. S.) Conde de Tarouce

(L. S.) *Dom Luiz da Cunha*<sup>1</sup>

---

1 Publ. na obra “L’Oyapock et L’Amazone”, de Joaquim Caetano da Silva, Paris, Imp. de L. Martinet, 1861, vol. 29, p. 514, com a ortografia da época.

CONVENÇÃO DE PARIS, DE 28 DE  
AGOSTO DE 1817, PARA A RESTITUIÇÃO  
DA GUIANA FRANCESA AO GOVERNO DE  
LUÍS XVIII

I

Sua majestade fidelíssima, achando-se animada do desejo de por em execução o artigo CVII do Ato do Congresso de Viena, obriga-se a entregar a sua majestade cristianíssima, no prazo de três meses, ou antes se for possível, a Guiana Francesa até o rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o 4º e 5º grau de latitude setentrional, e 322 graus de longitude a leste da ilha do Ferro, pelo paralelo de 2 graus e 24 minutos de latitude setentrional.

II

Ambas as partes procederão imediatamente à nomeação e expedição de comissários para fixar definitivamente os limites das Guianas Portuguesa e Francesa, conforme o preciso sentido do artigo VIII do Tratado de Utrecht e às estipulações do Ato de Congresso de Viena; os ditos comissários deverão terminar os seus trabalhos no prazo de um ano, o mais tardar, da data do dia da sua reunião na Guiana.

Se, expirado este termo de um ano, os ditos comissários respectivos não conseguissem vir a um acordo, as duas altas partes contratantes procederiam amigavelmente um outro arrançamento, debaixo da mediação da Gra-Bretanha, e sempre de conformidade do sentido preciso do artigo VIII do Tratado de Utrecht, concluído sob a garantia daquela potência.

## III

As fortalezas, arsenais e todo o material militar serão entregues a sua majestade cristianíssima, segundo o inventário mencionado no artigo V da Capitulação da Guiana Francesa em 1809.

## IV

Em conseqüência dos precedentes artigos, as necessárias ordens para efetuar a entrega da Guiana, as quais ordens se acham nas mãos do abaixo assinado, plenipotenciário de sua majestade fidelíssima, serão, logo depois da assinatura da presente Convenção entregues ao governo francês com uma carta oficial do mesmo plenipotenciário, a qual irá junta uma cópia da presente Convenção, e que fará saber às autoridades portuguesas que com elas devem entregar, no prazo de três dias, a dita colônia e aos comissários por sua majestade cristianíssima para tomar posse da mesma, os quais lhe apresentarão as ditas ordens.

## V

O governo francês se encarrega de mandar conduzir para os portos do Pará e de Pernambuco, nas embarcações que tiverem efetuado o transporte das tropas francesas para a Guiana, a guarnição desta colônia, assim como os empregados civis, com todos os seus bens.

\*

Essa convenção foi assinada pelo plenipotenciário português Francisco José Maria de Brito, e pelo ministro das relações exteriores da França, Richelieu (duque de).

Fronteiras sangrentas, de Silvio Meira, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel Pólen Natural 80g/m<sup>2</sup> nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em Julho de 2024, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.



Antes do cair da tarde, os soldados franceses iniciaram a sua retirada da praça de guerra. Foi uma expedição macabra. Haviam semeado a destruição e a morte, num atentado contra vítimas quase indefesas, o que muito depunha contra a dignidade dos atacantes. Velhos de mais de setenta anos foram queimados vivos em suas residências incendiadas! Crianças de tenra idade massacradas! Algumas morreram nos braços maternos! A casa do comerciante Manoel Gomes Branco, onde tremulava uma bandeira brasileira, teve as suas portas arrombadas a machado, o mastro cortado, a bandeira estraçalhada. Mataram-lhe a esposa e quatro filhos! A canoa, com os cadáveres de brasileiros, foi amarrada na corveta *Bengali*, rebocada em direção a Caiena. Prisioneiros brasileiros, sobreviventes do massacre, foram postos a ferros nos porões!

(O autor)

Será que o Brasil pode dar-se ao luxo de deixar na sombra heróis ignorados? Ou encobertos? Não há povo que possa viver saudavelmente sem lembrar-se de seus heróis. Sem cuidar de que eles existem. Quando lhe faltam os verdadeiros, recorre aos espúrios. Vale-se dos arremedos.

Em *Fronteiras Sangrentas – Heróis do Amapá*, o erudito admirável, cujo alto saber nunca se desprende das coisas mais nacionais do Brasil, que é o Prof. Silvio Meira, é o que faz: recorda aos brasileiros de hoje os heróis do Amapá. Heróis aos quais deve muito o Brasil. Entretanto, são ignorados. Estão nas sombras, quando o maior deles, Francisco Xavier da Veiga Cabral, chega a ser épico.

O Prof. Silvio Meira revela esses desconhecidos. Evoca seus feitos. Destaca sua importância. Reúne informes que pelo colorido, pelo movimento, pela vibração merecem passar das páginas do livro a um filme capaz de comover, junto com o livro, o Brasil de hoje.

(Gilberto Freyre)



BAIXE GRATUITAMENTE  
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato  
digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

